

Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

*Volume I
Norte, Nordeste
e Centro-Oeste*



Brasília, 2005

Programa Monumenta

*Cadernos
Técnicos*

3

Brasil. Ministério da Cultura. Programa Monumenta

Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília :
Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

456 p. (Programa Monumenta, v. I) (cadernos técnicos 3)

I. Cidades históricas. II. Brasil. Programa Monumenta.

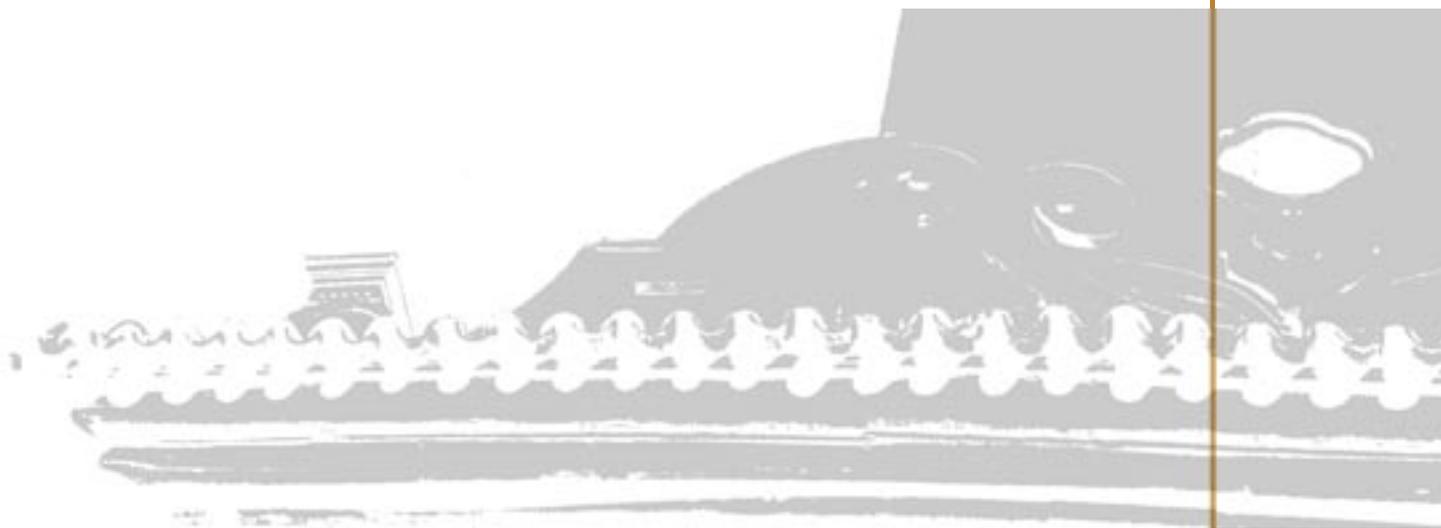
CDU 719(811+812/813+817)

Volume I
Norte, Nordeste e
Centro-Oeste

Sítios Históricos
e Conjuntos Urbanos de
Monumentos Nacionais

Cadernos
Técnicos

3



SUMÁRIO

Apresentação	13
1 - Dossiê dos Sítios e Conjuntos Urbanos Tombados	15
I - Por que e para que elaborar uma Lista de Prioridades de Conservação?	16
II - Como foram selecionadas as áreas a serem analisadas?	17
III - Dados disponibilizados para cada área – Fichas de Informações Básicas	18
IV - O método de trabalho proposto	18
Anexo I - Referencial teórico para a criação de categorias de bens tombados federais a partir de seu significado histórico-cultural	19
Quadro I - Listagem de Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais, por Estado	31
2 - Relatório Final do Grupo de Trabalho	35
I - Composição do Grupo de Trabalho	36
II - 1ª Etapa dos trabalhos - Preparação	37
III - Construção do Modelo - Critérios de Hierarquização	38
IV - Resultado - A Lista de Prioridades de Conservação	41
V - Recomendações Finais	41
Anexo II - Quadro I - Lista de Prioridades de conservação, por ordem de classificação	43
3 - Listagem de Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	

3.1 - Norte

3.1.1 Amazonas 47

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Manaus	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus	48
--------	------------------------------------------------------------	----

3.1.2 Pará 57

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Belém	• Conjunto Arquitetônico Paisagístico Ver-o-Peso	58
	• Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão	67
	• Conjunto Arquitetônico da Avenida Nazaré	77
	• Conjunto Arquitetônico da Avenida Governador José Malcher	85

3.1.3 Tocantins 93

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Natividade	• Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade	94
------------	--------------------------------------------------------------------	----

3.2 - Nordeste

3.2.1 Maranhão 101

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Alcântara	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Alcântara	102
São Luís	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís	109
	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias	115

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

São Luís	• Fábrica Santa Amélia (antiga Fábrica Santa Amélia e Fonte de Pedras)	121
----------	------------------------------------------------------------------------	-----

3.2.2 Piauí 127

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Oeiras	• Centro Histórico (Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória e Sobrado João Nepomuceno)	128
--------	---------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.2.3 Ceará 137

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Icó	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó	138
Sobral	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral	147

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Aracati	• Centro Histórico (Casa de Câmara e Cadeia e Igreja Matriz)	155
Fortaleza	• Centro Histórico (Passeio Público, Teatro José de Alencar e outros)	163

3.2.4 Rio Grande do Norte 171

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Natal	• Corredor Cultural (Palácio Potengi, Museu Café Filho e outros)	172
-------	------------------------------------------------------------------	-----

3.2.5 Paraíba 179

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

João Pessoa	• Centro Histórico (Convento e Igreja de Santo Antônio, igrejas e sobrados)	180
-------------	-----------------------------------------------------------------------------	-----

3.2.6 Pernambuco 187

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Igarassu	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu	188
Olinda	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Olinda	195
Recife	• Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife	203

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Goiana	• Área do Rosário (igrejas e conventos)	211
Recife	• Pátio de São Pedro (Igreja de São Pedro dos Clérigos e pátio)	217

3.2.7 Bahia 223

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Cachoeira	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira	224
Itaparica	• Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Itaparica	233
Lençóis	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lençóis	241
Monte Santo	• Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Serra do Monte Santo	249
Mucugê	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mucugê;	257
Porto Seguro	• Município de Porto Seguro	263
Rio de Contas	• Centro Histórico de Rio de Contas	271
Sta. Cruz Cabrália	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália	279

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Jaguaripe	• Centro Histórico (Igreja Matriz Nossa Senhora da Ajuda, Casa de Câmara e Cadeia, Casa do Ouvidor)	287
Maragogipe	• Centro Histórico (Igreja Matriz São Bartolomeu, Casa de Câmara e Cadeia)	293
Nazaré	• Centro Histórico (Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, Igreja Nossa Senhora Conceição e Igreja Nossa Senhora Camamu)	301
Salvador	• Centro Histórico de Salvador	309
	• Barra (Forte Santo Antônio da Barra, Forte Santa Maria, Igreja Santo Antônio da Barra e outros)	317
	• Bonfim (Igreja do Senhor do Bonfim, Casa Marback, Casario dos Romeiros)	325
	• Praça Cairú / Pilar (Forte São Marcelo, Igreja Pilar, Alfândega, Praça Cairu e outros)	333
	• Mont Serrat (Fortaleza Mont Serrat, Igreja e Mosteiro Nossa Senhora de Mont Serrat e casario do entorno)	341
	• Penha (Igreja Nossa Senhora da Penha, Antigo Palácio Verão)	349
	• Igreja do Pilar	355
Santo Amaro	• São Joaquim (Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim e casa à Av. Frederico Pontes)	363
	• Centro Histórico (Igreja Matriz Nossa Senhora da Purificação, Casa de Câmara Cadeia, Santa Casa e outros)	369

3.2.8 Alagoas 377

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Penedo	• Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo	378
--------	-----------------------------------------------	-----

3.2.9 Sergipe 385**Sítios Históricos Urbanos Nacionais**

São Cristóvão	• Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão	386
Laranjeiras	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Laranjeiras	393

3.3 – Centro-Oeste**3.3.1 Mato Grosso do Sul 401****Sítios Históricos Urbanos Nacionais**

Corumbá	• Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá	402
---------	---------------------------------------------------------------	-----

3.3.2 Distrito Federal 409**Sítios Históricos Urbanos Nacionais**

Brasília	• Conjunto Urbanístico de Brasília	410
----------	------------------------------------	-----

3.3.3 Goiás 417**Sítios Históricos Urbanos Nacionais**

Goiás	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás	418
Pilar de Goiás	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás	427
Pirenópolis	• Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis	433

3.3.4 Mato Grosso 441**Sítios Históricos Urbanos Nacionais**

Cuiabá • Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá 442

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Vila Bela da Santíssima Trindade • Centro Histórico (Ruínas da Igreja Matriz e Palácio dos Capitães Gerais). 449

Créditos 445

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi realizado pelo Programa Monumenta no segundo semestre de 2000. E teve por objetivo subsidiar o trabalho da comissão especial que elaborou a Lista de Prioridades de Conservação do Programa.

Os Técnicos do Monumenta iniciaram o trabalho após a formulação da ficha básica que foi preenchida com fundamento nas indicações das Superintendências Regionais do IPHAN. Assim qual foram definidos os 101 Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais.

Coube, então, ao Monumenta a elaboração de um estudo de classificação tipológica segundo "narrativas históricas" elaboradas por Professores do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

O trabalho resultou em um banco de dados significativo para todos os que trabalham e tem interesse na Área.

Por esta razão, o Monumenta resolveu disponibilizar o material sob a forma de Cadernos Técnicos nº 3 e 4.

O volume I contém o Dossiê completo, o relatório final do trabalho da comissão que definiu a Lista de Prioridades e as fichas dos Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais Tombados das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

O volume II reúne as fichas dos Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais Tombadas das Regiões Sul e Sudeste.

DOSSIÊ DOS SÍTIOS E CONJUNTOS URBANOS TOMBADOS

Programa Monumenta Prioridades de Conservação

I - Por que e para que elaborar uma Lista de Prioridades de Conservação?

Desde a formulação de seus objetivos, o Programa Monumenta propõe, como medida essencial para fortalecimento institucional do Ministério da Cultura - MinC, o estabelecimento de um sistema de priorização das suas ações. Tal objetivo encontra-se claramente expresso no Contrato de Empréstimo do Programa que prevê, em seu Anexo A:

Este Programa tem os seguintes objetivos de longo prazo: (a) preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal; (b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio; (c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a implementação de prioridades de conservação.

Como decorrência direta desse objetivo e tendo em vista a implementação do Programa, ficou estabelecido, pelo mesmo Anexo A :

Durante o primeiro ano de execução do Programa, o Órgão Executor elaborará a lista de Áreas de Projeto prioritárias, que deverá incluir Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais . O método a ser utilizado para estabelecer prioridades deverá ser um processo hierárquico analítico aceitável pelo Banco.

A lista será proposta por um grupo de trabalho cujos membros deverão ser nomeados pelo Ministro da Cultura; observada a seguinte composição:

- a) pelo menos um terço constituído de especialistas independentes em patrimônio cultural, preferencialmente oriundos de ONGs, fundações e universidades;
- b) especialistas em patrimônio cultural, oriundos de entidades estaduais e municipais;
- c) representantes do Órgão Executor, do IPHAN, da EMBRATUR e do Ministério da Educação, constituindo até um terço do total; e,
- d) a UNESCO, convidada a indicar um especialista.

Conforme exposto, além de se constituir em compromisso contratual, a elaboração de uma Lista de Prioridades é condição essencial para a continuidade dos trabalhos do Monumenta, sem a qual novas cidades não poderão ingressar no Programa.

Para definir o objetivo e a abrangência da Lista de Prioridades é importante responder à pergunta:
- Trata-se de uma Lista de Prioridades do MinC ou de uma Lista de Prioridades do Monumenta?

O entendimento do Programa Monumenta é de que o resultado do Grupo de Trabalho deve possibilitar a elaboração de uma Lista de Prioridades de atuação do MinC no que concerne a Sítios e Conjuntos Urbanos Tombados em nível Federal, ação essa que poderá ocorrer por meio deste Programa ou por intermédio dos demais programas e ações do MinC, como o PRONAC e outros que venham a ser concebidos. No

entanto, a sua primeira e imediata aplicação será definir a Lista de Prioridades do Monumenta, que corresponderá a um sub-conjunto da Lista Geral, composto pelos Sítios e Conjuntos classificados nos 20 primeiros lugares.

II - Como foram selecionadas as áreas a serem analisadas?

Foram identificados dois grandes grupos de áreas urbanas que deverão ser avaliadas com vistas à priorização de investimentos federais de preservação, a saber:

- Sítios Históricos Urbanos Nacionais
- Conforme definição do Contrato de Financiamento, corresponde ao Sítio Histórico Urbano Tombado em nível Federal, em conformidade com o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.
- Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais
- Conforme definição do Contrato de Financiamento, corresponde ao Grupo de Monumentos Nacionais, situados dentro de perímetro urbano, que guardam entre si relação de proximidade

Os Sítios Históricos Urbanos Nacionais foram de identificação imediata na relação de Bens Tombados pelo IPHAN. A identificação dos Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais dependeu de uma prévia definição de critérios, cuja aplicação foi coordenada pelo GT IPHAN, Grupo de Trabalho, na época sediado no IPHAN para sua articulação com o Programa Monumenta.

Adotou-se, como critério, a conjugação das seguintes condições:

- presença de, no mínimo, 02 (dois) Monumentos Tombados em nível Federal;
- presença de fatores que contribuam para a configuração do Conjunto Urbano, tais como: a inserção em estrutura urbana de interesse de preservação, a ocorrência de elementos urbanísticos catalizadores ou articuladores, assim como a existência de unidade histórica e morfológica do tecido urbano; e,
- inserção em sítio protegido pelos níveis estadual ou municipal ou onde se registre a presença monumentos protegidos por esses níveis.

Vale dizer que cidades como o Rio de Janeiro e Salvador, além dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais que contêm, apresentam outro grande número de Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais, vez que possuem, respectivamente, 104 e 81 bens tombados e, vários deles, estão fora do perímetro dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais, mas se organizam sob a forma de Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais.

Chegou-se, no total, à identificação de 101 (cento e uma) áreas, cuja listagem, organizada por estado e por município, encontra-se no Quadro I (página 34).

III - Dados disponibilizados para cada Área – Fichas de Informações Básicas

Foram concebidas Fichas de Informações Básicas, cuja organização para Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais é praticamente idêntica, diferindo apenas nos aspectos relativos aos tombamentos. Tais Fichas são auto-explicativas, cabendo apenas explicitar sua organização e estrutura, de forma a facilitar a consulta.

1ª página - IDENTIFICAÇÃO

Contém os dados oficiais dos tombamentos e fotografia da área.

2ª página - OUTRAS PROTEÇÕES

Registra tombamentos estaduais ou municipais eventualmente existentes na área e planta/croquis esquemáticos.

3ª página - RELAÇÃO COM O CONTEXTO URBANO/TIPOLOGIA FUNCIONAL

Descreve o porte da área e sua relação com o contexto urbano.

4ª página - FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Trata-se de conteúdo desenvolvido por equipe de historiadores coordenada pelo Professor Istvan Jancsó, da Universidade de São Paulo. Contém descrição do processo de formação da área e seus valores históricos, arquitetônicos e culturais. Contém também os campos de Datação, conforme cinco categorias; Bibliografia e, ainda, campo indicativo da Prioridade sob o aspecto histórico-cultural. Os fundamentos conceituais que levaram à definição das categorias de priorização apontadas pelos historiadores constam do Anexo I.

Tais categorias têm caráter orientativo, de subsídio às decisões do Grupo de Trabalho, a quem caberá, sob supervisão do facilitador dos trabalhos de priorização (ver Item IV), definir como incorporá-las ao seu método de avaliação.

5ª página - FATORES DE RISCO QUANTO À CONSERVAÇÃO

Descreve fatores ou processos que estejam agindo contra a integridade do Bem, sejam de caráter físico, institucional, social ou econômico.

6ª página - GESTÃO

Aborda os processos e mecanismos existentes de gestão dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais, além daqueles previstos pela Legislação Federal, ou seja, os em nível municipal e estadual, descrevendo sua compatibilidade com a proteção desses Bens.

IV - O método de trabalho proposto

Os trabalhos de priorização serão orientados pelo Dr. Lauro Lage, especialista na aplicação do Processo de Análise Hierárquica – AHP. Trata-se de processo desenvolvido na Wharton School of Business (University of Pennsylvania), pelo Prof. Thomas Saaty, sendo, hoje, o sistema de transporte mais utilizado à decisão. O programa Expert Choice, que automatiza o AHP, foi desenvolvido pelo Prof. Ernest Forman, da George Washington University. Os trabalhos foram iniciados com exposição de métodos e exemplos elucidativos de sua aplicação, seguidos da construção, pelo Grupo, da aplicação para o caso específico da Lista de Prioridades de Conservação.

Anexo I

REFERENCIAL TEÓRICO PARA A CRIAÇÃO DE CATEGORIAS DE BENS TOMBADOS FEDERAIS A PARTIR DE SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO-CULTURAL

Grupo de Trabalho

Prof. Dr. Istvan Jancsó (coordenação)

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello

Prof. Dr. Pedro Puntoni

João Paulo Garrido Pimenta

Maria Luiza Ferreira de Oliveira

Fábio Joly

Estagiários: Alexandre Bebiano de Almeida; André Roberto Machado; Jorge de Almeida Francisco; Iana Cossoy Paro; Vinicius Albuquerque

São Paulo, outubro de 2000

1. Apresentação: história(s) do Brasil

A história, atividade humana que é ao mesmo tempo conformativa de nossa própria humanidade, fundamenta-se na procura do conhecimento, na busca da informação para a nossa inserção no fluxo temporal de nossa memória, individual e coletiva. História significa, então, uma ciência que “procura as ações realizadas pelos homens” (Heródoto), ou uma “ciência dos homens no tempo” (M. Bloch). Mas história também significa o objeto desta procura, o passado ele mesmo, cuja existência em si resultou, na sua desagregação no tempo presente, nos vestígios da memória. Mas há um terceiro sentido para a palavra “história”. É como chamamos uma narração, seja ela verdadeira ou falsa, com base na “realidade histórica” ou totalmente imaginada. Neste sentido, a história é também um gênero literário, um objeto da memória, um lugar desta procura.

Os Sítios Históricos Urbanos Nacionais e os Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais são locais privilegiados onde repousam experiências coletivas e princípios de identidade. Os monumentos são sinais que perpetuam os testemunhos das sociedades passadas - das possibilidades perdidas, assim como dos processos formadores de nossa realidade presente. Estes lugares da memória devem ser avaliados no sentido de os valorarmos do ponto de vista de sua representatividade ou de sua vinculação ao processo histórico de formação da nacionalidade. Com efeito, já o Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio artístico e histórico no Brasil, estabelece, no seu artigo primeiro, que interessa a conservação daqueles bens móveis ou imóveis que existem no território nacional, “quer pela sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Para darmos um significado ao que o legislador entendia por “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” é preciso antes estabelecê-los. Em outras palavras, qual a narrativa que deve fundamentar tal valoração? O que é a história do Brasil?

Na primeira metade do século XIX, quando se formou o estado nacional, os historiadores se engajaram no projeto de formular uma narrativa adequada aos interesses (escravistas e oligárquicos) que se afirmavam. Em sentido mais amplo, a formação de um sistema cultural brasileiro foi inicialmente resultado do esforço coletivo para dotar o país de uma literatura e de uma historiografia próprias, capazes de garantir as condições mínimas de civilização à inserção planejada no concerto das nações capitalistas, segundo o esquema já famoso de Antonio Candido. País onde a escravidão tardava, o Brasil nascia, em 1822, como um amplo espaço onde interesses conflitantes mal coabitavam e cuja unidade seria garantida e construída pelas instituições geradas no seio mesmo da monarquia dos Braganças. Apesar de algumas das heranças coloniais concorrerem para a unidade da nação, podemos dizer que ela foi uma conquista do império independente. Associados a ele, militares, homens da Igreja, funcionários públicos, toda a sorte de fazendeiros e homens de negócios, contribuíam para levar a cabo a tarefa da centralização. Herdeira do funcionalismo ilustrado do império português, a elite burocrática local organizava-se, agora, em torno de um projeto nacional hegemônico.

A formulação de uma “história do Brasil” foi tarefa levada a cabo pelo grupo reunido no recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Nascido no bojo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o IHGB tinha por objetivo coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Brasil, assim como promover o conhecimento destes dois ramos científicos por meio do ensino público. Revela-se, claramente, a intenção formativa da consciência nacional - nos termos de uma *Bildung* já filtrada pelo romantismo de cepa francesa - entendida como “missão” desta instituição “civilizadora”. Nas primeiras reuniões do Instituto, logo colocado sob a proteção direta do “menino Imperador”, seriam discutidas as alternativas à periodização de nossa história e construção dos episódios dignos de indicar uma linha ascendente, e contínua, da afirmação da especificidade nacional e da vontade secular de independência. Desenhar-se-ia, desde então, o panteão dos heróis nacionais, o passo da providência em direção à legitimação do nosso braço da monarquia bragantina.

Estabelecer períodos de tempo, espaços limitados da ação humana no passado, organizar a memória em terrenos e etapas temporais individualizadas é uma das operações intelectuais mais importantes

para a inteligibilidade do passado das sociedades humanas. A escolha do historiador reflete o quadro conceitual e os esquemas mentais a partir dos quais ele age. A periodização, neste sentido, é o lugar privilegiado para a estruturação das narrativas. E a história geral do Brasil necessitava, antes de mais nada, de uma periodização. E isto se resolveu ainda na 4ª sessão do Instituto, no ano de 1839. Respondendo à demanda do presidente, Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos propõe uma divisão em três épocas: 1) época relativa aos aborígenes e aos autóctones; 2) época dos descobrimentos e da administração colonial; e 3) época nacional. Esta divisão - que foi aprovada na sexta sessão, no dia 2 de março do mesmo ano - serviria, por muitas décadas, para estruturar a narrativa da história comprometida com a legitimação do estado-nação.

Abandonando a perspectiva teleológica de justificação do estado nacional, a moderna historiografia preocupa-se em desviar-se dos anacronismos e acentuar a diversidade e a complexidade das possibilidades inscritas no processo histórico. Mais ainda, entendemos que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Nos termos de Walter Benjamin, trata-se de entender a história como o "objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras".

Neste sentido, as narrativas se tornam hoje complexas, complementares e divergentes. Articulam-se às problemáticas presentes, assumidas pelos historiadores, propostas pela vontade coletiva de inscrição em uma memória, na busca de uma ancestralidade. Procura-se entender os desajustes cronológicos entre as séries factuais, assim como os diversos ritmos correspondentes às diversas dimensões estruturais da vida social. As dinâmicas peculiares da economia, da cultura, da religião, dos hábitos, correlacionam-se de forma a sugerir recortes temporais também peculiares.

O que chamávamos de história do Brasil Colônia, se nos apresenta hoje como um imperdoável anacronismo. Como já mostrou Caio Prado Júnior, o Brasil nunca se constituiu para os efeitos da administração portuguesa em uma unidade. A monarquia portuguesa formava "um complexo heterogêneo de reinos, estados, províncias europeias e ultramarinas, capitânias e outras circunscrições sem título certo". Em termos políticos, o que hoje nós designamos por Brasil, reunia até o ano de 1815 (quando a colônia foi elevada à reino) apenas um grupo daquelas circunscrições. O que é válido para outras dimensões de nossa história formativa. A narrativa da história nacional é ela em si um problema para os historiadores. Outras narrativas, complementares ou antagonicas, compõem um conjunto não discreto, ou interrelacionado, que respondem (ou não mais respondem) a posições e interesses diversificados que se acham presentes em nossa sociedade complexa. À narrativa nacional, por exemplo, interessa a valoração de lugares que preservem/construam uma memória coletiva implicada (como, por exemplo, o ribeiro no Ipiranga); já ao movimento social, valores precisos são articulados à construção de uma memória/atitude de combate (o movimento negro, por exemplo, que procura afirmar a dimensão heróica de Zumbi dos Palmares). No âmbito da vida social local, esferas de preservação de uma memória de grupo lutam diante da maquinaria homogeneizadora da indústria cultural triunfante. No quadro atual, estas narrativas podem se entrecruzar, se chocar ou mesmo se fortalecer.

A questão da identidade nacional, contudo, não se perdeu neste universo complexo. Se é verdade que a narrativa unificada de nossa história é devedora do esforço dos intelectuais ligados ao Império do Brasil, ela ecoa processos (ainda que esgarçados) de emergência de uma noção de identidade. Seguindo a opinião de Capistrano de Abreu, não podemos deixar de perceber que a conquista e colonização da América portuguesa desdobrou-se, em momentos diversos e para diversas dimensões, em uma viragem: aquela mediante a qual o conquistador/colonizador tornou-se colono. Isto se deu, quando este se percebe não somente como agente da expansão dos domínios do rei de Portugal (e, portanto, do orbe cristão), mas também, e ao mesmo tempo, como agente da reiteração ampliada de uma formação societária particular, que informasse os objetivos de sua ação.

Nossa proposta, do que foi dito, é não deixar de lado a complexidade e a multidimensionalidade da história e da memória coletiva do conjunto de vozes que hoje compõem e formam o que chamamos

de sociedade brasileira. Devemos, neste sentido, procurar uma metodologia capaz de apresentar um conjunto de variáveis que sejam ponderáveis, mas que também seja adequada à manutenção desta perspectiva democrática e plural.

2. Procedimentos da análise

A proposta foi a de estabelecer critérios de representatividade histórica e cultural que permitam auxiliar na classificação, em uma hierarquia, dos 100 Sítios Históricos nacionais previamente selecionados. Ora, representatividade histórico-cultural não é um critério que possa ser facilmente transposto para uma escala numérica. Como classificar grandezas incomensuráveis? Este foi o desafio posto à nossa equipe pelo projeto Monumenta. Para tanto, foi inicialmente necessário pensar a estrutura conceitual subjacente à moderna gestão do patrimônio histórico, a partir das seguintes premissas, sobre as quais fundamentamos nosso trabalho:

- 1) Patrimônio não deve ser entendido, como até aqui, pelo ângulo da propriedade, da imobilização no tempo/espaço, mas em termos de sua apropriação e de produção. Isto é, como um recurso cultural muito específico, pois pode e deve gerar renda, mas gera também cultura, que é um benefício não cambiável em moeda.
- 2) Patrimônio não tem sentido em si. Seus múltiplos sentidos são socialmente produzidos. Como em todo processo de memória, dar sentido ao patrimônio representa dar significado a uma parte do presente, cristalizando-a como símbolo do passado. Patrimônio é, assim, produção de memória, modo de conferir inteligibilidade ao presente e identidade aos seus possuidores ou consumidores.
- 3) Entendido como produção de sentido, a preservação patrimonial é um ato político, pois representa a produção de uma visão do passado, entre várias possíveis. Logo, é preciso tomar partido, fazer opção.
- 4) Até hoje privilegiaram-se os alvos da história tradicional: fatos, personagens, nosso passado branco, nossas elites, nosso cristianismo. Essa visão é insuficiente e tornou-se inaceitável. Devemos buscar o pluralismo. Uma alternativa fácil seria inverter os pressupostos, mas isso seria incorrer no mesmo erro, apenas trocando os sinais. Ou, ainda, valorizar um aspecto menos explorado da constituição de nossa nacionalidade, como as contribuições das várias etnias presentes no território, ou mesmo, os processos econômicos e impessoais. Todas essas alternativas têm seus pontos interessantes, mas são incompletas. Nossa posição, que defenderemos de modo argumentado no produto final, é a de valorizar a diversidade e a complexidade da realidade social, fugindo à teleologia que domina nossa História.
- 5) Nosso patrimônio histórico representa uma narrativa sobre nosso passado. É preciso entender como essa narrativa se constituiu e o que representa hoje para nós, para que possamos recompô-la, negá-la ou apresentar alternativas.

Trabalhamos diretamente sobre uma matriz de narrativa histórica, elaborada a partir das narrativas correntes. Procurou-se reinserir cada Sítio em narrativas históricas, tanto nas locais, como nacionais e internacionais, para identificar sua importância e significado.

Os procedimentos empíricos foram os seguintes:

- 1) coleta de informações bibliográficas sobre moderna gestão patrimonial;
- 2) levantamento de informações bibliográficas e documentais sobre os 100 Sítios;
- 3) elaboração de um banco de dados utilizando *software* específico: Microsoft Access; e,
- 4) estabelecimento de uma tipologia de Sítios.

Foi necessário, portanto, repensar os parâmetros até hoje predominantes na definição de nosso patrimônio. As prioridades serão os Sítios de caráter complexo, que dêem uma imagem da diversidade de nosso passado e contemplem seu caráter plural, tendo em vista o estabelecimento de uma hierarquia que observe uma narrativa renovada da História nacional. Com este intuito, apresentamos em seguida, em detalhe, considerações de ordem teórico-metodológicas que nortearam a elaboração da tipologia de sítios e conjuntos.

3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

3.1. Diagnóstico da lista de Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais e Sítios Históricos Urbanos Nacionais



Uma análise preliminar da lista demonstra uma concentração geográfica dos Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais e Sítios Históricos Urbanos Nacionais nos estados da Bahia e Minas Gerais (cf. gráfico acima) e uma nítida circunscrição a monumentos do século XVIII, sobretudo arquitetura religiosa.

Quanto ao valor histórico dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais, temos que os primeiros parecem revestir-se de um significado mais propriamente nacional do que regional. Grande parte dos sítios remete aos processos de ocupação do território no período colonial, bem como aos produtos que foram objetos de exploração econômica ao longo da história do Brasil (cana-de-açúcar, ouro, café, borracha). Por outro lado, os Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais guardam um significado regional, ou seja, exemplificam a formação dos núcleos urbanos nos estados brasileiros. São privilegiados monumentos pela sua ancianidade e também por sua exemplaridade artística.

Em suma, o quadro que se nos apresenta tem dois pontos principais: ênfase no período colonial (sobretudo, relativo ao século XVIII e à arquitetura religiosa) e uma dicotomia entre nacional e regional/local. Ora, estes pontos que estão presentes na lista inscrevem-se em determinadas diretrizes da política de preservação do patrimônio no Brasil desde a fundação do SPHAN, em 1937. É imperativo, portanto, um breve comentário acerca desta política e seus respectivos conceitos de patrimônio, a fim de aprofundar a análise da lista de Sítios e Conjuntos e oferecer subsídios para a elaboração dos critérios de tipologia e de atribuição de valor histórico.

3.2. Esboço histórico da política brasileira de preservação

Todo patrimônio, embora representante de um passado, tem sua significação atribuída no presente. Suas funções, utilitárias ou simbólicas, são drenadas e ele se recicla como objeto-portador-de-sentido. Não representa tão somente a sobrevivência de uma ordem tradicional, mas é do presente que tira sua existência. Deste modo, o conceito de patrimônio tem que ser compreendido com referência ao contexto histórico de sua aplicação.

No caso brasileiro, este conceito foi primordialmente entendido como um suporte da memória nacional, no que seguiu o modelo francês do século XIX, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno de uma forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado. A criação de um órgão responsável pela constituição e preservação de um patrimônio em uma perspectiva nacional ocorreu em 1937, durante o Estado Novo. Naquele momento caberia ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) estimular e canalizar a participação social na preservação cultural, identificar e forjar um “patrimônio cultural brasileiro”, cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente. Os Bens, sobretudo os edificados, que compunham o patrimônio histórico e artístico eram entendidos como documentos de identidade da nação brasileira, pois vinculados a “personagens e fatos memoráveis da história do país” e cujo conhecimento seria fundamental para a constituição de uma consciência nacional, a despeito das diferenças regionais.

Segundo este ideário, apenas a arquitetura colonial (século XVIII, em especial) – igrejas, edifícios públicos, fortes, etc. – era digna de ser preservada pois refletiria os primórdios da organização do território brasileiro. E, dentre as regiões privilegiadas, estava Minas Gerais. Isto porque com a Revolução de 30 aconteceu a ascensão de uma intelectualidade mineira que, nas palavras de Sérgio Miceli, “converteu sua tomada de consciência do legado Barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos definiram como a memória nacional”.

A arquitetura colonial mineira foi concebida como a matriz da arquitetura brasileira, ponto este que é bem exemplificado por uma observação de Rodrigo M. F. de Andrade sobre a Igreja do Carmo em Sabará: “Foi na construção do Carmo de Sabará que os mestres de ofício do século XVIII deixaram assinalado, nas Minas, com características mais expressivas, o momento de transição da fase em que mantinham o espírito tradicional dos arquitetos portugueses para a quadra privilegiada em que, libertando-se daquele espírito, puderam realizar as obras mais genuínas da arquitetura brasileira”.

Esta visão normativa da arquitetura colonial direcionou tanto a seleção dos bens a serem tombados pelo SPHAN, como seus critérios de preservação, até a primeira metade da década de 70. O caráter “nacional” do patrimônio, ou seja, o da originalidade da nação frente ao mundo europeu, expressou-se no privilégio concedido às igrejas dos séculos XVII e XVIII. O caráter “estatal”, pela seleção de casas de câmaras e cadeias, fortes e palácios. As elites por suas mansões e sedes de fazendas. A sociedade jamais apareceu como agente desse passado, mas só segmentos seus: o estado, as elites, a igreja e por meio não da norma cotidiana, mas do excepcional, não do coletivo, mas do isolado, do único. Estes foram os escolhidos pelo SPHAN como ícones da nação por sua relação a fatos históricos memoráveis e, sobretudo, por suas qualidades construtivas e estéticas. Até o final de 1969, haviam sido tombados 803 bens, dentre os quais 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil e 43 de arquitetura militar. A maioria destes monumentos estão localizados em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

A preservação destes monumentos foi concebida com uma restauração arquitetônica de seus elementos originais. Quaisquer modificações que tivessem sido agregadas ao longo dos séculos deveriam ser expurgadas. A consequência lógica desta postura dos arquitetos que atuavam no SPHAN foi um desprezo pela arquitetura eclética do século XIX, pelos edifícios do século XX, pela arquitetura dos imigrantes, sobretudo na região sul, e pela arquitetura do ferro no Brasil. Estes exemplares eram descartados sob o pretexto de que não eram representativos de uma arquitetura genuinamente nacional.

Com este quadro, não pretendemos desqualificar o SPHAN e seus precursores, mas apenas situá-los num determinado momento histórico de montagem do Estado brasileiro, que não mais se coaduna com a realidade atual que pede um Estado democrático e pluralista. O próprio SPHAN reconhece isto e, desde pelo menos a gestão de Aloísio Magalhães, tende a privilegiar a heterogeneidade cultural de um modo bastante refinado e é preciso respeitar essa diretriz. No contexto de uma democratização da política federal de patrimônio nas décadas de 70 e 80, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) de Aloísio Magalhães adotou um conceito mais amplo e antropológico de patrimônio, abandonando a idéia de que o patrimônio histórico e artístico deveria ser uma história das formas e estilos da classe dirigente brasileira. No entanto, se, por um lado, procurou-se valorizar a cultura de grupos até então menosprezados, como indígenas e negros, por outro, não se pensou em alternativas de reavaliação do patrimônio edificado já tombado sob esta nova ótica pluralista e democrática.

Como inserir este patrimônio em uma nova narrativa da história nacional no qual não predomine um ponto de vista totalitário e centralizador? É esta indagação que coloca o material apresentado pelo Projeto Monumenta, que ainda permanece identificado com a política da “pedra e cal” do SPHAN de Rodrigo Andrade, mesmo que seu plano diretor expresse a preocupação em ressaltar a diversidade cultural brasileira. Como já foi comentado no diagnóstico deste material, algumas superintendências são priorizadas (MG e BA), e, dentro delas, sobretudo, o “branco”, o “oficial”, o “católico”, o “rico”, o “Barroco”, o “puro”, o “esteticamente perfeito” etc. O próprio edificado representa uma seleção, viés que já é um limite para a produção de memória e para o estabelecimento de critérios objetivos. Qualquer investimento nessa área fortalecerá o esquema existente, mas pode amenizar seus efeitos de visão única ou, ao menos, largamente hegemônica.

É, portanto, a partir da problematização destes limites que serão formulados os critérios de análise do material disponível. Neste sentido, cabe discutir inicialmente a definição dos critérios históricos a serem utilizados, ponto este pouco trabalhado pelo SPHAN, que sempre estava mais voltado para critérios de ordem artística.

3.3. Patrimônio, Memória e História

Em primeiro lugar, há que se distinguir o viés do historiador e do arquiteto frente ao patrimônio edificado. Para este último, preservar significa geralmente restaurar arquitetonicamente. Para o historiador, os imóveis devem ser preservados não por suas qualidades arquitetônicas, nem por inserir-se na grande história (a 1ª ocupação de tal região, etc.), mas pelo que nos revelam de outras vivências, outros modos de ser que nos precederam, que sugeriram como o tempo altera e mantém os modos de vivência social no território.

O historiador pensa o Bem como lugar de memória, conceito bem expresso pelo termo alemão *Denkmal*. Lugar complexo, que envolve conhecimento e sentimentos, um lugar de reconhecimento, de compartilhamento de emoções e saberes. Antes que entender o patrimônio como um bem a ser preservado para o mero estudo acadêmico, o historiador o enxerga pela inteligibilidade histórica que o mesmo pode oferecer seja para ele, historiador, seja para a população. Em outras palavras, enfatiza seu papel na produção de memórias e na criação de vínculos de identidade, uma função simbólico-afetiva. O patrimônio, portanto, não delinea apenas uma memória mas níveis de memória, diversos que podem estar em oposição. O que pensar então da recorrente associação entre patrimônio e memória nacional?

Nos atuais debates sobre os rumos da política de preservação no Brasil e na Europa, observa-se uma tendência a dissociar os conceitos de patrimônio e de nação. O pressuposto desta postura é evidente. Trata-se de contestar o papel do Estado como único agente ordenador da sociedade e legitimador de sua identidade. A atribuição de valor a um monumento não pode ser monopólio do Estado, mas deve contemplar a multiplicidade de significações e valores que lhe são atribuídos, em um mesmo momento e contexto, a um mesmo Bem, por grupos econômico, social e culturalmente diferenciados.

Não há dúvida de que o Estado tem uma relação ambivalente com o patrimônio. Por um lado, valoriza-o como elemento integrador da nacionalidade. Por outro, tende a converter as realidades locais em abstrações político-culturais, em símbolos de identidade nacional em que se diluem as particularidades e os conflitos. É, porém, este último aspecto que deve ser criticado. O nacional pode permanecer como instância unificadora, só que lido diferentemente. O estudo do patrimônio visa contribuir para a afirmação da nação, não como algo homogêneo e pacífico, mas como aquilo que une e concentra grupos sociais preocupados com a forma como habitam seus espaços e produzem suas memórias.

Em suma, há diferentes níveis na memória coletiva, com diferentes abrangências. Desde memórias mais abstratas e gerais/compreensivas, como a científica ou a chamada da humanidade, até nacionais, regionais ou locais. O significado de um bem não se encontra apenas no passado, mas sobretudo nas demandas por memória do presente. Há várias: a científica, a nacional/estatal/oficial/ensinada, a "setorial" (ex. negros), a regional (ex. imigrantes), a setorial local (ex. moradores de Vila Mariana, em SP). A demanda hoje se ampliou, envolvendo vários segmentos, ainda que a maioria continue excluída. O Estado, portanto, deve não apenas atender, mas orientar a demanda, segundo a diversidade, pluralidade, políticas positivas e compensatórias.

O século XVIII era importante para quem? Para uma elite urbana esclarecida, com raízes rurais? E hoje? Depende da região: no Amazonas ou Pará pode ser o ciclo da borracha, que vincula a região à ideia de unidade nacional como unidade de sistema econômico, mas também ao auge das elites locais, em oposição a uma memória local, indígena, completamente ausente de nosso patrimônio edificado. De qualquer modo seria do século XIX em diante. No sul, talvez o imigrante. A própria temática da imigração não tem a mesma importância em todo o país. Critérios nacionais só são possíveis numa narrativa nacional que inclua a ideia da diversidade regional, da regionalização do país. Pois Minas Gerais não é a expressão artística e arquitetônica do país, mas de uma certa porção geográfica de uma certa parte da população do país, que é usada para representar o todo. Esse processo metonímico é um ato de poder. É preciso que redefinamos que partes são necessárias para representar esse todo hoje. Essa a chave: o patrimônio de caráter regional também é nacional, pois a nacionalidade não é a supressão das especificidades locais, mas as compreende. A nação não é mais entendida como unidade homogênea, mítica, original, mas como unidade que traz em si a heterogeneidade e o conflito. Há unidade na diversidade e no conflito e há conflito e heterogeneidade na unidade.

3.4. Fundamentação dos critérios

Tendo em vista o que foi discutido até aqui, a definição dos critérios deve ter, por ótica mais ampla, o estado-nacional brasileiro, democrático e plural segundo duas perspectivas: a da memória coletiva e a do conhecimento. Como a prioridade da História acadêmica é a produção de inteligibilidade sobre o real, o critério primeiro e fundador será o da inteligibilidade maior ou menor do patrimônio e não da intensidade de emoções que possa ocasionar.

Neste sentido, em uma classificação prévia dos tipos de Sítios e Conjuntos, temos o seguinte:

a) Sítios Históricos Urbanos Nacionais pois apresentam; 2) organicidade (ou seja, podem ser compreendidos como conjunto organicamente funcional); 3) complementaridade (mostram grande variedade de funções); 4) completude (mostram-na com o mínimo de lacunas, abrangendo público e privado, sagrado e religioso, comércio, indústria e habitação, elite e popular, autóctone e exógeno); 5) com grande densidade cronológica (ou seja, incorporando o passar dos séculos, mas mantendo blocos inteligíveis do que precedeu), representando o tecido urbano em sua história de modo inteligível.

b) Serão valorizados nos Sítios Históricos Urbanos Nacionais e nos Conjuntos Urbanos Históricos Nacionais os documentos de regiões, períodos e processos sociais que são fundamentais para a compreensão do

presente e para uma regionalização da memória nacional (ainda centrada no eixo BA, MG, RJ, SP). Isso significa valorizar as regiões Norte e Sul, os séculos XIX e XX, o mundo do trabalho, a imigração (no Sul), os indígenas (sobretudo no Norte) e o negro no país inteiro. Por outro lado, há que se preservar critérios de antigüidade e escassez, sobretudo para os séculos XVI e XVII.

c) Valorizar os Conjuntos Urbanos Históricos Nacionais que reúnam maior número dos critérios elencados acima e que possuam em seu interior bens de significado local ou regional singular.

4. Sistematização da Tipologia

Os tipos estão estruturados por grau de inteligibilidade, ou seja, abrangência funcional e organicidade de seus componentes internos, na ordem de sua prioridade:

4.1. Tipologia

- 1) Sítios Históricos Urbanos Nacionais de grande abrangência (incluindo centro urbano, áreas residenciais, comerciais, industriais e paisagens).
- 2) Sítios Históricos Urbanos Nacionais de média abrangência (o centro urbano).
- 3) Sítios Históricos Urbanos Nacionais de pequena abrangência (sem o centro urbano).
- 4) Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais orgânico completo (que possui inteligibilidade como conjunto, ou seja, ao qual pode ser atribuído um sentido unitário numa narrativa histórica, seja pela simultaneidade, pela complementaridade ou pela seqüencialidade).
- 5) Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais orgânico simultâneo (em que os elementos são historicamente contemporâneos).
- 6) Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais orgânico complementado (cujos elementos se complementam enquanto funções urbanas).
- 7) Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais orgânico seqüencial (que possui densidade cronológica inteligível).
- 8) Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais inorgânico (composto por elementos sem relação de complementaridade, simultaneidade ou seqüencialidade).
- 9) Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais inorgânico com monumento de singular importância (unicidade, antigüidade, iconicidade na História nacional).

4.2. Proposta de critérios de priorização (por ordem de importância)

- 1) Social (valorizar a aparição de novos agentes sociais, tanto segmentares como parcelares, ou seja, com e sem consciência grupal: grupos étnicos, religiosos, sociais, regionais em sua diversidade e na pluralidade que constitui a nação).
- 2) Regional (valorizar os vazios da memória: o Norte, o Sul e o Centro-oeste, ou seja, o que saia do eixo MG, RJ, SP, BA).
- 3) Densidade cronológica (valorizar a inteligibilidade do tempo, a complexidade cronológica, contra o mito e o fantasma da pureza original).

4) Vazio cronológico (valorizar o século XVI, pela escassez de monumentos, o século XIX e o XX, pela raridade entre o patrimônio tombado e pela importância para a História presente).

No banco de dados, estas prioridades são assim apresentadas: prioridade social, prioridade regional, prioridade por densidade cronológica e prioridade por vazio cronológico.

5. Banco de dados

Além da tipologia e das prioridades, o banco de dados (construído em Microsoft Access 97) apresenta as seguintes informações sobre os Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais:

1. Nome;
2. Caracterização (se Sítios Históricos Urbanos Nacionais ou Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais);
3. Localização (cidade e estado);
4. Porte da cidade;
5. Espaço a que correspondem os Sítios Históricos Urbanos Nacionais ou Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais;
6. Data de fundação do sítio urbano;
7. Data de fundação do município;
8. Datação dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais ou Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais (original, predominante e final);
9. História e descrição dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais ou Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais; e,
10. Bibliografia/referências.

6. Bibliografia consultada

AAVV. Mesa-redonda – *Patrimônio edificado I: conservação/restauração*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 22, 1987, p. 90-105.

AAVV. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. Tese de doutorado, FAU/USP, 1993.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- ARANTES, Antônio Augusto. *Documentos históricos, documentos de cultura*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 22, 1987, p. 48-55.
- BERCÉ, Françoise. *Le patrimoine, expression des connaissances*. Monuments Historiques, 182, 1992, p. 63-68.
- BICCA, Briane Elisabeth Panitz. *A inserção da arquitetura contemporânea em áreas antigas*. Projeto, 60, 1984, p. 28-29.
- BOURDIN, Alain. *Le patrimoine réinventé*. Paris: PUF, 1984.
- BREFFÉ, Ana Cláudia Fonseca. *Museus históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 5, jan./dez., 1997, p. 175-203.
- CANAS, José Fernando. *Restauration et animation: la politique patrimoniale actuelle*. Monuments Historiques, 194, 1994, p. 29-31.
- CANCLINI, Néstor García. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 23, 1994, p. 95-115.
- CASTRO, José Guilherme Savoy de. *Um novo uso para os velhos barracões do Brás*. Projeto, 18, 1980, p. 48-50.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Paço Imperial/Tempo Brasileiro, 1993.
- FONSECA, Maria Cecília Londres da. *Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 24, 1996, p. 153-163.
- FONSECA, Maria Cecília Londres da. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- FRIEDMANN, John. *El bien comum: evaluando las ciudades*. Revista Interamericana de Planificación, 117/118, 1998, p. 30-45.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *La identidad nacional brasileña: cultura material y uso del pasado*. II Congresso latino-americano sobre a cultura arquitetônica e urbanística. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997, p. 84-95.
- GOMES, Geraldo. *O novo teatro José de Alencar*. Projeto, 141, 1991, p. 85-88.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais*. Estudos Históricos, 2, 1988, p. 264-275.
- IANNI, Octávio. *Cultura popular*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 22, 1987, p. 30-32.
- JANTZEN, Michel. *Patrimoine et exigences doctrinales*. Monuments Historiques, 182, 1992, p. 69-73.
- KIESOW, Gottfried. *A preservação estatal de monumentos e sua política na Alemanha*. II Congresso latino-americano sobre a cultura arquitetônica e urbanística. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997, p. 150-159.
- LEMONS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1984. À procura da memória nacional. Memória, 17, 1993, p. 17-24.
- LISOCKA-JAEGERMANN, Bogumila. *Region, regionalismo e identidad regional hoy*. Revista Interamericana de Planificación, 112, 1995, p. 22-28.

- LOPES, Regina Clara Simões. *A propósito de política cultural*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 22, 1987, p. 26-29.
- LOYER, François. *Architecture du XX siècle: domaine du patrimoine?*. Revue de l'art, 118, 1997, p. 5-7.
- MEADE, Martin. *La législation des monuments historiques*. Monuments Historiques, 155, 1988, p. 7-11.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A história, cativa da memória?*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 34, 1992, p. 9-24.
- MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MICELI, Sérgio. *SPHAN: refrigério da cultura oficial*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 22, 1987, p. 44-47.
- MONNET, Jérôme. *O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 24, 1996, p. 220-228.
- MONNIER, Gérard. *Patrimoine et pratiques sociales*. Monuments Historiques, 182, 1992, p. 74-77.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *Da História como memória da nação à História enquanto crítica da memória nacional*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 22, 1987, p. 22-25.
- PRESCHEZ, Philippe. *Vingt ans de patrimoine: l'évolution juridique*. Monuments Historiques, 161, 1989, p. 12-28.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *A vida colonial, a rua e a ordenação dos espaços*. Cadernos de História de São Paulo, 2, 1993, p. 7-12.
- REZENDE SILVA, Maria Beatriz Setúbal de. *Preservação na gestão das cidade*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 24, 1996, p. 165-174.
- ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. *Patrimônio cultural: uma visão histórica*. Sinopses, 16, 1991, p. 46-55.
- RODRIGUES, Marly. *De quem é o patrimônio?: um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 24, 1996, p. 195-203.
- SALA JR, Dalton Pedro. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: história oficial e Estado Novo*. Dissertação de mestrado, FAU/USP, 1988.
- SAMPAIO, Suzanna. São Paulo: *memória e esquecimento*. Revista do ICOMOS – Brasil, 1998.
- SCHWARTZMAN, Simon e outros. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/São Paulo: EDUSP, 1984.
- SZANBRIEN, Werner. *Patrie, patrimoine, palliatif...*. Monuments Historiques, 166, 1989, p. 11-17.
- VELHO, Gilberto. *A grande cidade brasileira: sobre heterogeneidade e diversidade culturais*. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 21, 1986, p. 49-50.
- WÖRNER, Hans Jakob. *La législation des monuments historiques*. Monuments Historiques, 166, 1989, p. 5-10.

Quadro I - Listagem de Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais, por Estado

Nº	UF	MUNICÍPIO	S/C	NOME
001	AM	Manaus	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus
002	AL	Penedo	S	Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo
003	BA	Cachoeira	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira
004	BA	Itaparica	S	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Itaparica
005	BA	Lençóis	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lençóis
006	BA	Monte Santo	S	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da serra do Monte Santo
007	BA	Mucugê	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mucugê
008	BA	Porto Seguro	S	Município de Porto Seguro
009	BA	Rio de Contas	S	Conjunto Arquitetônico de Rio de Contas
010	BA	Salvador	S	Centro Histórico de Salvador
011	BA	Santa Cruz Cabrália	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália
012	BA	Jaguaripe	C	Jaguaripe (Igreja Matriz Nossa Senhora Ajuda/Casa de Câmara e Cadeia/Casa do Ouvidor)
013	BA	Maragogipe	C	Maragogipe (Igreja Matriz São Bartolomeu/Casa de Câmara e Cadeia)
014	BA	Nazaré	C	Nazaré (Igreja Matriz Nossa Senhora Nazaré/Igreja Nossa Senhora Conceição/Igreja Nossa Senhora Camamu)
015	BA	Salvador	C	Mont Serrat (Forte Mont Serrat/Igreja e Mosteiro Mont Serrat)
016	BA	Salvador	C	Penha (Igreja Nossa Senhora da Penha/Antigo Palácio Verão)
017	BA	Salvador	C	Pilar (Igreja Pilar)
018	BA	Salvador	C	Bonfim (Igreja Senhor do Bonfim/casario)
019	BA	Salvador	C	São Joaquim (Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim/casa à Av. Frederico Pontes)
020	BA	Salvador	C	Praça Cairú (Forte São Marcelo/Alfândega à Praça Cairú)
021	BA	Salvador	C	Barra (Forte Santo Antônio da Barra/Forte Santa Maria/Igreja Santo Antônio da Barra)
022	BA	Santo Amaro	C	Santo Amaro (Igreja Matriz Nossa Senhora da Purificação/Casa de Câmara e Cadeia/Santa Casa)
023	CE	Icó	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó
024	CE	Sobral	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral
025	CE	Aracati	S	Aracati (Casa de Câmara e Cadeia/Igreja Matriz)
026	CE	Fortaleza	C	Fortaleza (Passeio Público/Teatro José de Alencar)
027	DF	Brasília	S	Conjunto Urbanístico de Brasília
028	ES	Vitória	C	Cidade Alta de Vitória (igrejas/casas)

029	GO	Goiás	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás
030	GO	Pilar de Goiás	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás
031	GO	Pirenópolis	S	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis
032	MA	Alcântara	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Alcântara
033	MA	São Luís	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís
034	MA	São Luís	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias
035	MA	São Luís	C	Fábrica Santa Amélia (antiga fábrica Santa Amélia/Fonte de Pedras)
036	MG	Belo Horizonte	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Orla da Lagoa da Pampulha
037	MG	Cataguases	S	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguazes
038	MG	Congonhas	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo
039	MG	Diamantina	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina
040	MG	Mariana	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana
041	MG	Nova Era	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Matriz de Nova Era
042	MG	Ouro Preto	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto
043	MG	Piranga	S	Conjunto Arq. e Paisagístico Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos
044	MG	Sabará	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua D. Pedro II
045	MG	São João del Rei	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João de Rei
046	MG	Serro	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro
047	MG	Tiradentes	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes
048	MG	Caeté	C	Caeté (Igreja Matriz Nossa Senhora do Bonsucesso/Igreja Nossa Senhora do Rosário/Museu Regional)
049	MG	Conceição do Mato Dentro	C	Conceição do Mato Dentro (Ig. Matriz N.S. Conceição/Igreja Nossa Senhora Rosário/Chafariz)
050	MG	Itaverava	C	Itaverava (Igreja Matriz Nossa Senhora Bonsucesso/Igreja Nossa Senhora do Rosário/Museu Regional)
051	MG	Mariana	C	Santa Rita Durão (Igreja Matriz Nossa Senhora Nazaré/Igreja Nossa Senhora Rosário)
052	MG	Minas Novas	C	<i>Minas Novas (Igreja Matriz São Francisco de Assis/Igrejas São José e São Gonçalo/Sobradão)</i>
053	MG	Sabará	C	Sabará (igrejas/passos/chafarizes)
054	MG	Santa Bárbara	C	Santa Bárbara (igrejas/capelas/Centro de Cultura)
055	MG	Santa Luzia	C	Santa Luzia (Igreja Matriz Santa Luzia/Recolhimento de Macaúbas/Casa Praça Matriz)
056	MS	Corumbá	S	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá
057	MT	Cuiabá	S	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá
058	MT	V. Bela S. Trindade	C	Vila Bela S. Trindade (ruínas da Igreja Matriz/Palácio dos Capitães Gerais)
059	PA	Belém	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso
060	PA	Belém	S	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão
061	PA	Belém	S	Conjunto Arquitetônico da Avenida Nazareth
062	PA	Belém	S	Conjunto Arquitetônico da Avenida Governador José Malcher
063	PB	João Pessoa	C	João Pessoa (Convento e Igreja de Santo Antônio/igrejas/sobrados)
064	PE	Igarassu	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu

065	PE	Olinda	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Olinda
066	PE	Recife	S	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife
067	PE	Recife	C	Pátio de São Pedro (Igreja de São Pedro dos Clérigos/pátio)
068	PE	Goiana	C	Área do Rosário (igrejas/convento)
069	PI	Oeiras	C	Oeiras (Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória/sobrado João Nepomuceno)
070	PR	Curitiba	C	Curitiba (conjunto no entorno do Antigo Paço Municipal)
071	PR	Lapa	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Lapa
072	PR	Paranaguá	C	Paranaguá (igrejas/Colégio dos Jesuítas)
073	RJ	Angra dos Reis	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da localidade de Mambucaba
074	RJ	Nova Friburgo	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas
075	RJ	Parati	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati
076	RJ	Petrópolis	S	Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeller
077	RJ	Petropolis	S	Conjunto Urbano Paisagístico da Companhia Petropolitana de Tecidos - Cascatinha
078	RJ	Rio de Janeiro	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Morro do Valongo
079	RJ	Rio de Janeiro	S	Área Central da Praça XV de Novembro
080	RJ	Vassouras	S	Conjunto Urbano Paisagístico da Cidade de Vassouras
081	RJ	Angra dos Reis	C	Centro Histórico (igrejas/sobrados)
082	RJ	Itaboraí	C	Praça Central (Igreja Matriz São João Batista/casa do Visconde de Itaboraí)
083	RJ	Rio de Janeiro	C	Catete (Palácio do Catete com respectivo Parque/conjunto arquitetônico)
084	RJ	Rio de Janeiro	C	Cinelândia (Biblioteca Nacional/Passeio Público/chafariz Praça Mahatma Gandhi)
085	RJ	Rio de Janeiro	C	Praça Tiradentes (Igreja do Santíssimo Sacramento/Solar Visconde Rio Seco/Monumento D. Pedro I)
086	RN	Natal	C	Corredor Cultural (Palácio Potengi/Museu Café Filho)
087	RS	Antônio Prado	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado
088	RS	Pelotas	C	Pelotas (Prédios na Praça Coronel Pedro Osório)
089	RS	Piratini	C	Piratini (Palácio Farroupilha/Casa de Garibaldi)
090	RS	Porto Alegre	S	Porto Alegre (Cais do Porto/Correios e Telégrafos)
091	RS	Rio Grande	C	Rio Grande (Igreja Matriz São Pedro/Casas da Alfândega)
092	SC	Laguna	S	Conjunto Histórico de Laguna
093	SC	São Francisco do Sul	S	Conjunto Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul
094	SC	Florianópolis	C	Florianópolis (Casa Natal Vitor Meirelles/antiga Alfândega/Forte)
095	SE	São Cristóvão	S	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão
096	SE	Laranjeiras	S	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Laranjeiras
097	SP	Carapicuíba	S	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba
098	SP	Itu	C	Itu (Convento Nossa Senhora Carmo/Igreja Matriz Nossa Senhora Candelária/Museu República)
099	SP	Santos	C	Santos (Casa de Câmara e Cadeia/igrejas/casas)
100	SP	São Paulo	C	Área da Luz (Estação da Luz)
101	TO	Natividade	S	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO

PROGRAMA MONUMENTA - PRIORIDADES DE CONSERVAÇÃO

I - Composição do Grupo de Trabalho

A composição do Grupo de Trabalho obedeceu ao previsto no Contrato de Empréstimo, a saber:

- a) pelo menos um terço constituído de especialistas independentes em patrimônio cultural, preferencialmente oriundos de ONGs, fundações e universidades;
- b) especialistas em patrimônio cultural, oriundos de entidades estaduais e municipais;
- (c) representantes do Órgão Executor, do IPHAN, da EMBRATUR e do Ministério da Educação, constituindo até um terço do total; e,
- (d) a UNESCO, convidada a indicar um especialista.

Os membros dos Grupo de Trabalho, conforme as categorias citadas, foram os seguintes:

ESPECIALISTAS INDEPENDENTES

<i>Ângela Gutierrez - MG</i>	<i>Empresária Diretora da Fundação Flávio Gutierrez / Museu do Oratório</i>
<i>Arno Wheling - RJ</i>	<i>Historiador Presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro</i>
<i>Ester Bertoletti - RJ</i>	<i>Advogada e Jornalista Coordenadora Técnica do Projeto Resgate</i>
<i>Golias Silva - SC</i>	<i>Filósofo e Pedagogo Diretor de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina</i>
<i>José Fernandes Lima - SE</i>	<i>Físico Reitor da Universidade Federal de Sergipe</i>
<i>Lúcio Alcântara - DF</i>	<i>Senador da República</i>
<i>Luiz Carlos Villalta - MG</i>	<i>Historiador Diretor do Inst de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto</i>
<i>Marcos Vinícius Vilaça - DF</i>	<i>Jurista e Historiador Ministro do Tribunal de Contas da União</i>
<i>Padre Ernando Teixeira - PB</i>	<i>Filósofo e Teólogo. Especialista em Bens Culturais da Igreja. Diretor do Centro Cultural São Francisco – João Pessoa</i>

Padre Pedro Inácio Schmitz - RS *Historiador e Teólogo*
Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - RS

Paulo Bertran W. Chaibub - DF *Poeta, Economista e Historiador*
Professor da Universidade de Brasília

REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS INTERNACIONAL, FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Alexander Nicolaeff - RJ *Arquiteto*
Diretor do Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, representando órgãos municipais

Briane Bicca - DF *Arquiteta*
Assessora de Cultura da Representação da UNESCO no Brasil, representando esse Organismo

Carmem Inez Garcia - DF *Jornalista*
Diretora de Marketing da EMBRATUR, representando essa Instituição

Iveta Avila Fernandes - SP *Arte - Educadora*
Consultora da Secretaria de Educação Fundamental do MEC, representando esse Ministério

Maria Adriana Castro - BA *Arquiteta*
Diretora Geral do IPAC – Bahia e Presidente do Icomos – Brasil, representando órgãos estaduais

Maria Cecília Londres Fonseca - DF *Doutora em Sociologia*
Coord. de Políticas da Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do MinC, representando esse Ministério

Paulo Chaves - PA *Arquiteto e graduado em Comunicação Social*
Secretário de Cultura do Pará, representando órgãos estaduais

Thays Pessoto - DF *Arquiteta*
Gerente Executiva de Brasília do DEPROT - IPHAN, representando essa Instituição

II - 1ª Etapa dos Trabalhos - Preparação

Após a abertura dos trabalhos pelo Ministro da Cultura, foram feitas as seguintes exposições preparatórias, que serviram de subsídio para as decisões do Grupo de Trabalho:

- Coordenador Nacional do Programa Monumenta

Caracterização e dados gerais do Programa; critérios de elegibilidade de novas cidades; objetivo de elaboração da Lista de Prioridades.

- Arquiteta Jurema Machado – consultora do Programa Monumenta

Definição e critérios de identificação das áreas, que serão objeto de análise do Grupo de Trabalho, ou seja, das 101 (cento e uma) áreas urbanas denominadas Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais.

Apresentação do Banco de Dados dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais, no formato ACCESS, o qual foi disponibilizado para consulta pelos membros do Grupo de Trabalho.

- Professores Istvan Jancsó e Pedro Puntoni – Departamento de História da USP

A representatividade ou vinculação dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais ao processo histórico de formação da nacionalidade.

Construção de uma matriz de narrativa histórica e inserção de cada sítio, com base nas informações levantadas para cada área disponibilizada no Banco de Dados.

Descrição da tipologia de sítios/conjuntos proposta, a qual tem como critérios: sua expressão dentro das narrativas, seu caráter, sua complexidade relativa, antigüidade, representatividade e unicidade dentro de seu tipo.

III - Construção do Modelo - Critérios de Hierarquização

Orientado pelo facilitador dos trabalhos, o Grupo passou a discutir os critérios de priorização. A relação dos critérios adotados e definição textual feita pelo Grupo de Trabalho:

Pluralidade

Considerar a diversidade de aspectos sociais, étnicos e religiosos da cultura brasileira, evidenciada nos bens do patrimônio histórico e artístico nacional.

Devem ser consideradas referências, tais como:

- instituições de caráter associativo, gremial ou mutualista (confrarias, bandeiras de ofício, irmandades, grupos folclóricos, autos teatrais, procissões, etc);
- memória operária;
- clubes e associações semelhantes;
- expressões de religiosidade;
- representações de diferentes grupos de imigrantes;
- conjuntos de habitação popular de formação espontânea; e,
- cemitérios religiosos e indígenas.

Descentralização

Os marcos históricos significativos estão distribuídos por todo o território nacional formando diferentes identidades regionais.

Um sítio ou conjunto histórico/artístico será visto e avaliado por sua visibilidade no conjunto da memória de sua região e sua restauração deverá potencializar outros que o rodeiam.

Por essa razão torna-se necessário que haja uma distribuição mais equilibrada dos recursos a serem aplicados.

Homogeneidade / Diversidade

Considerar os lugares que apresentem homogeneidade, tanto sob o aspecto cronológico, quanto a unidade morfológica e estilística. Inversamente, e sob os mesmos critérios, considerar os lugares onde a diversidade tenha expressiva significação histórica e cultural.

Como avaliar a Homogeneidade:

Cronológica - Sítios e Monumentos representativos de uma mesma época. Ex: um conjunto do período barroco (Ouro Preto), Moderno (Brasília); e,

Morfológica - a unidade e o equilíbrio formal, na paisagem, de edificações, arruamentos, logradouros e outros, de conjuntos representativos de uma mesma época.

Como avaliar a Diversidade:

Cronológica - Sítios e Monumentos que acumulam representações de várias épocas. Ex : conjuntos que permitam, no mesmo lugar, a leitura de diversos tempos históricos (Rio de Janeiro); e,

Morfológico - o equilíbrio e a harmonia, muitas vezes contrastantes, de edifícios, arruamentos, logradouros e outros, de estilos distintos.

Singularidade

Embora, em princípio, todos os bens tombados sejam valorizados enquanto singulares, outras acumulam características de rara ocorrência no conjunto que lhes confere preponderância desse ponto de vista.

Singularidade - exemplar único ou excepcionalmente representativo de uma determinada tipologia:

Histórica/etnográfica - Antônio Prado;

Morfológica - Urbana/Arquitetônica - Brasília;

Paisagem e Ambiente - Parati, Salvador; e,

Estilística - São Luis, Pelotas.

Vazio cronológico

Diz respeito ao interesse na preservação de Sítios/Conjuntos que representam todos os períodos da nossa história.

Deve ser valorizado o sítio/conjunto cuja época não tenha sido devidamente contemplada tanto em nível nacional, como regional.

Risco

Fatores de risco quanto à permanência do Sítio/Conjunto. Ocorrência de processos de degradação.

Fatores físicos: erosão, enchentes, deslizamentos de encostas, outros.

Fatores biológicos: vetores, fungos, outros.

Fatores humanos: tráfego, poluição, abandono, marginalidade social, uso predatório, insuficiência de fiscalização e de legislação estadual e municipal relativa ao bem e seu entorno.

Este conjunto de critérios está graficamente representado pela Matriz apresentada a seguir, que contém ainda os pesos finais atribuídos a cada critério.

Tais pesos resultaram de simulações da aplicação da Matriz às 101 áreas, além de testes de consistência feitos pelo Grupo de Trabalho, sob orientação do facilitador.

PLURALIDADE 16%				DESCENTRALIZAÇÃO 12%				HOMOGENEIDADE DIVERSIDADE 20%				SINGULARIDADE 27%				VAZIO CRONOLÓGICO 10%		RISCO 15%	
SOCIAL		ÉTNICO		RELIGIOSO								Nº DE BENS		ARQUIT/ ARTE		SÍTIO/ PAISAG.			
MA		MA		MA		MA		MA		MA		MA		MA		MA		MA	
A		A		A		A		A		A		A		A		A		A	
M		M		M		M		M		M		M		M		M		M	
B		B		B		B		B		B		B		B		B		B	

IV - Resultado - A Lista de Prioridades de Conservação

A aplicação dos critérios resultou na priorização final apresentada no Anexo I.

Cabe registrar que o Grupo de Trabalho, por razões conceituais e operacionais, optou por analisar conjuntamente, ou seja, por fundir, alguns Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais nos casos em que estes eram complementares, adjacentes ou muito próximos.

Casos de fusão:

- Belém - Centro Histórico (passa a incluir Ver-o-Peso e Praça Frei Caetano Brandão);
- Rio de Janeiro - Centro Histórico (passa a incluir Praça XV, Candelária e Cinelândia);
- Sabará - Sabará (passa a incluir Pedro II e Sabará);
- São Luis - Centro Histórico (passa a incluir São Luis e Praça Gonçalves Dias);
- Salvador - Centro Histórico (passa a incluir Pelourinho, Pilar e Cairú).

Desta forma, a Lista inicial proposta para análise pelo Grupo de Trabalho ficou reduzida de 101 (cento e um) para 94 (noventa e quatro) Sítios Históricos Urbanos Nacionais / Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais, sem prejuízo da análise de todas as áreas originalmente propostas.

V - Recomendações Finais

Na sua reunião de fechamento dos trabalhos, o Grupo de Trabalho apresentou considerações e recomendações que são transcritas a seguir.

CONSIDERANDO

A oportunidade que o Grupo de Trabalho teve de participar de uma experiência exemplar, rica e frutífera;

Que o trabalho realizado deve ser caracterizado como marco de um processo que deverá ter continuidade e ser permanentemente aperfeiçoado e avaliado; e,

Que, em que pese a satisfação do Grupo de Trabalho com os resultados obtidos, cabe sugerir ações para seu aprimoramento.

O GRUPO SUGERE QUE O PROGRAMA MONUMENTA INCLUA DENTRE AS SUAS AÇÕES DENTRE AS SUAS AÇÕES:

1 - A realização de Inventários de Referências Culturais nas áreas objeto de intervenção, acompanhando os inventários de bens imóveis e móveis.

2 - A valorização e preservação de acervos documentais nas áreas/regiões objeto de intervenção, por meio de ações de identificação, capacitação de agentes municipais de cultura, treinamento de mão-de-obra, medidas de conservação, entre outros.

3 - A disponibilização do Banco de Dados que subsidiou os trabalhos de hierarquização para estados, municípios, organizações não governamentais e todos aqueles que demandarem informações sobre as Áreas Urbanas Tombadas em nível Federal.

4 - A promoção de uma reavaliação periódica da Lista de Prioridades em razão do dinamismo da situação das áreas urbanas tombadas, assim como do aprimoramento dos critérios de análise.

5 - O fornecimento de subsídios para o aprimoramento dos critérios de análise nos seguintes aspectos:

5.1. concepção de uma Tipologia de bens que considere suas especificidades, possibilitando a aplicação diferenciada dos critérios;

5.2. especial atenção para o critério de Pluralidade, cujo aprimoramento será possibilitado pelos Inventários de Referências Culturais das áreas de intervenção;

5.3. o refinamento da valoração da Singularidade a partir do número de Bens Tombados, por intermédio da introdução de outras ponderações relevantes;

5.4. a ampliação do critério de Vazio Cronológico para outras situações relevantes para a formação da nação, na visão dos especialistas da área; e,

5.5. a incorporação ao Banco de Dados, sempre que possível, das informações reunidas pelo Projeto Resgate.

Anexo II

LISTA DE PRIORIDADES DE CONSERVAÇÃO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Quadro I

Lista de Prioridades de Conservação, por Ordem de Classificação

Nº	UF	Município	Nome	Pontuação
01	MA	São Luís	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís e Praça Gonçalves Dias	0,973
02	PA	Belém	Centro Histórico (Ver-o-Peso/Praça Frei Caetano Brandão)	0,943
03	MA	Alcântara	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Alcântara	0,903
04	GO	Goiás	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás	0,893
05	PB	João Pessoa	João Pessoa (Convento e Igreja de Santo Antônio/igrejas/sobrados)	0,880
06	PE	Olinda	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Olinda	0,857
07	RS	Porto Alegre	Porto Alegre (Cais do Porto/Correios e Telégrafos)	0,844
08	BA	Cachoeira	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira	0,824
09	MG	Ouro Preto	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto	0,824
10	BA	Salvador	Centro Histórico (Pelourinho/Pilar/ Praça Cairú)	0,794
11	CE	Icó	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó	0,792
12	DF	Brasília	Conjunto Urbanístico de Brasília	0,791
13	MS	Corumbá	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cuiabá	0,783
14	MG	Tiradentes	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes	0,776
15	RJ	Rio de Janeiro	Centro Histórico (Cinelândia/Candelária/Praça XV de Novembro /Praça Tiradentes)	0,773
16	SP	Carapicuíba	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da aldeia de Carapicuíba	0,771
17	RS	Antônio Prado	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado	0,767
18	TO	Natividade	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade	0,766
19	MG	Congonhas	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo	0,759
20	MG	Diamantina	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina	0,752
21	AL	Penedo	Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo	0,747
22	RS	Pelotas	Pelotas (Prédios na Praça Coronel Pedro Osório)	0,731
23	SC	São Francisco do Sul	Conjunto Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul	0,731
24	PI	Oeiras	Oeiras (Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória/Sobrado João Nepomuceno)	0,719
25	SP	São Paulo	Área da Luz (Estação da Luz)	0,716
26	BA	Lençóis	Conjunto Histórico e Paisagístico de Lençóis	0,709
27	SE	Laranjeiras	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Laranjeiras	0,705

28	RJ	Parati	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati	0,702
29	MG	Mariana	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana	0,698
30	BA	Porto Seguro	Município de Porto Seguro	0,697
31	AM	Manaus	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus	0,696
32	SE	São Cristóvão	Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão	0,694
33	GO	Pirenópolis	Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis	0,685
34	MG	Serro	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro	0,676
35	BA	Monte Santo	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Monte Santo	0,672
36	PE	Recife	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife	0,652
37	ES	Vitória	Cidade Alta de Vitória (igrejas/casas)	0,651
38	RJ	Petrópolis	Conjunto Urbano Paisagístico da avenida Koeller	0,651
39	MG	São João del Rei	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del Rei	0,646
40	SC	Laguna	Conjunto Histórico da Cidade de Laguna	0,642
41	MT	Cuiabá	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá	0,642
42	PR	Paranaguá	Paranaguá (igrejas/Colégio dos Jesuítas)	0,610
43	PE	Goiana	Área do Rosário (igrejas/convento)	0,607
44	BA	Jaguaripe	Jaguaripe (Igreja Matriz Nossa Senhora da Ajuda/Casa de Câmara e Cadeia/Casa do Ouvidor)	0,603
45	GO	Pilar de Goiás	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás	0,603
46	RN	Natal	Corredor Cultural (Palácio Potengi/Museu Café Filho)	0,600
47	RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Morro do Valongo	0,596
48	CE	Aracati	Aracati (Casa de Câmara e Cadeia/Igreja Matriz)	0,589
49	CE	Sobral	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral	0,584
50	RS	Rio Grande	Rio Grande (Igreja Matriz São Pedro/Casas da Alfândega)	0,581
51	BA	Rio de Contas	Conjunto Arquitetônico de Rio de Contas	0,575
52	RJ	Vassouras	Conjunto urbano Paisagístico da Cidade de Vassouras	0,573
53	PR	Lapa	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lapa	0,561
54	MG	Cataguases	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguazes	0,558
55	SC	Florianópolis	Florianópolis (Casa Natal Vitor Meirelles/antiga Alfândega/Forte)	0,549
56	BA	Santa Cruz Cabrália	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Santa Cruz de Cabrália	0,547
57	MG	Conceição do Mato Dentro	Conceição do Mato Dentro (Igreja Matriz Nossa Senhora Conceição/Igreja Nossa Senhora do Rosário/Chafariz)	0,543
58	MG	Sabará	Conjunto Arq., Urbanístico da R. D. Pedro II/Sabará (igrejas/passos/chafarizes)	0,533
59	RS	Piratini	Piratini (Palácio Farroupilha/Casa de Garibaldi)	0,529
60	MT	Vila Bela Santa Trindade	Vila Bela Santa Trindade (ruínas da Igreja Matriz/Palácio dos Capitães Gerais)	0,528
61	SP	Itu	Itu (Convento Nossa Senhora do Carmo/Igreja Matriz Nossa Senhora Candelária/Museu República)	0,522

62	PE	Igarassu	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu	0,510
63	BA	Mucugê	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mucugê	0,505
64	MG	Belo Horizonte	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Orla da Lagoa da Pampulha	0,504
65	PA	Belém	Conjunto Arquitetônico da Avenida Governador José Malcher	0,498
66	PA	Belém	Conjunto Arquitetônico da Avenida Nazareth	0,478
67	SP	Santos	Santos (Casa de Câmara e Cadeia/igrejas/casas)	0,471
68	BA	Salvador	Mont Serrat (Forte Mont Serrat/Igreja Mosteiro Nossa Senhora Mont Serrat)	0,456
69	BA	Nazaré	Nazaré (Igreja Matriz São Bartolomeu/Casa de Câmara e Cadeia)	0,451
70	RJ	Rio de Janeiro	Catete (Palácio do Catete com respectivo Parque/conjunto arquitetônico)	0,439
71	BA	Santo Amaro	Santo Amaro (Igreja Matriz N.S. Purificação/Casa de Câmara Cadeia/ Santa Casa)	0,431
72	RJ	Petrópolis	Conjunto Urbano Paisagístico da Companhia Petropolitana de Tecidos - Cascatinha	0,415
73	BA	Salvador	Barra (Forte Santo Antônio da Barra/Forte Santa Maria/Igreja Santo Antônio da Barra)	0,411
74	BA	Salvador	Penha (Igreja Nossa Senhora Penha/ Antigo Palácio Verão)	0,411
75	MA	São Luís	Fábrica Santa Amélia (antiga fábrica Santa Amélia/Fonte de Pedras)	0,403
76	MG	Nova Era	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Matriz de Nova Era	0,403
77	MG	Santa Bárbara	Santa Bárbara (igrejas/capelas/Centro de Cultura)	0,402
78	BA	Salvador	Bonfim (Igreja Senhor do Bonfim/casario)	0,390
79	RJ	Angra dos Reis	Mambucaba (igrejas/sobrados)	0,388
80	MG	Santa Luzia	Santa Luzia (Igreja Matriz Santa Luzia/Recolhimento de Macaúbas/Casa Praça Matriz)	0,386
81	BA	Maragogipe	Maragogipe (Igreja Matriz Nossa Senhora Nazaré/Igreja Nossa Senhora da Conceição/Igreja Senhor Bonfim/casario)	0,384
82	BA	Itaparica	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Itaparica	0,382
83	MG	Caeté	Caeté (Igreja Mat. N. S. Bonsucesso/Igreja N.S.Rosário/Museu Regional)	0,371
84	RJ	Angra dos Reis	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Localidade de Mambucaba	0,370
85	PR	Curitiba	Curitiba – Conjunto no entorno do Antigo do Antigo Paço Municipal	0,364
86	MG	Itaverava	Itaverava (Igreja Matriz Santo Antônio/Sobrado Padre Taborda/casario)	0,355
87	MG	Piranga	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos	0,342
88	MG	Mariana	Santa Rita Durão (Igreja Matriz Nossa Senhora do Nazaré/Igreja N.S. Rosário)	0,342
89	MG	Minas Novas	Minas Novas (Igreja Matriz São Francisco Assis/Igrejas São José e São Gonçalo)	0,337
90	CE	Fortaleza	Fortaleza (Passeio Público/Teatro José de Alencar)	0,334
91	PE	Recife	Pátio São Pedro (Igreja de São Pedro dos Clérigos/pátio)	0,325
92	BA	Salvador	São Joaquim (Casa Pia e Colégio dos órfãos de São Joaquim/casa à Av. Fredeiro Pontes)	0,325
93	RJ	Nova Friburgo	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas	0,295
94	RJ	Itaboraí	Praça Central (Igreja Matriz São João Batista/casa do Visconde de Itaboraí)	0,200

Ficha de Informações Básicas



Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais

Manaus · *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
do Porto de Manaus*



Amazonas

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Manaus

(2) MUNICÍPIO:

Manaus

(3) ESTADO:

AM

(4) SR IPHAN:

1ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Mercado Público, 1.179-T-85

01/07/1987

LH insc. 514 fl. 98

Teatro Amazonas, 693-T-66

20/12/1966

LH insc. 390, fl. 63

Reservatório do Mocó, 1.127-T-84

24/04/1985

LBA insc. 569, fl 09

Porto de Manaus

14/10/1987

LAEP insc. 100, fl 49

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico

14/10/1987

LBA insc. 589, fl 13

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESPONSÁVEL PELO TOMBAMENTO

Teatro Amazonas

Gov. do Estado do Amazonas

Mercado Municipal Adolpho Lisboa

Gov. do Estado do Amazonas

Palácio da Justiça; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

Gov. do Estado do Amazonas

Academia Amazonense de Letras; Grupo Escolar Saldanha Marinho

Gov. do Estado do Amazonas

Instituto Benjamim Constant

Gov. do Estado do Amazonas

Colégio Amazonense D. Pedro II

Gov. do Estado do Amazonas

Faculdade de Direito

Gov. do Estado do Amazonas

Centro de Convivência do Idoso – LBA

Gov. do Estado do Amazonas

Banco Itaú

Gov. do Estado do Amazonas

Relógio Municipal

Gov. do Estado do Amazonas

Comando da Polícia Militar

Gov. do Estado do Amazonas

Igreja da Matriz	Gov. do Estado do Amazonas
Igreja dos Remédios	Gov. do Estado do Amazonas
Paço da Liberdade (antigo prédio da Prefeitura)	Gov. do Estado do Amazonas
Palácio Rio Negro; Palácio 5 de Setembro	Gov. do Estado do Amazonas
Toda a área correspondente ao Conjunto Urbano de Monumento Nacional	Município de Manaus

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Teatro Amazonas e entorno



Mercado Municipal Adolpho Lisboa – foto: Cristiano Mascaro - 2002



Complexo Portuário de Manaus – foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Decreto nº 4.673, de 17 de maio de 1985, “Cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação”, no qual o CUNM está totalmente inserido. A área do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais equivale a 50% da área do Decreto Estadual.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTO NACIONAL, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

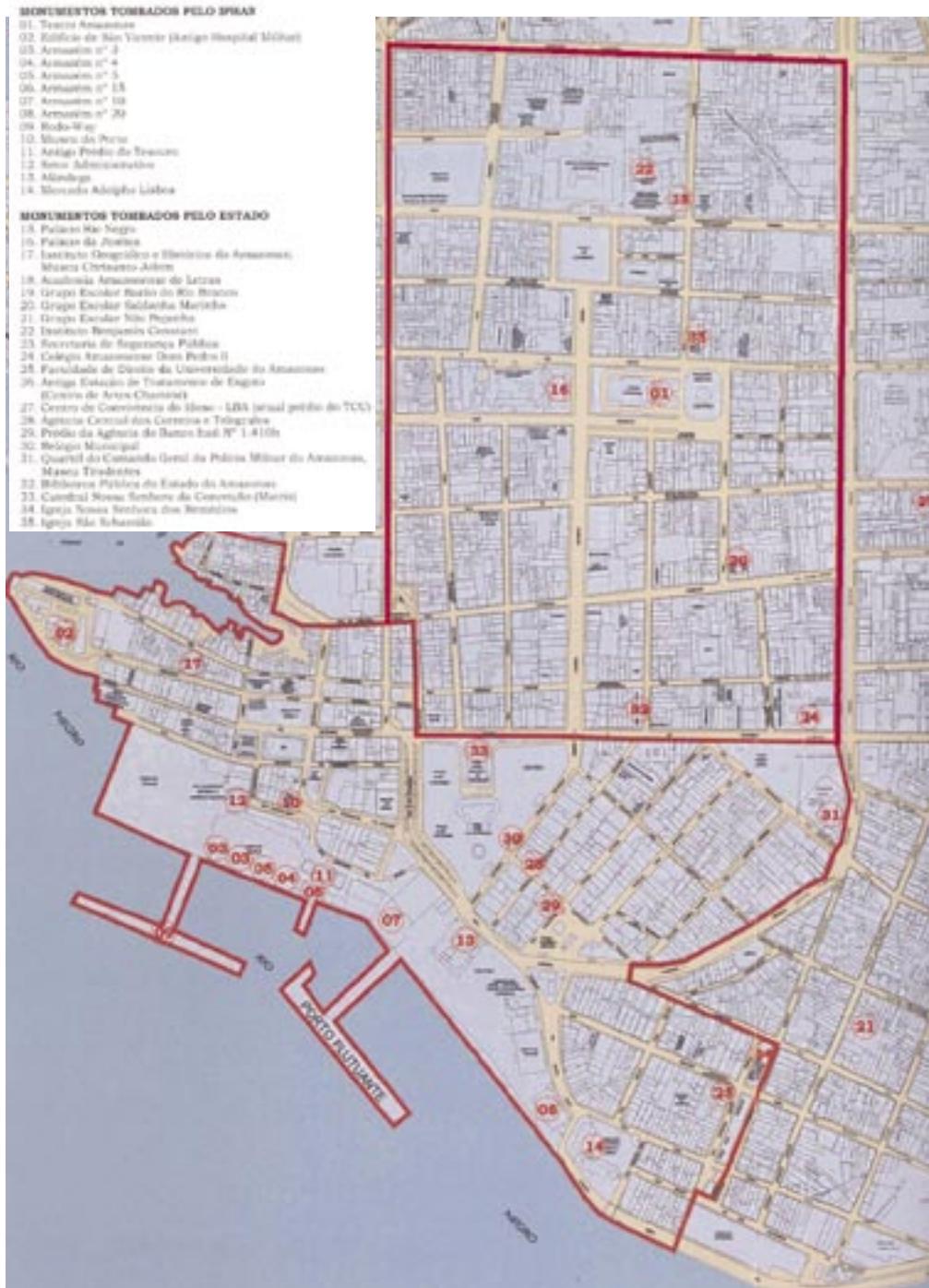
Lei Orgânica do município de Manaus – LOMAN, de 05.04.1990, que, em seus artigos 235 e 242 define, respectivamente as ruas do Centro Histórico e Centro Antigo Tombado. O Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais está totalmente inserido na área delimitada pela LOMAN, correspondendo a, aproximadamente, 30% da área protegida pelo Município.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTO NACIONAL:

O Conjunto selecionado para tombamento pelo IPHAN corresponde aos entornos de Bens já tombados pelas esferas federais, estaduais e protegidos, enquanto área urbana para preservação, também pela municipal. Trata-se de um conjunto de monumentos, edificações, praças e infra-estrutura de esgoto, remanescentes do período áureo da Borracha, guardando, portanto, unidade conceitual que justifica serem englobados por um perímetro único.

O Conjunto Urbano de Monumento Nacional limita-se, ao sul, com o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus, já protegido pelo IPHAN desde 14.10.1987 (1.192 – T-86, LAEP inc.100, fl. 49 e LBA v.2. insc.589, fl.13), constituindo, assim, uma extensão da área já protegida, em direção ao Mercado Adolpho Lisboa e ao Teatro Amazonas, monumentos federais protegidos isoladamente, que não tinham, no entanto, acatamento federal para suas áreas de entorno.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.); e,
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTO NACIONAL

11.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTO NACIONAL

2.000

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O centro histórico corresponde à Manaus do século XIX, cidade que cresceu em função de seu papel como pólo exportador da economia extrativista da Borracha. Desta forma, as ruas deste local se articulam com o porto, tendo um desenvolvimento radial a partir dele, com quarteirões longos e poucas ruas paralelas ao porto e à primitiva linha costeira. As áreas de crescimento secundário mais regulares, com quarteirões quadrados, resultam do projeto urbanístico implantado por Eduardo Ribeiro, durante o governo de 1892 a 1896. Os espaços de ocupações posteriores, na margem oposta do Igarapé dos Educandos, não demonstram o mesmo formalismo na distribuição das ruas.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE; e,
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Os monumentos selecionados para tombamento pelo IPHAN são remanescentes do período áureo da Borracha, englobando todas as principais edificações cívicas existentes até o início do século XX, como os Monumentos Tombados pelo IPHAN, como o Teatro Amazonas e o Mercado Adolpho Lisboa e seus entornos, bem como vários monumentos tombados pela esfera estadual. Constitui, também, entorno do Conjunto já tombado do Porto de Manaus, resultando em um Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais inserido na área do Centro Antigo Tombado pela Lei Orgânica do Município de Manaus, correspondendo a 30% dela. Não tem, todavia, relação com as grandes áreas de expansão mais recente, com dimensões muitas vezes superiores às acauteladas pelo IPHAN.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1669
Fundação do município:	1833
Datação genérica (origem):	1860-1930
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Foi durante o período áureo do Ciclo da Borracha e dos navios a vapor na Amazônia que se processaram as obras de transformação e melhoria do Porto de Manaus.

Em um contrato de construção, firmado em 1902 com o Manaus Harbour Limited, incluía-se, entre outras construções, a do cais, de armazéns, de cabos de transporte e a instalação de um dique flutuante que pudesse atracar grandes navios. O Sítio aqui tratado, fruto desse momento especial da economia amazônica, é composto pelas instalações portuárias situadas: nas Ruas dos Bares, Marquês de Santa Cruz, Monteiro de Souza, Vivaldo Lima, Taquerinha, Visconde de Mauá, Pç. Oswaldo Cruz e Ilha de São Vicente; pelas edificações situadas na Av. Eduardo Ribeiro n° 2 (Alfândega e Guardamoria); na Rua Taquerinha n° 25 (escritório central e fachada anexa); na Rua Gov. Vitorio n° 121, (setor administrativo); na Rua Monteiro de Souza s/n°, (antiga casa de tração elétrica; armazéns n°s 3, 4, 5, 10, 15, 18 e 20, pelo Rod-Way e Bomba de Incêndio).

Dentre esses diversos logradouros e prédios, destacamos o Porto Fluvial de Manaus (público civil, 1902) e o Edifício da Alfândega (público civil, 1906). O Porto Fluvial de Manaus, projetado e construído pela engenharia inglesa, é o primeiro e único no gênero construído no Brasil. Sua concepção sobre bóias, foi pensada para permitir o atracamento com facilidade de navios de grande porte. Solução que se impôs em vista da diferença de níveis (de onze a catorze metros) das águas do Rio Negro, entre a época da enchente e da vazante. Também em 1902, era importado da Inglaterra o Edifício da Alfândega. Inaugurado em 1906, este foi o primeiro edifício pré-fabricado do Brasil. Foi trazido em blocos inteiramente prontos e montado no lugar onde se encontra hoje. No seu prédio, atualmente, funciona a Inspeção da Receita Federal do Porto Fluvial de Manaus.

Nas últimas décadas do século XIX, a descoberta do processo de vulcanização, a adoção do pneumático e o grande surto da indústria automobilística provocaram uma enorme demanda de borracha para Europa e para os Estados Unidos, elevando o preço internacional. Essa demanda deflagrou no Brasil a vertiginosa valorização da região amazônica, com suas florestas repletas de seringais. Detendo praticamente o monopólio da produção de borracha, as suas exportações representaram quase que 100% do comércio mundial do produto, em 1878. Capitalistas locais e internacionais chegaram à região em busca dos lucros e privilégios dessa situação. As grandes fortunas de seringalistas e da Casa de Comércio, que se produziram nesse período, refletiram-se nas transformações da cidade. Localizada no ponto de convergência dos rios por onde descia a goma de látex procedente dos seringais do Acre. Manaus ficou conhecida como a "Capital da Borracha". As construções do porto representam a necessidade de adaptação da Cidade a uma nova realidade, produzida pelo fluxo do comércio e do capital internacional.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS DE IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Veç que ainda estão em grande, voltados para o uso original, os imóveis do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais apresentam um bom estado de conservação. No entanto, esta situação começa a reverter-se e já é visível o início do esvaziamento do Centro, com alguns imóveis abandonados ou transformados.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Os monumentos tombados pelo IPHAN encontram-se situados no centro histórico da cidade de Manaus e estão sendo usados com a finalidade para que foram construídos. É o caso do Teatro Amazonas, Complexo Portuário, Mercado Municipal Adolpho Lisboa. Nas adjacências não se observa indícios de crescimento e sim uma estagnação com algumas substituições do uso de prédios residenciais para o comércio, vez que as áreas de expansão urbana, atualmente, se espalham em direção norte e leste, avançando floresta adentro e o adensamento do centro histórico está controlado pelo PDLI. Bairros antigos limitam área do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, como Aparecida, Cachoeirinha e Educandos são em sua essência residenciais, possuindo usos de comércios e serviços locais. Presenciam-se indícios de renovação urbana da área com a presença de lotes vagos, resultantes de demolições de prédios históricos nos últimos 15 anos.

Apesar da presença de arranha-céus na área selecionada, a existência de Conjuntos Arquitetônicos compostos por unidades de interesse de preservação - prédios cívicos, praças, residências – marca ambiência histórica que remete à identidade urbana da área.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Pode-se observar fatores de desenvolvimento econômico e presença de pequenos empreendimentos, porém sem indícios de impacto ambiental, vez que, apesar dos governos municipais e estaduais não possuírem órgãos devidamente estruturados de preservação e fiscalização do patrimônio, existe um esforço conjunto IPHAN/Prefeitura/Ministério Público/

comunidade/mídia, no sentido de conter as iniciativas predatórias e impactantes, apoiado nos termos da lei. Já saíram sentenças por crimes contra o meio ambiente e os patrimônios históricos da Cidade, que estão sendo cumpridas em forma de serviços prestados à comunidade.

No turismo, não se observa nenhum tipo de impacto predatório; porém, há uma merecida fiscalização por parte dos órgãos competentes no que diz respeito a cuidados por parte da própria população local, evitando-se o vandalismo nos monumentos históricos.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Devido às condições adversas do clima, muita chuva, sol forte, a manutenção principalmente das coberturas exige cuidados especiais e freqüentes. O ataque de xilófagos que também é um grande problema para essas edificações. Alguns imóveis do complexo do Porto necessitam de urgente revisão das instalações elétricas. As áreas de aterro do Mercado e do pátio do Porto necessitam de um urgente estudo com relação a sua infra-estrutura, vez que a diferença de regime das águas e o impacto com a movimentação de containers tem provocado lavagem dos elementos do solo e rachaduras na pavimentação e nas edificações. Também as instalações de prevenção contra incêndios são muito precárias, não existindo um sistema eficaz que cubra o atendimento ao conjunto urbano.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Apesar dos governos municipais e estaduais não possuírem órgãos devidamente estruturados de preservação e fiscalização do patrimônio, existe um esforço conjunto IPHAN/Prefeitura/Ministério Público/comunidade/mídia, em prol da fiscalização e conservação do Centro Histórico, sustentado pela legislação municipal, que tem até certo ponto assegurado sua proteção. Não existem ainda portarias de entorno para os monumentos federais, o que tem dificultado em muito a ação do IPHAN, resultando inclusive em ações que envolveram o Ministério Público.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe legislação e compatibilidade da mesma com a preservação do Centro Histórico, onde está inserido o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Há considerável conscientização por parte dos antigos moradores e da elite cultural no sentido de preservar e conservar os Monumentos Históricos da Cidade. Também nas escolas, existe um grande avanço nesse sentido. Falta, entretanto, um trabalho maciço com a comunidade da periferia visando um fortalecimento e maior participação de cada um, na preservação de nossos monumentos.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Apesar de existirem leis Federais e Estaduais que oferecem benefícios como incentivos fiscais a empresas privadas que se propõem a participar do programa de preservação, conservação e restauração do Patrimônio Histórico e Cultural, lamentavelmente, o Estado e Município de Manaus ainda não contam com o apoio do setor privado nesta área. Existem grupos privados que participam da preservação e reposição de áreas naturais, mais por determinação do que por incentivos dos governos Federais, Estaduais e Municipais.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Está em prática um projeto da Prefeitura Municipal de Manaus, em conjunto com o SEBRAE, que visa dar oportunidades a pequenos comerciantes de exporem e venderem os seus produtos, tais como: artesanato, culinária, gastronomia, dentre outros, juntamente com manifestações de grupos folclóricos de dança, interpretação e músicas regionais para tal o evento acontece todos os domingos no centro da cidade, próximo ao teatro Amazonas.

Há dois anos, foi promovida pelo SEBRAE uma série de eventos que culminou com a "Noite Tribal", o que motivou a Prefeitura a realizar melhorias físicas no prédio.

Ficha de Informações Básicas



Sítios Históricos Urbanos Nacionais

- Belém*
- *Conjunto Arquitetônico Paisagístico Ver-o-Peso*
 - *Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão*
 - *Conjunto Arquitetônico da Avenida Nazaré*
 - *Conjunto Arquitetônico da Avenida Governador José Malcher*



Pará

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso, (812-T-69)

(2) MUNICÍPIO:

Belém

(3) ESTADO:

PA

(4) SR IPHAN

2ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso (...) inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe

(6) DATA:

9/11/77

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 525, fl. 96; LAEP, insc. 69, fl. 16; LH insc. 460, fl. 77.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

13,97

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Igreja e Convento dos Mercedários, 388 – T – 40;

Palácio Lauro Sodré, 709 – T – 63;

Palácio Antônio Lemos (Palacete Azul), 315 – T – 42; e,

Solar do Barão de Guajará

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Mercado de Peixe



Mercado de Peixe



Círio de Nazaré, uma manifestação popular e festa religiosa cujo trajeto passa pelo conjunto



Ortofoto datada de 1998

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Sobreposição parcial do Conjunto Ver-o-Peso com o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Belém, recentemente tombado pelo Estado, e com o conjunto do antigo Largo das Mercês (atual Praça Visconde do Rio Branco).

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Sobreposição parcial do Conjunto do Centro Histórico de Belém, tombado pelo Município, com o Conjunto do Ver-o-Peso.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há proteção estadual de Bens Imóveis inseridos no Sítio em questão.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Os quatro imóveis tombados em nível Federal, a saber: Igreja e Convento dos Mercedários, Palácios Lauro Sodré e Antônio Lemos e Solar do Barão de Guajará têm tombamento também pela Lei municipal que delimita o Centro Histórico.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



Legenda

1. Solar do Barão de Guajará
2. Palacio Lauro Sodré
3. Palácio Antônio Lemos
4. Igreja e Convento dos Mercedários

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

60

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

12

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto Ver-o-Peso está inserido no Bairro do Comércio, antiga Campina que, juntamente com o Bairro Cidade Velha, compõem o Centro Histórico de Belém, tombado pelo município no ano de 1990.

Esta Área, sobretudo o Comércio, constituía o antigo centro da Cidade, onde se concentravam as principais atividades de comércio e serviço. A expansão da área urbana com o surgimento de muitos outros bairros propiciou a criação de novos pólos, mesmo assim, embora decadente, o velho centro ainda prepondera sobre os demais, atraindo grande número de pessoas que por ali circulam diariamente, seja para trabalhar, fazer a feira, compras, pagamentos ou simplesmente passear.

Por intermédio de eixos viários de penetração e do sistema de transportes, o Centro Histórico e o Conjunto Ver-o-Peso acham-se interligados ao contexto urbano continental. Embora espacialmente separado das ilhas vizinhas, o Conjunto Ver-o-Peso mantém com elas estreita relação por meios de sistema privado de transporte fluvial de passageiros e cargas, que movimenta diariamente, através dos embarcadouros existentes no Ver-o-Peso e no bairro da Cidade Velha, um considerável contingente de pessoas.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE; E,
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Ver-o-Peso é formado por ruas, rio, doca, cais, praças e edifícios, incluindo a trama urbana intrínseca a esses elementos. É composto por cerca de 150 edificações (23 quadras), incluindo comércios e residências, não chegando a constituir sozinho um único bairro. Embora densamente carregado de história e de simbologias, espacialmente o Sítio representa apenas uma pequena parcela da área urbana, um fragmento, portanto.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1616
Fundação do município:	XVII
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico completo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Sítio Urbano do Ver-o-Peso e áreas adjacentes (Praça D. Pedro II, Boulevard Castilhos França, incluindo o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe) foram tombados em 1977.

A Casado Ver-o-Peso foi instituída, no século XVIII, como mesa fiscal, onde eram pagos os impostos dos gêneros trazidos para a sede das capitanias. Em 1839, a Cidade ainda estava abalada pela Revolta dos Cabanos, mas, mesmo em estado precário, continuava a funcionar, cobrando impostos para a Câmara.

Em outubro daquele ano, a repartição do Ver-o-Peso foi extinta. Em 1847, a casa foi demolida, e começaram a ser construídos em seu lugar o Mercado de Peixe e o Mercado de Carne, que passariam a integrar a paisagem das docas.

A Praça D. Pedro II, continuação natural do Ver-o-Peso, possui Três Monumentos tombados: o Palacete Azul, o Palácio do Governo e a Casa do Barão de Guajará. Também inclusas no Sítio, são tombadas

outras casas antigas, de conservação variada, na Av. Portugal, Rua Marquês de Pombal e na Praça do Relógio. Destacam-se, aqui, o Palácio do Governo (público civil, 1771) e o Mercado do Ver-o-Peso (comercial, 1908).

O Palácio do Governo, atual sede do Governo Estadual, localizado na Praça D. Pedro II, foi construído de acordo com o projeto do arquiteto italiano Antônio José Landi, que marcou época na arquitetura colonial de Belém. O Governador Fernando da Costa Ataíde Teive mandou iniciar as obras em 1767 e estas foram concluídas em 1771. Até o final do império, o Palácio sofreu reformas que não lhe alteraram o estilo original. No início do século XX, outras reformas adaptaram o prédio ao estilo eclético, próprio do período da borracha em Belém. Em 1969, sob orientação da SPHAN, o Palácio foi restaurado, voltando à sua forma original.

O Mercado do Ver-o-Peso, também conhecido como Mercado de Ferro, começou a ser construído em 1899 segundo proposta dos engenheiros Bento Miranda e Raymundo Vianna. A estrutura toda de ferro foi trazida da Europa e a cobertura principal foi em telha tipo Marselha. A comunicação oficial da conclusão dos trabalhos foi recebida por Lemos na segunda quinzena de novembro de 1901. A 1ª de dezembro do mesmo ano, realizou-se a inauguração solene do novo mercado. Segundo Lemos, "toda a gente aplaude a criação do mercado de ferro, principalmente porque desapareceu o funesto monopólio que oprimia a população, obrigando-a a prover-se dos mencionados gêneros por preço vexatório e exorbitante". Os balcões dos açougues eram de mármore e as ruas de seu interior calçadas a paralelepípedos de granito, sobressaindo os gradis, a escada em espiral feita de ferro, tudo em Art Nouveau. As docas de Belém e suas áreas próximas foram bastante modificadas durante os séculos XVII, XVIII e XIX. No século XIX e início do XX, o conjunto teve sua ocupação intensificada.

O poder aquisitivo da burguesia da borracha naquele momento alcançava patamares inesperados. A tendência, na área de construção, era a de importação, quase que completa, de todos os materiais. Importavam-se tijolos ingleses, revestimentos, além, é claro, dos artigos de luxo para mobiliário e acabamento. Tornava-se comum a importação de prédios inteiros, sendo o setor de obras públicas um dos maiores importadores.

A importância que adquiriu o ferro nesse período em Belém deve-se a um conjunto de fatores ligados às particularidades do ciclo econômico da borracha: a necessidade de, rapidamente, adaptar a cidade à nova estrutura econômica, não havendo mão-de-obra abundante e especializada; a influência direta dos países europeus, importadores da borracha, sobre a região e, por fim, o poder aquisitivo do Estado e classe enriquecida, que permitia a escolha dos produtos mais sofisticados e de melhor qualidade em disponibilidade nos centros industrializados. Os produtos pré-fabricados em ferro preenchiam todas essas condições.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS DE IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

A Área vem sendo objeto de algumas ações da Prefeitura, como a construção de uma praça e de um estacionamento em uma das extremidades da feira; concurso de projetos para restauração do Conjunto, cuja implantação vem se dando de forma pontual, iniciando pela restauração parcial do Mercado de Peixe (em execução); pintura externa do Solar da Beira; montagem, para testes, de protótipo de barraca destinada à área da feira-livre, estando a implantação da primeira etapa da feira programada para breve. O Projeto, resultado do concurso, e a proposta executiva para a primeira etapa da feira encontram-se no IPHAN para análise e parecer.

Também o Governo do Estado vem realizando investimentos próximas a esta área, como a recente obra de conversão de três dos antigos armazéns portuários, de procedência inglesa, em centro de cultura, lazer e turismo.

Mesmo com estas intervenções, o Sítio, de modo geral, apresenta-se em franco processo de degradação, com as soluções implantadas na década de oitenta totalmente obsoletas e insuficientes para atender à atual demanda. As condições de saneamento são mínimas.

O casario, de propriedade de particulares, utilizado para comércio, serviço e depósito, apresenta má conservação e muitos problemas de descaracterização, sobretudo do pavimento térreo. Alguns edifícios mantêm apenas a fachada, o interior é utilizado como estacionamento, outros se encontram fechados e arruinados por dentro. Mesmo aqueles que estão em uso denotam ausência de ações de manutenção.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO OU DESODERNADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O conjunto apresenta-se em processo de estagnação sócio-econômica, degradação e esvaziamento, com imóveis fechados, à venda ou para aluguel, embora já se perceba alguma expectativa de reversão deste processo em função dos investimentos públicos realizados na área e também da iminente possibilidade de realização do Programa Monumenta. Tem uso extensivamente comercial e de serviços, apresentando poucas residências. Durante à noite e nos finais de semana, ocorre um esvaziamento do local, que fica deserto e sem condições de segurança.

A crise sócio-econômica reflete diretamente sobre o espaço urbano, na redução dos investimentos públicos e na disseminação do mercado informal. Os ambulantes, com suas bancas improvisadas, invadem, indiscriminadamente, o leito das ruas, praças e calçadas, onde ocorre a concentração de pessoas.

A construção recente de dois *shopping centers* na área urbana de Belém só veio agravar esse quadro, com o abandono, pela classe de maior poder aquisitivo, do comércio tradicional. A feira-livre e os mercados do Ver-o-Peso vêm perdendo espaço para os supermercados, devido à falta de segurança, às condições inadequadas de higiene e ao despreparo do vendedor no atendimento ao público. Mesmo com todos esses percalços, o conjunto Ver-o-Peso ainda concentra muitas atividades e encanta turistas. Por ali circula diariamente um considerável número de pessoas, sobretudo no horário da manhã. O tráfego de ônibus na Avenida Castilho França é intenso e caótico, misturando veículos, pedestres e ambulantes.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Gestão ineficiente, com serviços precários e tráfego intenso; necessidade de complementação e revisão da atual Legislação Municipal (inclusive uso do solo) e federal; poluição visual e sonora; fiação elétrica e telefônica aéreas; excesso de ambulantes na área do Ver-o-Peso; falta de conscientização dos usuários e, principalmente, dos proprietários.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Recalque no Mercado de Peixe; falta de saneamento da doca do Ver-o-Peso; processo de oxidação dos elementos de ferro do interior do Mercado de Carne; edifícios abandonados; edifícios em estado precário; instalações elétricas precárias e improvisadas; a Igreja de Nossa Senhora das Mercês necessita de restauração, pois apresenta problemas de descaracterização e também de má conservação, como infiltrações, ataque de xilófagos, rebocos deteriorados, problemas na cobertura e nas instalações elétricas improvisadas.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Área tem incidência de Legislação Municipal, Estadual e Federal. Mesmo sem acordo formal, o órgão municipal licenciador de obras, que é a Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), exige para aprovação dos projetos a prévia aprovação das demais instituições.

A fiscalização é quantitativamente deficiente nas três esferas, Municipal, Estadual e Federal. Algumas tentativas já foram realizadas no sentido de viabilizar uma ação institucional cooperada, inviabilizada por diferenças políticas entre estado e município. Em nível técnico, acontecem reuniões e trocas de informações para discussão dos casos comuns às três esferas governamentais.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Conjunto Ver-o-Peso integra o Centro Histórico de Belém, delimitado e tombado por Legislação Municipal. As intervenções nesta área estão regulamentadas por legislação específica, que, no entanto, necessita de revisão e complementação, inclusive a respeito de uso do solo, apresentando conflitos com os parâmetros adotados pelo IPHAN para a mesma área. A Prefeitura estabelece isenção escalonada de IPTU para os edifícios de interesse à preservação que se apresentam preservados e em bom estado de conservação. O entorno do Centro Histórico também é delimitado por lei municipal.

A Lei Complementar de Controle Urbanístico (de nº 02/99), recentemente aprovada, embora introduza novos instrumentos de controle para a área urbana, deixa de fora o Centro Histórico de Belém por reconhecer sua especificidade, entendendo que devem ser elaboradas propostas adequadas pelos setores municipais competentes.

Com relação às "informações disponíveis" sobre a área do Conjunto, o município, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, CODEM, estará disponibilizando, ainda este ano, ortofotocarta em escala 1/2000 (impressa e em meio digital), base cartográfica, na mesma escala, com possibilidade de reprodução na escala 1/1000, também em meio digital e impressa. A cartografia conterá informações sobre a hidrografia, curvas de níveis, altimetria em todos os cantos de quadra, sistema de drenagem, sistema viário, linha de transmissão (rede elétrica e iluminação pública), telefones públicos e antenas.

Esta Superintendência realizou, no ano de 1999, a 1ª etapa do inventário do Centro Histórico de Belém, abrangendo aproximadamente 400 imóveis. A 2ª etapa deste trabalho, envolvendo cerca de 1000 imóveis, está programada para início neste exercício. A metodologia utilizada é a do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados, desenvolvida pelo IPHAN e que vem sendo aprimorada a cada ano, já dispondo atualmente de banco de dados informatizado.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Os feirantes do Ver-o-Peso e também os comerciantes encontram-se organizados em associações e sindicatos.

Os comerciantes são representados nas questões trabalhistas pelo do sindicato, já os lojistas contam com duas organizações, o Clube dos Diretores Lojistas - CDL e a Associação Comercial do Pará – ACP.

A Prefeitura de Belém, na atual administração, vem procurando desenvolver ações no Ver-o-Peso com a participação das classes organizadas.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A comunidade religiosa, por intermédio das paróquias, contribui com coletas para pequenas ações de conservação das igrejas e de seu acervo de bens móveis e integrados.

As instâncias organizadas da área do complexo participam das reuniões para discussão de propostas para aquele espaço, inclusive levando algumas sugestões até o Município.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Muito mais do que os edifícios e a paisagem, destacam-se no Ver-o-Peso, de forma marcante e peculiar, a cultura popular amazônica, a relação com o rio e a floresta está presente nos vendedores de ervas, com suas mandingas e simpatias para todos os males do corpo e do espírito; no preparo e na venda das comidas típicas; nos artesanatos e nos cheiros; no vai-e-vem das canoas com suas histórias de botos, cobras grandes e laras. É também ali que Nossa Senhora de Nazaré, cuja imagem pode ser vista num pequeno altar dentro do Mercado de Peixe, recebe, durante a passagem da procissão do Círio, as maiores homenagens, com a queima de fogos de artifícios, pelos estivadores, barqueiros e feirantes.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé, 739-T-64

(2) MUNICÍPIO:

Belém

(3) ESTADO:

PA

(4) SR IPHAN

2ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé

(6) DATA:

28/07/1964

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP, insc. 35, fl. 09

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

7

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Igreja da Sé, 234-T-40;

Colégio dos Jesuítas e Igreja de Santo Alexandre, 235-T-40;

Forte do Castelo, 644-T-61;

Hospital Militar (antigo Hospital Real), 707 - T - 63.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Praça Frei Caetano Brandão



Vista aérea da Praça Frei Caetano Brandão

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Nenhum conjunto é protegido por legislação estadual no Sítio.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Conjunto Tombado está inserido em um conjunto maior, do Centro Histórico de Belém, delimitado e tombado por Lei Municipal.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Nenhum bem é protegido por legislação estadual no Sítio, especificamente.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Pela Lei Municipal que delimita e tomba o Centro Histórico de Belém, todos os imóveis que recebem proteção, em nível estadual e/ou federal, têm, "por ofício", proteção do Município. Assim, as Igrejas da Sé, de Santo Alexandre e o antigo Colégio dos Jesuítas e Hospital Militar se enquadram neste caso.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

100

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

30

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Marco inicial da cidade e Belém, a Praça Frei Caetano Brandão, embora muito próxima da orla fluvial, foi construída de costas para a baía que a margeia, pois todos os edifícios que a circundam têm suas frentes voltadas para o passeio público e os fundos para o rio. A pequena vista para o rio, possivelmente existente entre o Forte do Castelo e a Capela do Santo Cristo, já demolida, foi fechada por edificações extemporâneas.

A articulação da Praça com a Baía do Guajará acontece, hoje, apenas pelo Forte do Castelo (só visualmente), Feira do Açai e doca do Ver-O-Peso.

Foi a partir deste Sítio que se expandiram e consolidaram inicialmente os bairros da Cidade Velha e o da Campina (hoje Comércio), ambos compostos por linhas paralelas e perpendiculares à margem fluvial, respectivamente, as ruas e as travessas que formam o tecido urbano de trama regular, com quadras retangulares ou trapezoidais de dimensões variadas, situação peculiar das cidades preconizadas pelo urbanismo ibérico, com as vias orientadas nos sentidos Norte/Sul e Leste/Oeste. Tais bairros, Cidade Velha e Campina, compõem o Centro Histórico de Belém, delimitado e tombado por Lei Municipal. O entorno desta área – formado por parcelas dos bairros de Nazaré, Redutor e Batista Campos, consolidados no final do século XVIII e início do XIX – faz interface do antigo Centro com a Nova Belém.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Trata-se do primeiro Sítio de Belém, que teve como marco inicial o Forte do Presépio (hoje Forte do Castelo), ao redor do qual foram construídas as primeiras casas, constituindo a colônia que foi denominada Feliz Lusitânia.

O Conjunto Tombado é formado pela praça e logradouros que a circundam, onde se distribuem 30 edifícios, dentre os quais destacam-se as seguintes unidades que, inclusive, receberam tombamento individual: Forte do Castelo, Igreja da Sé, Igreja de Santo Alexandre e Colégio dos Jesuítas e o antigo Hospital Militar.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1616
Fundação do município:	XVII
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Sítio da Praça Frei Caetano Brandão é formado, segundo o Guia dos Monumentos, pela Igreja Catedral de Nossa Senhora da Graça (antiga Sé), a Igreja de Santo Alexandre, o antigo Colégio dos Jesuítas e o Forte do Castelo, todos do período colonial, compondo a área mais antiga da cidade de Belém.

Foi nesse local que, em 1616, desembarcou o espanhol Francisco Caldeira Castelo Branco, antigo Capitão-mor do Rio Grande do Norte que, com uma expedição de 200 homens, tinha a incumbência de fundar uma capitania nessas terras, consolidando assim a expulsão dos franceses do Maranhão, que acontecera um ano antes.

O Capitão-Mor trazia ordens de construir uma Casa Forte e uma Capela que seria dedicada à Nossa Senhora das Graças. Em seguida à Capela, foi aberto um caminho chamado Rua do Norte, no qual surgiram as primeiras casas de moradia, dando origem ao atual bairro da Cidade Velha, onde está localizada a Praça Frei Caetano Brandão, antigo Largo da Sé.

O Forte do Castelo (público militar, 1616) foi a primeira edificação da cidade de Belém. Construído em madeira, devido à urgência da fixação, chamava-se, a princípio, Forte do Presépio de Belém. Arruinado pelo tempo, foi reedificado em 1622, com uma forma quadrada, por Bento Maciel Parente, capitão-mor do Grão-Pará. Vivia-se uma situação de isolamento e de conflitos, tanto com índios, como com estrangeiros. Foi o momento da União Ibérica e da recém fundada capitania do Maranhão e Grão-Pará (1621), quando a conquista e o povoamento do extremo norte passava a ser, por determinação de Felipe II, responsabilidade dos luso-brasileiros.

Em 1721, é ordenada a sua reconstrução para fortalecer a presença militar, no momento em que as resoluções do Conselho Ultramarino e as ordens régias procuravam monitorar, mediante autorização oficial, as entradas no sertão.

Em 1759 e 1773, novas obras foram realizadas. O forte do Castelo foi atacado e semidestruído pela esquadra imperial durante a Revolta dos Cabanos (1833-1836), porém foi reerguido em 1850, por determinação do presidente da província, Coronel Jerônimo Francisco Coelho, no mesmo ano em que os Rios da Amazônia eram abertos à navegação dos navios mercantes de todas as nações. Foram, então construídos quartéis, casas, uma ponte sobre o fosso, um portão e uma muralha de pedras pelo lado do mar. Em 1863, quando o começo do Ciclo da Borracha já fornecia subsídios preciosos à região, ele foi novamente recuperado. Permanece como sede de uma unidade do exército.

Da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Graça (religioso, século XVIII), sabe-se que a capela primitiva foi construída em 1616, junto com o Forte do Castelo, por ordem do mesmo Francisco Caldeira Castelo

Branco, sendo posteriormente transferida para a Praça Frei Caetano Brandão, local onde se encontra ainda hoje. Assim permaneceu até 1719, quando foi criada a diocese, sendo elevada à categoria de Sé. Em 1730, o real Fundador do Convento de Mafra ordenou a construção da atual Catedral. Em 1748, lançou-se a pedra fundamental, prosseguindo as obras até 1755, quando foi concluída. Quando Antônio José Landi chegou ao Pará (1753), as paredes da catedral estavam na altura da cornija, cabendo a ele o projeto do restante da obra. Acredita-se que o desenho da fachada veio de Portugal, devendo-se a Landi apenas a sua parte superior. Foi reformada no século XIX pelo bispo D. Antônio Macedo Costa.

Entre as contribuições estrangeiras à arquitetura do século XVIII, nem uma foi mais importante que a do arquiteto italiano Antônio José Landi. Deve-se a ele a introdução, na região, de um estilo com idéias classicizantes, que mantém traços do barroco italiano, característico dos prédios oficiais e igrejas de Belém colonial.

Destacamos, no Sítio, esses dois edifícios por representarem a forma de ocupação híbrida, militar-religiosa, que incorporou o extremo norte do território ao Brasil, como, também, por identificarmos, na seqüência de suas restaurações, uma forma de acompanharmos alguns momentos de transformação que a Cidade viveu.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Externamente o Conjunto apresenta-se razoavelmente conservado, embora com algumas intervenções descaracterizadoras, realizadas pontualmente em alguns dos edifícios que emolduram o largo. Além da presença de edificações extemporâneas, equivocadamente construídas em lacunas correspondentes a demolições efetivadas previamente ao tombamento e/ou à revelia deste Instituto.

Recentemente, o conjunto jesuíta, formado pelo antigo colégio e pela Igreja de Santo Alexandre, sofreu grande intervenção do Governo do Estado, passando a funcionar como Museu de Arte Sacra (MAS), o qual foi bem recebido pelos visitantes e pela comunidade, coroando, inclusive, a obra de restauração iniciada pelo IPHAN naquela Igreja.

A requalificação e restauração do conjunto da Praça Frei Caetano Brandão está, no momento, em fase de projeto na Secretaria de Estado da Cultura (iniciado pela Superintendência Regional em 1994), que se encontra realizando prospecções arqueológicas no Forte com vistas ao desenvolvimento de proposta de intervenção. Aquela secretaria, recentemente, negociou a desocupação do edifício do antigo Hospital Militar com o Exército, que tem ali instalada a sua 8ª Divisão de Suprimentos.

Os edifícios públicos do Forte e do antigo Hospital Militar sofreram muitas ações descaracterizadoras ao longo do tempo. Essas, entretanto, apresentam caráter reversível.

Os edifícios privados denotam maior ausência de ações de conservação. O interesse das instituições e as intervenções realizadas podem vir a contribuir para a valorização e promoção do Conjunto, recuperando a auto-estima da população e a revitalização da Cidade e do patrimônio cultural.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Bairro da Cidade Velha, onde se insere o Conjunto Tombado, apresenta vocação residencial consolidada, sobretudo, a partir da expansão da cidade para o Bairro da Campina (Comércio), com a conseqüente transferência de algumas funções político-administrativas para esta nova área incorporada à urbe. Será também a Campina o local eleito pela classe mercantil para se estabelecer, com comércios e residências, precisamente o antigo Caminho de Santo Antônio, que, em função desta mudança, passaria a se chamar Rua dos Mercadores, hoje Rua João Alfredo. Em conseqüência desta forte tendência, o Bairro da Campina passou a denominar-se Bairro do Comércio, transferindo-se, inclusive, grande parte das residências que ali existiam, inicialmente, para outros bairros.

A Cidade Velha, em função de sua proximidade com o rio e com o Porto do Sal (para onde convergem muitas embarcações vindas do interior do Estado), passa a concentrar grande parte do comércio atacadista na Rua Dr. Assis e Praça do Carmo, além das lojas de máquinas, motores e peças para embarcações, responsáveis pela descaracterização de muitos dos edifícios remanescentes.

A inexistência de um terminal fluvial público, tanto para passageiros como para pequenas cargas, contribui para o surgimento de vários terminais privados, acarretando fluxos de veículos e tráfego inadequados, construções e usos incompatíveis com a preservação dos patrimônios cultural e natural presente nessa área, além da insegurança característica de áreas portuárias.

Hoje, em decorrência destes problemas, observa-se uma evasão do uso residencial com implantação de serviços (oficina mecânica, fábrica de velas), comércio e pequenas indústrias. Concomitantemente, verifica-se também a ocupação irregular e o adensamento das margens do rio que, aos poucos, vai se consolidando, embora sem as mínimas condições de infra-estrutura ou saneamento.

A densidade na área do Conjunto e imediações com ocupação regular é baixa e relativamente controlada pela atual Legislação Municipal, que agrega gabarito e índices de ocupação adequados à preservação das características urbanas e arquitetônicas desse Sítio.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Os usos e o trânsito inadequados têm efeito nocivo à preservação do Conjunto, ocasionando a deterioração e a descaracterização do tecido urbano e das edificações.

A ausência de legislação urbana específica do controle da ocupação da orla fluvial na área do Centro Histórico de Belém possibilita a legitimação de usos inadequados à preservação ambiental.

A Legislação Municipal, que admite demolições de interiores de edifícios remanescentes, contribui para a descaracterização do Sítio.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os edifícios públicos, à exceção do Museu recentemente restaurado, apresentam razoável estado de conservação, porém encontram-se relativamente descaracterizados. A Igreja da Sé, também razoavelmente conservada, sofreu intervenções descaracterizadoras necessitando de restauração e tratamento especializado nos Bens integrados. Os edifícios privados, em geral, necessitam de ações de conservação.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Incidem sobre a Área Legislação Estadual Federal e Municipal. O IPHAN outorga responsabilidade pelas análises dos Projetos e Fiscalização aos seguintes órgãos:

Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM, Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB, Fundação Cultural de Belém - FUNBEL e Fundação de Parques e Área verde de Belém - FUNVERDE. A gestão geral da Área é realizada pelo município. Por meio de acordo informal, a Prefeitura, via SEURB, exige os pareceres dos demais órgãos para, só então, liberar os alvarás para obra. As irregularidades são comunicadas entre estes para adoção de medidas cabíveis.

Desde de 1994, existe legislação específica regulamento, regulamentando as intervenções no Centro Histórico de Belém, que, no entanto, já necessita de complementação e revisão. A ausência de portaria federal específica, delimitando, precisamente, a área tombada e definindo parâmetros técnicos adequados à preservação do Conjunto, dificulta a atuação da 2ª Superintendência Regional na preservação deste significativo Conjunto Arquitetônico e Paisagístico. A fiscalização na área é quantitativamente deficiente.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O conjunto da Praça Frei Caetano Brandão integra o Centro Histórico de Belém, delimitado e tombado por legislação municipal. As intervenções nesta área estão regulamentadas por legislação específica, que, no entanto, precisa de revisão e complementação, inclusive a respeito dos usos, apresentando conflitos com os parâmetros adotados pelo IPHAN para a mesma área, por exemplo. O entorno do Centro Histórico também é delimitado por lei municipal.

A legislação municipal também estabelece isenção escalonada de IPTU para os edifícios de interesse à preservação que apresentam bom estado de conservação e preservando.

A Lei Complementar de Controle Urbanístico, recentemente aprovada, embora introduza novos instrumentos de controle para a área urbana, deixa de fora o Centro Histórico de Belém por reconhecer sua especificidade, entendendo que devem ser elaboradas propostas adequadas pelos setores municipais competentes.

Não existe legislação urbana específica para controle da ocupação da orla do Conjunto.

Com relação às “informações disponíveis” sobre a área do Conjunto, o município, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, CODEM, está disponibilizando, ainda este ano, ortofotocarta em escala 1/2000 (impressa e em meio digital), base cartográfica, na mesma escala, com possibilidade de reprodução na escala 1/1000, também em meio digital e impressa. A cartografia conterá informações sobre a hidrografia, curvas de níveis, altimetria em todos os cantos de quadra, sistema de drenagem, sistema viário, linha de transmissão (rede elétrica e iluminação pública), telefones públicos e antenas.

Esta Superintendência realizou, no ano de 1999, a 1ª etapa do inventário do Centro Histórico de Belém, abrangendo aproximadamente 400 imóveis. A 2ª etapa deste trabalho, envolvendo cerca de 1000 imóveis, está programada para iniciar neste exercício. A metodologia utilizada é a do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados, desenvolvida pelo IPHAN e que vem sendo aprimorada a cada ano, dispondo atualmente de banco de dados informatizado.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A implantação do Museu de Arte Sacra nos limites do Conjunto e de mais dois, o Museu de Arte de Belém e Museu do Estado do Pará nas imediações, com as suas respectivas associações de amigos, vem contribuindo para a realização de atividades de educação patrimonial nessa área. A 2ª Superintendência Regional também vem realizando, nos dois últimos anos, em parceria com o Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo e com apoio da Prefeitura de Belém, por meio da FUMBEL, atividades de divulgação e valorização do patrimônio junto às escolas da Cidade Velha.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Por intermédio do Colégio do Carmo, os pequenos comerciantes do bairro da Cidade Velha contribuem para as realizações de educação patrimonial do IPHAN.

A comunidade, por meio das paróquias, contribui com coletas para pequenas ações de conservação das igrejas e de seu acervo de Bens móveis e integrados.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A Praça D. Frei Caetano Brandão (antigo Largo da Sé) é o ponto de saída do Círio de Nazaré, uma das maiores manifestações religiosas do país. Na Igreja da Sé é rezada a missa que dá início à procissão. Às vésperas do Círio existe um comércio de brinquedos de miriti (nesta praça e na Praça do Carmo), que é antigo e bastante tradicional no artesanato amazônico. Há shows musicais e espetáculos teatrais nas praças dos arredores.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico da Av. Nazaré, 1027-T-80 (Obs. 1)

(2) MUNICÍPIO:

Belém

(3) ESTADO:

PA

(4) SR IPHAN

2^a**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico da Av. Nazaré

(6) DATA:

28/03/1985

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA v. 2 insc. 566, fl. 8.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

Portaria no 04, de maio de 1987

(9) ÁREA (em ha):

0,21.

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Conjunto arquitetônico da Av. Nazaré

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Sítio está parcialmente inserido em área de entorno de Bens Tombados pelo nível estadual, entre os quais os mais próximos são o Palacete Bolonha e o antigo Solar do Barão de Guamá (atual sede da CODEM), incluindo o Largo do Redondo.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Sítio também está situado em área de entorno de Bens protegidos por Legislação Municipal, no caso o Centro Histórico de Belém.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há Bens imóveis protegidos por Legislação Estadual inserido especificamente no Sítio.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há Bens Imóveis Tombados pelo município neste Sítio.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

20

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

4

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio fica localizado na Avenida Nazaré, principal eixo de expansão do Centro Histórico no sentido de ocupação da primeira légua patrimonial – área doada pela Carta de Doação de Sesmaria, de 1 de dezembro de 1627, à Câmara Municipal de Belém, que compreendia uma área medida a partir de um ponto fixo localizado no Forte do Castelo, envolvendo todas as terras num raio de uma légua.

Constituído por sete edificações distribuídas por 2 quadras, o Conjunto situa-se no Bairro de Nazaré, cuja ocupação foi consolidada entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, impulsionada pela riqueza do Ciclo da Borracha.

Juntamente com os Bairros do Umarizal e de Batista Campos, o Bairro de Nazaré, representa espacialmente a transição e a interface entre o centro de características coloniais e a Belém de feição contemporânea, também, contida na primeira légua patrimonial e representada pelos Bairros do Marco e da Pedreira.

Embora apresente muitas edificações com características do período colonial e também algumas rocinhas, pequenas chácaras, residências de fim de semana, ali implantadas quando essa área constituía a periferia; destacam-se neste Bairro os ricos palacetes com características ecléticas e com esquema diferenciado de implantação no lote. A malha urbana se constitui de grandes quarteirões definidos por largas ruas e avenidas, dentro de uma nova linguagem urbana.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO AO TOMBAMENTO:

O Conjunto é formado apenas por sete edificações, sendo que seis delas apresentam as mesmas características arquitetônicas e situam-se na mesma quadra e a outra, uma antiga rocinha, fica localizada na quadra em frente.

O Sítio ocupa, portanto, apenas parcialmente, duas quadras, representando uma pequena parcela da área urbana em que se localiza. Constitui um fragmento do espaço urbano.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1616
Fundação do município:	XVII
Datação genérica (origem):	1860-1930
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Bairro de Nazaré começou a ser ocupado em 1774, com a construção de uma capela em devoção à Nossa Senhora de Nazaré, originando, assim, a mais importante festa religiosa do Estado do Pará. Inicialmente ocupada pela população pobre, logo foi invadida por casas de chácaras, as chamadas "rocinhas", que eram alcançadas por caminhos na mata. As áreas próximas da Cidade Velha, paulatinamente, transformaram-se no centro de atividades comerciais, fazendo com que as famílias que lá residiam se transferissem para outros pontos, geralmente afastados, em busca de maior espaço para construção de suas rocinhas (casa de campo ampla e avarandada, edificada no centro do terreno onde predominavam árvores frutíferas), dando origem aos atuais Bairros de Nazaré, Umarizal e Batista Campos. Com o enriquecimento da cidade, durante o Ciclo da Borracha, essas casas passaram a ser adquiridas por comerciantes e seringalistas que, ou as transformaram ou as demoliram, construindo novos palacetes em seus lugares. Podemos citar como representante dessa transformação o Palacete do Barão de Guamá (habitação, de 1888) e a Casa em estilo Mourisco (habitação, do início do século XX) na esquina da Av. Nazaré com Quintino Bocaiúva.

O Palacete do Barão de Guamá surgiu a partir de um imóvel adquirido em 1879, por Francisco Acácio Corrêa. Era uma "rocinha" com todas as características de uma moradia suburbana da época. Em 1883, Francisco Acácio Corrêa, Barão de Guamá, mandou demolir a casa e construiu um palacete, que ficou pronto no mesmo ano. Posteriormente, o edifício passou a ser ocupado pelo Colégio Panteon do Norte e, mais tarde, pelo grupo escolar Barão do Rio Branco. Em 1914, foi ocupado pela Companhia de Eletricidade Paraense Ltda, que nele permaneceu até 1932, voltando o Prédio a ser ocupado por antigos inquilinos. Externamente, o Prédio permanece o mesmo, mas internamente sofreu inúmeras reformas, a fim de adaptá-lo aos serviços lá instalados.

No começo do século XX, a residência da esquina da Av. Nazaré com o Quintino Bocaiúva caracterizava uma nova forma de ocupação e um novo estilo. Com um torreão com cobertura em escamas e os

seus frontões decorados em estilo mourisco, Segundo Jussara da Silveira, esse estilo a tornava única no panorama do começo do século. A residência possui, ainda, azulejos de inspiração oriental e *Art Nouveau*. Essa forma de ornamentar as fachadas a faz representante de um tipo de decoração que foi uma marca característica dos palacetes do mesmo período.

A fase da administração Antônio Lemos (1897-1910), foi um período de grandes transformações na cidade e de grande aparelhamento urbano. O poder público, ávido por transformar Belém em um centro de atrações, teve de replanejar a cidade e criar mecanismos de regulamentação de sua vida social. A renovação urbana, ocorrida no período que vai de 1870/1912, deu-se obedecendo às novas regulamentações e sob o impulso econômico que privilegiava as classes ligadas à exportação da borracha. Passou-se da simples casa de porão alto para uma enorme variedade de gostos e estilos, com os materiais importados que a súbita riqueza proporcionava. São residências de seringalistas, representantes de firmas e de países estrangeiros, altos funcionários, aviadores, políticos e grandes comerciantes. Nelas, começaram a mudar as técnicas construtivas e também a forma de implantação no terreno.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

De um modo geral, o Conjunto apresenta problemas de conservação, tendo apenas dois dos edifícios bem conservados. Apresenta também problemas de descaracterização parcial em quatro das unidades. Uma das edificações, embora ocupada, apresenta-se em estado quase precário, sobretudo após um ônibus colidir com a fachada, causando sérios danos. O processo foi encaminhado ao Ministério Público Federal, mas a situação perdura há alguns anos.

Das sete residências iniciais, quatro ainda preservam esta função, as demais foram adaptadas para outras atividades de comércio e/ou serviços.

A intervenção de maior impacto foi realizada no edifício do conjunto azulejado que fica na esquina com a Travessa Benjamin Constant, com o objetivo de implantação de banco no local, ocasionando a total destruição de seu interior e a descaracterização parcial das fachadas.

Também o edifício de nº 482, que fica isolado no outro lado da Avenida Nazaré, sofreu intervenção recente que consistiu em adaptações internas, acompanhadas de ações de conservação, como reparo nos telhados, pisos e forros. Esta ação, porém, não teve caráter restaurativo.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESODERNADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Localizado em terras altas, dotado de toda a infra-estrutura, bem servido pelos transportes públicos e dispendo de comércio e serviços essenciais, o Bairro de Nazaré é o que apresenta atualmente, na cidade de Belém, maior adensamento populacional, agravado pelo processo de verticalização que já está a requerer maior controle em algumas áreas. Seu traço marcante ainda é a presença de casario oitocentista e do início deste século XX onde destacam-se os palacetes ecléticos, alguns dos quais tombados, o que contribui para conter, de certa forma, o avanço da especulação imobiliária.

De origem eminentemente residencial, observa-se hoje no bairro uma mudança de vocação para comércio e serviços. É mister que os órgãos estadual e municipal de preservação identifiquem e estabeleçam proteção para alguns conjuntos e edifícios remanescentes, ameaçados de desaparecimento para dar lugar a novos edifícios.

Durante os horários de pico, já se observa diariamente o congestionamento no trânsito, sobretudo à porta dos estabelecimentos de ensino que se concentram nas principais vias do bairro.

Na Lei de Controle Urbanístico, aprovada recentemente pela Câmara de Belém, foram suprimidos todos os instrumentos de controle de densidade propostos para esse Bairro.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Falta de proteção municipal e estadual para alguns conjuntos e edifícios significativos para a história da cidade e do estado; ausência de instrumento legal de controle do adensamento nessa área; excesso de veículos e tráfego muito intenso; falta de gestão no controle do comércio informal.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O caso mais grave refere-se ao edifício de nº 457, o qual teve a fachada atingida por um ônibus, além do fato de ser objeto de espólio, onde nenhum dos envolvidos pretende investir no imóvel antes de definida a parte que lhe compete. O edifício encontra-se em processo de degradação geral, com perda de elementos decorativos e materiais.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Incide sobre esta área Legislação Municipal e Federal. A partir de acordo informal entre as instituições o município exige, previamente à expedição do alvará para obras com a aprovação do IPHAN aos projetos. Nos caso de obras irregulares, comunica-se a incidência ao órgão municipal competente, que adota as providências cabíveis, embargando a obra e multando o infrator. A fiscalização é quantitativamente deficiente, tanto a do IPHAN como a da Prefeitura.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Esta área está protegida pela legislação municipal de controle urbanístico envolvendo Lei de Uso do Solo, Código de Edificações, Código de Posturas, Lei Orgânica do Município, Plano Diretor e, mais recentemente, a Lei Complementar de Controle Urbanístico – LCCU. Estas leis definem as áreas de preservação da cidade, reconhecem a existência de áreas com proteção federal, identificam a necessidade de realizar inventário, delimitam e tombam o Centro Histórico de Belém. A Lei de 1994 regulamenta as intervenções no Centro Histórico de Belém e área do entorno; esta, em alguns casos, conflitante com os critérios aplicados pelo IPHAN e necessitando de revisão e complementação. O Código de Posturas encontra-se totalmente defasado. A LCCU, a mais recente de todas, embora introduzindo alguns novos instrumentos de controle, não traz nada para as áreas de preservação do patrimônio cultural, por considerar que tal proposta deverá ser elaborada pelos órgãos competentes.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não há registro de participação efetiva da comunidade neste Sítio.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há registro de organização efetiva do setor privado neste Sítio.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O Círio de Nazaré, que é a maior procissão religiosa do Brasil, tem parte de seu trajeto pela Avenida Nazaré, onde ficam a Basílica de Nossa Senhora e o Colégio Gentil Bittencourt, tombados pelo estado. Todos os anos milhares de pessoas vêm à cidade para assistir e participar da festa em homenagem à padroeira da cidade.

Por esta avenida circulam todas as manifestações populares que ocorrem na cidade.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico da Av. Governador José Malcher (1026-T-80)

(2) MUNICÍPIO:

Belém

(3) ESTADO:

PA

(4) SR IPHAN

2ª

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico da Av. Governador José Malcher

(6) DATA:

28/03/1985

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA v. 2 insc. 565 fl. 7

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

0,45

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista de parte do conjunto arquitetônico da Av. Gov. José Malcher



Vista de parte do conjunto arquitetônico da Av. Governador José Malcher

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Sítio está parcialmente inserido em área de entorno de Bens Tombados pelo nível estadual, entre os quais os mais próximos são o Palacete Bolonha e o antigo Solar do Barão de Guamá (atual sede da CODEM), incluindo o Largo do Redondo.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Sítio também está situado em área de entorno de Bens protegidos por Legislação Municipal, no caso o Centro Histórico de Belém. O Sítio está localizado entorno de Bem Tombado pelo Município: edifício da CODEM, à Av. Nazaré, 708, antigo Solar do Barão de Guamá.

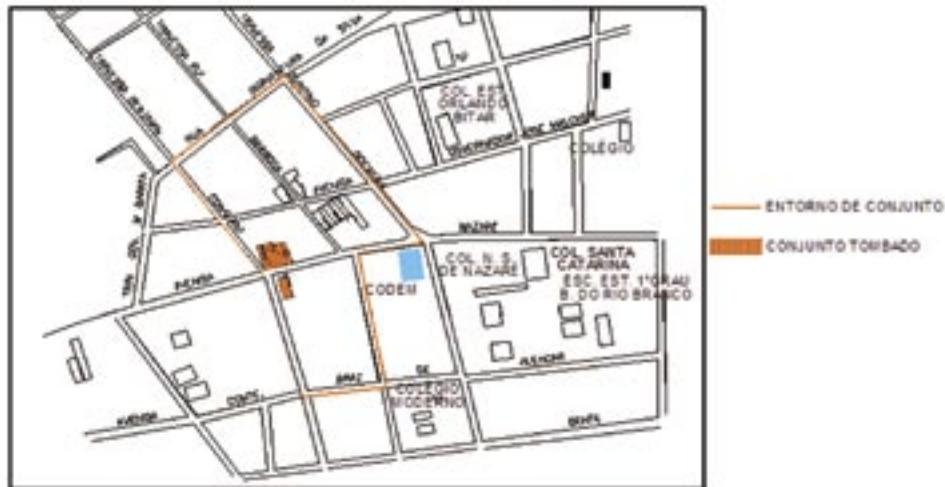
(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há Bem Imóvel de Proteção Estadual inserido no Sítio.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há Bem Imóvel de Proteção Municipal nesta área.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

15

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

3

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio fica localizado na Avenida Governador José Malcher e na Travessa Rui Barbosa. A Avenida Governador José Malcher, paralela à Avenida Nazaré — principal eixo de expansão do núcleo colonial no sentido do continente — também integra o Bairro de Nazaré, cuja ocupação consolidou-se entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, impulsionada pela riqueza do Ciclo da Borracha.

Este Conjunto e o da Avenida Nazaré apresentam similaridades, foram tombados concomitantemente e possuem portaria e entorno únicos. O diferencial entre os dois Sítios fica por conta da distribuição das unidades que o compõem, além de algumas diferenças tipológicas. Neste caso, os Edifícios Tombados estão implantados em três das quatro quadras que formam a esquina e apresentam, também, três exemplares diferenciados de unidades residenciais, além de uma unidade comercial.

Juntamente com os Bairros do Umarizal e de Batista Campos, o Bairro de Nazaré representa espacialmente a transição e a interface entre o centro de características coloniais e a Belém de feição contemporânea, também contida na primeira légua patrimonial e representada pelos Bairros do Marco e da Pedreira.

Embora apresente muitas edificações com características do período colonial e também algumas rocinhas, pequenas chácaras, residências de fim de semana ali implantadas quando essa área constituía a periferia, destacam-se neste Bairro os ricos palacetes com características ecléticas e com esquema diferenciado de implantação no lote. A malha urbana se constitui de grandes quarteirões, definidos por largas ruas e avenidas, dentro de uma nova linguagem urbana.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio se compõe-se de doze edificações, distribuídas em três quadras, ocupadas parcialmente pelos imóveis tombados. Representa, portanto, um trecho do espaço urbano, um fragmento da cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1616
Fundação do município:	XVII
Datação genérica (origem):	1860-1930
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio urbano de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os Monumentos que constam do Sítio Histórico da Avenida Governador José Malcher, antiga Avenida São Jerônimo, foram construídos, na sua grande maioria, durante a administração do Intendente Antônio José de Lemos (1897-1910) e do Governador Augusto Montenegro, período áureo da borracha e da remodelação da Cidade. Do Sítio destacam-se o Palacete Montenegro (habitação, de 1905) e o Palacete Carlos Brício da Costa (habitação, de 1907), atual sede da Secretaria de Planejamento do Estado. Durante administração de Antônio Lemos o novo cenário da Cidade foi implementado, tendo o administrador estabelecido como princípios básicos dessa metamorfose: a condenação dos hábitos e

costumes da população identificados como anti-higiênicos, colocada em prática pelo uso de uma política e polícia sanitária; e a remodelação do espaço público em central, identificado com o modelo urbano europeu. O Intendente procurou sistematizar normas que transformassem os logradouros públicos em espaços atraentes.

Construído com extremo requinte, com mármore e madeiras nobres, vidros, luminárias e mobiliário importados, o Palacete Montenegro foi a residência particular do então Governador. Na década de 1980, o prédio foi restaurado pela Universidade Federal do Pará. Construído em 1907, dois anos depois, o Palacete Carlos Brício da Costa, também conhecido como palacete José Júlio de Andrade, foi projetado por Francisco Bolonha, Secretário de Obras da administração Montenegro e figura de particular importância entre os engenheiros paraenses, naquele período. Pela forma de sua construção, esse prédio é tido como um dos exemplares mais representativos das inovações que o ecletismo apresentava junto ao modelo colonial português de construção. Representativas do período áureo da borracha no Pará, essas residências foram construídas com acentuada verticalidade, utilizando ornamentações ligadas ao *Art Nouveau*, bem ao gosto da enriquecida burguesia da época.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

No geral, o Sítio apresenta problemas de conservação, tendo apenas três edifícios bem conservados, dentre os quais destaca-se o edifício-sede do IPHAN 2ª SR, em melhor estado no conjunto e que sofreu, recentemente, criteriosa intervenção restaurativa. Os outros dois foram apenas reformados, sem o mesmo caráter de intervenção. Três outras edificações estão em mau estado de conservação, principalmente a de nº 584 da Avenida Governador José Malcher, a qual foi sinistrada por uma mangueira, que atingiu sua fachada lateral. Processo sobre o caso foi encaminhado ao Ministério Público. As demais se encontram razoavelmente conservadas, sendo que duas (onde foi implantada uma clínica) sofreram descaracterização interna.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Localizado em terras altas, dotado de infra-estrutura, bem servido pelos transportes públicos e dispendo de comércio e serviços essenciais, o Bairro de Nazaré é o que apresenta atualmente, na cidade de Belém, maior adensamento populacional, agravado pelo processo de verticalização que já está a requerer maior controle em algumas áreas. Seu traço marcante ainda é a presença do casario oitocentista e do início deste século, onde se destacam os palacetes ecléticos, alguns dos quais tombados, o que contribui para conter, de certa forma, o avanço da especulação imobiliária. De origem eminentemente residencial, observa-se hoje no bairro uma mudança de vocação para comércio e serviços. Neste processo, identifica-se um percentual de 25% de imóveis fechados (mas não abandonados) no Conjunto. É mister que os órgãos estadual e municipal de preservação identifiquem e estabeleçam proteção para alguns Conjuntos e edifícios remanescentes ameaçados de desaparecimento para dar lugar a novos edifícios.

Durante os horários de pico, já se observa diariamente os congestionamentos no trânsito, sobretudo à porta dos estabelecimentos de ensino que se concentram nas principais vias do Bairro.

Na Lei Complementar de Controle Urbanístico, aprovada recentemente pela Câmara de Belém, foram suprimidos todos os instrumentos de controle de densidade propostos para esse bairro.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Falta de proteção municipal e estadual para alguns Conjuntos e edifícios significativos para a história da Cidade e do Estado; ausência de instrumento legal de controle do adensamento nessa área; excesso de veículos e tráfego muito intenso; falta de gestão no controle do comércio informal.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A casa de nº 584 está em situação precária, e em pior estado no sítio, com perda de ornatos da fachada, infiltrações, forros e azulejaria deteriorado ou parcialmente destruídos. As demais edificações apresentam problemas relacionados à manutenção deficiente, tais como: deterioração dos forros e infiltrações, ataque de insetos xilófagos, entre outros.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Incide sobre esta Área Legislação Municipal e Federal. A partir de acordo informal entre as instituições o Município exige, previamente à expedição do alvará para obras, a aprovação do IPHAN aos projetos. Nos casos de obras irregulares, comunica-se a incidência ao órgão municipal competente, que adota as providências cabíveis, embargando a obra e multando o infrator. A fiscalização é quantitativamente deficiente, tanto a do IPHAN como a da Prefeitura.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Esta Área está protegida pela Legislação Municipal de controle urbanístico envolvendo Lei de Uso do Solo, Código de Edificações, Código de Posturas, Lei Orgânica do Município, Plano Diretor e, mais recentemente,

a Lei Complementar de Controle Urbanístico – LCCU. Estas Leis definem as áreas de preservação da Cidade, reconhecem a existência de áreas com proteção federal, identificam a necessidade de realizar inventário, delimitam e tombam o Centro Histórico de Belém. A Lei de 1994 regulamenta as intervenções no Centro Histórico de Belém e área do entorno; ela está, em alguns casos, conflitante com os critérios aplicados pelo IPHAN, necessitando de revisão e complementação. O Código de Posturas encontra-se totalmente defasado. A LCCU, a mais recente de todas, embora presente alguns novos instrumentos de controle, não traz nada para as áreas de preservação do patrimônio cultural, por considerar que tal proposta deve ser elaborada pelos órgãos competentes.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não há registro de participação efetiva da comunidade neste Sítio.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há registro de organização efetiva do setor privado neste Sítio.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O Bairro de Nazaré, onde fica localizada a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, é tomado pelas manifestações culturais relacionadas à celebração do Círio.

Ficha de Informações Básicas



Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Natividade · *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade*

Tocantins

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade

(2) MUNICÍPIO:

Natividade

(3) ESTADO:

TO

(4) SR IPHAN

1**4****a****CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade

(6) DATA:

16/ 10/ 87

(7) LIVRO DE TOMBO:

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

18

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

N/T

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Ruínas do Rosário – foto: Cristiano Mascaro - 2002



Rua Direita

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Igreja de Nossa Senhora da Natividade, Igreja de São Benedito e Ruínas do Rosário.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

425

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

85

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Até meados do século XX, a cidade permanecia a mesma consolidada ainda no período colonial. Essa foi a área tombada e, ainda hoje, chega a 50% da área edificada e da população residente.

Houve algum crescimento sobre área nova, fora do perímetro do Sítio, porém mesmo com a baixa densidade e volumetria não ocorreu interferência excessiva sobre o Sítio.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Vinculação histórica do Sítio e da paisagem ao modo de urbanização no século XVIII, ou seja, da rede de arraiais mineradores e colonizadores das capitanias interiores do Brasil. Tombado e inscrito no Livro do Tombo Histórico pelo reconhecimento desses valores históricos impregnados ao Sítio Urbano e à paisagem.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1734
Fundação do município:	1781
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Nascida da expansão mineradora do começo do século XVIII, no Centro-oeste, Natividade foi fundada pela irradiação de garimpeiros a partir de Vila Boa de Goiás. Acredita-se que, originalmente, Natividade chamava-se São Luís, adquirindo o topônimo de Natividade em 1833, em homenagem à Nossa Senhora. Foi um dos maiores arraiais da Capitania de Goiás, ocupando o segundo lugar em importância, só perdendo para Meia Ponte (atual Pirenópolis). No período de 1805 a 1815, foi sede do governo provisório da Comarca do Norte quando do conflito deflagrado entre o norte e o sul da então Província de Goiás. Segundo Johann Emanuel Pohl, possuía *“umas 300 casas, todas térreas, construídas com adobe, cobertas com telhas e dispostas umas contíguas às outras”*. Elas formavam ruas bastante claras e regulares, guarnecidas de calçadas de laje. Os quintais também eram na sua maioria cercados com muros de pedras e adobe.

Em 1925, a Cidade foi invadida pela Coluna Prestes, permanecendo nela, por algum tempo, Luís Carlos Preste e seu Estado-Maior. O Sítio Arquitetônico da cidade de Natividade é composto por 260 unidades, sendo que 28 (21 residências), foram inventariadas recentemente. A estrutura urbana original do núcleo minerador se encontra praticamente íntegra. Possui uma área de ocupação mais recente (fins da década de 60, do século XX), que não interfere no núcleo original.

De estrutura urbana colonial, com ruas irregulares, o Sítio destaca-se pela simplicidade do casario e pela ausência de monumentalidade das construções públicas, resultando em um conjunto harmônico. As fachadas são basicamente de dois tipos, correspondendo aos ciclos econômicos pelos quais passou a Cidade. As fachadas mais despojadas são do período relativo a mineração do século XVIII; e as fachadas mais ornamentadas, do segundo período, ligado à pecuária, a partir do século XIX.

Dentro do Conjunto merecem destaque a Igreja de São Benedito (religioso, meados do século XVIII) e a Casa nº 128 (residência, de 1898), localizada na Praça da Matriz. Representante da ocupação original do povoado, a Igreja de São Benedito era a sede dos serviços religiosos do povoado de Natividade quando o viajante austríaco Johann Emanuel Pohl, que percorreu o interior do Brasil de 1817 a 1821, lá esteve. Local de culto religioso até nossos dias, foi restaurada em 1982 pelo convênio Pró-Memória e Fundação Cultural da Goiás.

A casa nº 128, do outro período de vulto econômico da Cidade, está localizada na Praça da Matriz, foi encomendada por Lourenço José da Costa, que incumbiu para a tarefa Artur Bomba, artesão que teria construído inúmeras casas na cidade. Este artesão havia sofrido as influências de pedreiros e carpinteiros oriundos da cidade da Barra, na Bahia, que vieram à Natividade, no final do século XIX, para construir a casa de Joaquim da Silva, chefe político local e pecuarista. Tendo sido a casa também um pouso, a distribuição de seu espaço interno e externo traz a marca da diversificação, em virtude das novas necessidades, que o conjunto habitacional sofreu com o Ciclo da Pecuária. Nesse período passavam a fazer parte das edificações espaços diferenciados para dispensa (armazenando em cômodos separados farinhas, grãos, carnes), forno, galpão para bezerros, paiol, quarto de arreio, rancharia (local para pouso de tropeiros e peões) e casas comerciais.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS DE IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Satisfatório.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Não ocorre.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS, COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não ocorre.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Principalmente, as Igrejas necessitam de obras de conservação.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura atua em consonância com o IPHAN na área tombada.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe a Associação de Amigos da Igreja de São Benedito, mas com pouca atuação.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As festas religiosas são bastante concorridas e a produção artesanal é ativa.

Ficha de Informações Básicas



Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Alcântara

- Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Alcântara

São Luís

- Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís
- Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

São Luís

- Fábrica Santa Amélia (antiga Fábrica Santa Amélia e Fonte de Pedras)



Maranhão

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Alcântara, 390 -T- 48

(2) MUNICÍPIO:

Alcântara

(3) ESTADO:

MA

(4) SR IPHAN

3ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Alcântara

(6) DATA:

29/12/48 e 10/10/74
(1974).

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 254, fl. 43 (1948), LBA, insc. 521, fol. 95 (1974); LAEP insc. 67, fl. 15

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

140

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

140

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Praça da Matriz

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Decreto nº 11.683, de 29/11/1990, cria o Sítio Histórico de Alcântara com o nome de Conjunto Arquitetônico e Área Paisagística. Seu perímetro corresponde ao do IPHAN.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Casa de Câmara e Cadeia;

Casa do Divino; e,

Prédio Colonial (Rua do Cemitério).

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

- Zona de Preservação Rigorosa
- Zona de Preservação Simples
- Zona de Preservação Ambiental
- Zona de Expansão Urbana

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.000

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

400

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Alcântara, quando de seu tombamento pelo Governo Federal, tinha como limite todo o município, sendo que a cidade de Alcântara, propriamente dita, mantinha suas características urbanas e arquitetônicas do século XVIII. Atualmente, nas áreas de expansão, a ocupação se dá de forma mista, ora com traçado regular/ortogonal, ora seguindo o relevo.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Município de Alcântara foi tombado em 1948, porém estudos arquitetônicos e urbanísticos realizados pelo próprio IPHAN, aprovado pelo seu Conselho Consultivo nos anos 90, delimitaram o Perímetro Tombado, embora até a presente data este perímetro não tenha sido homologado.

Com o crescimento urbano e populacional de Alcântara, notadamente a partir da década de 1980, com a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara/CLA, várias áreas sofreram ocupação desordenada e um loteamento foi implantado com aprovação prévia do IPHAN.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1633
Fundação do município:	1637
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Povoação surgida de um aldeamento indígena que já existia antes da chegada dos franceses ao Maranhão, em 1612. Lá foi instalada uma capela francesa e, quando da conquista portuguesa, a área e os índios foram dados em capitania a Matias de Albuquerque, filho do Capitão-Mor. No local foi instalada uma guarnição, que foi destruída em uma revolta indígena por volta de 1618.

Em 1621, a Coroa Portuguesa cria o Estado do Maranhão, época do início da colonização de Alcântara. No final do século XVII, Alcântara já rivalizava com São Luís, sede do Estado, tendo mantido seu predomínio do século XVIII até meados do século XIX. Até o século XX, a economia maranhense baseava-se no algodão. A região exerceu também função de entreposto comercial de produtos estrangeiros ou de outras regiões do país destinados ao interior do Maranhão. A influência europeia era trazida para a região pelos filhos dos plantadores que iam estudar no interior, sobretudo em Coimbra. A Cidade foi tombada em 1948 e, da época áurea entre o século XVII e XVIII, restam alguns Monumentos.

A Capela de Nossa Senhora do Desterro (religioso, final do século XVIII), atual Igreja São José, nome do padroeiro primitivo, está situada na parte mais antiga da cidade. Não se sabe a data exata de sua edificação, mas parece ser o primeiro templo do Maranhão. Em 1641, com a invasão holandesa, a Cidade foi destruída e a imagem de Nossa Senhora do Desterro despedaçada. Em 1654, o Templo foi reconstruído. Em 1865, o seu estado de ruínas levou a Câmara Municipal a propor a sua remoção e a construção de um mercado de peixe. Isso não ocorreu, seu valor histórico foi reconhecido e em 1869 estava completamente restaurada. Em 1942, novamente em ruínas, tem a imagem de São José recolhida à Catedral e as demais abrigadas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Em 1954 e 1978 ocorreram obras de reconstrução e restauro. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (religioso, século XIX) foi construída pela irmandade de mesma invocação, que obteve licença do governador para erguer sua própria igreja em 1781, tendo ficado pronta em 1803. Sobre as Ruínas da Igreja Matriz de São Matias (religioso, século XIX), localizada na Praça da Matriz, sabe-se apenas que em 1869 foi nomeada uma comissão a mando do Presidente da província para concluir a obra.

A Igreja e o Convento do Carmo (religioso, século XVII) foram fundados pelos irmãos da Ordem dos Carmelitas Calçados, em 1646 e 1665, respectivamente. Em 1865, o Conjunto foi restaurado por ordem provincial. O Convento ficou abandonado a partir de 1890, quando a Ordem Carmelitana foi despojada de todos os seus bens no Maranhão. A capela foi cuidada ao longo do tempo, por fazer parte das tradicionais manifestações da Festa do Divino Espírito Santo. De estilo Barroco, caracteriza-se por não manifestar ornamentos rococó; o altar-mor é de madeira, todo revestido a ouro em folha e com pintura da época. Na Colônia, o Conjunto do Convento foi também ocupado e transformado em quartel e

fortaleza pela força portuguesa. Hoje o Convento é mais um monumento em ruínas na Cidade, restando apenas muros e escombros.

A Rua do Jacaré (espaço público, século XVIII), composta por pedras cabeça-de-negro e de cantaria; a Fonte de Pedra (espaço público, 1613), edificada pelos franceses em 1613 para abastecer a população; a Fonte de Miritiva (espaço público, século XVIII), da qual sabe-se ser anterior a 1747; a Casa de Câmara e Cadeia (público civil, final do século XVIII); o Forte de São Sebastião (público militar, século XVIII), construído em 1763 e já em 1797 em ruínas; e o Cavalo de Tróia (habitação), que é o mais alto solar de Alcântara, construído pelo português Chico Taipa (que elogiava sua casa fazendo referência ao cavalo de madeira da Guerra de Tróia). Esses são alguns dos edifícios Públicos e civis que compõem o patrimônio da cidade. Merecem destaque, também, Os Cinco Passos, construídos no século XVI, na Rua da Amargura, para a representação da Páscoa em Alcântara.

A cidade possui em seu patrimônio diversas igrejas antigas, um forte do século XVIII e palacetes em ruínas, que demonstram a acentuada influência européia exercida pelo do contato dos filhos dos grandes da terra com Coimbra, durante seu período áureo – que vai do final do século XVII até o século XIX – assim como sua posterior decadência. Alcântara reúne, desta forma, um conjunto de construções de diferentes períodos de sua história, muitas delas em ruínas.

Monumento Nacional, Decreto 26.077-A, de 22 de dezembro de 1948.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS DE IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Seu estado de conservação é regular, apresentando alguns imóveis em arruinamento. As vias também se apresentam regular. Há dois anos, trechos de calçamento foram feitos e outros recuperados, porém alguns destes já apresentam problemas. Isto se dá devido à má compactação e à forte incidência de chuvas na região.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

No centro antigo há um adensamento, os lotes vazios estão sendo ocupados e outros imóveis sendo ampliados ocupando os Quintais. A maioria dos poucos imóveis de mais de um pavimento não são mais de uso residencial, passando a abrigar também serviços ou comércio.

Nas áreas ainda não urbanizadas, vizinhas ao centro original, tem-se uma ocupação desordenada, chegando a uma favelização em certos locais. Em outros, já aparecem loteamentos irregulares. A população nova, que chega à cidade e exerce pressão para ocupação do solo, é atraída basicamente por dois motivos: o atrativo criado pelo Centro de Lançamento, onde se busca emprego e melhoria da qualidade de vida (porém esta expectativa não foi correspondida por ser um empreendimento que requer mão-de-obra especializada); e pelo fato das pessoas não terem se adaptado às agrovilas.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A Cidade encontra-se no momento estagnada economicamente, com a população sem oportunidades. A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara trouxe alteração no modo de vida da população do município. Vários povoados na zona rural foram deslocados e algumas famílias procuraram a sede do município causando pressão na área urbana. Junto com estas vieram pessoas de outros municípios em busca de oportunidade de emprego. A Cidade não teve como absorver estes imigrantes, advindo daí uma decorrente degradação do meio ambiente.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A falta de recursos de muitos proprietários e a decadência econômica contribuem para a degradação dos imóveis. Podemos citar a precariedade das coberturas (madeiramento) por falta de manutenção, e ataque de cupins, como os principais agentes de degradação de madeirames.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura de Alcântara não está estruturada para responder às demandas da sociedade.

Em 1998, a 3ªSR/IPHAN desenvolveu um programa de educação patrimonial em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Lei nº 244/97, de 10 de outubro de 1997, estabelece a proteção do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Alcântara; define seus limites; regula a ocupação e uso do solo e dá outras providências. Esta lei foi elaborada por técnicos da 3ªSR, encaminhada à Prefeitura e por esta à Câmara Municipal, onde foi discutida, aprovada e sancionada.

Existe Código de Obras.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Incipiente.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festa do Divino – anualmente no mês de maio, atraindo pessoas das cidades próximas (15 dias de festa).

Festa de São Benedito – mês de agosto.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís, 454-T-57

(2) MUNICÍPIO:

São Luís

(3) ESTADO:

MA

(4) SR IPHAN

3ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís

(6) DATA:

13/03/1974

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP Inst. 64, fl. 15; LBA insc. 513 fl. 93

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA:

55

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA:

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Academia Maranhense de Letras (Rua da Paz, 85), 645-T-61;

Casa à Avenida Pedro II n° 199 a 205, 599-T-59; Fonte do Ribeirão, 428-T-50;

Largo do Desterro, 454-T-51; Palacete Gentil Braga, 940-T-76;

Portão da Quinta das Laranjeiras, 210-T-39; Praça João Lisboa, 454-T-51.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Casarios da Rua do Nazaré

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

5.000

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.000

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

São Luís, desde sua fundação no século XVII, teve uma grade urbana regular, retilínea, desenvolvendo-se a partir do Forte da Cidade e mantendo essa conformação nas áreas de expansão.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área Tombada corresponde a todo o Centro Histórico mais antigo da Cidade, não englobando, contudo, todas as áreas de expansão mais recente.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1612
Fundação do município:	1619
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Em 8 de setembro de 1612, os franceses fundaram uma cidade no local onde hoje é a Avenida D. Pedro II, e lá construíram o Forte de São Luís. Em 1614, a colônia francesa foi tomada pelos portugueses. São Luís foi um importante centro na Colônia e no Império, e sua prosperidade reflete-se no conjunto de edificações de caráter público, civil, militar e religioso. O tombamento inclui os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, as praças Benedito Leite e João Francisco Lisboa e o largo fronteiriço à Igreja de Nossa Senhora do Desterro.

Em seu interior estão sepultados vários bispos que ali serviram e importantes figuras maranhenses. O Convento das Mercês (religioso, 1654) foi a antiga sede da Ordem dos Mercedários, vinda do Pará. Chegou a ser quartel da Polícia Militar do Maranhão. Atualmente, abriga a Fundação da Memória Republicana. A Igreja de Santo Antônio (religioso, 1624) é uma das igrejas mais antigas de São Luís, classifica-se em estilo "Manuelino". Ali eram feitas pregações pelo padre Antônio Vieira. A Igreja de São Pantaleão (religioso, 1780) seria consagrada a São José, entretanto a obra foi abandonada para ser reiniciada em 1782 por Pantaleão Rodrigues e Pedro da Cunha. Em 1864, seus ornamentos foram restaurados em Portugal. A Igreja dos Remédios (religioso, 1719) é uma construção em Estilo Gótico estilizado.

O Sobradão (particular, 1829), na Praia Grande, é o local onde foi instalado o primeiro elevador de São Luís, pertencente à firma Martins&Irmãos. O Cais da Sagração (público civil, 1841) é o mais antigo porto

da velha cidade de São Luís, tendo uma grande extensão de muralha. O atual Museu do Negro, também conhecido como Cafua das Mercês, era o local onde funcionou o mercado de escravos (comercial, século XVII). É o único mercado de negros do Brasil que ainda conserva características arquitetônicas originais. É um sobradinho baixo, sem janelas e com estreitas seteiras, com compartimentos exíguos que serviam para colocar os escravos, que eram comercializados no mercado. Sobre o imponente Palácio dos Leões (habitação, 1730), sabe-se que no local havia uma primitiva construção, datada de antes de 1730, e que a atual é fruto das reformas sucessivas que se iniciaram a partir de 1762. Em Estilo Neoclássico, com suntuosas salas e móveis antigos, é exemplo da riqueza da elite local. O Palácio La Ravardière (público civil, 1689) é a sede do governo e municipal, e já foi Câmara dos Vereadores e Cadeia. O Teatro Arthur Azevedo (cultural, 1815) é uma construção em estilo neoclássico. O Museu de Cultura Negra (público militar, século XIX) é também conhecido como Casa da Pólvora, pois foi construído para servir de depósito de pólvora para o governo particulares no início do século passado. A Fonte do Ribeirão (público, 1796) foi mandada construir pelo tenente-coronel português D. Fernando Antônio de Noronha, governador do Maranhão, tendo em vista a necessidade de saneamento e melhora das condições de uso de água no local. O Conjunto apresenta diversidade, com prédios do início dos séculos XVII ao XIX, que representam diferentes setores da sociedade. Tiveram, muitas vezes, usos transformados, como a Igreja que era do Rosário dos Pretos e passou para uma rica agremiação, ou o convento que foi quartel e é hoje fundação; o Largo do Carmo que abrigou o mercado e o Pelourinho; o Museu que foi o Mercado de Escravos e conserva suas características originais. Há também unidades de Conjuntos Arquitetônicos, como a região do Convento e a Igreja do Carmo. São Luís foi incluída na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Apesar das inúmeras obras de restauro no Centro Histórico, uma grande parte dos edifícios estão a necessitar urgente intervenção.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Apesar de não ocorrer crescimento desordenado, existe abandono de imóveis e tendência de substituição de uso.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não ocorre.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Em grande parte das edificações, ocorrem praticamente todos os processos de degradação em questão.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Estado: Secretária de Estado da Cultura/SECMA; DPHAP-MA;

Prefeitura: Secretaria Municipal de Urbanismo;

Apesar das três esferas possuírem corpo técnico na área de preservação, não existe ação conjunta.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Muito pequena.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Praticamente inexistente.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas religiosas e Bumba-meu-Boi.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias, 454-T54 (anexado ao processo 451-T-51)

(2) MUNICÍPIO:

São Luís

(3) ESTADO:

MA

(4) SR IPHAN

3ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias

(6) DATA:

23/12/1955

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA inscr. 432 fl. 81

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

2,7

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

2,7

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Praça Gonçalves Dias

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A área de tombamento estadual (Decreto nº 10.089, de 06/03/1986) engloba a Área Tombada federal.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Palácio Cristo Rei (sede da Reitoria da UFMA).

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

50

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

8

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O pequeno Núcleo Tombado corresponde a uma praça e aos imóveis que a circundam. O seu lado norte voltava-se para o leito da antiga linha do trem, a beira-rio; e o lado oeste voltava-se para o mar e para uma praça, em nível mais baixo, onde se inseria o pátio da estação de trens. Os demais lados são edificados.

Até o início do século XVIII, era uma região desabitada da cidade. Em 1719, o local foi cedido para a construção de uma ermida em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios. Esta ficou abandonada até 1775, quando o governador mandou abrir e urbanizar um caminho com o mesmo nome (também conhecido como Rua Rio Branco). A conformação atual da praça data de meados do século XIX, e o monumento foi inaugurado em 1873. Na primeira metade do século XX, o local passou por novos melhoramentos.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A proposta de preservação não se baseou em características arquitetônicas/urbanísticas, mas sim na indicação de “monumento literário”, em memória de Gonçalves Dias.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1612
Fundação do município:	1619
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazão cronológico

É o antigo Largo dos Amores, depois Largo dos Remédios, e hoje Praça Gonçalves Dias. Em 1860, o Largo dos Remédios passou por grandes reformas e tornou-se famoso por causa da festa dos remédios, promovida pela Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, que ocorria durante três dias no mês de outubro. Aluísio de Azevedo a descreveu em seu livro O Mulato. Era também um local de comércio abundante, com barracas.

A função comercial na Praça acabou sendo suspensa em 1884 devido a uma disputa com a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Em 1900, o nome do largo e da praça mudaram para Gonçalves Dias, sendo que, desde 1873, já havia uma estátua do poeta no local. Foi completamente reformada em 1939 e lá funcionou o primeiro play-ground da cidade, depois desmontado pela prefeitura. Em 1964, ano do centenário de morte do poeta patrono, a Praça, que estava praticamente abandonada, sem luz e tomada pelo mato, foi reformada, recuperando sua característica de grande área ajardinada, com iluminação e obras de arte.

O local ganhou significância na cidade por congregar uma festa religiosa, gerida pela irmandade que congregava setores sociais diversos, sobretudo mulatos, tendo sido também local de trocas em feiras. Depois passou por processo de institucionalização, quando a região é desvinculada de um setor social e de evento comunitário, passando a ser identificada com a cidade como um todo.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS DE IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Sítio encontra-se bem conservado, a estátua e o pedestal do monumento a Gonçalves Dias, foram limpos pela Prefeitura Municipal em 1999.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU

PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A Praça Gonçalves Dias possui uma ocupação já consolidada. O uso residencial permanece em apenas dois dos imóveis voltados para a praça: a residência do pároco da Igreja dos Remédios e a de uma família. Os outros imóveis são ocupados da seguinte maneira: Reitoria da UFMA - Universidade Federal do Maranhão (Palácio Cristo Rei), o curso de línguas estrangeiras da UFMA, Igreja dos Remédios, diretório de um partido político, e uma firma comercial onde também funciona o Consulado Honorário da Alemanha.

Em sua vizinhança, na principal rua de acesso à praça, grande número de imóveis residenciais foram ocupados por clínicas e cursinhos pré-vestibulares.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O fator negativo da área é o grande número de ônibus que trafegam no local, descendo a rua lateral em direção à praça.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os imóveis desta área estão em bom estado de conservação. Somente o ocupado pelo curso de línguas da UFMA necessita de pequenos reparos, pois apresenta algumas pequenas infiltrações e ferragem de laje exposta.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há uma ação cooperativa contínua entre os três níveis de governo. Esta cooperação se dá conforme as necessidades do momento e as decisões políticas. Dentro do próprio município, a Prefeitura não possui uma ação orquestrada entre seus diversos órgãos.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Lei do Plano Diretor : 3.252, de 29/12/1992;

Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo: 3.253, de 29/12/1992*;

Código de Posturas: 1.790, de 12/05/1968;

Lei de Isenção de IPTU: 3.836, de 21/06/1999;

Cadastro da IPTU: Secretaria Municipal da Fazenda.

*Em 1998, foram elaborados, em conjunto pelos três níveis de governo, critérios e normas de intervenção na Zona de Preservação Histórica, porém não foram sancionados. Na mesma época foram propostas alterações na Lei 3.253 (zoneamento), porém não foram apreciadas pela Câmara Municipal.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade não é ativa e a falta de auto-estima não a faz reconhecer seus bens culturais.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Todo o ano a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios promove a festa em honra de sua padroeira, e nesta ocasião muitas celebrações têm como palco a Praça.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Fábrica Santa Amélia

(2) MUNICÍPIO:

São Luís

(3) ESTADO:

MA

(4) SR IPHAN

3ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTO NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Fábrica Santa Amélia (Antiga)

Rua Cândido Ribeiro, 250 1.144-T-85

Fonte das Pedras, Rua Antonio Rayol 600-T-59

(6) DATA:

01/07/87

12/07/63

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 513, fl. 98

LBA insc. 472, fl. 86

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Localizada dentro do perímetro de tombamento estadual

Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Centro

Urbano de São Luís

Decreto nº 10.089, de 06/03/1986

(9) RESP. P/ TOMBAM.

DPHAP

DPHAP

DPHAP

FOTOGRAFIA DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS



Fonte das Pedras

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Conjunto encontra-se dentro da área tombada pelo Governo do Estado – Decreto nº 10.089, de 06 de março de 1986.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Selecionado por incluir dois Bens de Tombamento Federal situados muito próximos fisicamente (dentro do mesmo quarteirão).

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



Fonte das Pedras e Fábrica Santa Amélia

RELAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTO NACIONAL

0

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

0

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

São Luís, desde sua fundação no século XVII, teve uma grade urbana regular e retilínea, desenvolvendo-se a partir do Forte de São Luís. A área de expansão da Cidade, correspondente ao século XIX, manteve essa conformação. Nesta Área se inclui o espaço urbano onde se insere a Antiga Fábrica Santa Amélia e a Fonte das Pedras.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é composto por duas edificações de importância para a história da Cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1612
Fundação do município:	1619
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Tanto a Fonte das Pedras, quanto a Fábrica Santa Amélia, encontram-se em áreas não tombadas de São Luís, contando com um registro separado. Pertencem a momentos históricos diferentes, sendo a primeira da época da luta entre portugueses e franceses e a segunda do período da industrialização do Maranhão.

A Fonte das Pedras (espaço público, 1614) localiza-se na Rua Regente Bráulio, s/n. Foi construída pelos holandeses no século XVII sendo modificada, em 1832, pelo engenheiro maranhense José Joaquim Lopes, que traçou a forma atual da fachada, em estilo colonial português. Em 31 de outubro de 1615, Jerônimo Albuquerque e suas tropas acamparam junto a ela, antes de expulsarem os invasores franceses chefiados por La Ravardière. Foi recuperada em 1975. Com a desapropriação de parte da área que seria vendida pela prefeitura à Fábrica de Tecidos Santa Amélia, a Fonte, já tombada pelo IPHAN desde 1963, seria perdida. Diante da ameaça, a mesma foi recuperada e foi construído um muro ao redor, com portão em estilo colonial, que passou a protegê-la. O prédio da antiga Fábrica Santa Amélia (industrial, 1892) localizado na Rua Cândido Ribeiro, abrigou, primeiramente, a fábrica da Companhia de Lanifícios Maranhense, instalada em 1892. Com a falência desta, a fábrica e o maquinário foram arrematados em 1902 em leilão por Cândido José Ribeiro, e, somado à Fábrica São Luís, passaram a constituir o "Cotonifício Cândido Ribeiro". A Fábrica funcionou por 64 anos, tendo importância no processo de industrialização do Maranhão. Este processo, no Maranhão, se iniciou na segunda metade do século XIX, com o incremento da plantação de algodão para fornecimento aos mercados consumidores, carentes de matéria-prima devido à Guerra Civil nos EUA, e se acelerou a partir da Primeira Guerra Mundial, para suprir o mercado interno de tecidos.

Além dos sentidos históricos, o tombamento se justifica pelo prédio não se encontrar na área de tombamento da cidade e, portanto, ser mais vulnerável a sofrer descaracterizações.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

A Fábrica Santa Amélia encontra-se fechada e em mau estado de conservação, sendo usada como depósito de material inservível pela Universidade Federal do Maranhão, proprietária do imóvel. O atual Reitor da UFMA manifestou, recentemente, interesse em recuperar a Fábrica, adaptando-a para novo uso.

A Fonte das Pedras (e o jardim que dela faz parte) encontra-se em estado de conservação bom/regular, limpa, sendo administrada pela Prefeitura Municipal, encarregada da limpeza e manutenção. Há poucos anos, a PMSL recuperou a parte do muro lateral que havia caído.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Encontra-se dentro do Centro Histórico em uma área já consolidada e, portanto, sem pressões. Como em todo o Centro Histórico de São Luiz, o caso de imóveis abandonados é um dado a ser resolvido.

IDENT. DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Localiza-se em área urbana bastante degradada, próxima ao Mercado Central Municipal, necessitando de manutenção das vias e das redes hidro-sanitárias.

Há necessidade de revisão nas galerias de águas pluviais, pois próximo a Fonte houve, no início do século XX, um aterro para construção do Mercado e esta área tende a alagar na época das chuvas.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A Fábrica encontra-se abandonada, apresentando várias goteiras no telhado, alagando seu interior em época de chuva; e esquadrias danificadas, o que facilita a invasão no imóvel. A Fonte necessita de pintura e manutenção, pois, em duas das cinco carrancas, não jorra água. O jardim pertencente a ela encontra-se limpo.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há uma ação cooperativa contínua entre os três níveis de governo. Esta cooperação se dá conforme as necessidades do momento e as decisões políticas. Dentro do próprio município, a Prefeitura não possui uma ação compartilhada entre seus diversos órgãos.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Lei do Plano Diretor: 3.252, de 29/12/1992;

Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo: 3.253 de 29/12/1992*;

Código de Posturas: 1.790 de 12/05/1968;

Lei de Isenção de IPTU: 3.836 de 21/06/1999;

Cadastro da IPTU: Secretaria Municipal da Fazenda.

*Em 1998, foram elaborados, em conjunto pelos três níveis de governo, critérios e normas de intervenção na Zona de Preservação Histórica, porém não foram sancionados. Na mesma época, foram propostas alterações na Lei 3.253, porém não foram apreciadas pela Câmara Municipal.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não há.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

São inúmeras e muito ricas as festas e tradições folclóricas que ocorrem no centro histórico.

Ficha de Informações Básicas



Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Oeiras

· Centro Histórico (Igreja Matriz
N. S. da Vitória e Sobrado João
Nepomuceno);

Piauí

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Oeiras

(2) MUNICÍPIO:

Oeiras

(3) ESTADO:

PI

(4) SR IPHAN

19^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS INSERIDOS NO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Igreja Matriz de Nossa Senhora. das Vitórias. 224-T-40

Sobrado João Nepomuceno 186-T-38.

(6) DATA:

15/08/1940

14/01/1939

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 141 fl. 23

LBA insc. 287 fl. 49

LH insc. 117 fl. 21

LBA insc. 235 fl. 41

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Casa do Visconde da Parnaíba prédio vizinho ao Sobrado João Nepomucemo

Sobrado dos Ferraz – situado na ala norte da Praça das Vitórias

Casa do Cônego – situado na ala oeste da Praça das Vitórias

(9) RESP. P/ TOMBAM.:

ESTADO/FUNDE

ESTADO/FUNDE

ESTADO/FUNDE

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias – foto: Cristiano Mascaro - 2002



Sobrado dos Ferraz – Foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Piauí – IPAC-PI – identificou 82 imóveis de interesse histórico ou arquitetônico e definiu um perímetro de proteção. Atualmente encontra-se em estudo para tombamento pelo Patrimônio Estadual, tendo a Prefeitura sido notificada.

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está no centro desta área, ainda em caráter de tombamento provisório, que engloba a Praça das Vitórias e suas áreas periféricas, já constituídas no final do século XVIII, como parte do tecido urbano.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A Prefeitura Municipal está iniciando um processo de valorização da paisagem urbana e do Centro Histórico de Oeiras. Uma das fases previstas no projeto, atualmente na fase de recuperação das principais praças, é a implantação de um Serviço Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, com aprovação da legislação proposta no IPAC.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

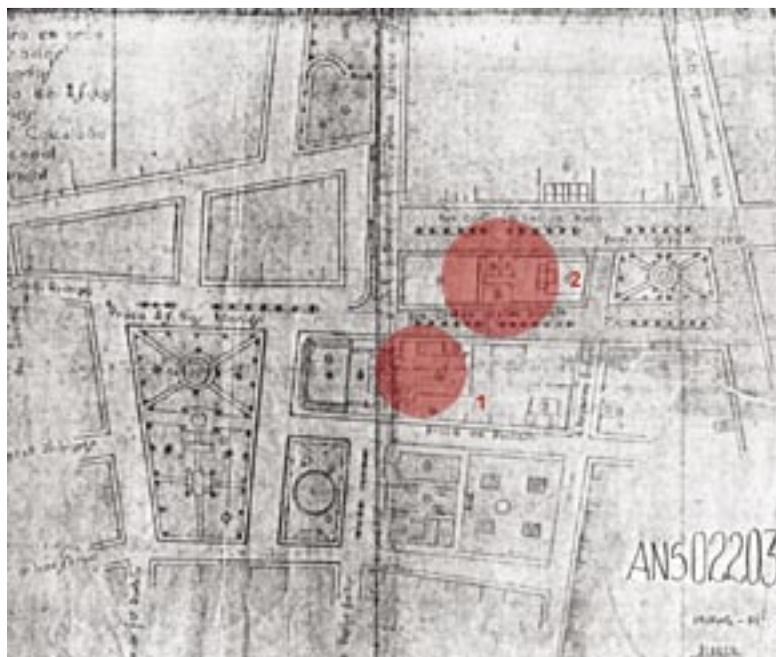
Há articulação entre os dois imóveis tombados, separados por uma rua e faceando a Praça das Vitórias, núcleo original da Cidade.

A Cidade foi criada pela Carta Régia de 1761, sendo a primeira de uma série a tratar do controle do processo de crescimento urbano na colônia. Embora não prescrevesse dimensões definidas para a praça central e largura das ruas, como ficou estabelecida em legislações posteriores, a instrução insistia na demarcação em linha reta, ou à régua, dos lotes destinados a residências, garantindo disposição ordenada e em alinhamento das moradias e das fachadas das casas, para obter uma impressão de uniformidade e uma vista harmoniosa do Conjunto.

Não obstante às recomendações, a estrutura urbana identificada na área é caracterizada pela sucessão de quadras irregulares criadas a partir do núcleo original, a Praça Nossa Senhora das Vitórias, e por ruas estreitas entre as quais não existe hierarquia. Neste contexto as praças destacam-se como principais logradouros públicos e, dentre elas, a Praça das Vitórias. É nesta paisagem, que ainda remete à preocupação, expressa na Carta Régia, com o alinhamento das edificações e a impressão de ordem estabelecida, a que se inserem os dois imóveis tombados pela União. Dominando a Praça das Vitórias, os imóveis destacam-se na parte mais alta do relevo, formando um conjunto articulado por uma das ruas que forma a Praça.

Oeiras contraria a tese (Delson 1997, pp17-20) de que as administrações portuguesas não estiveram preocupadas com o planejamento urbano.

MAPA DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTO NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



- 1 – Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias;
2 – Sobrado João Nepomuceno.

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
 (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
 (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

150

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

30

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Centro Histórico de Oeiras permanece como centro administrativo e econômico da Cidade. A partir dele, a malha urbana se ampliou, em todas as direções, principalmente ao longo das rodovias de

acesso aos municípios vizinhos. A Cidade parece haver se desenvolvido durante muitos anos a partir do preenchimento de eventuais vazios urbanos ou pela substituição de edificações dentro da área caracterizada como o atual Centro Histórico. A maioria das edificações de interesse histórico cadastrados pelo IPAC/PI, em grande parte é constituída por imóveis do século XIX e início do século XX, concentra-se em uma área de raio não superior a 400m circundando a Praça das Vitóriaas, atualmente em estudo para tombamento como conjunto.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Embora o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais seja formado por apenas dois edifícios no centro urbano, no que seria o núcleo inicial da Cidade, ele não pode ser dissociado da paisagem do Sítio como um todo. É imprescindível a manutenção da paisagem urbana proposta pelas recomendações da Carta Régia, principalmente a escala e o volume dos imóveis do entorno, o traçado urbano, a hierarquia dos Imóveis Tombados em relação ao entorno, a proporção de cheios e vazios, a compatibilização da utilização atual, da implantação de serviços e equipamentos urbanos, entre outros.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1674
Fundação do município:	1717
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico completo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A origem de Oeiras está relacionada ao desenvolvimento da pecuária no Piauí e ao surgimento de grandes fazendas de gado. É a mais antiga cidade do Estado, foi sede do governo do Piauí até 1852, e também marco principal do processo de ocupação da região. Quando perdeu a condição de capital para Teresina, entrou num processo de decadência que se estendeu até a década de 1930, quando a exportação da cera de carnaúba amenizou esse quadro.

Como exemplar da arquitetura civil do século XIX, existe o sobrado localizado à Praça das Vitórias, denominado Sobrado Nepomuceno (habitação, início século XIX). Foi residência do Capitão-mor João Nepomuceno de Castelo Branco, seu construtor. De 1909 a 1919, foi residência do Coronel Alano Beleza, intendente de Oeiras. O Prédio foi vendido anos mais tarde para o Governo. Enquanto pertenceu à prefeitura, ali funcionou a Câmara e o Tribunal do Juri. Em 1929, foi instalado no andar superior o Grupo Escolar Costa Alvarenga. Foi tombado em 1937. Em 1940, Oeiras tornou-se a sede do Bispado e, em 1941, por meio de doação do Estado do Piauí à Diocese, o Prédio passou a ser o Palácio Episcopal. Na década de 50 foi reformado.

O principal marco da arquitetura religiosa é a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias (religioso, 1733). Erigida no local da primeira ermida, foi inaugurada em 1697, um ano após a criação da Freguesia de Nossa Senhora das Vitórias. É a mais antiga igreja de todo o estado. Em 1816, veio da Inglaterra o relógio da torre, tendo sido colocado sete anos depois. Em 1940, foi tombada pelo IPHAN. Em 1978, foi iniciada uma restauração, por meio do Programa de Cidades Históricas e Coloniais do Nordeste, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Os dois imóveis estão em uso e bem conservados. Não houve intervenções recentes a não ser os serviços de conservação periódicos, com pintura, conservação de esquadrias, retirada de goteiras e descupinização.

Parte significativa do sistema viário de Oeiras é revestida com pavimentação poliédrica. Nas áreas centrais, as ruas são pavimentadas com paralelepípedos e, em razão de inúmeras escavações para implantação de serviços de água e esgoto, raramente bem recompostas, apresentam uma superfície bastante irregular.

A pavimentação asfáltica, que se restringia às rodovias que chegam à Cidade e à Avenida Transamazônica, foi recentemente estendida na forma de um revestimento de lama asfáltica, para algumas ruas próximas ao Centro Histórico, interferindo fortemente com a paisagem da área.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A partir da segunda metade do século XX, acompanhando o fenômeno de urbanização experimentado pelo país inteiro, a Cidade viu sua malha urbana ampliada, seguindo no sentido oeste, numa configuração de linhas retas e quarteirões regulares. Em menor grau de crescimento e de forma bastante irregular, as ocupações ao longo das rodovias que ligam Oeiras às outras cidades, em aglomerações pontuais entremeadas por grandes vazios urbanos, também contribuíram para a ampliação da malha urbana.

A área mais densamente ocupada continua sendo a representada pelo perímetro histórico definido pelo IPAC/PI. Esta área abrange o centro comercial e encerra a maior concentração de serviços, infra-estrutura e equipamentos urbanos da Cidade.

A atual forma de ocupação das margens da rodovia Transamazônica, que tangencia a cidade ao sul, sugere uma tendência de especialização para a localização de indústrias, comércio de atacado e prestação de serviços ligados ao tráfego rodoviário.

O restante da malha urbana, que tem utilização predominantemente residencial, conta com infra-estrutura e serviços urbanos básicos.

De um modo geral, a densidade populacional é pequena, não só pela ocupação horizontal, como também pela marcante presença de vazios urbanos ao longo de toda a malha urbana.

Em Oeiras, a casa antiga é basicamente de função residencial. Em pequena escala, são encontradas casas de residência e comércio, com loja na esquina. Atualmente, é freqüente a função comercial nessas casas, mas trata-se de incorporações recentes.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A economia do Município é baseada na agropecuária e serviços. A Prefeitura Municipal é o maior empregador do município, onde a maioria recebe até um salário mínimo (IBGE 2000). A presença industrial é incipiente, destacando-se nela atividades de micro e pequenas empresas, normalmente de estrutura familiar.

No setor de serviços o Município é dotado de pequenos negócios, na maioria distribuídos no entorno dos espaços públicos citados anteriormente, os quais formam a base da economia local. Por um longo período, Oeiras parece haver crescido pela substituição de imóveis ou pela ocupação de vazios urbanos contidos em uma pequena área, em torno da Praça das Vitórias. Esta conclusão deriva da constatação de que a maioria dos imóveis antigos construída, concentra-se em um perímetro bastante pequeno e que, fora dele, são poucos os exemplos de edificações antigas com características urbanas. A grande ampliação da malha urbana da cidade ocorreu a partir do início dos anos 70.

A implantação de tratamento paisagístico nos logradouros públicos foi iniciada na primeira metade do século, resultando, conforme o uso e gosto da época, em praças com um desenho que, embora claramente mais recente que a maior parte do casario em sua volta, harmonizava-se de forma perfeita com a paisagem circundante, quanto à pavimentação em paralelepípedos aplicada às vias. Desta forma, a pretensa idéia de progresso e a degradação das margens dos riachos da Pouca Vergonha e da Mocha, que margeiam a área de ocupação tradicional, têm sido as maiores inimigas da preservação do Centro Histórico. A idéia de progresso presidiu as reformas que se seguiram, produzindo praças e outros logradouros em total desacordo com a singeleza do casario, enquanto outras formas de pressão, derivadas do crescimento da Cidade, promoviam a descaracterização, a destruição ou simplesmente condenavam à degradação pelo abandono, vários imóveis importantes do Centro Histórico de Oeiras.

Atualmente, foi elaborada uma proposta do Plano de Desenvolvimento Urbano de Oeiras, que pretende colocar ao alcance da Prefeitura Municipal, os mecanismos capazes de disciplinar o desenvolvimento da cidade e preservar o seu importante acervo histórico, preservando também as possibilidades de exploração turística do Município.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Relativos aos edifícios do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, os principais riscos são os representados pelos ataques sistemáticos de insetos xilófagos, notadamente na Igreja de Nossa Senhora das Vitórias.

Relativos ao Centro Histórico como um todo, a falta de controle tem produzido constantes descaracterizações, pelas de reformas indiscriminadas, e alguns arruinamentos por abandono. Destaca-se ainda a degradação, por acúmulo de lixo, das margens dos riachos da Mocha e da Pouca Vergonha.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Estrutura Institucional Proposta:

O Plano de Desenvolvimento Urbano de Oeiras deverá propor uma reestruturação da Prefeitura Municipal de forma a criar órgãos ou departamentos, contratar e treinar pessoal e adquirir o equipamento necessário à operação dos novos mecanismos, garantindo a sua eficácia.

Legislação Urbana:

O diagnóstico da Legislação Urbana deverá não só apontar os instrumentos existentes, como também avaliar os resultados de sua aplicação na organização do espaço urbano, de forma a funcionar como indicador para a proposição de nova legislação.

Estruturas Administrativas:

O estudo deverá levantar a existência e desempenho dos órgãos municipais responsáveis pelo gerenciamento dos problemas urbanos, apontando suas deficiências para o manejo dos novos mecanismos de controle urbano a serem propostos.

Pessoal:

O diagnóstico do quadro de pessoal envolvido nos órgãos responsáveis pelo gerenciamento dos problemas urbanos deverá analisar o nível de qualificação, a capacidade técnica e a habilitação legal para o desempenho de suas funções, propiciando as informações necessárias à definição das medidas de treinamento e eventual complementação do quadro.

Instalações e Equipamentos:

O estudo deverá levantar as instalações disponíveis, as características e a quantidade dos equipamentos em uso pelos órgãos municipais de gerenciamento dos problemas urbanos.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe Plano Diretor ou legislação específica de preservação na esfera municipal.

A planta básica usada no IPAC/PI, tem como referência a planta cadastral da Cidade da década de 70, usada pelos projetos elaborados para a cidade dentro do PCH.

Existe o cadastro imobiliário usado para fins de cobrança de IPTU.

Legislação Urbana Proposta

O Plano de Desenvolvimento Urbano de Oeiras deverá produzir os seguintes documentos legais:

Lei de Definição do Plano Estratégico; Lei de Definição do Plano Estrutural; Lei de Zoneamento e Uso do Solo; Lei de Ocupação do Solo; Lei de Parcelamento do Solo; e, Lei de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural.

Devem completar este conjunto a base cartográfica, os mapas e anexos, para esclarecimento da legislação, as diretrizes para elaboração ou modificação de outras legislações, as indicações de conduta e procedimentos, além de outros instrumentos.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A única associação de natureza cultural é o Instituto Histórico de Oeiras. Embora tenha um papel importante na divulgação do Patrimônio Histórico, não consegue mobilizar o comunidade, a não ser os intelectuais, em prol da preservação do acervo edificado. Contudo, estes intelectuais têm um papel importante na formação de opinião na Cidade.

Por outro lado, algumas escolas particulares, por iniciativa de professoras mais interessadas, têm feito trabalho de conscientização junto aos alunos. Esses trabalhos caracterizam-se mais como eventos esporádicos, ligados a datas comemorativas do que uma prática cotidiana.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe o levantamento da expectativa existente no sentido de exploração do turismo local, mas a inexistência de investimentos da iniciativa privada na preservação já é uma indicação do fraco interesse nesse setor. As indicações existentes quanto à organização do turismo demonstram poucas iniciativas do setor privado na exploração de atividades correlatas, a não ser a comercialização de doces de frutas, uma tradição da região.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Oeiras mantém vivas as manifestações folclóricas, grupos ativos como a Orquestra de Bandolins, tradições religiosas, num nível de identificação com a população raramente vistos, como pode ser apreciado na tradicional comemoração da Semana Santa; fortes traços da cultura negra, não muito frequentes no Piauí, constituem-se, ainda, em um importante pólo de produção literária.

Ficha de Informações Básicas



Sítios Históricos Urbanos Nacionais

- Icó* • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó
- Sobral* • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

- Aracati* • Centro Histórico (Casa de Câmara e Cadeia e Igreja Matriz)
- Fortaleza* • Centro Histórico (Passeio Público, Teatro José de Alencar e outros)



Ceará

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó, 968-T-78

(2) MUNICÍPIO:

Icó

(3) ESTADO:

CE

(4) SR IPHAN

4ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó

(6) DATA:

3/12/98

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH v. 2, insc. 551, fl. 40; LAEP insc. 118, fl. 91.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

nº 237, de 10 de julho de 1998

(9) ÁREA (em ha):

12, 35

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

12, 35

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Casa de Câmara e Cadeia, 653-T-62

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Vista Parcial do Centro Histórico de Icó



Vista Parcial do Centro Histórico de Icó – foto: Cristiano Mascaro 2002



Vista do Centro Histórico de Icó – foto do início do século XX



Vista do Centro Histórico de Icó – foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Teatro da Ribeira dos Icó: insc. Nº 16237, Livro do Tombo Artístico.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.545

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

265

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O enfraquecimento político e econômico de Icó contribuem para a preservação de grande parte do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade. A nova área de expansão urbana da cidade surge à leste do Rio Salgado, poupando o Núcleo Histórico de maiores alterações. Percebe-se ainda um traço determinante do urbanismo colonial no sertão: a implantação da Cidade, apesar de dependente, de “costas” para o rio Salgado, afluente do Rio Jaguaribe.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área Tombada concentra o Conjunto Arquitetônico de maior relevância e integridade existente na cidade, bem como o traçado urbanístico imposto pela coroa portuguesa. Representa também o apogeu econômico e social que ocorreu na Cidade em meados do século XIX, quando a maioria de seus sobrados foram construídos. O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Icó é um elemento fundamental na documentação da conquista do sertão nordestino.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1709
Fundação do município:	1736
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O povoado que precedeu à Vila surgiu da ocupação de sesmeiros ao longo do Rio Jaguaripe, no século XVIII, ao instalarem-se com currais de gado e casas de vivenda pelas ribeiras do Icó, dos Quixelôs, do Riacho do Sangue e circunvizinhanças. O povoado de Icó de Cima, ou Arraial dos Montes, desenvolveu-se e veio a ser, mais tarde, a vila do Icó. O Arraial do Icó situou-se na área mais dinâmica da Capitania do Ceará, em ponto estratégico do cruzamento de duas importantes vias de comunicação colonial, a Estrada Geral do Jaguaripe, que ligava o Ceará a Pernambuco, a partir do porto de Aracaty, passando por Icó e chegando ao Cariri e à Estrada das Boiadas, ou dos Inhamus, que fazia a ligação do Ceará com o Piauí e a Paraíba. Além dessas, também convergia para Icó a Estrada Nova das Boiadas que, partindo de Sobral, passava pelo sertão central do Ceará. Icó alcançou um grande desenvolvimento ainda no século XVIII, tornando-se o mais ativo centro de comercialização do gado em pé. No século XIX, já como um dos centros comerciais e culturais mais importantes do Ceará, a Vila foi elevada à condição de cidade (1842).

A primeira edificação erguida no povoado foi a capela de Nossa Senhora da Expectação (religioso, 1709), construída por ordem do capitão Francisco de Montes. Como toda a arquitetura tradicional produzida na antiga província do Ceará, a de Icó também prima pela simplicidade e pelo despojamento.

Mesmo nas igrejas mais antigas, não existem trabalhos complexos e sofisticados de talha ou cantaria. O único edifício de traço mais erudito existente na cidade é o Teatro da Ribeira dos Icó, construção de linhas neoclássicas. Apenas alguns sobrados na cidade, localizados no trecho mais antigo da Rua Ilídio Sampaio, ostentam fachadas com elementos decorativos mais elaborados como gradis, cercaduras, ou revestimentos em azulejos portugueses. Também merece destaque o trabalho plástico nas edificações construídas ou remodeladas entre o final do século XIX e o início do XX. Note-se a capacidade dessa arquitetura de adaptar o repertório básico da arquitetura brasileira do período colonial ao meio agreste e à escassez do sertão.

A inclusão do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Icó, no rol dos Bens que compõem o patrimônio cultural da Nação, ocorreu porque "o penoso processo de ocupação do sertão está inscrito em seu espaço. O melhor da arquitetura tradicional feita no Ceará, inclusive no plano popular, concentra-se no conjunto de suas ruas (...) Optou-se por indicar, para tombamento federal, o setor da cidade compreendido entre as atuais Ruas Dr. Inácio Dias, Ilídio Sampaio, Regente Feijó, Frutuoso Agostinho e 7 de Setembro, pois nele está concentrado o Conjunto Arquitetônico de maior relevância e integridade ainda existente na cidade, bem como o traçado urbanístico imposto pelas normas da coroa portuguesa.", como indica o coordenador regional do IPHAN, Romeu Duarte Júnior.

Deve ser nomeado ainda o Prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia na Praça da Matriz (público civil, séculos XVIII e XIX), construído entre os séculos XVIII e XIX. Em 1780, a obra foi paralisada por seus alicerces estarem sendo feitos de barro, contrariamente ao que havia sido estabelecido, sendo retomada em 1800 com pedra e cal. Em 1862, as instalações foram transformadas em enfermaria para as vítimas do *Cholera Morbus*, juntamente com a capela de Nossa Senhora da Expedição citada anteriormente.

Seu valioso acervo arquitetônico encontra-se em grande parte conservado, apesar da descaracterização na paisagem, testemunho da ocupação do sertão nordestino.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS DE IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O conjunto de edificações que integram o Sítio, salvo raras exceções, mantém-se estável com pequenas alterações decorrentes de reformas e pequenos serviços na fachada. Foram executadas, devido à ação de tombamento, as obras de restauro e serviços emergenciais, respectivamente, nas Igrejas de Nossa Senhora da Expectação e Nossa Senhora da Conceição do Monte, financiadas pelo Ministério da Cultura. Entretanto, o Centro Histórico está a merecer cuidados compatíveis com suas características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano está sendo desenvolvido para Icó, em ação do PROURB e por parte de consultoria especializada. Além disso, a 4ª SR do IPHAN está elaborando um elenco de normas e critérios de intervenção no Sítio Histórico que servirá de apoio ao tratamento da Área Tombada.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Realização, pela Prefeitura, de ações que interferem negativamente na Área Urbana Tombada (execução de uma praça com elementos desqualificantes e tentativa de ocupação do Pátio Central do Mercado Público).

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

As casas térreas e sobrados situados à rua Ilídio Sampaio (rua grande) encontram-se um pouco descaracterizados, mas podem ser facilmente recuperados pela recomposição de ornatos e elementos arquitetônicos, pintura de fachadas, recuperação de coberta e outros serviços. A Igreja de Nossa Senhora do Bonfim sofreu, no passado, uma intervenção desastrosa que se evidencia pela retirada de sua

estrutura de coberta original, com a substituição de laje de concreto e telhado de amianto. O Mercado Público necessita recomposição de ornatos e elementos decorativos, recuperação de sua cobertura em barro e madeira, além de uma pintura externa e interna. A retirada da fiação aérea é um dos pontos a ser resolvido.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A fiscalização das alterações no perímetro tombado é ainda problemática pela defasagem de pessoal no quadro do IPHAN. A prefeitura não dispõe de estrutura adequada.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó está em elaboração. A 4ª Superintendência Regional do IPHAN está elaborando um elenco de normas e critérios que orientará os procedimentos para intervenção no Sítio Histórico. Existem levantamentos aerofotogramétricos, plantas cadastrais e Inventário dos Bens Históricos.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A população está sendo conscientizada sobre a preservação do Patrimônio de Icó por meio campanhas desenvolvidas pela 4ª Superintendência Regional do IPHAN, que publicou uma cartilha de ensinamentos de como tratar o acervo arquitetônico da cidade – “Roteiro de Preservação do Patrimônio Cultural” – tendo sido distribuída entre a população.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó é um dos mais ricos do Ceará, porém sua localização periférica, com relação aos principais centros econômicos do Estado, provoca pouco interesse do setor privado para grandes investimentos. No entanto, baseado na experiência de Aracati e Sobral, acredita-se que o reconhecimento da importância histórica de seu núcleo pelo tombamento possa impulsionar a uma política de apoio ao turismo cultural na área.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As principais manifestações culturais tradicionais da Cidade são festas de caráter religioso, procissões e festas cívicas - onde se destaca o Forricó – baile popular ao som de forró que atrai populações da circunvizinhança do município e da capital.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral, 1379-T-97

(2) MUNICÍPIO:

Sobral

(3) ESTADO:

CE

(4) SR IPHAN

4ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral

(6) DATA:

23/06/2000

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP vol. 2, inscr. 123, fl. 07; LH vol.2, inscr. 558, fl. 49

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

nº 392, de 28 de outubro de 1999

(9) ÁREA (em ha):

45,60.

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

45,60

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista aérea da Cidade de Sobral



Teatro São João



Arco Nossa Senhora de Fátima

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Teatro São João – Decreto nº 16.237, Livro do Tombo Artístico, data 30 de novembro de 1983 – fls: 12.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

5.500

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.100

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A identidade espacial do Núcleo Tombado repousa no contraste entre a horizontalidade que predomina na massa construída e os marcos constituídos pelos volumes verticais das torres das Igrejas. Este Conjunto, de interessante composição plástica, acha-se emoldurado e valorizado em suas principais vistas, pela silhueta imponente e sinuosa da Serra da Meruoca. A perspectiva do crescimento desordenado do entorno da Área Tombada pode constituir uma barreira a essa paisagem histórica, dada às características de implantação da cidade, marcada por local muito plano.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Sobral é, em termo urbanístico, bastante singular. Seu núcleo inicial surge de forma espontânea e irregular. Seu sítio muito plano favoreceu à transição sem ruptura entre o novo traçado ortogonal e o antigo, sem que esse nada fosse alterado ou segregado em relação à parte nova. Destacam-se, nesse espaço, igrejas, sobrados e casario dos últimos séculos, os quais oferecem densidade ao espaço patrimonial demarcado.

A convivência dessas formas tão distintas e sua delicada “costura” urbanística produziram espaços urbanos de grande qualidade. Assim, a Área Tombada possui uma morfologia cheia de surpresas que nem mesmo a poluição visual existente em seu centro comercial pode eclipsar o dinamismo de percursos compostos pela alternância entre alargamentos e estreitamentos dos planos laterais que constituem a via. Desta forma, é marcante o contraste entre o traçado ortogonal das zonas de ocupação mais recente marcadas pela monotonia e a riqueza e diversidade das áreas de ocupação mais antiga.

Este conjunto urbanístico possui ainda valor arquitetônico. Os edifícios da área central constituem uma referência fundamental para a identidade do lugar e para a percepção de sua morfologia. Convivem neste espaço a arquitetura produzida durante os três ciclos econômicos da cidade, proporcionando uma boa percepção de seu crescimento e evolução.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1712
Fundação do município:	1773
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência.

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazão cronológico

A cidade de Sobral é um dos núcleos mais antigos do Ceará. Surgida em meados do século XVIII, do povoado que se formou nas terras da Fazenda Caiçara, consolidou-se como núcleo urbano no final do século XX devido à sua localização privilegiada – no entroncamento das vias que ligavam Pernambuco ao Piauí e as fazendas do sertão ao porto de Camocim, na foz do rio Acaraú. Ligada aos ciclos do gado, do algodão e industrial, registra o período da história correspondente ao ingresso e povoamento do sertão nordestino.

A arquitetura tradicional encontra-se reunida na área central da Cidade. Os edifícios mais preservados aparecem de forma descontínua no espaço. Sobral possui um desenho urbanístico que revela a integração do traçado inicial, de caráter espontâneo e irregular – surgido a partir de dois núcleos primitivos, o da Matriz e o do Rosário – com o posterior, rígido e ortogonal, que predomina em grande parte da cidade. A característica principal de Sobral é o fato de guardar ainda os elementos de suas diversas organizações espaciais, permitindo que sua estrutura seja relacionada com a de outras cidades da região e do país.

Como exemplares diversos do período de prosperidade de Sobral podem ser citados a Casa da Cultura (habitação, 1858), construída pelo Pe. Francisco Jorge de Souza à Rua da Vitória, depois chamada de Senador Paula, e hoje, Avenida D. José. Em 1989, quando o sobrado era conhecido por Solar dos Figueiredos, foi comprado por um comerciante que iniciou a sua demolição, interrompida por uma ação popular ajuizada na Comarca de Sobral por um grupo de 20 sobralenses. O velho sobrado foi totalmente reformado e transformado na Casa da Cultura de Sobral pela Prefeitura, e localiza-se em frente ao Museu D. José, tendo a seu lado a Praça do Teatro São João. A Igreja da Sé (religioso, século XVIII), Matriz de Nossa Senhora da Conceição começou a ser construída em 1746. Somente no dia 1º de fevereiro de 1781 pôde ser benta a capela-mor da nova Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

O relógio foi comprado em Paris, em 1870 e colocado na torre do poente no ano seguinte. A Igreja da Sé, como é conhecida em Sobral, possui um presépio ao lado do altar principal, com dimensões naturais, que foi encomendado de Paris, em 1912. Há também o Teatro São João (cultural, 1880) e a Casa da Câmara (público civil, século XVIII). Em maio de 1875, a União Sobralense solicitou à Câmara Municipal de Sobral licença para a construção do Teatro São João, seguindo o estilo do teatro tradicional com dois níveis superiores de camarotes, piso em madeira e cadeiras revestidas em couro, matéria-prima característica da região. O Teatro foi inaugurado no dia 26 de setembro de 1880, com uma precedência de 25 anos sobre o primeiro teatro construído em Fortaleza. A Praça do Teatro São João, hoje Dr. Antônio Ibpina, é um dos mais importantes espaços culturais de Sobral, por abrigar o Teatro, o Museu Dom José e a Casa da Cultura.

A arquitetura de Sobral é rica em sobrados antigos, onde viveram famílias tradicionais e o mais antigo dos sobrados da cidade ou mesmo do Estado é datado de 1814; foi construído pelo Coronel Inácio Gomes Parente, então político em Sobral e deputado à Corte Constituinte de Lisboa. Hoje está quase totalmente destruído. Notem-se as casa antigas contemporâneas da instalação da vila em 1773, como por exemplo, a que pertenceu ao capitão - Mor José de Xerez Furnas Uchoa, na Praça da Sé.

O IPHAN aprovou o tombamento de suas Áreas Históricas que deram origem à Vila Distinta e Real de Sobral, delimitadas pelos trilhos da linha férrea, envolvendo a Praça da Matriz, o Largo do Rosário, a antiga Praça do Mercado (atual Praça Dr. José Sabóia), Praça do Teatro São João, trecho da Avenida Dom José, Praça do Patrocínio e suas respectivas imediações. Registre-se o envolvimento da comunidade de Sobral com o seu patrimônio e história, salvando da destruição o sobrado que hoje abriga a Casa da Cultura.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Conjunto Tombado de Sobral guarda muito de seu traçado original. A maioria dos monumentos encontra-se em estado razoável. No casario, percebe-se descaracterizações (aumento dos vãos nas fachadas, alterações em revestimentos, adição de publicidade excessiva) causadas principalmente pela alteração de uso. No entanto, a adequação de tais edificações às normas patrimoniais não parece impor graves problemas.

O IPHAN, juntamente com a Prefeitura, vem desenvolvendo uma série de ações de preservação e requalificação dentro da Área Tombada, impondo a esta certo dinamismo e desenvolvimento. Entre tais ações, pode-se destacar a restauração de significativas edificações convertidas em equipamentos de cultura e lazer (Casa de Cultura, Centro de Línguas e Escola de Comunicação e Artes) - ECOA. Sendo também significativa as ações de revitalizações de espaços públicos, como o projeto de requalificação urbana da Avenida Dom José e arredores e a urbanização do largo da Igreja das Dores.

Recentemente, foi promovido pela Prefeitura, com o apoio do IPHAN e do IABCE, um concurso público (anteprojeto) para a requalificação urbana da margem oeste do Rio Acaraú, no trecho correspondente à área tombada. Tal iniciativa mostra o interesse da Prefeitura, bem como incentiva a participação de arquitetos do Estado e do País na formulação de propostas de valorização do patrimônio.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano foi recentemente aprovado. A cidade apresenta um alto grau de desenvolvimento baseado no setor industrial (consolidando-se como pólo coureiro-calçadista), produzindo o crescimento da área periférica da Cidade. Constatase, também, o fortalecimento do sempre tradicional setor comercial (com razoável presença de estabelecimentos atacadista e varejistas), que contribui para a dinamização da área central, consolidando a tendência de substituição do uso residencial e misto.

Com o tombamento (junho de 1999), iniciou-se a reversão da degradação física, causada até então pela substituição de edificações de algum valor histórico por outras que apresentavam desconformidades com relação a escalas e materiais, como é o caso de um pequeno Shopping, situado na área tombada. Busca-se, agora, por meio de políticas de requalificação, uma harmonização do Conjunto, valorizando as edificações mais significativas e disciplinando, por de normas, àquelas que até então vinham se mostrando contrastantes.

A Prefeitura vem promovendo o desenvolvimento do turismo regional baseado na valorização da área central (tombada) e suas manifestações culturais, tendo como ponte à estrutura hoteleira já existente na cidade e na Serra da Meruoca – de grande potencial ambiental.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A maioria dos prédios da área central, outrora sobrados de uso misto e habitações térreas, desde a metade do século XX, vem dando lugar às atividades comerciais, passando por profundas alterações de suas fachadas. Essa alteração de usos, na maioria dos casos foi feita em prejuízo às qualidades físicas do prédio. O aumento dos vãos das envazaduras muitas vezes para abrigar o carro, outras para facilitar o acesso da clientela, o redimensionamento dos pés direitos e a demolição de edifícios antigos para reconstrução de obras de discutível valor ou simplesmente para a valorização do terreno eram práticas comuns na área. O Tombamento Federal da área central aliado à grande auto-estima e orgulho do povo sobralense tende a reverter esse processo.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O projeto de requalificação da Avenida Dom José e arredores, desenvolvido pela Prefeitura e o IPHAN-4ºSR, inclui a retirada da fiação aérea. Esta representa hoje um fator de grande poluição visual para a área. Placas, anúncios e cartazes na área central, onde mais se desenvolve a atividade comercial são outros elementos de poluição visual.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura tem manifestado grande interesse na gestão do Sítio Tombado. Por intermédio da Secretaria de Cultura e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, esta vem apoiando o IPHAN em várias ações, prestando suporte tanto financeiro, como institucional.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano foi recentemente aprovado, considerando o tombamento Federal e estabelecendo, na legislação de uso e ocupação do solo, as responsabilidades do IPHAN e da Prefeitura em relação à área.

A fiscalização das intervenções dentro do perímetro tombado ainda é deficiente face ao reduzido quadro de funcionários do IPHAN-4º SR. O IPHAN, com a Prefeitura e a Universidade do Vale do Acaraú - UVA, organizam-se em torno de um convênio para uma fiscalização contínua e permanente, compatível com a escala da área.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano foi recentemente aprovado. Em versões preliminares, este documento determinava usos e formas de ocupações inadequados para a área tombada. A intervenção do IPHAN-4º SR resultou na revisão de tal documento, sendo inclusas neste determinações compatíveis com o tombamento. A Cidade dispõem de mapas cadastrais digitalizados e aerofotogrametrias. A Prefeitura de Sobral concordou em financiar o inventário das edificações na Área Tombada, de acordo com os critérios adotados pelo IPHAN, pela utilização das fichas do INBI.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A Secretaria de Cultura vem promovendo diversas ações que buscam a divulgação e conscientização da sociedade do valor de seu patrimônio histórico (seminários, exposições e campanhas publicitárias). O IPHAN-4º SR publicou recentemente uma cartilha de educação patrimonial ("Roteiro para a preservação do Patrimônio Cultural - Sobral, Patrimônio de Todos").

O tombamento do Núcleo Histórico de Sobral veio reforçar ainda mais a já tradicional alto-estima da população em relação à Cidade. Berço de tradicionais famílias cearense, Sobral sempre participou ativamente da vida política e cultural do e Estado. O tombamento assim é visto pelos moradores como um reconhecimento ao seu rico processo de formação. Desde o início da instrução do processo de tombamento, a população em geral vem mostrando grande interesse na participação de políticas de preservação.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Sobral possui um setor industrial relativamente desenvolvido. No entanto, embora possua algumas indústrias de porte (como é o caso da Grandene, Cimento Votorantim e Dakota), ainda não existe a institucionalização de apoios financeiros a projetos de preservação devido ao tombamento ser muito recente. Pode-se, no entanto, ressaltar a tendência de formulação de convênios devido ao grande interesse sobre o tema e a marcante participação da prefeitura no sentido de concretizar parcerias. A Câmara dos Dirigentes Lojista - CDL, vem mostrando grande entusiasmo na participação dos projetos de requalificação e adequação do uso comercial às normas patrimoniais.

Com relação ao turismo, a Prefeitura vem tomando medidas visando à participação do setor privado. Busca, por fim, integrar o turismo ao Sítio tombado com a infra-estrutura hoteleira já existente da Serra da Meruoca (área de proteção ambiental). Deve-se ressaltar a relevância que a Cidade já possui enquanto polarizadora regional. Essa hegemonia pode ser atribuída à concentração de instituições culturais, científicas e religiosas. Exemplo destas instituições é a Universidade do Vale do Acaraú - UVA, que, ao atrair estudantes de municípios e estados vizinhos, dinamiza a economia da área.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

São inúmeras e ativas as manifestações culturais de Sobral. A preservação dos fazeres tradicionais (peças de palha e de carnaúba) fazem do artesanato uma atividade econômica significativa. O calendário de festas cívicas e religiosas atrai populações das circunvizinhanças, de municípios vizinhos e da Capital. Entre as festas religiosas, pode-se destacar as Festas de São Sebastião, Nossa Senhora do Patrocínio, Festa de São Francisco. Dentre as cívicas, destacam-se o carnaval, o festival de sambas enredos e a exposição agropecuária.

A organização de várias entidades culturais contribui ainda para a preservação e fortalecimento das tradições como música, dança, literatura e teatro característico do local. Deve-se destacar ainda o relevante acervo de Arte Sacra, além de outros do Museu Dom José, a animação cultural desenvolvida pela Casa de Cultura, dentre outros equipamentos culturais disponíveis na cidade, destacando-se o Teatro São João, com restauração prevista.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Aracati

(2) MUNICÍPIO:

Aracati

(3) ESTADO:

CE

(4) SR IPHAN

4ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Aracati

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

24,22

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

24,22

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(Nº e relação)

Casa de Câmara e Cadeia - 879 – T – 73 LBA incc. 533, fl. 100; LH insc. 466, fl. 80.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário 550 – T - LH insc. 321, fl. 53.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Casa de Câmara e Cadeia



Igreja Matriz N. Sra. Do Rosário



Museu Jaguaribano



Rua Major 11



Vista da Cidade de Aracati

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS – RELACIONAR:

Instituto do Museu Jaguaribano (Decreto nº 16.237, de 30/11/ 1983), Livro do Tombo Artístico, fls. 13.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

900

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

230

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O traçado do Centro Histórico de Aracati pode ser facilmente definido. No desenho pombalino em quadricula, uma hierarquia de vias é detectada sem dificuldades, tanto pela largura incomum das ruas principais (paralelas ao Rio Jaguaribe), como pela estreiteza das secundárias (ruas de serviço), por vezes chamadas travessas, que cortam perpendicularmente estas grandes avenidas. A área tombada se desenvolve em grande parte em torno do eixo da Avenida Coronel Alexanzito, uma das mais importantes, que corresponde apenas a uma parcela da cidade.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área Tombada corresponde à parte do antigo Centro Histórico, com as principais edificações cívicas e representativas e outros tipos de estabelecimentos urbanos, mas é apenas uma parcela da atual cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1621
Fundação do município:	1647
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico completo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Povoação surgida dentro do processo de ocupação do interior por expedições de apresamento de índios Aracati surgiu de um fortim construído em 1603, por uma expedição que estava indo pacificar a região. Por volta de 1621, como um núcleo de pescadores denominava-se São José do Porto dos Barcos. Transformou-se mais tarde numa região de porto, no qual, com o adensamento do povoamento do Ceará no século XVIII, se concentraram as movimentações da região. Elevada a vila em 1747. Foi também zona de criação de gado, mas, com a grande seca de 1790-1793, os rebanhos foram dizimados e a cultura do algodão, que já vinha se desenvolvendo, ganhou impulso. Aracati cresceu rapidamente; os sobrados aristocráticos, as lojas numerosas, seus moradores abastados fazendo-se conduzir em carruagens e palanquins, mostraram um desenvolvimento urbano não atingido por outra cidade, nem mesmo por Fortaleza, na época da virada do século XVII para o XIX, sendo o maior empório comercial da Capitania. Durante a Confederação do Equador, em 1824, a Vila foi ocupada por tropas rebeldes, que instalaram o palácio provisório da Presidência da República. A Vila de Santa Cruz do Aracati foi elevada à condição de cidade em 1842. Interessante notar que a Cidade obedece ao traçado requerido nas Cartas Régias.

Como exemplares dessa época de riqueza podem ser citados: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (religioso, início 1761) em estilo Barroco, uma das Igrejas mais ricas da região; o prédio da Casa de Câmara e Cadeia (público civil, 1779), que foi bastante alterado nos séculos XIX e XX, mas têm suas

grades originais e certos aspectos das celas. É a maior Casa de Câmara e Cadeia do Ceará. O Instituto do Museu Jaguaribano (habitação, século XIX) é um antigo sobrado onde morou o Barão de Aracati, sendo revestido por azulejos portugueses. Possui um grande acervo histórico, religioso e literário. A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (religioso, 1854) foi edificada pela Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos Livres. Há também a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim (religioso, 1774).

Em 1829, foi proposta a mudança da Capital da Província para Aracati, o que não foi aceito, pois já em Fortaleza estava sendo construído um porto e a Estrada de Ferro Baturité, que acabou desviando grande parte do comércio do seu porto, o Fortim (o primeiro porto do Ceará), para o Porto de Fortaleza. A situação piorou ainda mais quando outra parte do seu comércio foi desviada para o Porto de Mossoró.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Aracati convive hoje com os problemas decorrentes da falta de estrutura comum à maioria das cidades históricas frente às imposições dos tempos modernos. Porém, o conjunto de edificações que integram o Sítio, salvo raras exceções, mantém-se estável com pequenas alterações decorrentes de reformas e pequenos serviços na fachada e da tendência ao aumento dos vãos para inserção de garagem em edifícios.

O IPHAN já beneficiou, com obras de restauração, a Igreja Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Por meio de estudos realizados na área, verificou-se que ainda é predominante o uso residencial na maioria das edificações que compõem o chamado centro histórico delimitado pela poligonal de tombamento do IPHAN. Além disso, existem algumas edificações desocupadas e outras abandonadas pelos proprietários, deteriorando-se pela ação do tempo e pela falta de manutenção. O Comerciante, manifesta-se com bastante efervescência em seu entorno e dinamiza a área. Espera-se que, com a finalização e implantação do Plano Diretor da cidade, o crescimento aconteça de forma mais ordenada.

Além disso, visualiza-se a possibilidade do desenvolvimento do setor turístico baseado na riqueza do seu patrimônio Histórico e Arquitetônico.

IDENTIFICAR DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Um dos empreendimentos de maior impacto dentro do Sítio Histórico é o carnaval de Aracati que atrai turistas de diversos pontos do Brasil durante os meses de fevereiro ou março. Apesar do impulso econômico que proporciona à Cidade, seus trios elétricos com milhares de decibéis e a trepidação resultante de sua passagem provocam estragos quando eles adentram à Rua Grande, à Coronel Alexanzito, onde está concentrada a maior parte das edificações de valor histórico. Graças à intervenção da 4ª SR do IPHAN foi possível transferir o percurso dos trios para a Avenida Coronel Pompeu, garantindo a segurança do Patrimônio Histórico da cidade.

O IPHAN enviou à EMBRATUR um projeto de requalificação urbana da Avenida Coronel Alexanzito.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

As casas térreas e sobrados situados à Rua Coronel Alexanzito, ainda que com pequenas alterações, constituem conjunto bem homogêneo. Existe problema em algumas edificações que, abandonadas, dão início à deterioração de suas paredes, forros, esquadrias e cobertas.

A retirada da fiação aérea é um dos pontos a ser resolvidos.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati, que está sendo elaborado, deverá enfatizar cuidados para a área tombada. Deverá funcionar, também, como vetor de pressão sobre a Prefeitura Municipal, na medida que direcionará o crescimento da Cidade e a impulsão de uma política preservacionista.

A fiscalização das alterações no perímetro tombado é ainda problemática pela defasagem de pessoal no quadro do IPHAN, porém conta com o apoio dos moradores que denunciam problemas e pedem constantemente sugestões à Secretaria de Cultura do município e ao IPHAN.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Plano Diretor proposto para a Cidade de Aracati em 1980, apesar de enfatizar a importância da preservação do Patrimônio Histórico da Cidade, nunca foi realmente posto em prática. Com o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, espera-se incrementar não só o crescimento ordenado da cidade, como também as questões ligadas à preservação do patrimônio material e imaterial do Município. Existem ainda levantamentos, plantas cadastrais e Inventário dos Bens Históricos.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A população está sendo conscientizada sobre o valor e a preservação do Patrimônio de Aracati por meio de campanhas desenvolvidas pela 4ª Superintendência Regional do IPHAN. Além disso, está em fase final a elaboração de uma cartilha de ensinamentos de como tratar o Patrimônio Histórico da cidade – “Roteiro de Preservação do Patrimônio Cultural” – que deverá ser distribuída entre a população.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A atividade turística já vem sendo desenvolvida. Entretanto, resume-se esta às praias e ao Carnaval. Atualmente, vislumbra-se a possibilidade de aliar o turismo de veraneio que acontece em praias vizinhas - Marjolândia, Canoa Quebrada e Quixabá - com um turismo cultural, a partir da inclusão do Centro Histórico em seus roteiros.

Existe a iniciativa do proprietário do edifício onde funcionou a antiga Fábrica Santa Tereza para a requalificação da construção.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Aracati guarda seus valores e tradições, manifestados pelos grupos de Reisados, Coco de Praia (dança de pescador, diversão costumeira do litoral cearense) e o rico artesanato em palha, labirinto e garrafas com areias coloridas de suas praias. Além disso, sua tradição religiosa reflete-se em diversas festas.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Fortaleza

(2) MUNICÍPIO:

Fortaleza

(3) ESTADO:

CE

(4) SR IPHAN

4^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Passeio Público ou Antigo Praça dos Mártires. 744-T-64

Assembléia Provincial (Museu do Ceará)

(6) DATA:

13/04/1965

28/02/1973

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP inscr.38, fl.09

LTH inscr. 440, fl. 72.

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Antiga Cadeia Pública (EMCETUR)

Cine São Luís

Estação João Felipe

Igreja Nossa Senhora do Rosário

Palacete do Ceará (Caixa Econômica do Ceará)

Academia Cearense de Letras (Palácio da Luz)

Antiga Sociedade União Cearense (Propriedade da COELCE)

Praça General Tibúrcio (Praça dos Leões)

Secretaria da Fazenda

(9) RESP. P/TOMB:

Governo do Estado

Governo do Estado

Governo do Estado

Governo do Estado.

Governo do Estado

FOTOGRAFIA DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS



Assembléia Provincial



Passeio Público

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O Conjunto selecionado representa o núcleo de ocupação inicial da cidade de Fortaleza. O desenvolvimento inicial da cidade aconteceu nos arredores do Forte Nossa Senhora da Assunção, de forma irregular e espontânea. Quando, em 1812, o engenheiro Silva Paulet elaborou um plano urbanístico para a cidade, o traçado das ruas passou a ser disciplinado por uma malha em xadrez que pode ser, ainda hoje, reconhecida no Centro. Com a consolidação de Fortaleza como pólo econômico-social hegemônico da região, a partir da segunda metade do século XIX, melhorias físicas foram implantadas: construção da Santa Casa de Misericórdia, a Cadeia Pública, a Assembléia Provincial e a Estação Ferroviária – edifícios que se implantaram num percurso linear, formando o eixo principal do Corredor Cultural.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

350

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

60

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto selecionado faz parte do segmento mais antigo de Fortaleza, que se desenvolveu nas proximidades da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, que deu o nome à cidade. Este segmento, como na maior parte das cidades coloniais da costa, tem um arruamento definido pela linha costeira, sendo que os quarteirões se desenvolveram de forma irregular, com vias de penetração perpendiculares à costa. O restante da Cidade, mesmo já nas imediações do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, tem um desenvolvimento regular, demonstrando planejamento no arruamento da urbe.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área selecionada reúne boa parte – mas não todas – das edificações originais da Cidade, a começar pela Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção e pelo Mercado Municipal. Ao lado do Forte, e parte do seu terreno de defesa no eixo da linha da costa, foi construído o Passeio Público, tombado pelo IPHAN. Neste eixo também se situam a antiga Cadeia Pública, a Santa Casa de Misericórdia, a Estação Ferroviária – João Felipe, prédios que não são tombados pelo nível federal, mas têm valor local. Perpendicular a esse eixo, há um outro onde se encontram a Assembléia Provincial, também tombada pelo IPHAN, e o Museu do Ceará. Vizinho a este edifício, encontra-se a Praça do Ferreira (de grande valor sentimental para a Cidade), cujos arredores abrigam edifícios de estimável valor arquitetônico.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1612
Fundação do município:	1725
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico sequencial

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O sistema de ventos do Atlântico Sul apresentava um problema sério para os portugueses: o contato entre as capitanias do Norte e o centro administrativo do País, na Bahia, era complexo, devido ao fato dos alísios dificultarem as viagens na direção sul, a partir das capitanias setentrionais. Devido a este problema, a colonização do Ceará foi tardia, datada dos primeiros anos do século XVII, quando foi necessário montar-se expedições para garantir a posse da terra, ameaçada por franceses. Em 1637, tinham alguns poucos casebres. O povoamento de diversas áreas do Ceará começou a se adensar no início do século XVIII e, em 1725, Fortaleza era uma vila com apenas umas cinquentas casas, poucas cobertas de telhas e muitas de palha, feitas de barro e desordenadas. Com o cultivo do algodão na segunda metade do século XVIII, profundas alterações ocorrem e a região prospera.

Ocorreu a autonomia do Ceará em relação a Pernambuco e, no início do século XIX, algumas firmas inglesas aí investiram e as atividades comerciais se desenvolveram. Mesmo assim, Fortaleza ainda dispunha de pouco mais de dúzias de ruas, com casas de barro e telhas, duas praças e choupanas cobertas com palha de carnaúba. Contudo, ao final do século XIX, já havia fábricas instaladas para produzir tecidos de algodão, num ensaio de industrialização e de comércio direto com Lisboa e Liverpool. No século seguinte, a região beneficiou-se com a Guerra Mundial, apresentando grande expansão do setor algodoeiro.

A Cidade modificou-se, virando um centro urbano com iluminação a gás e eletricidade, largos arborizados e alguns edifícios públicos, sendo que as mudanças mais importantes são identificadas a partir da segunda metade do século XIX.

O Centro Histórico é composto de diversos edifícios, muitos localizados em torno do Passeio Público (espaço público, século XIX). Implantado em frente ao mar, foi organizado no final do século XIX, tomando como modelo o do Rio de Janeiro. Possui arquitetura Neoclássica ou Eclética, com predominância de elementos clássicos. Encontram-se, espalhadas pelo parque, cópias de esculturas gregas antigas e francesas do século XIX, integrando-se assim no espírito neoclássico. Ali foram fuzilados os heróis da Confederação do Equador no ano de 1824, incluindo Pe. Mororó, Pessoa Anta, Pe. Ibiapina e Azevedo Bolão. Também passou por ali a Guerra Civil do Ceará, que envolveu Pe. Cícero e Franco Rabelo. Por essa razão, o Passeio Público é também conhecido por Praça dos Mártires. No início do século XIX, a área era conhecida como "Campo da Pólvora" ou "Largo da Misericórdia". O Passeio Público de Fortaleza está localizado no centro da cidade, abrigando os seguintes edifícios: o Teatro José de Alencar (cultural, 1910), uma construção que concilia a utilização da alvenaria com a estrutura de ferro decorado, cuja estrutura foi confeccionada em Glasgow, pela empresa Walter Macfarlane & Co. A fachada principal é em estilo *Art Nouveau*, sendo o frontão formado por um arco vedado em vidro. No lado direito da construção, existe um jardim projetado por Burle Marx. O teatro passou por reformas em 1918, 1938, 1956 e 1974,

sendo a mais importante feita em 1990/91; o Prédio da antiga sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (público civil, 1907) é um exemplar da arquitetura adotada no início do século XX, englobando elementos de diferentes estilos; a Praça dos Leões (espaço público, século XX), com leões de bronze importados diretamente de Paris no início do século XX. Há também um importante conjunto arquitetônico ao redor da praça: a antiga Assembléia Provincial (hoje Museu do Ceará), o Solar da Família Távora (onde morou Virgílio Távora), o Palácio da Luz (público civil, final do século XVIII) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (religioso, 1730), que é a única igreja de Fortaleza de estilo Barroco. A Estação Ferroviária João Felipe (público civil, 1890) tem a fachada em estilo neoclássico ainda inalterada. A antiga Cadeia Pública (público civil, 1886), hoje sede do Centro de Turismo; o Teatro Carlos Câmara; o Museu de Minerais; o Museu de Arte e Cultura Populares; e o Museu do Ceará (público civil, 1871) montado no Palacete Senador Alencar, prédio da Antiga Assembléia Provincial, local onde foi votada a abolição da escravidão na província do Ceará, em 1884, quatro anos antes do resto do país.

A Vila recebeu os foros de Cidade, por ato Imperial de março de 1823, com o nome de Fortaleza de Nova Bragança, sendo que o nome de Fortaleza passou para a história. A navegação a vapor e a instalação de linhas ferroviárias de penetração retiraram muito da importância dos antigos centros da economia do gado do Ceará, transferindo-os para Fortaleza. A Cidade passou, então, por um rápido processo de crescimento a partir de 1880 aos dias atuais.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Com relação aos edifícios de maior relevância dentro do Conjunto Urbano, alguns apresentam uso incompatível para a área, como a Santa Casa de Misericórdia; outros são subutilizados, como o Passeio Público, e ainda a Associação Comercial e a Antiga Sociedade União Cearense, encontram-se abandonados. Esse quadro porém tende a ser resolvido com a estruturação e implantação do projeto do Corredor Cultural pelos órgãos públicos e entidades culturais, a exemplo do Antigo Mercado Central que passa por uma intervenção para instalação de uma Biblioteca Virtual e o Centro de Preparação de Professores. Além disto, alguns dos edifícios da área selecionada integram um projeto municipal de iluminação específica de monumentos com maior relevância na Cidade, entre eles estão a Praça do Ferreira, o Forte Nossa Senhora da Assunção, a Catedral e o Palácio do Bispo.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A expansão do uso comercial no centro levou à uma suposta “modernização” das fachadas de muitos edifícios e, por fim, a demolição total, para dar lugar a novas construções ou mesmo unicamente para prover estacionamento de veículos, comprometeu a paisagem urbana. Essa descaracterização encontra-se hoje consolidada, porém existem iniciativas dos governos municipal, estadual e mesmo federal de converter este quadro através da requalificação da área central. A exemplo disto, temos o concurso Parque da Cidade (promovido pela Prefeitura) e o Projeto do Corredor Cultural, da Secretaria

de Cultura do Governo do Estado. Além da iniciativa do CDL, em parceria com a Prefeitura e o IPHAN para requalificar fachadas na Praça do Ferreira e adjacências.

IDENT. DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS, COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

No perímetro delimitado, acontecem atividades que contribuem para a degradação urbana, como a prostituição no Passeio Público, o comércio ambulante irregular e a falta de infra-estrutura física no comércio e serviços que se desenvolvem na área, contribuindo de forma direta para o enfraquecimento do turismo e do uso residencial nesse espaço. Além disso, a existência de um equipamento militar no Forte de Nossa Senhora da Assunção impede a apropriação de um espaço histórico tão rico para o uso público.

A construção do Mercado Central próximo ao Riacho Pajeú e no limite da área selecionada foi causador de grande impacto ambiental pela diferença de escala com relação ao Conjunto Arquitetônico nos arredores e por qualidade arquitetônica questionável.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O Conjunto Arquitetônico de Fortaleza funciona como um corredor onde as edificações originais da Cidade se alinham. Seu potencial poderia ser melhor desenvolvido se algumas questões ligadas à degradação urbana fossem resolvidas, entre elas a má qualidade dos passeios de pedestres e de equipamentos urbanos, além da fiação aérea que inibe uma melhor apreciação da paisagem construída.

Dentre os edifícios de destaque no Conjunto, o da Associação Comercial e da Antiga Sociedade União propriedade da COELCE são os que se encontram mais degradados, estando muito dos seus elementos de fachada descaracterizados e sua estrutura comprometida. Os armazéns da REFESA apresentam nas suas fachadas intervenções recentes que contribuem para sua desconfiguração. Além disto, a Praça Castro Carreira funciona hoje como um terminal de ônibus que compromete a paisagem e a unidade dos edifícios relacionados à Estrada de Ferro (Estação João Felipe e Armazéns).

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A atual Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza não faz nenhuma recomendação específica sobre a referida área. No entanto, o Departamento de Patrimônio Cultural da Secretaria Estadual de Cultura vem estudando, com o apoio do IPHAN, a possibilidade de tombamento em nível estadual da referida área. Os Bens tombados em nível federal e seus entornos têm fiscalização assegurada pelo IPHAN.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Tanto o PDDU quanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o código de Postura de Fortaleza não fazem referência específica à preservação da área. Também não existe inventário de imóveis de valor cultural na Cidade.

Existem fotos aéreas e aerofotocarta da área.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

O Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza indica entre seus projetos estruturantes a institucionalização do corredor Cultural de Fortaleza, em parceria com o IPHAN e o Departamento de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Governo do Estado, tendo sido esse projeto um dos mais votados pelo Conselho da Comunidade. Com relação à mobilização e conscientização da comunidade, existe a "Folha do Centro", jornal que divulga a história e importância de edifícios do Centro.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Um convênio entre a Câmara de Dirigentes Lojistas e a Prefeitura Municipal de Fortaleza criou o "Ação Novo Centro", grupo que estuda a dinâmica da área central e suas possibilidades de requalificação. Além disto, funciona na Antiga Cadeia Pública a sede do Centro de Atividades Turísticas do Estado do Ceará, que desenvolve o comércio do artesanato local, além de estimular o turismo na Área Histórica. Porém, de forma geral, não foi desenvolvido um plano de incentivo ao turismo na área em questão.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Na Praça do Ferreira é comum a apresentação de diversos grupos de cultura popular (quadrilhas, forró, música clássica) e manifestações políticas. No Cine São Luís acontece anualmente o Cine Ceará, festival que atrai visitantes de diversos grupos e lugares do Brasil. Na Antiga cadeia Pública se desenvolve o Centro de Atividades Turísticas do Estado do Ceará, famoso pela venda de artesanato. Além disto, próximo à Catedral acontecem festas religiosas e situa-se o ponto de partida para procissões tradicionais da Cidade.

Ficha de Informações Básicas



Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Natal

• *Corredor Cultural (Palácio Potengi,
Museu Café filho e outros)*



Rio Grande do Norte

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Corredor Cultural de Natal

(2) MUNICÍPIO:

Natal

(3) ESTADO:

RN

(4) SR IPHAN

20ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Casa à Rua da Conceição ou Museu Café Filho. 670-T-

Palácio do Governo na Praça Sete de Setembro. 758-T-65

(6) DATA:

10/01/63

11/06/65

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH inscr. 357, fl. 58

LH inscr.383, fl. 62

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Igreja de Santo Antônio

Instituto Histórico e Geográfico

Teatro Alberto Maranhão

Antiga Estação Ferroviária

Igreja Nossa Senhora do Rosário

Casarão

Antiga Capitania dos Portos

Antigo Palácio do Governo

Memorial Câmara Cascudo

Solar Bela Vista

Casa de Câmara Cascudo

Casa Padre Maria João

Antigo Grupo Escolar Augusto Severo

Antigo Grande Hotel

Prédio da Junta Comercial

Antiga Matriz Nossa Senhora da Apresentação

Colégio Salesiano

(9)RESP. P/TOMB.:

Governo do Estado, insc. n.º 110/83 de 28/04/83

Governo do Estado, insc. n.º 840/84 de 06/12/84

Governo do Estado, insc. n.º 9300GE de 28/06/85

Governo do Estado, insc. n.º 849/87 de 24/ 10/ 87

Governo do Estado, insc. n.º 945/87 de 05/12/87

Governo do Estado, insc. n.º 273/88 de 19/07/88

Governo do Estado, insc. n.º 357/88 de 11/08/88

Governo do Estado, insc. n.º 444/89 de 30/08/89

Governo do Estado, insc. n.º 40/89 de 30/08/89

Governo do Estado, insc. n.º 02/ 90 de 17/ 02/ 90

Governo do Estado, insc. n.º 04/90 de 17/ 02/90

Governo do Estado, insc. n.º 453/ 90 de 22/12/90

Governo do Estado, insc. n.º 1121GE de 06/12/91

Governo do Estado, insc. n.º 1122GE de 06/12/91

Governo do Estado, insc. n.º 1125-GE de 29/01/92

Governo do Estado, insc. n.º 251-92 de 30/07/92

Governo do Estado, insc. n.º 252- 92 de 30/07/92

Prédio da OAB - Natal	Governo do Estado, insc. n.º 253/92 de 30/07/92
Associação Comercial	Governo do Estado, insc. n.º 340/92 de 24/09/92
Casa do Estudante	Governo do Estado, dec. 1197-GE de 24/11/93
Antigo Prédio da Escola Doméstica	Governo do Estado, insc. n.º 012/99 de 11/05/99

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Museu Café Filho



Casa de Câmara Cascudo

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

No Plano Diretor atual, existe a Lei Complementar nº 07/94 que trata da área, tendo ainda a Lei de Criação de ZEPH (Zona Especial de Preservação Histórica) que se constitui dos bairros da Cidade Alta e Ribeira – n.º 3.942/90. Existe ainda a Lei de Tombamento Municipal da área (n.º 5.191/00).

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O Centro Histórico de Natal é formado pela parte mais antiga da Cidade. Apesar das modificações empreendidas em parte de seu casario, o Centro Histórico de Natal ainda mantém a mesma distribuição espacial e volumetria dos tempos pretéritos. Possui alguns exemplares do período colonial e considerável número de monumentos dos séculos XIX e XX, representativos dos estilos Barroco (arquitetura religiosa), Neoclássico, eclético, Art Nouveau e Art Deco.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

8.093

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

2.100

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A fundação da Cidade ocorreu em função da colonização da Capitania do Rio Grande do Norte, em 1599, logo após a construção da Fortaleza dos Reis Magos, que lhe garantiria proteção. O local escolhido foi o ponto mais elevado da Cidade, seguindo a tradição Ibérica de cidades em acrópoles. Nas primeiras décadas do século XVIII, a expansão urbana atingia o Bairro da Ribeira, em função das atividades do porto. Desprovida de regularização prévia, a Cidade teve um crescimento natural, acompanhando a topografia e a geografia da região, resultando em ruas e quarteirões irregulares nas partes mais antigas da Cidade.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O sítio corresponde à área formadora da Cidade, com as principais edificações cívicas da mesma, mas sem conter todo o núcleo urbano, de expansão muito maior.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1599
Fundação do município:	1611
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico complementar

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Nos séculos XVII e XVIII, Natal teve sua economia ligada ao gado, aos curraleiros e à ocupação dos sertões. Foi palco de grandes conflitos dos índios com os colonizadores, no episódio do século XVII conhecido como a Guerra dos Bárbaros (1687 – 1704). Nos dois primeiros decênios do século XIX, o algodão e o açúcar já eram os principais produtos da economia local. Nesta época, Natal ainda tinha muito mais do que duas ou três ruas.

A Casa à Rua da Conceição (habitação, 1820), atual Museu Café Filho, representa um exemplar típico de residência da classe abastada da época. Construída por José Alexandre de Melo, teve suas obras iniciadas em 1816 e terminadas em 1820, sendo o primeiro edifício assobradado de Natal, de propriedade particular. Chamado de Sobradinho e também de Véu de Noiva, pela forma em declive acentuado de seu telhado, passou a ser sede do Sindicato dos Trabalhadores e da Banda de Música no início deste século. Adquirido pelo Governo do Estado em 1960, foi tombado e restaurado pelo IPHAN, passando, em 1965, a abrigar o Museu de Arte e História do Rio Grande do Norte. Em 1979, fundou-se no prédio o Museu Casa Café Filho, já que neste sobrado Café Filho criou e presidiu por dois anos o Sindicato dos Trabalhadores, tendo aí militado politicamente.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário (religioso, início do século XVIII) é a segunda mais antiga de Natal. Foi construída pelos negros escravos, devotos de Nossa Senhora do Rosário. A construção se deu entre os anos de 1706 e 1714. Segundo a descrição de Câmara Cascudo, em seu livro História da Cidade de Natal, *“a Igrejinha de Nossa Senhora do Rosário é o mais humilde dos templos da cidade do Natal”. Cascudo diz ainda que ela “era, antes de tudo, a Igreja dos Pretos, dos pobres, dos escravos. Aí vinham cantar, com capelas, batuques e gaitas, louvores inacabáveis. (...) Ali se rodava o bailado longo dos autos africanos, com solfa portuguesa e ritmo que lembrava os atabaques longínquos do misterioso “continente negro”.* Nossa Senhora do Rosário, Madrinha dos Escravos, era a única alegria, oficialmente consentida e legalmente proclamada.

O Palácio do Governo ou Potengi, à Praça Sete de Setembro (público civil, 1872), abrigou a Assembléia Provincial, a Câmara Municipal, o júri e a tesouraria. Foi mandado construir pelo presidente da província, Olinto José Meira, em substituição ao prédio anterior, e edificado entre 1865 e 1872. Tem dois pavimentos, e no andar superior as janelas têm guarda-corpo de ferro batido e sacada corrida na parte central. O Teatro Alberto Maranhão (cultural, 1904) é monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Norte. Conserva ainda linhas e elementos da arquitetura francesa do final do século XIX, além de cerâmica belga como revestimento do piso de entrada e da platéia. Até 1910, o Teatro chamava-se Carlos Gomes e conservava a forma de chalé. No segundo governo Alberto Maranhão, o Teatro passou por uma nova reforma, ganhando um pavimento, portões e grades de ferro vindos da França, além de balcões e obras de arte na fachada. Em 1957, quando o teatro ainda pertencia ao município, o prefeito de Natal, Djalma Maranhão mudou seu nome para Teatro Alberto Maranhão. Em 1959 teve nova reforma.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Bairro da Cidade Alta encontra-se em bom estado de conservação, com todos os imóveis praticamente ocupados, geralmente por prestadores de serviço, comércio e órgãos públicos. Mantém o parcelamento original do solo, em grande parte, mas com graves alterações no casario.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A área em questão, originalmente de uso residencial e comercial, tem apresentado algumas tendências a mudanças de usos para o comércio, apesar de grande quantidade de edifícios voltados para atividades culturais, institucionais e religiosos. Há redução no número de residências na área.

O crescimento é ordenado (autorizado e fiscalizado pela SEMURB – Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo).

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS, COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Há riscos de degradação no Bairro da Ribeira, em função das obras de ampliação do Porto: reativação da via férrea, acessos para carga e descarga, área de estacionamentos poderão influenciar a área em questão.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O Bairro da Cidade Alta apresenta imóveis em bom estado de conservação, embora muito alterados da sua feição original.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Há organização institucional apenas da Prefeitura, porém está se negociando parcerias com o IPHAN, UFRN, UNP e Governo do Estado.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe no Plano Diretor de Natal referência especial à área, pela Lei Complementar nº 07/94. Referente ainda à legislação para a área, existem a Lei de Criação de ZEPH (Zona Especial de Preservação Histórica) que se constitui dos bairros da Cidade Alta e Ribeira – n.º 3.942/90; e a Lei de Tombamento Municipal da área (n.º 5.191/00).

Apresenta pesquisa Sócioeconômico da área.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Ao contrário do Bairro da Ribeira na Cidade Baixa, que apresenta várias associações de moradores pelo uso predominantemente residencial da área, a Cidade Alta possui uma certa dinâmica cultural.

São exemplos dessas instituições o Museu Café Filho, o Memorial Câmara Cascudo, a sede do IPHAN, o Palácio do Governo e o Instituto Histórico e Geográfico.

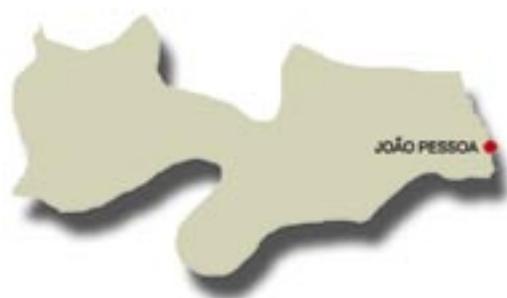
(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Na preservação não existe; Recentemente, o turismo passou a ter importância, gerando preocupações e estudos governamentais.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A área apresenta uma certa dinâmica cultural incentivada pela existência de alguns edifícios institucionais: Memorial Câmara Cascudo, Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, Memorial Café Filho, entre outros. Além disso, diversas manifestações culturais são realizadas no Teatro Alberto Maranhão, Teatro na Rua, Espaço Cultural de Natal, na antiga Capitania dos Portos, e o SESI, no Solar Bela Vista.

Ficha de Informações Básicas



Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

João Pessoa

• *Centro Histórico (Convento e Igreja de Sto Antônio, igrejas e sobrados*



Paraíba

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de João Pessoa.

(2) MUNICÍPIO:

João Pessoa

(3) ESTADO:

PB

(4) SR IPHAN

20^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Convento e Igreja de Santo Antônio ou de São Francisco. 63-T-38

Igreja da Misericórdia. 103-T-38

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. 42-T-38

Igreja da Ordem Terceira do Carmo ou de Santa Teresa de Jesus. 43-T-38

Igreja de N. Sra dos Navegantes. 041-T-38

Igreja de São Bento. 63-T-38

(6) DATA:

16/10/1952

25/04/1938

05/05/1938

22/07/1938

12/08/1938

10/01/1957

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA, insc. 407, fl. 78

LBA insc.41, fl. 08

LBA insc. 47, fl. 09;
LH insc. 20, fl. 05

LBA insc. 190, fl. 33

LH insc. 101, fl. 18

LBA insc. 434, fl. 82

CARACTERÍSTICAS DOS TOMB. ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Não existe.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Conjunto Carmelita

Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Igreja de Santa Tereza



Conjunto Franciscano

Igreja de Santo Antônio e Convento de São Francisco

OUTRAS PROTEÇÕES

(8) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

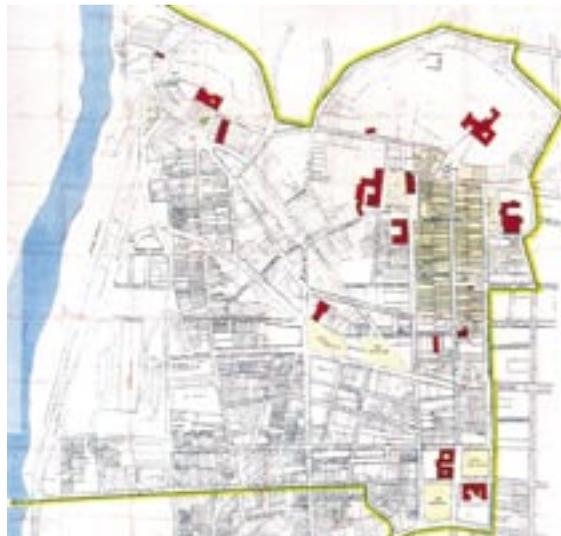
Por ato do governo estadual, decreto nº 9.484, de 13 de maio de 1982, foi delimitado o Centro Histórico inicial de João Pessoa, em cuja abrangência se inseria o perímetro menor do Centro Histórico de João Pessoa.

(9) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe, entretanto a Prefeitura é co-participante de ações de proteção, pela da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e do Conselho de Proteção do Patrimônio Cultural da Paraíba, tendo, também inseridos, nos seus códigos de obras e de posturas, artigos nesse sentido.

(10) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Os Bens tombados pelo IPHAN se desenvolvem ao longo de toda a antiga área urbana da povoação, mas não havendo delimitação de área de interesse, cabe considerar o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais como sendo composto pela antiga Cidade colonial/imperial.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

285

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

57

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto é formado pelos Bens tombados, situados no Centro Histórico da Cidade, que teve um desenvolvimento típico das cidades costeiras do Brasil, isto é, em função do porto fluvial e com o ordenamento urbano determinado pela construção das casas e não por instruções do governo central: o arruamento e os quarteirões são irregulares. O restante da Cidade, de desenvolvimento mais recente, segue uma grade urbana planejada, bem regular.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Os Bens tombados pelo IPHAN se desenvolvem por toda a antiga área urbana da povoação, não havendo uma delimitação de área de interesse, cabendo considerar-se o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais como sendo composto pela antiga Cidade colonial/imperial.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1526
Fundação do município:	1585
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Com o avanço para o interior ocorrido no século XVII, a criação de gado surgiu com bastante força na região, dando prosperidade à Capitania, num novo movimento diferente do cultivo inicial da cana-de-açúcar. No século XVIII, a região atravessou um período de grave crise econômica, quando a agricultura quase foi extinta e o comércio se retraiu bastante. No início do século XIX, a lavoura de algodão surgiu e houve novo crescimento. Em 1817, a exportação era constituída de algodão, açúcar, couros, pau-brasil. No final do século XIX, as secas castigaram os rebanhos que acabaram dizimados, as plantações seguiram o mesmo caminho, e apenas o algodão conseguiu manter o equilíbrio econômico.

A Igreja e Convento de Santo Antônio (religioso, séc. XVI) é considerado um dos melhores exemplares da chamada “escola franciscana” no Brasil. Sua construção teve origem em 1588. Com a invasão holandesa o convento foi danificado, sendo que em 1636 os frades foram expulsos e ali foi instalado um posto militar, pois sua localização era estratégica.

Após a retomada do domínio pelos portugueses, o Convento teve de ser todo restaurado, ficando pronto em 1661. No início do século XVIII, foram iniciadas as obras que deram ao Convento suas feições atuais, com a Igreja, o Convento, a Capela, a Casa de Orações e o Claustro da Ordem Terceira, o Adro com o Cruzeiro e a cerca conventual com seu Chafariz. A Igreja de São Francisco tem as paredes revestidas de azulejos portugueses e o púlpito tem um rico trabalho de talha dourada, considerado pela UNESCO como único no mundo inteiro e, possivelmente, sofreu influência da arte indígena.

A Igreja da Misericórdia (religioso, meados séc. XVII), segundo consta, a primeira igreja da Paraíba. A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (religioso, séc. XVIII) teve sua construção iniciada em 1701. Em estilo D. João V, se destaca pelos diversos trabalhos em talha de madeira, caracterizados pela multiplicidade de temas, raros nessas talhas: o sincretismo da figura da sereia com face de anjo, misturando a simbologia sagrada com a mitologia, a influência negra de lemanjá ou a grega das mulheres aladas, elementos decorativos introduzidos no seio da catequização dos indígenas. Sobre as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes (religioso, séc. XVI), consta que a Igreja possa ser do século XVI, quando da chegada dos padres da Companhia Jesuítica. A Igreja do Mosteiro de São Bento (religioso, 1585) passou por diversas reconstruções, sendo que primeira igreja data de 1585. Em 1721, iniciaram novas obras e, em 1749, foi celebrada a primeira missa. Passou por reformas em 1811.

Como construções residenciais, públicas e militares, podemos citar a Casa na Praça do Erário (habitação, séc. XVIII), sobrado com fachada de características portuguesa, que sofreu diversas alterações no século XIX, preservando, no entanto, o estilo colonial português que dominava as construções de João Pessoa; o Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho, nº 117, onde esteve preso o revolucionário de 1817 com o mesmo nome; a Casa da Pólvora (público militar, 1710), como o nome indica, construída para abrigar pólvora civil e militar; e a Fonte do Tambiá (espaço público, 1782) que foi construída pela Provedoria da Fazenda Real e reconstruída em 1889.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Regular. De um modo geral, o Centro Histórico mantém as características morfo-tipológicas na maioria dos imóveis. Ocorreram intervenções pontuais em alguns edifícios públicos e particulares/sacros, bem como em conjunto mais significativo.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O uso predominante continua estável, seguindo a tendência comercial. Rege-se dentro de controles e disciplinamento relativamente satisfatório quanto ao adensamento na área.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Observa-se impacto de significativa agravância, na área de manguezal em parte do Rio Paraíba, ocasionado pelo aterro sanitário da Cidade. No âmbito da área urbana, as iniciativas são relativamente controladas pelas normativas dos três níveis de legislação.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Boa. Sem registros significativos.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CUMN. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa - CONPEC – Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural da Paraíba.

Quanto à fiscalização, é executada pelos níveis municipal, estadual e federal.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Plano Diretor, código de obras e posturas.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe associações em organização.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Incipiente, em fase de envolvimento.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Sim. Comemorações religiosas, promoções e patrocínios públicos da agenda, manifestações de grupos autônomos.

Ficha de Informações Básicas

Sítios Históricos Urbanos Nacionais



Igarassu

· *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu*

Olinda

· *Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Olinda*

Recife

· *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife*

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Goiana

· *Área do Rosário (igrejas e conventos)*

Recife

· *Pátio de São Pedro (igrejas de São Pedro dos Clérigos e pátio)*



Pernambuco

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu, 359-T-45

(2) MUNICÍPIO:

Igarassu

(3) ESTADO:

PE

(4) SR IPHAN

5ª

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu

(6) DATA:

10/10/1972

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP inscr. 51 fl. 12

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

48

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Capela de Nossa Senhora do Livramento, 359-T-45

Convento e Igreja de Santo Antônio, 131-T-38

Igreja de São Cosme e São Damião, 359-T-45

Igreja do Sagrado Coração de Jesus, 359-T-45

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



*Igreja de São Cosme e Damião
A mais antiga do Brasil*

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

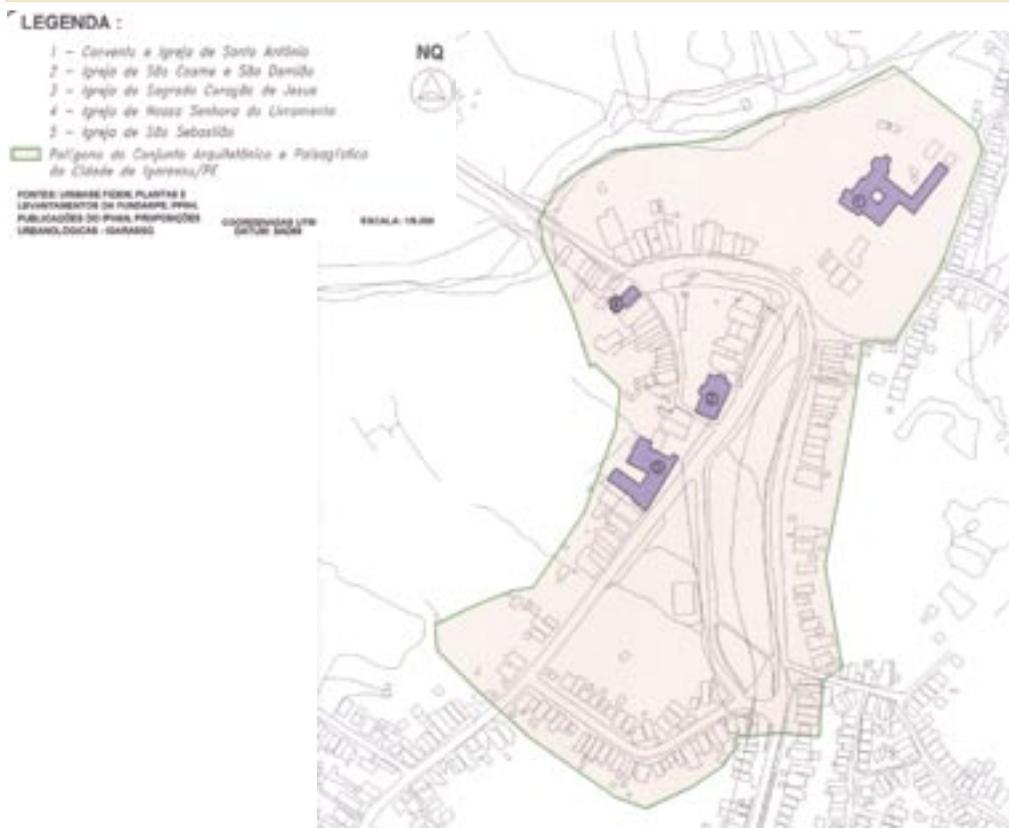
(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Engenho Monjope (em processo de tombamento – nº 38/86).

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.500

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

300

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado é de uma conformação urbana do primeiro século de ocupação do país. É de traçado irregular e espontâneo. Através dos anos, foi envolvido pelo crescimento urbano de cidade de Recife. É atualmente um trecho urbano dos séculos XVI e XVII, que se funde com a periferia de Recife, apesar de pertencer a um município independente, o de Igarassu.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio é um trecho do espaço urbano por estar inserido em uma malha urbana consideravelmente maior. Consiste, porém, em todo o núcleo urbano do povoado do século XVI.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1516
Fundação do município:	1536
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1650-1720
Datação genérica (final):	1720-1780

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Igarassu foi a segunda vila, após São Vicente, a ser criada na colônia, sendo a primeira região de ocupação de Pernambuco. Seu primeiro templo é atribuído à vitória dos portugueses, em 27 de setembro de 1530, sobre os potiguaras e franceses que ali se achavam. Foi fundada em 1536 por Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco. Ganhou a categoria de freguesia, provavelmente, em 1550 e constituiu-se município autônomo em 1893. Logo após, em 1895, elevou-se à categoria de Cidade. As capelas e casas da Igarassu quinhentista não resistiram ao tempo, tendo em vista a natureza precária dos materiais empregados. A Igreja de São Cosme e Damião (religioso, 1535), iniciada em 1535 e finalizada apenas no século XVII, é a construção que permaneceu daqueles primeiros tempos, e é também considerada a igreja mais antiga do Brasil.

O maior conjunto de painéis em estilo Barroco da América Latina está disponível para visitas em Igarassu. São 24 quadros anônimos de grandes dimensões feitos para adornar as células dos noviços, que datam dos séculos XVII e XVIII.

A coleção enriquece o Convento de Santo Antônio (religioso, 1588), erguido na vila de Igarassu pela Ordem dos Franciscanos. A Igreja, que abriga a extraordinária coleção de painéis barrocos, ocupa uma posição de destaque no cadastro brasileiro de monumentos históricos. A pinacoteca foi organizada em agosto de 1957, com a finalidade de preservar, em local adequado, os valiosos quadros que pertenciam ao próprio convento, juntamente com os que foram doados pelos franciscanos de Olinda no século XIX. O Convento de Santo Antônio também é referência de alguns capítulos da história pernambucana. Os holandeses, que em 1630 invadiram e assumiram o controle de Olinda e Recife, chegaram, dois anos depois, a Igarassu. Calvinistas convictos e praticantes perseguiram os franciscanos, obrigando-os a se retirarem do Convento que permaneceu fechado durante toda a ocupação holandesa, até o ano de 1654. Os invasores expulsaram também a maioria dos habitantes da vila de Igarassu, apropriando-se de telhas de cerâmica, portas e janelas para usarem em suas casas de engenhos de cana, e também nos abrigos internos do Forte de Orange, construído na Ilha de Itamaracá.

Vizinho à Igreja, há o museu histórico de Igarassu, organizado em 1954, ocupando um espaço de três casas construídas no século XIX. Bem próximo está a Capela de Nossa Senhora do Livramento (religioso, 1774), também exemplar da arquitetura barroca.

A barra sul do Canal de Santa Cruz, primitivamente conhecida como Rio Igarassu, depois Porto de Pernambuco, e mais tarde Sítio dos Marcos, é um dos mais importantes núcleos de ocupação portuguesa do litoral nordestino. É impossível estudar o processo de adaptação do português ao litoral pernambucano, sem se debruçar minuciosamente sobre as sucessivas ocupações que ocorreram no Sítio dos Marcos.

O crescimento de Igarassu está relacionado à economia agro-exportadora do açúcar, como uma das Cidades que serviam de ponto de apoio aos engenhos.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado de conservação do Sítio é regular. Observa-se, apesar das pressões exercidas sobre o núcleo histórico, a existência de uma certa capacidade de resistência às “invasões”, decorrente não apenas da Lei de Tombamento, mas também dos impedimentos físicos geográficas, que circundam o núcleo. Mangues, declividades que não se mostram atraentes a empreendimentos industriais ou mesmo residenciais. Recentemente, o Convento de Santo Antonio foi completamente restaurado em parceria entre IPHAN, Fundarpe, Fundaj, Prefeitura Municipal e a Fundação portuguesa “Ricardo Espirito Santo.”

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Segundo a Prefeitura Municipal, não ocorre crescimento desordenado, mas a mudança de uso (habitação para comércio), já começa a ser notada.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Igarassu ainda não foi descoberta como atração turística de importância. A Igreja de São Cosme Damião, a mais antiga do Brasil, é a mais visitada.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Ocorrem infiltrações, sistemas elétricos em perigo, má conservação de coberturas e insetos xilófagos.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Considerando-se os aspectos preservacionistas, não existe.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A população é bastante consciente em relação ao seu Patrimônio, embora aconteçam descaracterizações.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Apesar de incipiente, começam a aparecer participações do setor privado, como o apoio da indústria de tintas e da Fundação Ricardo Espírito Santo ao restauro.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A manifestação cultural mais importante é a festa de São Cosme e Damião, celebrada no adro da Igreja.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda (676-T-62)

(2) MUNICÍPIO:

Olinda

(3) ESTADO:

PE

(4) SR IPHAN

5ª

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Acervo Arquitetônico e Urbanístico de Olinda

(6) DATA:

19/04/1968 e 04/06/1979

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 44 e 75 fls. 11, 19, 20, 4; LH insc. 412, fl. 66;

LBA insc. 487, fls. 88

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

700

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Capela de São Pedro Advíncula, 638-T-61;

Casa com Muxarabi à Rua do Amparo nº 28, 191-T-38;

Casa do antigo Aljube, 638-T-61; Convento de São Francisco, 143-T-38;

Igreja da Misericórdia, 124-T-38; Igreja de Nossa Senhora do Monte, 170-T-38;

Igreja de Santa Teresa, 142-T-38; Igreja do antigo Convento de Nossa Senhora do Carmo, 148-T-38;

Igreja e Mosteiro de São Bento, 050-T-38; Palácio Episcopal (antigo), 131-T-38; Seminário de Olinda, 131-T-38;

Forte de São Francisco ou do Queijo, 1077-T-83.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista aérea da Cidade de Olinda



Igreja Nossa Senhora das Neves - foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Toda a área e tombada pelo nível federal também o é pelo nível estadual.

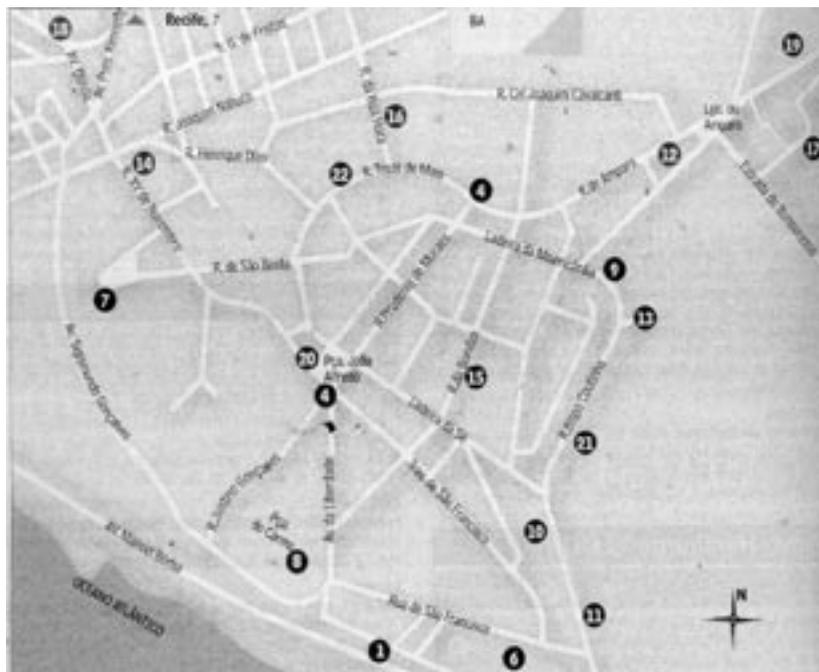
(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Parcial, coincidindo em alguns pontos.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:
 Existe, de forma coincidente.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:
 Existem alguns edifícios tombados municipalmente.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

10.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.000

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCRVER:

O núcleo histórico tombamento inicial é, composto de arruamento irregular e tortuoso, situado nas elevações mais marcantes, seguindo, nas palavras do Conselheiro Paulo Santos, uma formação urbana determinada pelas casas e não pelas ruas. A extensão do tombamento em 1974 abrangeu outras áreas do núcleo urbano, algumas de ocupação mais recente, outras desocupadas, elementos que determinavam a ambiência e a visibilidade do Bem, mantendo uma relação urbana mais ou menos semelhante à área originalmente tombada. Os espaços não acautelados são organizados em uma estrutura urbana xadrez, mostrando, claramente, ser resultado de uma proposta de ocupação do espaço mais recente.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O tombamento original referia-se ao núcleo formador dos séculos XVI e XVII, contendo todos os elementos necessários para a compreensão de uma cidade edificada no período colonial. A extensão do tombamento abrange áreas mais recentes, mas que não alteraram a compreensão do monumento original, contudo não englobam toda a área urbana atual.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1535
Fundação do município:	1537
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1650-1720
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Fundada em 1537 por Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco, Olinda logo se tornou a Vila mais importante do norte do Estado do Brasil, residência dos senhores de engenho e pessoas influentes. Desta época datam suas igrejas e seu casario, legítimos representantes da arquitetura

do período colonial. Com a chegada dos holandeses em 1630, que preferiram a localização de Recife, baixa como sua terra natal e dotada de um porto natural, Olinda começou a perder importância na capitania. Incendiada pelos flamengos em 1631, mesmo após a expulsão destes, em 1654, Olinda continuaria a perder terreno para Recife. A rivalidade entre as duas culminou com a Guerra dos Mascates, em 1710-11.

Como representante da arquitetura colonial portuguesa, Olinda possui inúmeras igrejas, todas no estilo Barroco: a Igreja da Sé (religioso, 1537), Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia (religioso, 1549), Mosteiro de São Bento (religioso, 1582), Igreja de Nossa Senhora das Neves (religioso, século XVII), com as Capelas de Santa Ana (1754) e de São Roque (1811), a Casa de Oração e o Claustro dos Terceiros Franciscanos (inclusive o adro e o cruzeiro fronteiro e toda a área da antiga cerca conventual), a Igreja de Nossa Senhora da Graça (religioso, 1552), que era o antigo Colégio dos Jesuítas; a Igreja de Nossa Senhora do Monte (religioso, 1586); Igreja de Santa Teresa (religioso, século XVII); e o Convento do Carmo (religioso, 1580). O Palácio Episcopal (religioso, 1676) foi anteriormente o prédio da Câmara e Cadeia (público, 1559), e atualmente abriga o Museu de Arte Sacra.

O Núcleo Histórico é composto por um arruamento irregular e tortuoso, com grandes elevações constituindo ladeiras e alguns sobrados típicos, como o casario mourisco da Rua do Amparo (habitação, século XVII), que figura como um dos melhores exemplares do século XVIII, ainda que descaracterizado pela vinda da família real para o Brasil.

Destacam-se ainda vários edifícios civis, como o edifício à Praça João Alfredo (habitação, 1548), o Palácio dos Governadores (público civil, século XVII), o Mercado da Ribeira (comercial, século XVII) e o Mercado Eufrásio Barbosa (comercial, século XVII).

O tombamento original da cidade referia-se aos núcleos formadores do século XVI e XVII. Mais recentemente, o tombamento foi estendido para outras áreas da Cidade, e Olinda é Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O casario de Olinda tem sofrido, nos últimos tempos, o aparecimento de graves rachaduras associadas a movimentos de solo ocasionados pela presença humana. A modificação do relevo pelo crescimento urbano, pluviometria, sobrecargas e má execução de aterros têm exercido efeitos danosos ao Patrimônio edificado. Existem muitas descaracterizações de telhados com substituição de telhas de barro por outras de metal.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Grande ocorrência de substituição de uso residencial por comercial, principalmente a partir de 1996, quando se iniciou processo de revitalização com incentivo bancário para reformas em imóveis. Muitos destes imóveis desrespeitaram a legislação. Ocorre ainda processo de adensamento de lotes, resultante de ampliações com conseqüente diminuição de área verde e solo natural.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS, COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O incentivo acima descrito não foi acompanhado da devida fiscalização pelos órgãos incumbidos da preservação, o que desencadeou inúmeras descaracterizações. O turismo, especialmente na época do Carnaval, apresenta características predatórias ao Sítio.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Processos generalizados de infiltrações, ataque de xilófagos, poluição visual por redes de energia e telefone, telhados com problemas, movimento do solo.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Existência das três esferas de proteção: Federal, Estadual e Municipal. O município possui Bens tombados e legislação específica. A fiscalização ocorre geralmente dissociada e raramente em conjunto. Da mesma forma, a análise de projetos. Reuniões mensais do Conselho de Preservação e semanais, da Câmara de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Lei municipal nº 4.849. Em 84/85, a Prefeitura realizou inventário de Bens imóveis, à disposição da população na Secretaria de Patrimônio e Cultura – SEPAC.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

O Sítio possui varias associações de moradores, que participam ativamente das questões referentes à Cidade. Comparecem às sessões da Câmara e do Conselho de Preservação.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe apoio satisfatório. Quando ocorre, pelo menos em uma ocasião, teve aspecto negativo.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A produção cultural é bastante rica, em especial artesanato, festas religiosas e profanas.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Bairro do Recife, 1.168-T-85.

(2) MUNICÍPIO:

Recife

(3) ESTADO:

PE

(4) SR IPHAN

5ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Bairro do Recife.

(6) DATA:

15/12/1998

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA vol.2, insc. 614, fl. 39; LAEP vol.1 e 2, insc. 19, fl. 099

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(Nº e relação)

1 - Igreja de São Pedro dos Clérigos ou Pátio de São Pedro, 123-T-38, 20/07/1938 (obs.2), LBA insc. 187, fl. 33;

2 - Igreja e Convento do Carmo, 148-T-38 (Obs.3);

3 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 759-T-65, 08/07/1965, LBA insc. 481, fl. 87;

4 - Mercado de São José, 883-T-73, 17/12/1973 LH insc. 445, fl. 73, LBA insc. 509, fl. 92;

5 - Igreja de Nossa Senhora do Terço, 922-T-75, 30/12/1975, LH insc. 458, fl. 76, LBA insc. 524, fl. 96;

6 - Fortaleza de Cinco Pontas, 101-T-38 (Obs. 4), 24/05/1938, LH insc. 42, fl. 09; LBA insc. 82, fl. 15;

7 - Igreja de São José do Ribamar, 923-T-75, 08/04/1980, LH insc. 469, fl. 80, LBA insc. 535, fl. 100;

8 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, 4-T-38, 28/03/1938, LBA insc. 9 fl. 3;

9 - Igreja Matriz de Santo Antônio, 105-T-38, 13/08/1938, LBA insc. 208, fl. 36;

10 - Igreja do Divino Espírito Santo, 866-T-72, 7/12/1972, LH insc. 439, fl. 72;

11 - Convento e Igreja de Santo Antônio, 996-T-79, 28/04/1980, LH insc. 473, fl. 81, LBA insc. 537, fl. 100;

12 - Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo, 148-T-38, 05/10/1938, LBA insc. 218, fl. 38, LH insc. 107, fl. 19;

13 - Teatro Santa Isabel, 401-T-49, 31/10/1949, LH insc. 260, fl. 45.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Bairro do Recife – Rua do Polo da Alfândega 1999



Bairro do Recife – Vista aérea das edificações da Rua Madre de Deus - 1999

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Proteção estadual: a Lei nº 7.970, de 18.09.79, instituiu o tombamento de Bens pelo estado, e deu outras providências.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A Prefeitura considera alguns imóveis como “Imóveis de Destaque”, pertencentes ao Perímetro Tombado Federal e o município estuda a forma de protegê-los.

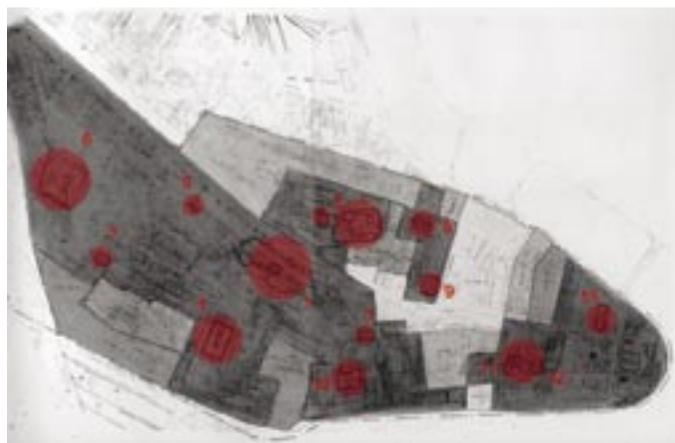
(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS – RELACIONAR:

A Lei nº 7.970 de 18.09.79, instituiu o tombamento de Bens pelo estado, e dá outras providências.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS – RELACIONAR:

Ver item 13.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



1 - Igreja de São Pedro dos Clérigos ou Pátio de São Pedro; 2 - Igreja e Convento do Carmo; 3 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; 4 - Mercado de São José; 5 - Igreja de Nossa Senhora do Terço; 6 - Fortaleza de Cinco Pontas; 7 - Igreja de São José do Ribamar; 8 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares; 9 - Igreja Matriz de Santo Antônio; 10 - Igreja do Divino Espírito Santo; 11 - Convento e Igreja de Santo Antônio; 12 - Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo; 13 - Teatro Santa Isabel.

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

566

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

770

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto mais amplo, contido pela linha de demarcação do entorno proposta no processo 123-T-38, contém quase toda a parte mais antiga da Ilha de Santo Antônio, sendo esta formada por ruas condicionadas pelo porto e pelas pontes de acesso ao Bairro do Recife e continente. O arruamento mais antigo é irregular, com quarteirões de tamanhos e formas diversas, resultante de um crescimento decorrente da implantação dos prédios.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, REFERENCIANDO-SE À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Recife é uma cidade particular, pois teve dois pólos de crescimento: um na restinga que forma o Bairro do Recife e outro na Ilha de Santo Antônio. Entretanto, o primitivo centro histórico, o Bairro do Recife, foi praticamente reconstruído no início do século, pouco restando dele. Devido a estas características, consideramos a área do Bairro do Recife, apesar de estar localizada na área do antigo centro histórico, apenas como um bairro.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1536
Fundação do município:	1709
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A povoação portuária do Recife nasceu como praia de pescadores e ancoradouro de Olinda, possivelmente no ano de 1537, quando Duarte Coelho fundou a capital da Nova Lusitânia. O "Recife de Pedra" seduziu Olinda e o fruto desta união foi o Recife, nascido sobre as areias situadas entre o Rio Capibaribe e o mar de Pernambuco. Durante um século, a história do Recife confundiu-se com a do seu humilde bairro peninsular, cuja porta ficava no fim da atual Rua do Bom Jesus, numa linha de fortificações que se estendia da praia do ancoradouro à margem do Capibaribe. Desses recuados tempos, só restam uns alicerces do Forte de Terra ou de São Jorge, sobre o qual foi erguida a Igreja de Nossa Senhora do Pilar (religioso, 1680).

Na evolução do Bairro do Recife (hoje chamado de Recife Antigo), ocorreram duas grandes fases de transformações: a primeira no quarto decênio do século XVII, quando os holandeses ocuparam a península; a outra, no segundo decênio do século atual, em que as obras do porto acarretaram a remodelação do velho núcleo, tirando-lhe as feições tradicionais. Em consequência das obras portuárias, a península foi ampliada e depois transformada em ilha. Nas suas novas ruas e avenidas só existem, agora, estabelecimentos bancários, escritórios, armazéns, depósitos e repartições públicas. A despeito da reforma urbana de 1910 e 1913, o antigo bairro do Recife, sede do primeiro núcleo de povoamento portuário da cidade, singulariza-se pela presença de importantes remanescentes arquitetônicos, como o Forte de Brum (militar, 1629), reformado pelos holandeses, e a Igreja de Madre de Deus (religioso, século XVIII). Recentemente, identificou-se, entre os sobrados da Rua do Bom Jesus (antiga Rua dos Judeus), o local exato onde fora erguida a primeira sinagoga do Brasil, durante o domínio holandês.

É importante notar que o Bairro do Recife, com sua grade urbana planejada, contém importantes edificações do período Eclético, entre os quais destacam-se a Torre Malakoff e todo o conjunto de sobrados da Rua do Bom Jesus.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Estado geral de conservação regular. Alguns monumentos foram restaurados como: Igreja e Convento do Carmo, Mercado de São José, Igreja de São José do Ribamar. O Teatro Santa Isabel está sendo

restaurado em parceria entre a Prefeitura da Cidade do Recife e o PRONAC. A Igreja de Nossa Senhora dos Militares vai passar por restauração.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Bairro de Santo Antônio passou por um processo de substituição de uso residencial para o comercial e de serviços. Ressaltamos a recente revitalização do Pátio de São Pedro, executada pela Prefeitura da cidade do Recife.

Ressaltamos que a transferência do Foro, localizada na área, para a Ilha Joana Bezerra, provocará um deslocamento das atividades correlatas para as proximidades da Ilha. Esse fator, provavelmente, provocará um esvaziamento do Bairro, exatamente por caracterizar a atividade atualmente predominante.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Presença de obras irregulares, decorrentes, especialmente, das ações de mudança uso para comercial e de serviços. Mas, essas ações são acompanhadas pelos órgãos de preservação competentes.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Em geral, a maioria dos imóveis sofrem com a falta de conservação por parte de seus proprietários, tais como: infiltrações, ataque de insetos xilófagos, instalações elétricas e de telefone aparentes.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura da cidade do Recife possui fiscalização sobre a área de preservação, como também os demais órgãos competentes. As ações, no entanto, não são feitas em conjunto.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Lei municipal nº 16.290/97, Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 – ZEPH 09

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A Prefeitura não tem conhecimento de Associações de Moradores, no entanto, a população é bastante participativa quando solicitada em assuntos referentes à preservação da área.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Empresas privadas vêm participando gradativamente de parcerias com a Prefeitura para ações de preservação da área.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Bastante rico, em especial festas religiosas e artesanato regional.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Goiana

(2) MUNICÍPIO:

Goiana

(3) ESTADO:

PE

(4) SR IPHAN

5ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Convento e Igreja de N. Srª da Soledade, 147-T-38

Convento e Igreja de Santo Alberto de Sicília, 147-T-38

Igreja da Ordem Terceira do Carmo, 147-T-38

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, 147-T-38

Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, 147-T-38

Igreja de Nossa Senhora do Amparo, 147-T-38

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 147-T-38

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, 147-T-38

(6) DATA:

25/10/1938

05/10/1938

25/10/1938

25/10/1938

25/10/1938

25/10/1938

25/10/1938

25/10/1938

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 227, fl. 39

LH insc. 106, fl. 19;

LBA insc. 216, fl. 37

LBA insc. 229, fl. 40

LBA insc. 223, fl. 39

LBA insc. 225, fl. 39

LBA insc. 226, fl. 39

LBA insc. 222, fl. 38

LBA insc. 224, fl. 39

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

N/T

(9) RESPONSÁVEL PELO

TOMBAMENTO

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Igreja e Convento de Nossa Senhora Soledade



Detalhe da Igreja de N. S. do Amparo



Igreja de Santo Alberto de Sicília



Igreja de N. Sra. Da Misericórdia

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Todos os Bens Tombados em nível federal, também, são considerados tombados pelo Estado de acordo com o Art. 4º da Lei nº 7.079/70, e inscritos nos Livros do Tombo, mantidos pelo Conselho Estadual de Cultura.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Goiana possui monumentos religiosos isolados significativos da arquitetura dos séculos XVII ao XX, como a Igreja Ordem Terceira do Carmo, com valiosa talha dourada e cruzeiro de pedra lavrada, entre outros.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



1. Igreja Matriz de N. Sra. do Rosário; 2. Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos; 3. Igreja de N. Sra. da Conceição; 4. Igreja de N. Sra. da Misericórdia; 5. Igreja de N. Sra. do Amparo.

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
 (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
 (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

650

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

130

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Como não foi definida uma área e como os Bens tombados pelo IPHAN estão distribuídos por toda a parte antiga da cidade, o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais coincide com o contexto urbano. A cidade se desenvolveu a partir de uma rua mais larga (um largo) que dá na Matriz do Rosário, articulando-se com a grande praça à frente do convento. O arruamento e os quarteirões irregulares seguem o padrão das cidades coloniais, imposto pelas casas e não por um planejamento prévio.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Os conventos e igrejas tombados pelo IPHAN em Goiana estão situados ao longo de toda a área antiga da cidade, interligados, portanto, pelos demais elementos que conformam seu Centro Histórico.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1568
Fundação do município:	1685
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Povoação que se insere no processo de ocupação do interior pelos latifúndios ligados à atividade agro-exportadora da cana-de-açúcar. Este processo se dá já no início da colonização, visto que a povoação já era numerosa o bastante para justificar sua elevação à condição de Freguesia, já em 1568. Como um dos centros de apoio aos engenhos, o crescimento do lugar não foi dos mais rápidos, considerando-se a competição que existia com a sede da capitania de Itamaracá e com o principal porto da Capitania de Pernambuco: Recife. Desta forma, apesar de ter sido elevada a vila em 1685, a povoação perdeu este status em 1709, voltando a recebê-lo dois anos depois. Foi elevada à categoria de Cidade em 1883, mas só tornou-se município autônomo após a proclamação da República, em 1892.

Os tombamentos federais se deram sobre monumentos da arquitetura colonial, devendo-se enfatizar a existência de três igrejas representativas dos principais segmentos raciais que compunham a sociedade urbana do período colonial: Igreja do Rosário dos Homens Pretos, Igreja do Rosário dos Homens Brancos (Matriz) e uma igreja de pardos.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

De modo geral, o estado de conservação é regular, entretanto acontecem algumas obras clandestinas e descaracterizações.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Já existe discreta mudança no uso de imóveis residenciais para comércio e serviços. Pode-se afirmar que não existe crescimento desordenado, adensamento ou abandono de imóveis.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Ainda não apresenta características específicas de áreas com especulação imobiliária. As visitas turísticas são de passagem, não se caracterizando como predatório.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

De forma geral, todos os imóveis sofrem com os danos causados por insetos xilófagos, por instalações elétricas mal feitas e expostas, bem como muitos casos de infiltrações.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura de Goiana participa ativamente dos projetos de restauração de monumentos, juntamente com o IPHAN, mesmo não havendo Legislação municipal específica.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe consciência da população com relação ao seu patrimônio, mesmo não havendo associação de moradores.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Apenas ações pontuais.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Principalmente, festas religiosas muito concorridas.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Igreja de São Pedro dos Clérigos ou Pátio de São Pedro, 123-T-38

(2) MUNICÍPIO:

Recife

(3) ESTADO:

PE

(4) SR IPHAN

5**a****CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Igreja de São Pedro dos Clérigos ou Pátio de São Pedro, 123-T-38.

(6) DATA:

20/07/38 e 24/5/85(obs.2)

1

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 187, fl. 33

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADOSIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

5,5

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Igreja de São Pedro

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCRERER:

Tombado pelo Estado.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCRERER:

Não há

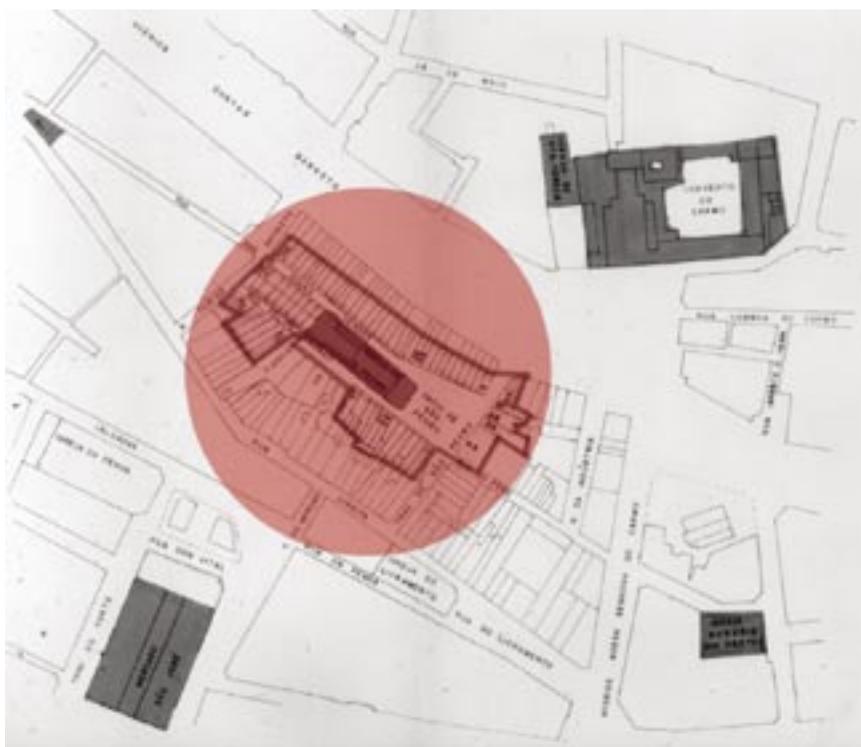
(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Todo o Conjunto é tombado pelo Estado.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

A Prefeitura é proprietária de 21 imóveis e a área é classificada como de Preservação Rigorosa (ZPH – 10).

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

225

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

45

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio corresponde a um largo, em frente à Igreja São Pedro, com as ruas de acesso ao mesmo. A poligonal abrange os prédios dos quarteirões em torno, que dão frente para a Igreja. O arruamento neste trecho, com exceção da Avenida Dantas Barreto, é irregular e estreito, típico das cidades coloniais brasileiras.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O conjunto tombado corresponde apenas a um pequeno segmento da urbe, com menos de 50 edificações, sem ter todos os tipos representativos de imóveis funcionais característicos de uma cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1536
Fundação do município:	1709
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Até o século XVII, Recife foi apenas uma pequena aldeia, funcionando como porto da vila de Olinda, na época o centro mais importante da região, situado na junção dos rios Capibaribe e Beberibe. Sua expansão teve início em 1630 com a ocupação holandesa, que a fez crescer consideravelmente em dez anos, passando de simples vilarejo, com cerca de 200 casas, para uma aldeia onde existiam mais de 2.000 habitações.

No século XVIII ocorreu uma valorização dos núcleos urbanos, e Recife passou a ter crescente importância com seus comerciantes e artesãos, sendo também o período do ouro de D. João V e D. José. Isso foi refletido pela construção de igrejas monumentais. Partidos arquitetônicos inteiramente novos surgiram, como a característica poligonal do Pátio de São Pedro, que inclui a Igreja de São Pedro dos Clérigos (religioso, 1759), e o Conjunto Arquitetônico em volta do mesmo. Iniciada a construção em 1728, segundo o risco do "mestre pedreiro e arquiteto" Manoel Ferreira Jacome, o corpo da Igreja somente ficou pronto em 1759. A Igreja destaca-se por suas pedras de cantaria, as portas de jacarandá e o teto pintado por João de Deus Sepúlveda.

Em 1858, a Igreja passou por reformas que a modificaram bastante, sendo ela então dotada de estilo Neoclássico monumental. Ao redor do pátio, situam-se 45 casas térreas e assobradadas, de frente para rua e coladas umas às outras, conservando o caráter das construções antigas e chamando a atenção para as características de um casario dos séculos XVIII e XIX. A Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, por seu extraordinário sentido vertical, constitui característica ímpar na arquitetura brasileira, e é um autêntico exemplar da arte barroca setecentista, marcando um período de mudanças arquitetônicas.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

Estado de conservação razoável, necessitando de serviços de conservação. Tem sofrido intervenções pelas esferas estadual e municipal. Passou por recente processo de revitalização transformando-se em centro de gastronomia.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO**(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:**

O uso original de moradia praticamente não existe mais, exceção de poucas casas transformadas em pensões. Ao longo do tempo, as residências foram cedendo lugar ao comércio, tornando-se local de muito movimento e abrigo, eventualmente, manifestações culturais.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS COMO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Com o processo de revitalização, o Pátio de São Pedro volta aos poucos a ser atrativo turístico, talvez em menor escala que o Bairro do Recife. O entorno continua descaracterizado, principalmente ao longo da Avenida Dantas Barreto e proximidades, com a presença de comércio informal e fachadas obstruídas por placas e letreiros.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Com a recente intervenção, o Pátio recebeu nova infra-estrutura de eletricidade e a Igreja recebeu nova pintura, com o apoio da Prefeitura Municipal, mas o interior necessita obras, muito necessárias até pela grande importância deste monumento.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A gestão é efetuada pelos Órgãos de Preservação Municipal, Estadual e Federal, porém sem ação integrada.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Lei Municipal nº 16.290/97.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe a Associação dos Locatários, Empresários e Amigos do Pátio de São Pedro.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Em recente intervenção, houve participação de Empresa de Tintas, Sebrae e Fundação Roberto Marinho.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Atualmente, muitos eventos culturais são realizados ali.

Ficha de Informações Básicas



Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

- Jaguaripe** • Centro Histórico (Igreja Matriz Nossa Senhora Ajuda, Casa Câmara e Cadeia, Casa do Ouvidor)
- Maragogipe** • Centro Histórico (Igreja Matriz São Bartolomeu, Casa Câmara e Cadeia)
- Nazaré** • Centro Histórico (Igreja Matriz Nossa Senhora Nazaré, Igreja Nossa Senhora da Conceição e Igreja Nossa Senhora de Camamu)
- Salvador** • Centro Histórico de Salvador
- Barra (Forte Santo Antônio da Barra, forte Santa Maria, Igreja Santo Antônio da Barra e outros)
- Bonfim (Igreja do Senhor do Bonfim, casa Marback, casario dos romeiros)
- Praça Cairu / Pilar (forte São Marcelo, Igreja Pilar, Alfândega à Praça Cairu e outros)
- Mont Serrat (Fortaleza Mont Serrat, Igreja e Mosteiro Nossa Senhora Mont Serrat, casario do entorno)
- Penha (Igreja Nossa Senhora Penha, Antigo Palácio Verão)
- Igreja do Pilar
- São Joaquim (Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim e casa à Av. Frederico Pontes)
- Santo Amaro** • Centro Histórico (Igreja Matriz Nossa Senhora Purificação, Casa Câmara Cadeia, Santa Casa e outros)

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

- Cachoeira** • Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira
- Itaparica** • Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Itaparica
- Lençóis** • Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lençóis
- Monte Santo** • Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Serra do Monte Santo
- Mucugê** • Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mucugê
- Porto Seguro** • Município de Porto Seguro
- Rio de Contas** • Centro Histórico de Rio de Contas
- Santa Cruz Cabralia** • Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Santa Cruz Cabralia



Bahia

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira, 843-T-71

(2) MUNICÍPIO:

Cachoeira

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira

(6) DATA:

21/09/1971

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP inscr. 49, fl.12.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

78

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

78

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Capelas: do Engenho Velho-231-T-40; do Hospital de São João de Deus-248-T; de Nossa Senhora da Ajuda-198-T-39;

Casas: à Rua Ana Nery nº 4- 246-T – 41; à Rua Benjamin Constant nº1- 243-T-41; à Rua Benjamin Constant nº 2- 249-T-41; à Rua Benjamin Constant nº 17 ou Casa na Ladeira da Cadeia-244-T; Casa de Oração da Ordem Terceira do Carmo - 181-T-38; a Pça Dr. Aristides Milton, onde se reuniam os partidários da Independência - 200-T-39;

Chafariz da Pça Dr. Milton -199-T;

Igrejas: Igreja e Convento do Carmo-182 -T; da Ordem Terceira do Carmo-181-T-38; Igreja e Ruínas do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu - 280-T-41; do Seminário de Belém - 122-T-38; Matriz de Nossa Senhora do Rosário -198-T-39; Matriz de Santiago-575-T-58;

Jardim do Hospital São João de Deus - 202-T-39;

Paço Municipal-199-T-39;

Prédios: à Praça da Aclamação nº4 ou Museu Regional-204-T-39; da Rua Ana Nery nº 1- 203-T-39; à Rua Ana Nery nº 7-205-T-39; a Sete de Setembro nº 34- 201-T-39; à Rua Treze de Maio nº 13- 268-T-41; do antigo Engenho Vitória-284-T-41;

Sobrados: à Rua Ana Nery nº 2-245-T-41; à Rua Ana Nery nº 25- 247-T; do Engenho Embiara-269-T-41.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Ponte D. Pedro II sobre o Rio Paraguaçu



Igreja da Matriz



Casario em frente à Praça da Aclamação



Igreja da Praça da Aclamação



Rua Benjamim Constant

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe lei de proteção estadual efetiva.

O Governo do Estado executou obras de restauro num período de 6 anos e vem efetuando obras em monumentos isolados em alguns monumentos, ao longo dos anos.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe legislação urbanística, de proteção pelo nível municipal. Todo o trabalho de preservação vem sendo executado apoiado na legislação do IPHAN, que em algumas etapas celebrou convênios com o IPAC - Governo do Estado e com a Prefeitura do Município (ETELF Cachoeira).

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

6.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.200

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado compreende toda a área urbana da Cidade; o Conjunto foi tombado, em 1971. O traçado é irregular sobre terreno acidentado, onde seus largos e praças valorizam as edificações, apresentando-as em diversas perspectivas.

Neste Sítio encontram-se ainda os monumentos tombados individualmente entre os anos de 1938, 1939, 1940, 1941, 1943, preservados graças à ação de fiscalização do IPHAN.

Nesta área não houve crescimento expressivo, comparando com o atual. As alterações no Centro Histórico deram-se na volumetria, acréscimo de pavimento recuado, ocupação dos quintais.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Histórico corresponde à área urbana da cidade tombada em 1971, ainda não delimitado oficialmente.

Em 1972 foi sugerido, pelo GRAU-FAUFBa, uma delimitação de perímetro do Centro Histórico, com definição de áreas e graus de preservação. Tais estudos serviram, em 1976, como base para posteriores análises pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - IPACBa. Posteriormente, foi realizada pelo IPHAN, em conjunto com o IPAC, Governo do Estado, uma demarcação mais atualizada. Tendo

faltado na época uma planta cadastral atualizado da Cidade, o que somente foi conseguido pelo IPHAN em 1997/98. Resta agora, a transcrição dos dados, a normatização de parâmetros pelo IPHAN-7ª SR o que deverá ser efetuado pela 7ª SR. de acordo com a Prefeitura Municipal e o IPAC.

Tal delimitação, ainda que não oficializada, são referenciais nas análises de projetos e intervenções no Sítio Histórico.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XIV
Fundação do município:	1698
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O primeiro assentamento surgiu no século XVII, sobre uma pequena colina, em torno da casa e da capela de um engenho, logo se expandindo pelas margens do rio, onde já estavam a casa de purgar e o alambique. A fundação do Convento Carmelita, no início do século XVIII, consolida a ocupação em direção a Sergipe. Em 1693, o povoado é elevado a vila, denominada Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. O açúcar foi um dos alicerces de sua economia, até o século XIX, sendo deste período às construções mais relevantes do seu acervo arquitetônico. O período áureo do desenvolvimento urbano coincide com o apogeu econômico, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, quando se estruturam os serviços urbanos.

Cachoeira exerceu importante papel no processo de interiorização para o sertão, através do rio Paraguaçu. A cidade logo se tornou porta de entrada para as expedições que iam sertão adentro, assim como do escoamento da produção dos engenhos localizados à beira do rio para Salvador. Estrategicamente localizada, Cachoeira enriqueceu e tornou-se importante centro de comércio, com suntuosos sobrados, a rica Ordem do Carmo, enriquecendo junto com os senhores de engenho do Recôncavo.

Cachoeira é uma das cidades de tipologia simples, desenvolvida segundo uma matriz linear paralela ao rio, com trama de ruas irregulares, que se acomodam à topografia local, situando-se nos pontos mais elevados, largos e praças, os edifícios religiosos e civis de maior destaque. O Conjunto Arquitetônico, formado na sua maioria por edifícios do século XVIII e XIX, caracteriza-se pela unidade tipológica e figurativa, devida em larga escala à tendência Neoclássica que, no século XIX, construiu novos prédios e reformou os antigos.

A Praça da Aclamação é o espaço central da Cidade, nele se localizam a Casa de Câmara e Cadeia (público civil, início do século XVIII) e o mais significativo conjunto de sobrados de Cachoeira, além do Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo (religioso, início do século XVIII) e da Ordem Terceira

do Carmo (religioso, início do século XVIII) No começo do século XVIII, a povoação, contida entre os Riachos Pitanga e Caquende, consolidou um novo centro com a construção de pontes sobre os Riachos. Foi durante este século que a Cidade incrementou sua infra-estrutura: pavimentando ruas, construindo pontes, o Cais dos Arcos (público, 1741-44) e o chafariz (público, final do século XVIII). Com a fundação do Convento Carmelita em meados do século XVIII, a povoação se expandiu em direção a Sergipe. A falta de áreas planas obrigou a Cidade a conquistar terrenos da encosta na primeira metade do século XIX e aterrar a margem do rio, na segunda metade do mesmo século, com a construção do Cais da Manga (1858) e do Cais do Alambique (1897).

Um dos importantes monumentos do patrimônio cachoeirense é a Igreja e Ruínas do antigo Convento de Santo Antônio do Paraguaçu (religioso, século XVII), localizado às margens da Enseada do Iguape. A Igreja, construída em pedra e cal, possui planta típica dos franciscanos do Nordeste. A igreja foi sagrada em 1660, segundo data na portada, apesar do noviciado já estar funcionando desde 1654.

No início do século XIX, a liderança política de Cachoeira em decorrência das lutas da Independência, obteve a condição de sede da Junta Governativa e, pouco depois, de Governo Provisório. Em 1837, Cachoeira foi sede mais uma vez do Governo, por ocasião da Sabinada. A partir do último quartel do século, a situação foi marcada pela valorização do fumo e a realização de grandes obras públicas, como a Estrada de Ferro Central da Bahia, a Ponte D. Pedro II (1882-85) e a Hidroelétrica de Bananeiras (1907-20). O município de Cachoeira foi, até o início do século XIX, um dos mais extensos da Bahia.

O patrimônio da Cidade, apesar de se inscrever majoritariamente nos séculos XVIII e XIX, guarda exemplares do século XVII, assim registrando os diferentes períodos de sua história. Não só o acervo colonial, como também a ponte de ferro D. Pedro II sobre o rio, o Mercado, a ferrovia, a hidrelétrica, são marcos de temporalidades diversas. No entanto, a marca do descaso atravessa a Cidade: os sobrados em ruínas revezam-se nas ruas.

Monumento Nacional. Decreto nº 68.054, de 18/01/1971.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Sítio Histórico apresenta razoável estado de conservação. A ausência de uma economia marcante, leva a Cidade, que tem como base à exploração turística, a ver seus recursos serem cada vez mais decrescentes. Os Monumentos tombados individualmente, que dependem de verba federal, não podem ser mantidos integralmente e a população, assim como a Administração Municipal, não detêm recursos para mantê-los. A Cidade está empobrecida e nota-se a decadência da economia civil e a ausência de uma ação efetiva do poder público municipal.

As intervenções em Monumentos tombados e imóveis residenciais na área de preservação rigorosa são analisadas e licenciadas pelo IPHAN e fiscalizadas precariamente pela Prefeitura Municipal. Esta não dispõe, no entanto, de pessoal treinado para a prestação destes serviços.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Não existe legislação urbanística ligada a PMC. O crescimento da Cidade se fez com a ocupação ao longo de vias, em direção à encosta e paralelas ao Rio Paraguaçu.

Ocorreu adensamento da área do Centro Histórico – centro comercial - com a reformulação da tipologia das construções, ocupação dos quintais e reconstrução das ruínas. Neste processo, 60 a 70 % são intervenções licenciadas pelo IPHAN e as outras são obras ilegais, algumas inclusive com processos judiciais em andamento.

Nas ruas correspondentes à área do comércio, prevalece a tradição colonial de utilização do pavimento térreo como comércio e o primeiro andar como habitação. Nesta área, alguns imóveis foram adaptados também para abrigar prestações de serviços, escritórios, clínicas e outros, nos cômodos da fachada principal, caracterizando, assim, uso misto.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O Município não possui Lei de Uso do Solo. Todavia como Cachoeira não teve grande crescimento econômico no século XX, a ocupação de suas áreas não sofreu influências que tivessem causado impacto. Seu crescimento ocorreu de maneira espontânea, acompanhando as curvas de nível e os caminhos naturais.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Pode-se afirmar que o Sítios Históricos Urbanos Nacionais de Cachoeira apresenta quadro de deterioração que se enquadra em todos os fatores de degradação citados. Porém, se destacaria o ataque dos insetos xilófagos aliado às infiltrações e à má conservação do seu acervo, justificada pela carência de recursos da população.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura não possui quadros específicos para gestão do Patrimônio Cultural. A fiscalização é exercida pelo IPHAN.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação Municipal.

Existe levantamento cartográfico efetuado pelo IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe conscientização da comunidade, provocada após a realização de seminários públicos.

Existe mobilização do Governo do Estado – Bahiatursa - para a realização de eventos culturais.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Incipiente.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas tradicionais:

29 janeiro – Festa de Criação da Vila de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira; 13 de março - Elevação de Cachoeira à categoria de Cidade; Semana Santa (sábado de Aleluia com queima de Judas); 22 a 24 de junho - São João - Feira do Porto; 25 de junho - Festa cívica; Noite de Cachoeira no Pelourinho - data móvel; 16 de julho - Nossa Senhora do Carmo; 1ª quinzena de agosto - Nossa Senhora da Boa Morte; 27 de setembro - São Cosme e São Damião; 1ª quinzena de outubro - Nossa Senhora do Rosário; 1ª quinzena de novembro - Nossa Senhora da Ajuda; 2ª quinzena de novembro - Santa Cecília; 4 de dezembro - Santa Bárbara.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento.
973-T-78

(2) MUNICÍPIO:

Itaparica

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento

(6) DATA:

28/4/1980

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP Insc. 78 fl. 21; LH insc. 477 fl. 82.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

35

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

35

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Igreja de São Lourenço, 462-T-52.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA*Igreja de São Lourenço**Igreja S. Sacramento*

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

500

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

100

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto mantém unidade conceitual com o resto da Vila - casas térreas com desenvolvimento urbano em malha não regular.

O município de Itaparica está localizado em ilha homônima, e integra a Região Metropolitana de Salvador. O Município que originalmente se estendia por toda a ilha e Salinas das Margaridas, foi emancipado de Salvador em 04 de agosto de 1833. A primitiva Vila foi elevada à condição de Cidade em 30 de outubro de 1890. Em seu atual território de 35km² de superfície, existe apenas uma sede. O Município limita-se com Vera Cruz e as águas da Baía de Todos os Santos, e sua sede está situada ao nível do mar. Possui, o Município possui, com, aproximadamente, 11.000 habitantes, sendo sua principal atividade econômica o turismo. O Sítio Histórico ocupa um pequeno trecho da malha urbana da sede, onde estão situados as duas Igrejas, o Forte de São Lourenço, alguns sobrados, um hotel tradicional e a estação marítima onde aportam os barcos e as lanchas. As praças inclusas no perímetro são mantidos pela própria comunidade, tendo sido o Centro Histórico urbanizado pelo CONDER - Governo do Estado.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O parecer de tombamento do conselheiro Cyro Lyra baseou-se em argumentos relativos à preservação da ambiência da Vila, entorno e das igrejas, de São Lourenço e Matriz, conjunto que não detêm todos os elementos da vila urbana que permitam sua classificação como Centro Histórico.

O Sítios Históricos Urbanos Nacionais corresponde ao Centro Histórico e urbano, com lojas, centro de artesanato regional, bares, pracinhas, hotel e pousadas e o píer principal da Cidade. Agrupa o maior número de monumentos de valor arquitetônico da Cidade, perfeitamente integrado na malha urbana, que se estendeu em outras direções, não descaracterizando a tipologia da área em questão.

As habitações inclusas na área são casas térreas de pequeno porte, visto que a Cidade se desenvolveu ao longo das praias e em direção à Fonte da Bica, unidade de fornecimento de água mineral que abastece a Ilha, e é comercializada, nacionalmente, o que deu a Cidade o título de Estância Hidromineral no dia 28 de agosto de 1919.

O maior movimento da Cidade acontece nos meses de verão e férias, quando sua população triplica.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVI
Fundação do município:	1883
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1820-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Município de Itaparica está localizado na ilha homônima e integra a Região Metropolitana de Salvador. O Município, que originalmente se estendia por toda a Ilha e Salinas das Margaridas, foi emancipado de Salvador em 1833. Itaparica faz limite com a Ilha de Vera Cruz e com as águas da Baía de Todos os Santos. Os primeiros assentamentos indígenas foram dando lugar aos engenhos de açúcar, grande riqueza do Recôncavo Baiano no período colonial. Sua posição estratégica tornou-a alvo de inúmeros invasores que pretendiam a conquista da cidade de Salvador, a capital da Colônia, e das ricas vilas de Maragogipe e Cachoeira, cujo acesso se fazia pelo rio Paraguaçu, o que fez com que a Ilha fosse duramente castigada, tendo seus engenhos incendiados. Isto explica o grande número de fortalezas que buscavam, mediante fogo cruzado, impedir o ataque inimigo em seu território.

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Itaparica é constituído por: o Forte de São Lourenço (militar, final do século XVIII), Igreja de São Lourenço Sacramento (religioso, final do século XVII), Igreja Santíssimo Sacramento (religioso, final do século XVIII), Capela Nossa Senhora de Bom Despacho (religioso, final do século XVII), Sobrado Monsenhor Flaviano 10 (início do século XIX), o Sobrado Tenente Botas, Casa do Pedreira (habitação, final do século XIX), Casa à Rua Luis da Gran (habitação, meados do século XIX), Casa no Campo Formoso 80 (habitação, meados do século XIX), Casa no Campo Formoso 82 (habitação, final do século XIX) e Fonte da Bica (espaço público, meados do século XIX). A parte central da Cidade é localizada próximo ao mar, no norte da Ilha, trecho conhecido antigamente como Ponta da Baleia, desenvolvendo-se através de uma trama de ruas de desenho irregular, intercalada por praças. O Conjunto Arquitetônico, apesar das transformações ocorridas ao longo dos anos conserva suas características originais, destacando-se pela uniformidade dos muitos edifícios de um só pavimento, com janelas e portas de vergas retas ou curvas. Os sobrados são em pequeno número, o que ratifica a escala horizontal do Conjunto, onde se sobressai a Matriz do Santíssimo Sacramento, por sua volumetria avantajada. Outros pontos de destaque na paisagem são a Igreja de São Lourenço, de pequenas dimensões e o Forte de mesmo nome, à beira-mar, realçado por pequena praia com frondosos tamarindeiros.

Em 1647, Segismundo Schkoppe ocupou a Ilha e construiu um forte, arrasado mais tarde pelos holandeses. Em 1704, o Governador D. Lourenço de Almeida ordenou a construção do atual Forte de São Lourenço, no local do antigo. O Forte ficou pronto ao final do século XVIII e localiza-se no extremo norte da Ilha, no local conhecido antigamente com Ponta da Baleia. Esta localização foi estrategicamente importante por dois motivos: impedia o desembarque no único porto natural da Ilha e protegia e abrigava as pequenas embarcações que do Recôncavo, ou através da Barra de Jaguaribe, abasteciam a Cidade. Sua função era defender a entrada das barras do Paraguaçu e Jaguaribe. No ano de 1823, a fortificação desempenhou

relevante papel nas lutas de Independência, repelindo o ataque de 7 e 8 de janeiro. Em 1859, quando foi visitada por D. Pedro II, estava com canhões imprestáveis e sua Casa de Comando transformada em cadeia pública. O edifício foi prejudicado pela inserção de elementos não condizentes durante as obras realizadas em meados da década de 1970. A fortificação, que avança sobre a praia, tem à direita a Praça Getúlio Vargas (Boulevard) e à esquerda uma pequena praia com tamarindeiros e o “píer” da Companhia de Navegação Baiana. Não se sabe a data de construção do Sobrado Monsenhor Flaviano 10 (habitação?), mas tipologicamente parece tratar-se de um edifício do final do século XVIII ou início do século XIX. Em 1808 D. João VI, visitando a ilha, hospedou-se na casa. No ano de 1832, foi instalada, neste prédio, a primeira Câmara Municipal. Em 1859, D. Pedro II descansou no mesmo edifício e aposentou em que dormira D. João VI. Em 1882, foi instalada no sobrado uma casa de saúde. Mais tarde passou a funcionar no prédio a Pensão Jacó, depois chamada de Pensão Anita.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Sítio histórico recebeu, em 1978, atenção do Governo do Estado, através da CONDER, que executou a restauração total do “Sobrado Tenente Brotas” e a reurbanização do Centro Histórico.

O sobrado foi adaptado para o funcionamento Centro de Turismo e as praças receberam equipamentos comunitários, reativando assim a ocupação do sítio pela comunidade e pela população turística.

As obras de restauro nos monumentos religiosos são efetuadas pelo IPHAN ou com subvenções dos turistas e doações da comunidade.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Sendo área tombada, ocorre ocupação ordenada, já definidas de uso residencial e comercial, para atendimento ao fluxo turístico. Durante os meses de verão, potencialmente em 60% dos imóveis, existe locação para fins de veraneio, triplicando a população da cidade, que ainda sobrevive do turismo.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A Prefeitura Municipal cumpre seu papel na manutenção das áreas públicas, não ocorrendo até o momento ações que tenham causado danos irreversíveis ao patrimônio.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Poderia ser citado, como fator de degradação principal, o ataque por insetos xilófagos, que devem ser combatidos de forma contínua em todos os imóveis.

Outro agente a ser considerado é a umidade ascendente, com salinidade concentrada nas paredes, visto estarem os imóveis assentados em terrenos ao nível do mar.

Tratando-se dos monumentos tombados, estes recebem ajuda Federal, na manutenção das suas instalações, agindo por vezes em convênio com a comunidade e/ou com as paróquias.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura Municipal: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria de Obras.

Governo do Estado: atua por meio da Secretaria de Educação e Turismo e da CONDER.

Existe ação do IPHAN na análise e fiscalização das intervenções no Conjunto Tombado.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não há legislação específica.

Existe Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPACBA - com levantamento cadastral básico, fotográfico e histórico de 1998.

Existe Inventário de Bens Culturais Básicos – 1º Censo Cultural da Bahia – Governo do Estado – 1997.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem associações comunitárias ligadas às ordens religiosas. Não existem outras associações.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Existem: Grupos de capoeira: Semeadores da Ilha, Mandiga da Ilha; Grupos folclóricos: Afoxé Obá, Indígena, Os Guaranis.

Festas: Janeiro: 7 a 1º de fev. - da Independência; Fevereiro: 1º a 2 - Nossa Senhora das Candeias; Junho: São João; Agosto: 1º a 10 - Festa de São Lourenço; Setembro: 31 08/09 - Nossa Senhora da Piedade; Novembro: Nossa Senhora da Misericórdia.

Tradição: aluguel de bicicletas aos turistas.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lençóis, 847-T-71

(2) MUNICÍPIO:

Lençóis

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lençóis

(6) DATA:

17/12/1973

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 60, fl. 14.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

26,03

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

26,03

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Não existe.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista aérea da cidade de Lençóis - 1986



Vista do casario da Praça Horário de Matos - 1986



Vista do casario da Praça Horário de Matos - foto: Cristiano Mascaro - 2002



Mercado de Lençóis - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe, na legislação municipal, a figura do tombamento.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.272

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

570

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A área tombada corresponde a toda a área urbana da Cidade, em função da topografia e da ocupação típica dos núcleos de mineração dos séculos XVIII e XIX, sem planejamento. Essa situação, hoje em dia, corre o risco de se tornar imperceptível com a interferência de novas áreas urbanas.

O arruamento colonial surgiu a partir dos pólos Igreja de Nossa Senhora da Conceição - 1851 e da ponte de ligação entre os núcleos instalados em ambos os lados do rio, e ocupou, em 1860 época de sua construção, mão-de-obra ociosa resultante da grande seca que assolou o sertão, 1859 a 1862. Assim, a tipologia urbana é composta, com trama de ruas irregular, procurando se adaptar aos acidentes do Sítio, sendo que o piso de algumas ruas é constituído da própria rocha que aflora. As novas ruas, quer sejam as espontâneas, quer sejam as da área de expansão aprovada pelo IPHAN, sobem e descem ladeiras, imitando ainda a implantação das ruas coloniais.

O núcleo histórico principal, delimitado como área de preservação rigorosa, reúne considerável soma de exemplares de arquitetura civil, de cores vivas e esquadrias originais, constituindo expressivo conjunto.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Núcleo Tombado contém todas as edificações principais da Cidade, oriundas da ocupação do Sítio na época do assentamento, o que justifica a classificação do Bem, mas há também uma área de expansão fora dos limites do tombamento. Sua conformação urbana, bem como a peculiar arquitetura e a magnífica paisagem das imediações, são registro do tipo de ocupação desta parte do sertão baiano, mesclando mineração e pecuária de meados do século XIX.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1844
Fundação do município:	1856
Datação genérica (origem):	1820-1860
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O assentamento de Lençóis surgiu e se desenvolveu como um centro de mineração de diamantes e entreposto comercial. Com o declínio das lavras transformou-se em área de produção de café.

Com a descoberta de "faisqueiras" no Rio Mucugê, em setembro de 1844, grande contingente de garimpeiros e comerciantes afluiu para a região, dando origem ao Povoado de Mucugê. A partir deste núcleo, seguindo o curso dos rios, a mineração expandiu-se rapidamente na região. Em 1845, foram descobertos os ricos garimpos do Rio Lençóis, que despertaram imediatamente o interesse dos compradores de diamantes instalados em Mucugê. Vieram garimpeiros, comerciantes da Capital e senhores de engenho do Recôncavo, com seus escravos. Em Lençóis se instalaram grandes negociantes, que faziam transações diretamente com mercadores franceses, ingleses e alemães. Um ano após sua fundação, foi transferida para a vila a sede da Delegacia de Terras e Minas, anteriormente instalada em Mucugê e, em 1858, foi instalada a Câmara Municipal. No período de 1859/62 a vila sofreu os efeitos da grande seca que assolou o Sertão, sendo socorrida com contribuições do Governo Provincial e de D. Pedro II. Neste período (1861), foi criada a Santa Casa de Misericórdia.

A Cidade floresceu até 1871. A partir desta época, em consequência da descoberta de diamantes na África do Sul (1865), a cidade começou a decair. Para isto contribuiu a emigração dos garimpeiros para as faisqueiras de Salobro (Canavieiras). Uma retomada de desenvolvimento deu-se, pouco depois, com a repentina valorização do carbonato como abrasivo industrial.

Lençóis nasceu como um núcleo de mineração, mas logo arrebatou à Rio de Contas à condição do mais importante entreposto comercial regional, onde era reunida e exportada para a Europa toda a produção mineral e distribuídos produtos de subsistência da Costa e artigos de luxo importados. Seu período áureo durou apenas 26 anos, de 1845 a 1871. A lapidação foi outra importante atividade econômica de Lençóis, quando começava a declinar a produção diamantífera. Tem-se notícia da existência de três destas oficinas na cidade, a mais antiga de 1880. Na mesma época começou a ser desenvolvida a cultura do café. Para a formação da cidade contribuíram dois tipos de contingentes humanos: os garimpos,

vindos do Serro de Frio e do Alto Sertão, e os comerciantes da Capital e do Recôncavo, que financiavam a mineração e controlavam sua exportação.

Como todo assentamento mineiro, Lençóis surgiu e se desenvolveu de forma atropelada. Segundo uma versão popular, seu nome provém do grande número de tendas de pano que caracterizaram a primeira ocupação do Sítio. Ainda hoje são encontradas, nas vizinhanças da cidade, grutas transformadas em habitação. Em 1851, foi iniciada a construção do Templo de Nossa Senhora da Conceição. Esta primitiva capela parece em lugar à nova matriz, iniciada nos primeiros anos do século XX. A articulação dos dois núcleos primitivos se fez, em 1860, com a construção da atual ponte, que ocupou a mão-de-obra ociosa resultante da Grande Seca. É a partir desta época que se constroem os grandes sobrados, que compõem a antiga Praça do Mercado, atual Horácio de Matos, onde há cinco residências tombadas. Um destes sobrados serviu como Casa do Conselho, mas foi demolido na década de 1940 para a construção da Agência dos Correios e Telégrafos. A tipologia urbana da Cidade é composta, por dois núcleos, separados pelo rio. A trama de ruas é irregular e procura se ajustar aos acidentes do Sítio. O piso de algumas destas ruas é constituído pelo próprio afloramento da rocha. Outras apresentam pavimentação de pedras irregulares com "mestras", formando desenhos decorativos. Na área de proteção estão compreendidos 570 edifícios. O espaço público mais importante é a Praça Horácio de Matos (espaço público, século XIX). Seu acervo arquitetônico, da segunda metade do século XIX, é formado por casas e sobrados construídos em diferentes técnicas: paredes auto-portantes de adobe ou pedra e estruturas independentes de madeira com vedação em taipa de mão. Este casario se caracteriza pelas cores vivas de suas alvenarias e esquadrias. Inexiste monumento dominante no Conjunto. A arquitetura civil tem nesta cidade uma importância maior que a religiosa.

O patrimônio de Lençóis marca a época de auge econômico da Chapada da Diamantina, no século XIX. Várias técnicas arquitetônicas foram empregadas na construção da Cidade, predominando o adobe e destacando-se o colorido. A imagem da cidade é identificada pela leitura do Conjunto Arquitetônico Civil e sua relação com o Sítio.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Sítio encontra-se com seus imóveis carentes de obras de consolidação de estruturas principalmente, paredes e telhados. Nota-se a presença de imóveis que estão desmoronando, pelo arruinação do seu sistema estrutural original, atacado pela umidade e pelos cupins.

O Conjunto Urbano foi beneficiado pelo Governo do Estado com obras de pintura e conservação das fachadas situadas no Centro Histórico (1996 a 1998; 1999). Esta ação todavia não resolveu as carências da cidade.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O desenvolvimento do Sítio Histórico Urbano Nacional ocorre de maneira lenta, mas com intervenções às vezes desastrosas, visto que não existem no Centro Histórico muitos espaços livres para ocupação. As

ocupações dos novos logradouros, apesar de se localizarem fora do núcleo urbano, por vezes interferem na ambientação do conjunto, por força da topografia local.

Existe tendência de mudança de uso dos imóveis, para fins de atendimento às atividades turísticas. Ocorrem, nestes casos, as descaracterizações das fachadas, que são os maiores problemas a se enfrentar.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O desenvolvimento turístico da cidade tem causado alterações nas características do Conjunto Arquitetônico, visto terem sido propostas e por vezes executadas intervenções nos imóveis para atender ao comércio e às hospedarias.

Apesar da fiscalização do IPHAN, existem obras executadas ilegalmente, algumas até com processos judiciais em andamento.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Ocorrem todas as situações previstas dentro do Sítio Histórico Urbano Nacional, na maioria dos imóveis, o que tem que ser avaliado detalhadamente, caso a caso. Os insetos xilófagos são todavia o ponto de partida para todos os outros, pois, a sua presença provoca a destruição das estruturas e daí à desestabilização do conjunto.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura Municipal: Prefeito e Vice-prefeito; Secretaria de Educação; Secretaria de Turismo; Secretaria de Obras;

Governo do Estado – atua através da Secretaria de Educação e Turismo e Secretaria de Planejamento;

Legislação Municipal: PRUA - Plano de Referência Urbana Ambiental – elaborado pela Secretaria de Turismo e Cultura do Governo do Estado;

Existe representação do IBAMA, responsável pela fiscalização da APA - Mariibus/Iraquara;

Existe ação cooperada na fiscalização das intervenções na área tombada, estabelecida através de convênio, com o funcionamento do Escritório Técnico da Chapada - onde o IPHAN fornece o espaço físico e um funcionário administrativo; o IPAC, um técnico, e a Prefeitura oferece os serviços de manutenção do espaço.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

PRUA - Plano de Referência Urbana Ambiental elaborado pelo Governo do Estado e aprovado pela Câmara Municipal.

Inventário de bens imóveis elaborado pelo IPACB^a - Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, elaborado pelo Governo do Estado, que inclui delimitação do Sítio, segundo planta inicialmente elaborada pelo IPHAN, levantamento cadastral, fotográfico e histórico dos edifícios mais significativos.

Planta do município - Levantamento aéreo – fotogramétrico.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem associações comunitárias, ligadas aos bairros, às classes estudantis e às classes profissionais, que se manifestam quando da realização de seminários, efetuando cobranças e denúncias. Às vezes, participam ativamente pessoas que, mesmo não sendo cidadãos originários de Lençóis, instalam-se na área e assumem posturas políticas e/ou preservacionistas. Nem sempre estas posturas estão de acordo com a política de preservação vigente para a área e difundida pelo IPHAN.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existem projetos apoiados pela iniciativa privada.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas - A sede do município é propícia à realização de eventos de cunho cultural – seminários, semanas culturais, festivais. Tradições - ligadas ao Patrimônio Natural - Cachoeiras, Grutas, Trilhas. O artesanato mais característico da Cidade é o trabalho com areias coloridas, retiradas das grutas; existe ainda produção de esculturas em barro, madeira, pinturas, aquarelas, trabalhos com pedra, ardósia, cristais e outros.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Acervo Natural, Paisagístico, Urbanístico e Arquitetônico da Serra do Monte Santo 1.060-T-82

(2) MUNICÍPIO:

Monte Santo

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Acervo Natural, Paisagístico, Urbanístico e Arquitetônico da Serra do Monte Santo 1.060-T-82, antiga Serra do Piquaraçá

(6) DATA:

21/06/1983

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 85, fl. 28

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

625

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

625

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Serra do Monte Santo



Escadaria da Serra do Monte Santo



Capela construída em Pedra Dessa

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe legislação estadual específica.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

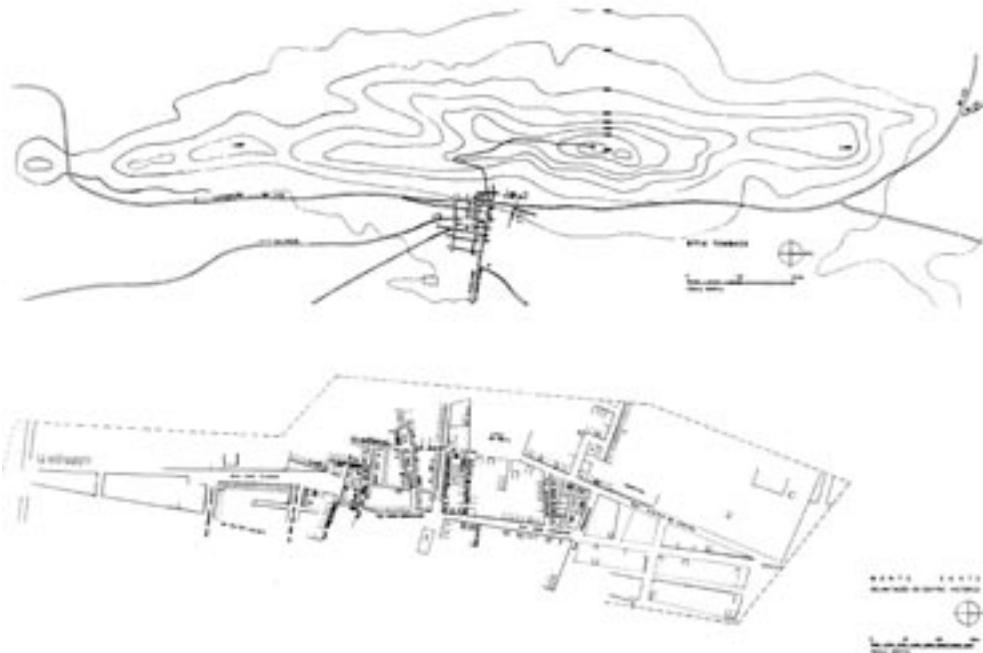
Não existe legislação municipal específica.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

520

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

92

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A base principal do Conjunto é uma “via sacra”, formada por um caminho que acompanha as linhas tortuosas da encosta da Serra do Piquaraçá, da Cidade até chegar ao topo, onde se encontra a Igreja. Ao longo da via existem as 25 capelas com os passos da Paixão e da vida de Maria.

O tombamento em questão abrange, também, logradouros do núcleo urbano, com suas edificações e em toda a sua extensão: Rua Senhor dos Passos, Rua Frei Apolônio Toddi, Rua Coronel José Cordeiro, Rua Barão de Jeremoabo e Rua das Flores. Tal agrupamento de ruas compõem o núcleo urbano próximo da serra e de onde se inicia a Via Sacra. Na Rua Senhor dos Passos, está situada a hospedaria dos Romeiros, primeira casa a hospedar os peregrinos que vão a Monte Santo com o objetivo de alcançar graças.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área tombada, além de englobar um espaço muito específico, dedicado exclusivamente às atividades de culto, contém ainda o entorno da via principal de acesso à Via Sacra, que é a Rua Senhor dos Passos. Estes outros logradouros próximos à serra, que compõem o Sítio Histórico Urbano Nacional, têm identidade arquitetônica harmônica, sendo compostos de casas simples, na sua maioria térreas.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVII
Fundação do município:	11837
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O município de Monte Santo está localizado na microrregião de Euclides da Cunha, com território muito acidentado e seco, com cursos d'água temporários pertencentes à Bacia do Itapicuru. A sede municipal está localizada na base do Monte Santo, um maciço de quartzito. Sua economia se baseia no comércio, na pecuária de caprinos, ovinos e bovinos e nas lavouras de mandioca, feijão, milho e sisal. Um turismo popular, de cunho religioso, anima a cidade com as peregrinações que para ali se dirigem na Semana Santa e em 1º de novembro. Constituem o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Serra do Monte Santo a Via Crucis de Monte Santo (religioso, final do século XIX), a Capela de Santa Cruz Santo (religioso, final do século XIX) e o Museu de Monte Santo (residencial início do século XX).

O Monte Santo era conhecido primitivamente como Piquaraçá, o Pico Araçá. Durante o século XVII serviu de orientação e pouso aos aventureiros que adentravam ao sertão em busca de metais preciosos, seguindo o roteiro fantasioso de Belchior Dias. Essas terras, que constituíam a Fazenda Soledade, pertenciam à Casa da Torre, desde o século XVII, mas foram arrendadas em 1750 a João Dias de Andrade, que ali ergueu sua casa e uma capelinha dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Em 1785, o capuchinho italiano Apolônio de Todi saiu de Maçacará, Euclides da Cunha, para pregar na Fazenda Lagoa da Onça, mas devido à seca foi levado à Serra de Piquaraçá, que o surpreendeu por sua semelhança com o Calvário de Jerusalém. Realizou então missão no seu sopé e no dia de Todos os Santos organizou uma procissão ao seu cume, ficando cruzeiros em sua trajetória. Durante o cortejo ocorreu um tufão, dominado em seguida pelas orações do capuchinho. No dia seguinte, seguiu para Mirandela, Ribeira do Pombal, mas o suposto milagre atraiu milhares de peregrinos, o que o obrigaram a voltar a Monte Santo e começar a substituir as cruzeiros por passos de pedra e cal.

O Santuário de Monte Santo é constituído por escadarias e rampas, com largura variando entre 2,20 e 4,50m entre muretas de pedra seca. Ao longo de seus 1.969m de extensão, se perfilam 25 capelinhas, construídas em pedras. Dessas, 21 são passos, duas são capelas de tamanho médio – dedicadas ao Senhor dos Passos e à Nossa Senhora das Dores, e duas capelas grandes, que marcam os pontos inicial e final de peregrinação: a Matriz do Santo Sagrado Coração de Jesus e a Capela de Santa Cruz. Uma 26ª capela teria sido iniciada, mas não concluída, em um pico próximo. As três primeiras são dedicadas às almas, ao Senhor dos Passos e a São José. As seguintes, aos sofrimentos da Virgem. A última destas, a de Nossa Senhora das Dores, está situada em meio ao caminho, obrigando o peregrino a cruzar sua nave. Esta capela serve de vestíbulo às catorze estações da Paixão que, ao contrário das anteriores, se situam à mão esquerda de quem sobe. Só as capelas do Senhor dos Passos, Nossa Senhora das Dores, Santa Cruz e a Matriz do Santo Sagrado Coração de Jesus possuem imagens. As demais possuem cruzeiros e telas alusivas ao sofrimento de Maria e à Paixão de Cristo. O Monte Santo baiano é a primeira manifestação

deste tipo no Brasil e se inspira diretamente na tradição italiana, que tenta recriar um monte-sacro, o Monte Calvário. Ele precede Bom Jesus de Bouças de Matozinho, em Congonhas do Campo, que só foi transformado em sacro-monte entre 1802 e 1818, quando foram construídos os seis passos e colocados os grupos da Paixão executados pelo Aleijadinho, entre 1795 e 1799. Embora rústico, o exemplar baiano se impõe por sua força telúrica e extensão.

A cidade de Monte Santo surgiu em torno de uma grande praça, a da Matriz, e se expandiu com traçado regular. A povoação de Monte Santo surgiu no final do século XVIII como local de peregrinação, atraindo fiéis de todo o sertão, especialmente durante suas festas, como a do Santo Sagrado Coração de Jesus (01/11) e a 5ª Feira Santa, quando é feita uma famosa procissão até o cimo do morro. Como apoio à essa atividade, surgiu um pequeno comércio, que atraiu outras atividades econômicas mais duradouras, como a pecuária, a agricultura e o artesanato de couro, fibra e cerâmica. Um século depois de Frei Apolônio de Todi ter criado o sacro-monte, um outro missionário famoso, Antonio Vicente Mendes Maciel, cearense, mais conhecido como Antonio Conselheiro, vagou pelas terras compreendidas ao sul de Vaza Barris e ao norte do Itapicuru, realizando missões e construindo igrejas e cemitérios. Fundou em terras então pertencentes a Monte Santo, em 1893, a cidade de Belo Monte, ou Canudos, cenário de um dos mais dramáticos episódios da história brasileira. Embora o Conselheiro já conhecesse Monte Santo havia pelo menos uma década, foi provavelmente em 1892 que, acompanhado de milhares de seguidores, realizou uma série de concertos e melhoria na Via Crucis de Monte Santo. Segundo depoimento recolhido por Odorico Tavares “as muralhas capeadas da subida até a primeira grande capela são obra sua. Chegou e viu os estragos, convocou sua gente, suas multidões de fanáticos e levantou as paredes laterais que protegem a subida”. Um outro jornalista ouviu de um morador local que ele “rebocou meia dúzia de capelas”. Cinco anos mais tarde, Monte Santo se converteria na principal base militar da sangrenta Guerra de Canudos. Todos esses episódios serviram para consolidar a ocupação de Monte Santo e aumentar seu mistério e fama.

O Sítio tem valor tanto paisagístico, quanto, simbólico. É um dos maiores marcos dos movimentos religiosos no Nordeste, e o segundo sacramento reconhecido no Brasil. Possui vinte e cinco capelas que transpõem para o continente americano o universo místico do português. Destacam-se também os ex-votos ofertados por peregrinos ao longo de cerca de duzentos anos.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Sítio Histórico Urbano Nacional encontra-se em estado razoável de conservação, não tendo recebido recentemente obras de restauração.

Os serviços de manutenção são efetuados nas capelas, pela Diocese, na época das principais festas.

Os imóveis urbanos são mantidos pelos seus proprietários e encontram-se em bom estado .

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Com a implementação do turismo religioso, na região, foi ampliada a rede de serviços de apoio, no comércio e nas hospedarias.

Algumas residências foram transformadas e adaptadas para uso misto hospedagem/residência, sendo que na época das festas todas as casas recebem os romeiros.

Tais alterações de uso levaram a intervenções na tipologia das edificações, como exemplo o acréscimo de pavimento superior às casas térreas.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Ainda que o turismo não seja efetivo durante todo o ano, tem havido alterações de uso nas edificações urbanas, como o acréscimo de pavimento visando o abrigo de maior número de peregrinos.

A Prefeitura não conta com legislação específica, nem com pessoal especializado para exercer a fiscalização do Núcleo Urbano. Tais intervenções são fiscalizadas pelo IPHAN, quando há conhecimento do fato, e outras obras são efetuadas ilegalmente.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

As situações mais frequentes são a presença de insetos xilófagos, combinados com a presença de má conservação, na maioria dos casos por falta de recursos.

Perigos potenciais específicos: saques dos ex-votos nas capelas; arruinamento da Via Sacra por falta de manutenção e/ou desfiguração da sua constituição básica, por execução de reparos feitos por pessoal não especializado.

No caso da Via Sacra, deve ser estudada uma melhor solução para a iluminação, com adoção de projeto mais adequado ao sítio.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura Municipal: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo

Governo do Estado: Secretaria de Planejamento; Secretaria de Educação e Turismo

Existe ação do IPHAN, na análise e fiscalização de intervenções na área tombada.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação específica. Apóiam-se na regulamentação do IPHAN.

Existe Inventário de proteção ao Acervo cultural – IPACB³ - levantamento cadastral básico dos imóveis, levantamento fotográfico levantamento e histórico – Governo do Estado – 1999

Existe Inventário de Bens Culturais Básicos – 1º Censo Cultural da Bahia – Governo do Estado – 1997

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz do Monte Santo promove ações junto à comunidade, no que se refere às festas e atividades religiosas. Não se registram associações ligadas à área de preservação do patrimônio edificado.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há registro de projetos apoiados pelo setor privado.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas: bandas de pífanos, calumbi, zabumba, ternos de pastorinhas, reisado de São José, farinhada.

Eventos: março/ abril: Semana santa; Junho: 23 e 24 – festa de São João; Setembro: festa dos vaqueiros; novembro: festa de Todos os Santos.

Artesanato: ligado à culinária com a confecção de doces e licores; cerâmica popular, peças em sisal, artefatos de couro.

Todas as atividades são incentivadas pela Prefeitura.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mucugê

(2) MUNICÍPIO:

Mucugê

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, especialmente o Cemitério da Cidade de Mucugê

(6) DATA:

26/ 09/ 1980

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP inscr. 81 fl 24

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

25,74 ha (IPAC - cemitério excluído)

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

25,74

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA*Cemitério da Cidade de Mucugê*

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL- DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL - DESCREVER:

Não existe.

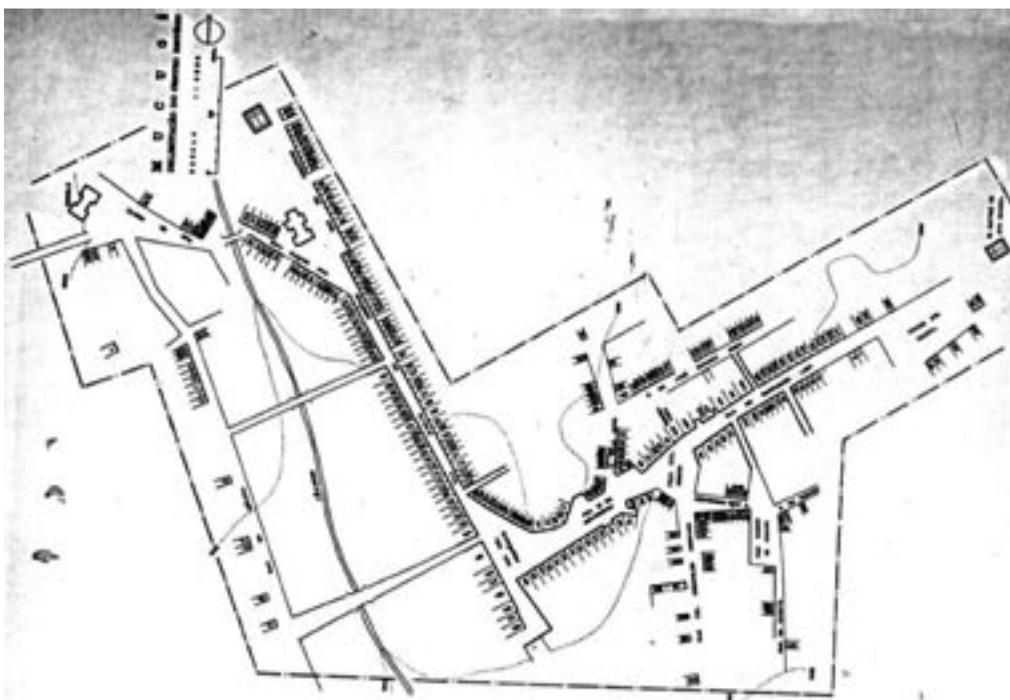
(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO - RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO - RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.650

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

330

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade está localizada em um vale amplo e plano, embora envolvido por encostas muito íngremes. Para ajustar-se ao vale, a Cidade desenvolveu-se segundo uma matriz em “L”, em cujas extremidades estão situadas as duas igrejas locais. Uma das pernas do “L” é a Rua Direita do Comércio, que segue paralela ao Riacho Mucugê, e deve ter sido o núcleo original da povoação.

Entre o Núcleo e a encosta encontra-se o cemitério local, que tem área plana, murada, e a área especial, constituída de um conjunto de mausoléus, em cujas fachadas se reproduzem miniaturas de fachadas de igrejas e capelas, apoiados todos na encosta rochosa da serra. A Urbe teve, como área de expansão, faixa de terrenos, planos, impresados entre o núcleo original, as cercas de pedra seca e a escarpa onde se localiza o cemitério, tendo neles sido construídas as novas residências e também edificações de serviços públicos que não puderam ser instalados nos imóveis coloniais. Estas construções tiveram, em sua maioria, os projetos analisados pelo IPHAN.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O sítio tombado corresponde a toda a área urbana da Cidade. Inclui, a área do cemitério local, que se encontra dissociado do núcleo urbano original, ainda que hoje, tendo a Cidade ocupado terrenos na direção do cemitério, já não é significativa essa dissociação do núcleo urbano. O Conjunto Urbano

é constituído por casas térreas e sobrados característicos da segunda metade do século XIX, incluindo duas igrejas e um cemitério, na encosta da colina.

Os túmulos caídos se divisam à distância, integrando-se de forma notável à paisagem do cerrado.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVI
Fundação do município:	1847
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazios cronológico

O Município, que está localizado entre os vales dos rios de Contas e Paraguaçu, compreende os distritos de Mucugê, Guiné e João Correia. Mucugê surgiu como um centro de mineração de diamantes passando a viver em função de uma agricultura rudimentar de café, cana, cereais e da criação de gado, na medida que suas jazidas se esgotavam.

As terras do atual município de Mucugê integravam primitivamente a grande propriedade do Sargento-Mor Francisco José da Rocha Medrado, que ali desenvolveu a criação de gado. Em 1818, Spix & Martius verificaram a possibilidade de ocorrência de diamantes na Serra do Sincorá e deram conhecimento de fato à Medrado. Mas foi só em 1844, com uma descoberta casual, que se iniciou a lavra de diamantes no Sítio de Mucugê. A notícia da origem das pedras provocou uma grande corrida de garimpeiros para o local, surgindo, assim, o Povoado de São João do Paraguaçu.

Mucugê foi a primeira localidade baiana onde foram encontrados diamantes de real valor. Outras lavras foram descobertas nos ribeirões vizinhos e, em poucos meses, segundo Teodoro Sampaio, cerca de 25.000 pessoas afluíram para a região, o que é confirmado pelo relatório do Dr. Gustavo Adolfo, que afirma que, entre 1844 e 1848, migraram para Mucugê cerca de 30.000 almas. Em Mucugê se instalaram originalmente grandes comerciantes de diamantes, que se transferiram, pouco a pouco, para Lençóis, devido à maior riqueza daquelas lavras, descobertas no ano de 1845. A partir de 1871, Mucugê, como outros centros diamantíferos, começou a decair devido à concorrência dos diamantes sul-africanos. O censo realizado em 1872 encontrou uma população de 15.100 habitantes para o município de Santa Isabel, que era maior que o atual. Em 1886, o Município sofreu uma terrível epidemia, sendo nessa época concluído o atual cemitério. Com o declínio das lavras, se desenvolveram, na margem direita do Rio de Contas, as lavouras de cana, cereais, algodão e café. Na margem esquerda, onde predominam os "gerais", alastrou-se a pecuária. Uma fonte nova de ingressos para a população é a extração e exportação de flores dos "gerais", especialmente a sempre-viva.

A cidade de Mucugê está localizada em um vale amplo e plano, embora envolvida por encostas muito íngremes. Para ajustar-se ao vale, a Cidade desenvolveu-se segundo a matriz em "L", em cujas extremidades estão situadas as duas igrejas locais. Uma das pernas do "L" é a Rua Direita do Comércio, que segue

paralela ao Riacho Mucugê, e deve ter sido o núcleo inicial da povoação. Na convergência dos eixos, existe uma pequena praça. Sua tipologia é, portanto, simples, isto é, mononuclear.

O acervo arquitetônico urbano de Mucugê é constituído por três centenas de casas térreas e uma dezena de sobrados, edificados, na maioria dos casos, em adobes ou pedras, em meados e final do século XIX. A maioria destas construções é de uso exclusivamente residencial. Destaca-se no Conjunto o Cemitério de Santa Isabel (religioso, século XIX), também chamado de cemitério bizantino. O arranjo paisagístico integra os mausoléus, como forma, à rocha em decomposição. Os mausoléus, alguns miniaturas de igrejas e capelas, se distinguem por sua cor branca.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O acervo do Sítio Histórico Urbano Nacional, enquanto residências, encontra-se bem conservado visto que o Município tem sua nova fonte de renda, a cultura do café, que vem se expandindo, com incentivos governamentais.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

No Núcleo Histórico original, há processo de estagnação, provocado pela impossibilidade de execução de reformas totais nos imóveis. Os novos moradores do Núcleo, que não têm identidade cultural com a área, preferem construir na área de expansão da cidade.

Assim, as casas térreas são as mais ocupadas pela população de baixa renda, que as reformam internamente, ocupam os cômodos da frente da casa com pequenos comércios. Existem alguns poucos imóveis carentes de restauro total, por pertencerem a herdeiros e estarem sem uso.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não existem. Os empreendimentos são acompanhados pelo IPHAN e pela Prefeitura Municipal que é atuante na fiscalização.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A situação mais relevante refere-se à deterioração dos telhados, pela ação dos insetos xilófagos com deterioração das estruturas que, em sua maioria, ainda têm montantes internos em madeira. No cemitério, apresenta-se a deterioração dos revestimentos, com grande presença de fungos decorrentes da umidade.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura Municipal - Prefeito e vice Prefeito - Secretaria de Educação, Cultura e turismo.

Governo do Estado: por meio da Secretaria de Cultura e Turismo.

Existe ação cooperada entre a PMM, Estado e União (IPHAN), na execução da análise e fiscalização de intervenções, por meio de convênio com Escritório montado em Lençóis.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Inventário de Bens de valor relevantes, executado pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia, contendo cadastros, fotos e referências históricas. IPACB^a - 1998

Inventário do acervo cultural básico - 1º Censo Cultural da Bahia – Governo do Estado – 1997

Planta cadastral da sede do município, elaborado pela Prefeitura Municipal

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem associações ligadas às Irmandades Religiosas, que, no entanto, não se manifestam, a não ser na cobrança de benefícios. Existem, também, associações ligadas a assuntos esportivos e musicais.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas: ligadas às atividades religiosas, aos patronos das Igrejas.

Tradições: ligadas aos grupos étnicos – preservação de modas, cantigas africanas, e danças afro-brasileiras.

Produção artesanal: ligada à colheita das sempre vivas (flores) e aos cristais.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro, compreendido na área delimitada no processo nº 800-T-68

(2) MUNICÍPIO:

Porto Seguro

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro

(6) DATA:

15/07/1968

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 45 fl. 11; LH insc. 414, fl. 67.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

9

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não existe.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Igreja da Matriz



Marco do Descobrimento (Casa de Câmara e Matriz ao fundo)



Vista da Praça da Matriz



Vista aérea da Praça da Matriz e a costa



Praça em frente à Igreja São Benedito



Rua da Misericórdia



Rua Dr. Antônio Ricaldi

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existem as leis de proteção ao Patrimônio Natural, vinculadas a APA de Trancoso.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não, todas as áreas têm legislação específica, de acordo com a sua localização, mas não existe no Município a figura legal do tombamento, desde quando toda a área já é tombada pelo IPHAN.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.650

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

350

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Toda a Cidade encontra-se inserida no perímetro tombado. Na área considerada tombada, relativa à Cidade Alta e Cidade Baixa estão situados os imóveis, arruamentos e ruínas significativos de maior valor artístico, arquitetônico e urbanístico da época colonial.

Estes Núcleos encontram-se ligados por ladeiras e escadarias, tendo uma escarpa com vegetação densa, que separa os dois níveis, Zona de Valor Paisagístico. Na Cidade Alta, considerada Zona de Valor Urbano, as ocupações têm volumetria já definida, não sendo permitidas alterações em suas características arquitetônicas referenciais.

Na Cidade Baixa, cujos arruamentos originais coloniais foram mantidos, ainda que envolvidos perpendicularmente à costa por nova estrutura urbana, o casario manteve as características básicas de fachada e cobertura originais. As novas áreas, acrescidas, possuem diversidade de estilos e materiais, porém seguindo normatização da Prefeitura Municipal e IPHAN, quanto ao uso do solo, tipologia de cobertura e número de pavimentos.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Todo o Sítio Histórico encontra-se tombado, inclusive todas as áreas de expansão mais recente, loteamentos turísticos, que encontram-se dentro dos 3km de largura ao longo da costa, nova poligonal decidida pelo Conselho Consultivo.

Os Núcleos Históricos da Cidade Alta e Cidade Baixa, resultado da ocupação colonial, estão inseridos no perímetro tombado, assim como os núcleos de Vale Verde, Ajuda e Trancoso e Caraíva.

Houve recentemente, em 22 de abril de 2000, uma rerratificação dos tombamentos existentes, reformulando as inscrições anteriores e redimensionando a área tombada de maior valor, que ficou limitada a uma faixa de três quilômetros ao longo da costa, mais uma envoltória ao Monte Pascoal. Observa-se, assim, que as áreas de expansão mais recentes, oriundas da especulação imobiliária causada pelo turismo, se inserem totalmente no perímetro tombado.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVI
Fundação do município:	1534
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A Cidade situa-se à margem esquerda da desembocadura do Rio Buranhém, que atravessa o município, vindo de Minas Gerais. Seu pequeno porto é protegido por extensa linha de arrecifes, que formam um quebra-mar natural. As terras do Município são montanhosas, ramificações da Serra dos Aimorés e seu ponto mais elevado é o Monte Pascoal, um parque nacional, que atinge 536m. O Município tem três distritos: Porto Seguro (sede), Caraíva e Vale Verde.

Dentro da velha tradição luso-brasileira de cidade de dois andares, Porto Seguro ocupa, juntamente com Olinda-Recife, uma posição especial de verdadeira bipolaridade, com os dois núcleos razoavelmente afastados, desempenhando funções complementares. No caso de Porto Seguro, a Cidade Alta e o Porto estavam, originalmente, afastados 2 km. A analogia entre a cidade baiana e a pernambucana é tanto maior devido à semelhança de suas localizações e portos, protegidos por grandes quebra-mares naturais.

Os dois núcleos de Porto Seguro surgiram praticamente ao mesmo tempo, mas a parte alta, sede do poder político, e habitat das camadas sociais mais altas, manteve sua hegemonia até meados do século XIX, quando a situação se inverteu. Após a incorporação da Capitania à Coroa, esta realiza uma série de obras na cidade alta, que reforça seu prestígio, como a construção da Casa de Câmara e Cadeia (público civil, 1772), a construção da Matriz (religioso, 1773-77) e a restauração da Igreja da Misericórdia.

A colonização da região de Porto Seguro, ocupada, quando da chegada dos portugueses, pelos Tupiniquins, constitui uma das primeiras preocupações da Coroa, face às constantes investidas estrangeiras, visando contrabandear pau-brasil. Embora Jaboatão afirme que os dois primeiros franciscanos enviados à região para iniciar a catequese de índios tenham vindo na expedição de Gonçalo Coelho, em 1503, outros autores acreditam que isto só se deu em 1516. O fato é que eles construíram a primeira igreja no Brasil, no Outeiro da Glória, e possibilitaram o aparecimento, em seu sopé, da primitiva Aldeia de Santa Cruz. Com a criação da Capitania de Porto Seguro, em 1534, seu primeiro donatário, Pero de Campos Tourinho, mandou fundar, no mesmo ano, a Vila de Nossa Senhora da Pena, atual Porto Seguro e a Aldeia de Santo Amaro, próxima ao Arraial da Ajuda, e transferiu a primitiva Aldeia de Santa Cruz, em 1535, para sua localização atual, no município vizinho.

Os jesuítas estabeleceram-se na região em 1549, fundando residências como a de Salvador e a de São Mateus, ambas em Porto Seguro. Em 1553, os Aimorés incendiaram a Vila de Nossa Senhora da Pena, queimando quase tudo. Fernão Cardim, que passou por Porto Seguro em 1583, descreveu aquela Vila como pequena e pobre; em 1602, a vila de Porto Seguro estava praticamente despovoada e a residência jesuítica havia dado lugar a uma simples missão. Os moradores apelavam ao Governo pelo retorno

definitivo dos jesuítas e pelo reestabelecimento da antiga residência. Esta foi reaberta pelos Padres Mateus de Aguiar e Gabriel de Miranda, em janeiro de 1622. A Capitania de Porto Seguro passou de herdeiro a herdeiro sem, praticamente, nenhum desenvolvimento, até a política inaugurada pelo futuro Marquês de Pombal em Portugal. Primeiro foram expulsos os jesuítas, retirando-se de Porto Seguro em 25 de outubro de 1760. Um ano mais tarde, a Capitania foi incorporada à Coroa e, em 1763, criada a Ouvidoria, ao qual promoveu a criação de novas vilas, a abertura de estradas e a reconstrução de edifícios públicos e religiosos.

Até a criação da Capitania, em 1534, a economia de Porto Seguro fundamentava-se, sobretudo na extração de pau-brasil. A partir daquele ano, com a chegada de colonos, sua economia diversificou-se com a organização de entradas e bandeiras em busca de pedras preciosas e instalação de engenhos de açúcar. Do início do século XVII a meados do XVIII, a vida econômica e social da Capitania esteve em crise. Este quadro melhorou com sua incorporação, em 1761, à Coroa. Em 1802, o inglês Thomas Lindley foi preso por tentar contrabandear pau-brasil, ouro e diamantes. Em suas memórias relata a situação de pobreza da cidade, mas observa que existiam 500 barcos cobertos que pescavam garoupas em Abrolhos, salgando-as e enviando-as para Salvador.

Com a conclusão da BR-101, em 1972, Porto Seguro converteu-se em um importante centro turístico. O Sítio representa o início da colonização portuguesa: segundo a historiografia, o Monte Pascoal foi o primeiro ponto da costa a ser avistado e sua região foi a escolhida para o desembarque. A cidade de Porto Seguro representa as antigas cidades bipolares de tradição portuguesa, com dois núcleos relativamente afastados, desempenhando funções complementares. Mas certamente é menos valorizada a ocupação e o patrimônio arquitetônico, do que o Simbólico, pois se trata do lugar estabelecido como espaço original, lugar do primeiro contato dos portugueses com os indígenas, do início da conquista e posse.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Com as comemorações especiais dos 500 Anos do Descobrimento, a cidade de Porto Seguro recebeu maior atenção do governo o que gerou a realização de algumas obras dentro do Sítio Histórico Urbano Nacional, e também na Capela do povoado de Trancoso.

Foram efetuadas obras nos monumentos tombados com recursos do PRODETUR/BID:

IPHAN – Capela de Vale Verde e Arraial da Ajuda.

IPAC – Capela de Trancoso e sede de Porto Seguro.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O município de Porto Seguro, desde 1972, sofreu as conseqüências de um surto de desenvolvimento acelerado, gerado pela ocupação turística.

O núcleo da Cidade Alta, considerado, “Zona de Valor Urbano - ZVUR” pelo IPHAN, foi à área menos atingida, pois grande parte é considerada como “Zona de Valor Paisagístico - ZVP”, inclusive pelo IBAMA.

As terras costeiras da Cidade Baixa foram utilizadas para todo o tipo de investimentos: loteamentos, hotéis, pousadas, condomínios, centros comerciais e, apesar dos projetos terem sido em sua maioria analisados por representantes do IPHAN, por vezes alteraram, irreversivelmente, o aspecto da área tombada ao adotarem diversos estilos de concepção arquitetônica e urbanística. Na Cidade Baixa, algumas residências tiveram seu uso substituído, por bares, pousadas, restaurantes, lojas, e pontos de apoio ao turista, compondo assim um uso misto.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O desenvolvimento econômico do Sítio Histórico Urbano Nacional aconteceu a partir da ocupação dos seus imóveis com atividades voltadas para o turismo. Foram alteradas algumas concepções arquitetônicas - urbanísticas no que se refere a pavimentações, iluminação, fechamentos, visando oferecer maior conforto aos visitantes. Os estabelecimentos comerciais já radicados na área, obedecendo às normas do Código de Obras do município e à orientação do IPHAN, foram modernizados, porém mantiveram sua volumetria e características arquitetônicas básicas preservadas.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

As edificações relevantes do Sítio Histórico da Cidade Alta, neste momento, encontram-se bem conservados, por força dos trabalhos efetuados em 1999 pelo Estado e pelo IPHAN. Ocorrem problemas rotineiros de infiltrações, insetos xilófagos, entre outros, que têm que ser continuamente reparados.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Porto Seguro conta com:

Prefeito, Vice-Prefeito;

Secretaria de Infra-Estrutura Urbana, Secretaria de Turismo, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Meio Ambiente; Legislação – Código de Obras – Lei nº 17/89, de 14/12/1989.

O Governo do Estado conta com representações do: Centro de Recursos Ambientais - CRA; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana - CONDER.

Existe também representação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Ações cooperadas: O IPHAN mantém Escritório Técnico/Representação Regional montado no pavimento térreo da Casa de Câmara e Cadeia – Cidade Alta. Efetua fiscalização das áreas tombadas, análise de projetos de intervenção, agindo em cooperação com a Prefeitura e, quando necessário, com o IBAMA e o CRA.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Código de Obras do Município – Lei Municipal nº 17/89 de 14/12/89;

Existe levantamento Aerofotogramétrico, com vôo efetuado em 1989.

Existe levantamento dos Sítios e de alguns monumentos isolados, efetuados pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - IPAC/BA, cadastros e dados históricos.

Existe o Plano Diretor da Orla Marítima, elaborado pelo CONDER, em 1974, embora não aplicado.

Existe Projeto de Pesquisa Arqueológica em andamento, realizada em convênio com a Universidade e com o apoio do IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem associações de bairros ligados à comunidade, que participam de seminários e eventos, efetuando denúncias e cobrando, às vezes, posturas aos órgãos públicos. Na sua maior parte, seus componentes têm envolvimento político e/ou não são cidadãos originários de Porto Seguro, e sim cidadãos que se agregaram à Urbe por interesses comerciais ou intelectuais, ou estão ligados ao funcionamento de algum órgão público, o que diversifica muito os interesses.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O calendário cultural-turístico de Porto Seguro está ligado às datas de interesse histórico e festas religiosas, entre as quais se destaca a Festa de Nossa Senhora da Pena, Padroeira da Cidade.

O seu artesanato é rico, ligado a materiais naturais tipo: madeira, grãos, ao mar e às técnicas artesanais indígenas, muito procuradas pelos turistas.

À estas tradições acrescentam-se músicas, ritmos e danças eletrizantes, o burburinho da atividade de lazer de muitas praias e uma imensa variedade de doces e comidas nacionais e internacionais.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico de Rio de Contas, 891-T-73

(2) MUNICÍPIO:

Rio de Contas

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico de Rio de Contas

(6) DATA:

8/4/1980

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 76, fl. 20.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

18,9

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

18,9

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Antiga Casa de Câmara e Cadeia, 446-T-51;

2 - Casa à Rua Barão de Macaúbas nº 11 446-T-51;

3 - Casa à Rua Barão de Macaúbas nº 19 446-T-51;

4 - Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, 446-T-51;

5 - Ruínas da Igreja de Santana, 446-T-51.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCRIVER:

Não coincidente com o centro histórico, e sim com a região, rica em belezas naturais.

As terras do Município pertencem ao APA de Barbados – relacionados na Constituição Estadual.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCRIVER:

Existe código de obras, onde estão previstas áreas de proteção ao patrimônio municipal.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.965

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

290

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Núcleo urbano desenvolvido a partir da implantação das casas e não de um arruamento pré-definido. Observa-se um crescimento em torno da praça onde se situam a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz, e também em torno da grande praça onde se localiza a Prefeitura Municipal. Apresenta alinhamento e largura das ruas irregular, resultando em alguns espaços abertos, que formam grandes praças, algumas de dimensões superiores à da praça central. A Cidade teve um crescimento rápido e espontâneo que se deu em função da corrida e exploração do ouro.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Não há definição da área tombada, devendo-se, portanto, partir do princípio de que toda a área urbana da cidade, existente em 1980, foi acautelada, ficando excluídas as áreas de expansão de data posterior ao tombamento. A área tombada corresponde a um conjunto de edificações que serve de união aos cinco monumentos anteriormente tombados, sendo que estes já reuniam os principais elementos de arquitetura urbana até o século XIX: imóveis residenciais, de culto (igrejas) e públicos (Casa de Câmara e Cadeia).

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVII
Fundação do município:	1724
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Rio de Contas é uma das raras "cidades novas" coloniais. A provisão de 1745, que autorizou a transferência da Vila, recomendava que o sítio escolhido deveria ser saudável e próximo a algum arraial estabelecido, Creoulos. A transferência da Vila obedeceu à necessidade de melhor controlar as lavras de ouro aluvional. Nos arredores da Cidade encontram-se vestígios de represas, aquedutos, túneis e galerias, que testemunharam a grande atividade de mineração naquele Sítio. Não é sem razão que os maiores recolhimentos do "quinto" tenham se registrado nos anos imediatos à criação da nova Vila.

Rio de Contas apresenta praças e ruas amplas, igrejas barrocas e edifícios civis sem paralelo em todo Sertão Baiano. Este acervo foi constituído basicamente na segunda metade do século XVIII e início do XIX. O padrão das construções é o mesmo do litoral baiano. Os monumentos religiosos e públicos são em pedra, enquanto que a arquitetura civil é de adobe. Estas casas apresentam cunhais e frisos em baixo-relevo, que lembram a decoração surgida, mais tarde, em Parati. Suas fachadas eram tradicionalmente brancas com esquadrias azuis. O Centro Histórico da Cidade compreende 287 edificações. Como Bens tombados isoladamente dentro do perímetro tombado, constam: a Antiga Casa de Câmara e Cadeia; a Casa à Rua Barão de Macaúbas nº 11; a Casa à Rua Barão de Macaúbas nº 19; a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento e as Ruínas da Igreja de Santana.

O Rio de Contas surgiu como um centro de mineração de ouro e logo se transformou em verdadeira Capital Regional. Na medida em que suas jazidas foram se esgotando, desenvolveu-se o artesanato e uma agricultura baseada no café, cana-de-açúcar, cereais e tubérculos. A colonização da região teve início no final do século XVII, quando escravos foragidos se instalaram à margem esquerda do Rio de Contas Pequeno, atual Brumado. Como por ali passava um caminho que ligava o Vale de São Francisco à Costa, o povoado, Creoulos, se transformou em ponto de pouso de viajantes do Norte de Minas e Goiás que se dirigiam a Salvador. Ali foi edificada uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora de Santana, cujos alicerces ainda existiam no início do século XX. A descoberta, pouco depois, de veios e cascalho aurífero atraiu para região bandeirantes paulistas. Subindo o Rio Brumado, Sebastião Raposo descobriu ouro na década de 1710, surgindo nas proximidades da lavra a Povoação de Mato Grosso, onde, segundo a tradição, os jesuítas construíram a Igreja de Santo Antônio (religioso, início do século XVIII), transformada, em 1718, na sede da primeira Freguesia do Sertão de Cima. Os mesmos paulistas fundaram, em 1715, uma povoação rio abaixo onde foi construída a Capela de Nossa Senhora do Livramento. Como forma de evitar a evasão do "quinto" e controlar as desordens, o Conde de Sabugosa encarregou o sertanista baiano Pedro Barbosa Leal de fundar vilas em Jacobina e Rio de Contas. Em 1726, determinou-se que se estabelecessem Casas de Fundição na região. A estagnação de Rio de Contas

iniciou-se em 1800, com a queda da produção de ouro, e, a partir de 1844, com a emigração de grande parte da população para as minas de diamantes recém descobertas em Mucugê. Mas a Cidade não entrou propriamente em decadência. A criação de Casa de Fundição introduziu na Cidade a técnica da joalheria, que gerou, por sua vez, uma metalúrgica artesanal que foi a base da economia local. Novas corridas de ouro ocorreram em 1932 e 1939.

Mesmo decaindo a produção de ouro, Rio de Contas continuava numa escala obrigatória no Caminho Real, que de Cachoeira levava a Goiás e Mato Grosso e por onde passavam as romarias que demandavam a Bom Jesus da Lapa. Durante o século XIX, todo o tráfego para o sudoeste da Bacia de São Francisco se fazia por este caminho.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Os imóveis residenciais contidos na área encontram-se, no geral, em bom estado de conservação, tendo recebido reparos em seus componentes de fachada, no início do ano de 2000. A Igreja Matriz sofreu intervenção no ano de 1989, estando bem conservada. A Igreja de Santana e a Casa de Câmara e Cadeia necessitam de reparos mais urgentes nos seus telhados, esquadrias, revestimentos, instalações elétricas, pois há muito não são beneficiadas com obras de restauração.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Na área de preservação rigorosa, as edificações têm tido seus projetos de intervenção analisados por representante do IPHAN. As reformas e ampliações têm visado a introdução de áreas de conforto, banheiros, poços de iluminação e outros. São comuns, também, as solicitações de alteração de uso, de residencial para comercial – pousadas, lojas, restaurantes, bares, mercadinhos, que podem ser aprovadas desde quando não desfigurem o imóvel.

O desenvolvimento da Urbe com ocupação residencial se deu com a criação de novos bairros periféricos nas entradas da cidade, onde as construções não se encontram sob legislação do IPHAN.

Na área central, são poucos os imóveis que se encontram abandonados ou em estado de ruínas.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não ocorre.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O maior problema que se observa nos imóveis é o decorrente das infiltrações descendentes e ascendentes, o que se torna grave, visto que boa parte dos imóveis coloniais, componentes da malha urbana, tem estrutura composta por adobes (blocos de barro não cozido), o que os torna frágeis. Há infestação de insetos xilófagos na grande maioria dos prédios, nos locais onde existe umidade.

A Igreja de Nossa Senhora de Santana, edifício tombado individualmente, apresenta problemas na sua estrutura portante, composta por alvenarias de tijolos de barro e blocos de pedra.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura Municipal.

Prefeito e Vice-Prefeito.

Secretaria de Obras, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Turismo.

Existe ação cooperada, com o funcionamento de Escritório Técnico do IPHAN, que executa a fiscalização e a orientação no que diz respeito a intervenções no Centro Histórico.

No imóvel sede da Representação do IPHAN funciona o Arquivo Municipal, mantido pela prefeitura e pelo IPHAN.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Código de Obras do Município.

Existe inventário de bens de valor relevantes, executado pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia, contendo cadastros, fotos e referências históricas. IPACB^a - 1998.

Existe Inventário do Acervo Cultural Básico- -1º Censo Cultural da Bahia – Governo do Estado – 1997.

Existe planta cadastral da sede do município.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe comunidade ativa, constituída na sua maioria por pessoas nativas da Cidade, que estão integradas na Urbe e cientes do Tombamento. Participam das reuniões, opinam, denunciam por intermédio do Conselho Comunitário, devidamente reconhecido pela Prefeitura.

Existem associações ligadas às irmandades religiosas, que somente participam na cobrança de benefícios.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existem na localidade, grandes empresas em atuação, visto tratar-se de cidade de pequeno porte.

Recentemente, todavia, foi estabelecido contato com a empresa representante das Tintas Sulvinil, tendo a representação do IPHAN recebido e aplicado o material referente à pintura das fachadas de cerca de 90 casas, dentro da área de preservação rigorosa.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

É ampla e extremamente rica a tradição histórica da região, e as festas reproduzem, nas manifestações do povo nativo, toda a força das suas tradições.

Artesanato: ligado ao couro e ao metal - ourivesaria, madeira, peles, cristais, desde o tempo colonial vendido para Minas Gerais e para a Bahia.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália

(2) MUNICÍPIO:

Santa Cruz Cabrália

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Acervo Paisagístico do Município de Santa Cruz Cabrália, especialmente o Conjunto Arquitetônico da Cidade Alta

(6) DATA:

29/01/81

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP, insc. 83, fl. 24

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

24

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não existe.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição



Vista da cidade de Santa Cruz Cabrália

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

200

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Município Tombado é integralmente desmembrado de Eunápolis e de Porto Seguro. A área urbana em 1950 era composta por apenas 465 habitantes (cerca de 90 domicílios), com um arranjo espacial típico das pequenas povoações de áreas periféricas do Brasil, com ruas largas, não pavimentadas, desenvolvendo-se ao longo da costa, com o eixo se dando a partir dos principais espaços públicos. O Centro Histórico, situado em uma elevação, reúne os dois elementos de domínio, ou seja, a Casa de Câmara - poder civil, e a Igreja Matriz, sede do poder religioso, sendo a área considerada como Zona de Valor Urbano. O arruamento da cidade baixa colonial ocupa o trecho de terra existente entre a escarpa, o mar e o Rio João de Tiba, com ruas irregulares e três praças, onde se distribui hoje o comércio. A partir da década de 80 houve um acelerado desenvolvimento como cidade de veraneio praiano, atraindo turistas dos estados vizinhos. A cidade turística se desenvolveu a partir deste arruamento e na faixa de terra conquistada ao mar, e indo em direção às praias, no sentido Cabrália – Porto Seguro.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Todo o acervo paisagístico do município foi tombado, devido aos valores históricos a ele associados.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVI
Fundação do município:	1535
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1780-1820

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Município possui dois distritos: Santa Cruz Cabrália e Gabiarra. A história de Santa Cruz Cabrália remonta aos primeiros contatos dos portugueses com os índios, em 1500. O cenário deste evento foi à chamada Baía Cabrália, situada na divisa do município com Porto Seguro. Durante a primeira década após a chegada dos portugueses, não se estabeleceu nenhuma colônia na região, mas, por volta de 1516, chegaram a Porto Seguro os dois primeiros missionários franciscanos, que iniciaram a catequese dos Tupiniquins e construíram a primeira igreja na colônia, dedicada a São Sebastião e situada no Outeiro da Glória. Em seu sopé surgiu a primeira Aldeia de Santa Cruz, próxima à Ponta ou Bica da Velha.

Em 1535, o primeiro donatário da Capitania de Porto Seguro, Pero Campos Tourinho, transferiu a chamada Aldeia Velha para a foz do Rio Sernampetiba ou João de Tiba e fundou a Vila de Santa Cruz, atual sede municipal. A transferência deveu-se aos freqüentes assaltos dos índios e por ser a nova localização "mais sadia e acomodada para os moradores viverem", segundo Gabriel Soares.

A Vila foi assaltada pelos índios em 1560 e, mais tarde, restaurada pelo Capitão-mor Manuel Miranda Barbosa. Fernão Cardim, acompanhado dos Padres Cristóvão de Gouveia, Anchieta e outros, visitou Santa Cruz em 1570 e afirma que a povoação tinha cerca de 40 casas. A incorporação da Capitania de Porto Seguro à Coroa, em 1761, não trouxe benefícios a Santa Cruz. Embora a Capela de Nossa Senhora da Conceição fosse elevada à freguesia em 1795, pouco depois a Vila entrou em decadência, ficando reduzida a um simples arraial.

Durante os 34 anos que se seguiram à chegada dos portugueses, a economia da região era baseada, exclusivamente, no comércio e contrabando de pau-brasil e de outros produtos exóticos.

Com a criação da Capitania e a chegada dos primeiros colonos, sua economia começou a se diversificar, com a instalação de engenhos de açúcar e a organização de entradas, em busca de pedras preciosas. Quando foi donatário o Duque de Aveiro (1559-1571), havia em toda a Capitania sete ou oito engenhos, que foram destruídos por constantes ataques dos Aimorés. Do início do século XVII até meados do XVIII, a Capitania viveu em depressão. No final deste século, a pescaria de garoupas fora da barra de Santa Cruz constituía a maior ocupação dos habitantes da Vila, além de roças de mandioca e legumes. Durante todo século XIX, sua economia fundamentou-se na pesca e na atividade extrativista.

A primeira metade do século XX foi marcada por uma profunda crise econômica. As garoupeiras foram reduzidas a três ou quatro, em 1902, e o Município chegou, na década de 30, a ser extinto. Sua recuperação só se fez com a construção da BR-101, Rio-Bahia litorânea, iniciada em 1954.

Santa Cruz Cabralia é uma cidade que segue a tradição luso-brasileira. Nascida, como Porto Seguro, no bordo de um platô, foi, pouco a pouco, se transferindo para a parte junto ao porto, protegido por arrecifes, na foz do Rio João de Tiba. Em 1803, a parte baixa já era maior que a alta e possuía 72 construções de telha, enquanto a alta, 59. Nos primeiros três quartéis do século XX, a Cidade Alta foi reduzida à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (religioso, início do século XVIII) e à ruína da Casa de Câmara e Cadeia (público civil, final do século XVIII). Com a intensificação do turismo e a restauração da Casa de Câmara (1982), começaram a surgir novas habitações e loteamentos, sem nenhum planejamento. Em 1975, o SPHAN tombou o "acervo paisagístico do município, especialmente o conjunto arquitetônico da Cidade Alta", mas sua homologação só se deu em 1981. Merece especial atenção, por seu interesse histórico e paisagístico, a Baía Cabralia, cenário da chegada dos portugueses, cujo recôncavo encontra-se inteiramente loteado. A Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, através do Plano Diretor da Orla Marítima Porto Seguro-Santa Cruz Cabralia, propôs em 1974, a criação do Parque da Coroa Vermelha, na divisa dos dois municípios, mas nenhuma medida foi adotada.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Foram efetuadas em 1999, por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, obras de restauração na Casa de Câmara e Cadeia, com tratamento urbanístico da praça da Matriz, incluindo acesso à Cidade Baixa e pesquisa arqueológica.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Estando a Cidade Alta, por força do tombamento, impedida de ser ocupada, a Cidade Baixa teve deflagrado o seu processo de crescimento, acelerado, para absorver o movimento de apoio ao turismo. Foram reformadas suas casas e adaptadas ao comércio e à hospedagem e serviços. Nesse processo foram mantidas as características básicas do casario, e nas áreas de expansão edificadas as construções contemporâneas.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A Prefeitura de Cabralia não se encontrava preparada para legislar sobre o seu território, frente ao desenvolvimento ocorrido subitamente. Apoiou-se durante algum tempo na legislação do IPHAN que

era aplicada em Porto Seguro, e que, por semelhança arquitetônica, inicialmente lhe cabia. Logo, frente à corrida do desenvolvimento, teve que se preparar. Foi elaborado o seu código de obras. Nesta fase algumas omissões ocorreram, de balde os esforços da representação do IPHAN e dos órgãos ambientalistas, obras ilegais, loteamentos não aprovados, entre outros.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

No momento, por força das comemorações do Descobrimento, tudo está em seus lugares, restaurado e urbanizado. O que falta para a correta manutenção do Sítio é a existência de uma política séria que priorize a preservação dos recursos naturais e culturais locais.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália conta com:

Prefeito, Vice Prefeito. Secretaria de Infra-Estrutura Urbana, Secretaria de Turismo, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Meio Ambiente.

Legislação – Código de Obras – Lei nº 17 / 89 de 14/12 /1989 – Lei municipal.

O Governo do Estado conta com representações do:

Centro de Recursos Ambientais - CRA, Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana - CONDER, em Porto Seguro.

Existe também representação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Ações cooperadas: O IPHAN mantém Escritório Técnico/Representação Regional instalado em Porto Seguro no pavimento térreo da Casa de Câmara e Cadeia. Efetua fiscalização das áreas tombadas, análise de projetos de intervenção, agindo em cooperação com a Prefeitura e, quando necessário, com o IBAMA e o CRA.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Plano Diretor da Orla Marítima Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália, elaborado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, órgão do Governo do Estado – 1974 – que propôs a criação do Parque da Coroa Vermelha, na divisa entre os dois Municípios, mas tal medida não foi adotada.

Inventário efetuado pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - IPAC-Ba, contendo levantamentos cadastrais dos monumentos mais relevantes, dados históricos, fotos.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não existe.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas ligadas aos interesses turísticos.

Produção artesanal ligada com materiais rústicos, naturais, de origem étnica indígena.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Jaguaripe

(2) MUNICÍPIO:

Jaguaripe

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda, 281-T-41

(6) DATA:

25/09/41

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 240-A, fl. 53
LH insc. 174, fl. 29.

Casa do Ouvidor ou Casa na Rua da Ajuda nº 1, 642-T-61

27/07/62

LH insc. 347, fl.57.

Casa de Câmara e Cadeia ou Prédio do Paço Municipal., 265-T-41

02/09/41

LBA insc. 236-A, fl. 52
e LH insc. 166, fl. 28

FOTOGRAFIA DO CONJUNTOS URBANO DE MONUMENTO NACIONAIS



Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda



Casa de Câmara e Cadeia

OUTRAS PROTEÇÕES

(8) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(9) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(10) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Pela existência de monumentos de grande valor arquitetônico, tombados individualmente pelo IPHAN, e carentes da realização de serviços de manutenção.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

350

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

70

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O seu centro histórico, com área de 5.8ha, é formado por dois núcleos: uma praça, no nível do Rio Jaguaripe, onde se situa o porto e a Casa de Câmara e Cadeia (tombada pelo IPHAN); e outra, no alto da elevação, onde está a Matriz (tombada pelo IPHAN); sendo ligadas por uma rua, onde está a Casa do Ouvidor. A conformação do Conjunto está subordinada à topografia acidentada do Sítio, o que se reflete nas outras áreas da povoação.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área selecionada engloba as principais edificações e espaços públicos da povoação, mas não corresponde à totalidade da Cidade. O acervo arquitetônico do centro histórico compreende cerca de 112 imóveis, distribuídos em cinco ruas e três praças. Tendo em quase sua totalidade casas térreas, sendo 45% de uso residencial, 39% estão desocupadas, 8% são utilizadas pelo comércio e serviços e 8% com uso institucional. Os edifícios de uso público e interesse relevante são em número de cinco, sendo 3 deles tombados pelo IPHAN, estando inseridos no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVI
Fundação do município:	1697
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico completo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

No final do século XVI a colonização do Vale do Jaguaripe se restringia a alguns engenhos e a pequenas propriedades agrícolas. No início do século seguinte surgiu o Arraial de Nossa Senhora da Ajuda, que, em 1613, foi elevado à freguesia. A freguesia foi elevada à condição de Vila em 15 de dezembro de 1967. Foi a primeira Vila que se instalou em todo o Recôncavo e seu termo compreendia os territórios dos atuais municípios de Nazaré, emancipado em 1831, e Santo Antônio de Jesus, emancipado em 1880. A Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda possuía, em 1759, cerca de 718 fogos e 5.016 almas. Quando D. Pedro II a visitou, um século mais tarde, estimou sua população urbana em 2.000 habitantes. Foi descrita, em 1888, como uma Vila em decadência, quase deserta. Devido à crescente importância de Nazaré, Jaguaripe ganhou transporte a vapor regular para a Capital a partir de 1852.

A extração de madeiras foi o primeiro atrativo para a ocupação dessa região, que se integrou rapidamente na economia de subsistência dirigida para a produção de farinha de mandioca. Este produto era enviado para a cidade de Salvador e outros núcleos urbanos do Recôncavo, empenhados, exclusivamente, na produção do açúcar. Praticamente, toda a faixa litorânea, entre os rios Paraguaçu e Jaguaripe, tinha esta função durante a Colônia. A Cidade também desempenhava função portuária, mas esta atividade decresceu, enquanto aumentava a de Nazaré, melhor situada, no limite de navegação do Rio Jaguaripe. Hoje, Jaguaripe vive das mesmas culturas de subsistência do período colonial, com a diferença de não mais abastecer toda uma região, mas apenas seu comércio local.

Jaguaripe é uma das muitas cidades do Recôncavo nascida à margem de um rio.

Pertence, mais especificadamente, ao subgrupo das cidades portos que serviam de apoio a rotas marítimo-fluviais mais longas. Desempenhava um papel semelhante ao de Maragojipe, no Paraguaçu, e a São Francisco do Conde, próxima à Foz do Subaé. Por sua função auxiliar, estas povoações tiveram menor desenvolvimento que os núcleos localizados nos limites de navegação destes mesmos rios, como Nazaré, Cachoeira e Santo Amaro. A escolha de uma colina em região plana para fundação da aldeia obedeceu a razões defensivas. Contudo, a ausência de ataques, fossem de indígenas, fossem de piratas, fez com que seus habitantes se acomodassem nos terrenos mais baixos ao porto.

Nem mesmo a construção da Matriz, no início do século XVIII, fez reverter esta tendência. Como São Francisco do Conde, a sede do poder religioso está no alto, e a do civil, junto ao embarcadouro. Sua trama de ruas é irregular, com algumas vias seguindo as curvas de nível e outras as linhas de maior declive. A pobreza da sua gente se reflete no casario térreo da cidade. Só a arquitetura do poder é assobradada, como as casas de Câmara e Cadeia e do Ouvidor. A Casa do Ouvidor (residencial, século XVII) foi, segundo a tradição oral, construída para ser residência dos jesuítas que fundaram a Vila, só mais tarde sediando o Poder Judiciário. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda (religioso, século XVI) começou como uma capela construída pelos jesuítas no século XVI. No início século XVIII, os moradores da região começaram a reconstruí-la, estendendo as obras até o início do século XX – data da fachada do tipo rococó, por exemplo.

O Centro Histórico compreende cinco ruas e três praças, e se estende desde a colina do Arraial da Ajuda até as águas do Jaguaripe. O acervo arquitetônico do Centro Histórico é constituído por 112 imóveis, em sua quase totalidade casas térreas. São cinco os edifícios mais ricos, que são originários dos séculos XVII e XVIII. A arquitetura do Conjunto Tombado preserva características da arquitetura dos jesuítas, que fundaram a vila de Jaguaripe em meados do século XVI.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAL E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Tanto os imóveis tombados, quanto os particulares, encontram-se em estado precário de conservação;

A Igreja de Nossa Senhora da Ajuda encontra-se em obras parciais de restauração.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais encontra-se estagnado, sem crescimento e com abandono de imóveis, principalmente durante o inverno.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS COMO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Pode-se considerar Jaguaripe como uma cidade parada no tempo, vivendo ainda das culturas de subsistência da época da colônia, abastecendo apenas seu comércio local, e buscando apoio de serviços em Nazaré das Farinhas.

Houve no local uma involução habitacional, justificada pela fuga da camada de população situada entre 20 a 29 anos, que sai em busca de educação e de condições de trabalho.

Existe turismo ligado às belezas naturais dos rios.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO DUMN, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Com a queda do poder aquisitivo de toda a comunidade, os imóveis pertencentes ao Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais apresentam todas as situações previstas: infiltrações ascendentes e descendentes, processos erosivos nas fundações, má conservação, ataque de insetos xilófagos, deficiência nas instalações elétricas e hidráulicas.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura Municipal: Secretaria Municipal de Educação e Divisão de Cultura, Secretaria de Obras.

Governo do Estado: atua através da Secretaria de Educação e Turismo e da CONDER.

Existe ação do IPHAN na análise e fiscalização das intervenções no Conjunto Tombado.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação específica;

Existe inventário de proteção ao Acervo Cultural da Bahia – IPAC Ba - contendo levantamentos cadastrais básicos, levantamento fotográfico e levantamento de dados históricos.

Existe inventário de Bens culturais básicos – 1º Censo Cultural do Estado da Bahia – Governo do Estado – 1999.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe a Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda voltada para atividades religiosas;

Existem associações civis ligadas à música e aos esportes.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas: dezembro - Nossa Senhora da Ajuda; última 3ª feira de janeiro - louvor à Nossa Senhora dos Navegantes.

Folclore: Burrinha e Gaspi (São Gaspião).

Artesãos: Bordados, cestaria, madeira, redes de pesca.

Música: Lira Filarmônica, Filarmônica Recreio de São Gonçalo.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Maragogipe.

(2) MUNICÍPIO:

Maragogipe

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Igreja Matriz de São Bartolomeu, 227-T-40

(6) DATA:

21/02/41

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 296, fl. 51 e

LH inscr.. 155, fl. 26

Prédio do Paço Municipal, 266-T-41

26/09/41

LBA insc. 246A, fl. 54

e LH insc. 177, fl. 29.

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.:

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS*Prédio do Paço Municipal**Igreja Matriz de São Bartolomeu*

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Justifica-se pela presença de dois monumentos de grande porte e valor histórico e arquitetônico, inserido em malha urbana sem grandes alterações tipológicas.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



1 - Igreja Matriz de São Bartolomeu

2 - Prédio do Paço Municipal

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

1.385

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

382

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Cidade originária de um núcleo situado em uma elevação, com eixo de formação composto por uma praça, onde se situa a Matriz, indo até outra, onde está o Paço Municipal, com o desenvolvimento das ruas irregulares, determinado pelas casas e não por instâncias reguladores superiores, acompanhando a topografia do local. A área de expansão da Cidade, fora do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, tem um desenvolvimento mais regular, mas ainda assim influenciado pela topografia.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área escolhida corresponde à selecionada pelo Instituto de Proteção ao Patrimônio da Bahia - IPAC e contém os principais prédios públicos preservados, dos séculos XVII até o XIX, incluindo os dois bens tombados pelo IPHAN.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVI
Fundação do município:	1724
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Maragogipe desenvolveu-se como porto de apoio à rota marítimo-fluvial que terminava em Cachoeiras. O sítio escolhido para a fundação do povoado, uma península, obedeceu, como outros núcleos dos dois primeiros séculos de colonização, a razões puramente defensivas. O primitivo núcleo teria nascido no local conhecido como "O Rio", na borda do lagamar. Mas, em meados do século XVII, com a construção da Matriz de S. Bartolomeu (religioso, meados do século XVII), no topo da colina, criou-se um novo centro, consolidado com a construção, 80 anos mais tarde, da Casa de Câmara e Cadeia (público civil, começo do século XVIII). No século XX, a cidade se expandiu para o grotão que rompe a falha geológica e lhe serve de acesso e extravasou, através de uma ponte, para uma outra península, situada ao norte. De um assentamento mononuclear, com trama de ruas irregulares e íngremes, Maragogipe tende a transformar-se em uma cidade complexa.

Dentro da zona protegida estão compreendidas 15 ruas, 5 praças e algumas encostas arborizadas. Nesta área estão localizados 382 imóveis. A Matriz de São Bartolomeu, situada no topo da colina, emerge com grande destaque do casario do centro histórico, constituído de sobrados e casas originárias do século XIX. Destacam-se, ainda, a Casa de Câmara e Cadeia e alguns sobrados.

A margem direita do Paraguaçu, no trecho em que este recebe o Guai, era primitivamente dominada pelos Aimorés, que davam ao local o nome de "Marag-gyp" ou Rio dos Mosquitos. Em 16 de janeiro de 1557, D. Duarte da Costa, segundo Governador Geral, doou a seu filho, Álvaro da Costa, a Sesmaria de Peroaçu, mais tarde denominada Paraguaçu. Três anos mais tarde, em 20 de novembro, a Sesmaria seria transformada em Capitania. Entre 1574 e 1578, instalaram-se na capitania alguns fidalgos lusos com os engenhos.

Em meados do século XVII, é criada a Freguesia de São Bartolomeu, desmembrada da Ajuda de Jaguaripe, que foi elevada à categoria de vila em 16 de fevereiro de 1724, no governo do Conde de Sabugosa. A Capitania seria comprada, em 1733, pela Coroa, na mão de D. José da Costa, Seu nono donatário. Durante o século XIX, em conseqüência da crescente importância do fumo na economia baiana, a Cidade experimentou seu grande desenvolvimento. Dentre as melhorias introduzidas, houve a abertura da estrada carroçável ligando sua sede a São Félix (1807), a criação das cadeiras de primeiras letras e de latim, a construção da Casa de Câmara e Cadeia (público civil, século XVIII) do hospital, do estabelecimento de linha regular de vapor para Salvador (1839) e a instalação de fábricas de charutos.

Situado na área de terras altas do Recôncavo, o município de Maragogipe foi utilizado, durante o século XVII, para o cultivo de produtos de subsistência, especialmente a mandioca e o fumo, este usado

como produto de escambo para aquisição de escravos na Costa da África. No século XVIII, a cana-de-açúcar conquistou alguns terrenos da margem direita do Paraguaçu e chegou até as proximidades da Vila sem, contudo, eliminar outras culturas como o fumo e a mandioca. Maragogipe consolidou, durante o século XIX, sua função de porto, por onde era embarcada boa parte do fumo produzido em seu território e no altiplano de Cruz das Almas. Quando, no último quartel do século XIX, a economia açucareira enfrentou graves problemas, o município pouco sofreu, pois já estava desenvolvendo outras atividades. Data dessa época o início da industrialização do fumo e a introdução da cultura do café na região. Uma espécie local, o Café Indígena ou Maragogipe, foi premiada na Filadélfia, em 1883, e passou a ser cobiçada mundialmente. Estabeleceram-se na cidade as duas mais famosas fábricas brasileiras de charutos: Dannemann e Suerdieck, ao lado se outras menores. Mas, no segundo quartel do século XX, a agroindústria do fumo entrou em crise. A economia atual do município baseia-se fundamentalmente na agricultura, em especial na produção de farinha de mandioca, fumo e café, e na extração de dendê e piaçava. A pesca e a fabricação de produtos cerâmicos têm também importância.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Cerca de 60% dos imóveis são de ocupação residencial e 13% de ocupação comercial, estando 80% em estado medíocre de conservação, 14% em condição satisfatória, e 4% em condição ruim.

No que se refere aos monumentos tombados individualmente, a casa de Câmara e Cadeia é que está a merecer maiores cuidados, tanto pelo seu estado de conservação que é péssimo, quanto pelo seu tipo de utilização, que merece sérias críticas. O imóvel abriga no pavimento superior a sede da Prefeitura Municipal, e nas celas do pavimento térreo, cerca de 15 pessoas, instaladas muito precariamente, põem em risco à segurança do imóvel tombado.

A Igreja Matriz, situada bem próxima, encontra-se em melhor estado, necessitando de obras de reparos nas coberturas e revestimentos.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

No caso da área do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, não existe crescimento que se faça notar, pois já é uma área estabilizada. Ocorre eventualmente mudança de uso residencial para comercial, ou de instalação de ponto comercial no primeiro cômodo da casa, constituindo-se assim uso misto.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não ocorre. No caso das terras voltadas para o Lagamar do Iguape, luta-se a favor da preservação dos manguezais, que vem sendo destruídos pela ocupação do solo com zonas de sub-habitação.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Por situar-se o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais em terras altas, os principais problemas que atingem seus imóveis são os ataques por insetos xilófagos, a má conservação das coberturas, o que gera infiltrações descendentes nas paredes e a deterioração dos forros e das esquadrias. Alia-se a estes fatores, a escassez de recursos para a manutenção dos imóveis, tanto públicos, quanto particulares, e o clima da região, que é tropical úmido, com precipitação pluviométrica entre 1400 a 1700mm/m.

A Casa de Câmara e Cadeia tem ocupação não oficial de 15 pessoas, alocadas nas celas do pavimento térreo.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura Municipal: Praça Conselheiro Rebouças; Setor Cultural – Casa de Cultura de Maragogipe; Secretaria de Cultura e Eventos; Secretaria de Obras.

Governo do Estado: através da Secretaria de Cultura e Turismo.

Não existe ação cooperada. Existe ação de análise e fiscalização de intervenções em áreas de interesse e/ou monumentos tombados pelo IPHAN.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação específica. Existe inventário de bens de valor relevante, executado pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia, contendo cadastros, fotos e referências históricas. IPACBa - 1998. Existe Inventário do acervo cultural básico - 1º Censo Cultural da Bahia – Governo do Estado - 1997. Existe planta cadastral da sede do Município, elaborado pela Prefeitura Municipal.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe Grupo ambientalista GUIGUI – voltado para a preservação da flora e da fauna do manguezal.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Existe participação da Fundação Suerdieck, que mantém a Casa da Cultura.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas: Última sexta-feira de agosto: festa de São Bartolomeu, inclusive com lavagem das escadarias.

No mês de julho: festas em homenagem à Nossa Senhora da Lapa, padroeira da Igreja de Nossa Senhora da Lapa, o imóvel está localizado fora do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, mas sua festa atinge toda a cidade.

A produção dos Charutos Dannemann se notabilizou pela sua qualidade e apresentação, sendo citados pela literatura especializada universal.

Existe a filarmônica "Terpsícore Popular."

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico Igreja Matriz, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Igreja Nossa Senhora de Nazaré de Camamu

(2) MUNICÍPIO:

Nazaré

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN:

7ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Solar Ataíde

Igreja de Nossa senhora da Conceição, 622-T-61

Igreja de Nossa senhora de Nazaré de Camamu, 621-T-61

Igreja Matriz Nossa senhora de Nazaré, 630-T-61

(6) DATA:

11/04/62

26/01/62

26/01/62

26/01/62

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 341 fl. 56.

LBA insc. 462 fl. 85.

LBA insc. 463 fl. 85.

LBA insc. 461 fl. 85.

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Sobrado nº 1 da Travessa da Conceição

Decreto nº 28.398 (10/11/81) 92

(9) RESP. P/ TOMBAM.

GOVERNO DO ESTADO

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Vista da cidade de Nazaré nas margens do Rio Jaguaripe

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

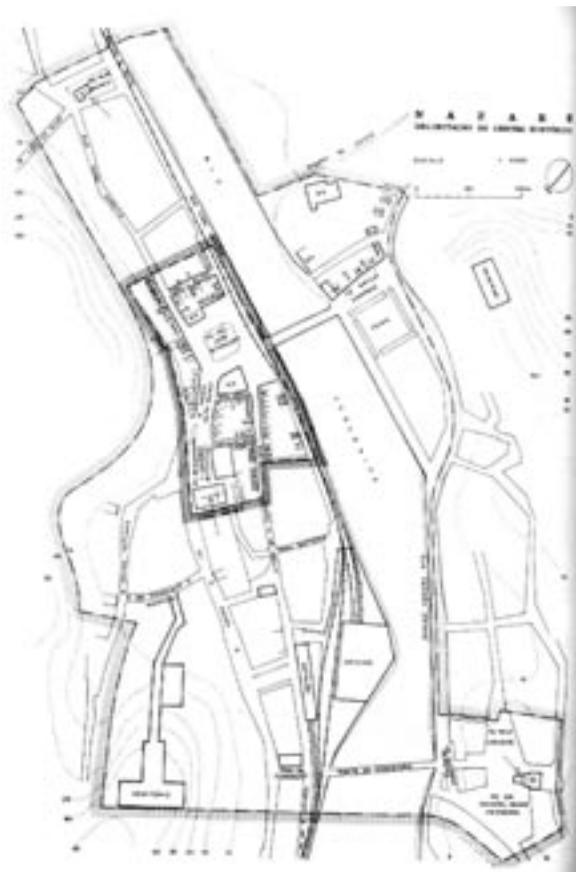
(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Pela presença de imóveis tombados individualmente pelo IPHAN, que são representativos da história da ocupação territorial da Bahia.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
 (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
 (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

450

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

92

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Cidade com desenvolvimento em ambas as margens do Rio, em dois eixos: um paralelo ao Rio Jaguaripe e outro, perpendicular ao primeiro, cruzando as duas pontes sobre o Rio. Devido às elevações que acompanham o curso do Rio, a cidade tem um arranjo espacial determinado pela topografia, com um arruamento irregular, de origem espontânea.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
 (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
 (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

As três igrejas que compõem o Conjunto se situam de forma mais ou menos irregular: duas na margem norte do Rio, acompanhando o eixo de desenvolvimento da Cidade que é paralelo ao Rio e outra na margem sul, na extremidade oposta deste eixo e na margem sul do Rio, na extensão da linha da ponte da Conceição. A área selecionada não representa, contudo, todo o núcleo urbano.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVII
Fundação do município:	1832
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A cidade de Nazaré desenvolveu-se em ambas as margens do Rio Jaguaripe, ligadas por duas pontes. As terras à margem direita do Jaguaripe perteciam, em 1584, a Fernão Cabral de Athaíde, que ali construiu um engenho de açúcar. Nesse local, que coincide com o da atual Capela de Nossa Senhora da Conceição (religioso, meados do século XVIII), surgiu o primeiro núcleo de povoação. Servia ao engenho e à povoação uma ponte de madeira sobre o Jaguaripe. Na mesma época, as terras da ribeira esquerda do Rio foram doadas em sesmaria a Antônio de Oliveira por Fernão Vaz que, nada fazendo em suas terras, foi sucedido por Pero Carneiro. Em 1591, Fernão Cabral de Athaíde e esposa foram condenados ao desterro pelo Santo Ofício, por denúncias de práticas de magia com os índios. Seu engenho e a povoação anexa entraram em decadência, o que favoreceu o desenvolvimento da margem esquerda do Rio Antônio de Brito, sucessor de Pero.

Carneiro na propriedade daquelas terras pediu licença, em 1649, ao Bispo D. Pedro Silva, para edificar, com ajuda do povo, uma capela no local de Camamu (religioso, século XVII), logo transformada em local de peregrinação. Em torno desta capela desenvolveu-se um povoado ligado às atividades do porto e da pesca. Este aglomerado foi, em 1753, elevado à sede de freguesia, por D. José de Matos. Uma ponte de alvenaria de pedra ligando as duas partes da Vila, separadas pelo Jaguaripe, foi construída em meados do século XIX.

A região foi desbravada na segunda metade do século XVI, com o estabelecimento de alguns engenhos de açúcar e a extração de madeiras. Mas a produção de açúcar, naqueles terrenos, perdia no confronto com as ricas terras do "massapê", situadas no fundo da Baía de Todos os Santos, entre o Paraguaçu e a Baía de Aratu. Nazaré procurou, assim, desenvolver culturas de subsistência para o abastecimento da Capital e da banda açucareira do Recôncavo. Tal foi à importância do Município como produtor de mandioca que a Cidade passou a ser conhecida como "Nazaré das Farinhas". Seu porto, situado no limite de navegação do Jaguaripe, especializou-se como porto farinheiro, da mesma forma que Santo Amaro era um porto açucareiro; e Cachoeira e Maragogipe, fumageiros, no século XIX. A farinha de mandioca, ou de guerra, produzida com a técnica indígena, servia, também para abastecer a frota e foi amplamente utilizada pelos municípios produtores para o pagamento de contribuições à Metrópole, como ocorreu durante a reconstrução de Lisboa e na oportunidade do casamento de princesas. Os dois grandes produtores baianos eram Nazaré, com sua famosa farinha "copioba", e Cairu.

Foi durante o século XIX que a cidade de Nazaré experimentou seu grande desenvolvimento, com a construção dos principais equipamentos urbanos, estabelecimentos de linha de navegação regular, a vapor, para Capital (1852) e construção de ferrovias, ligando a cidade a Santo Antônio de Jesus (1880), estendida, mais tarde, até Amargosa. Ainda no século XIX, a cultura da cana-de-açúcar, tendo ocupado todas as terras baixas, estendeu-se mais para o sul, chegando até as proximidades da cidade de Nazaré. Foi exatamente nesta zona que surgiu, em 1873, uma praga, que haveria de se alastrar por todo o Recôncavo, mirando a produção açucareira baiana, já ameaçada pela concorrência do açúcar de beterraba europeu e pelo de cana produzido nas Antilhas. No princípio do século XX, Nazaré experimentou um incipiente processo de industrialização com a instalação de fábricas de sacos de algodão, óleos vegetais, curtumes e olarias mecanizadas.

Nazaré é uma cidade composta, isto é, formada por duas matrizes lineares, situadas nas margens opostas do Jaguaripe. O primitivo núcleo situava-se na margem direita do rio junto à Capela da Conceição, transferindo-se, depois, para a ribeira oposta, para o Sítio de Camamu, 750m rio abaixo. No começo do século XIX, quando se iniciou a expansão da Cidade, seu centro foi mais uma vez transferido. O novo centro ocupou uma posição intermediária entre o 1º e o 2º núcleo, mas permaneceu na margem esquerda. Este centro surgiu em consequência da edificação da Matriz e foi consolidado com a construção do Paço Municipal. No mesmo século, Nazaré recebeu outros melhoramentos, como ponte de alvenaria, ligando as duas partes da cidade, linha de vapor para a capital, ferrovia, hospital. Uma segunda ponte urbana foi construída em meados do século XX.

Nazaré estava sujeita a inundações provocadas pelo Rio Jaguaripe. As três maiores enchentes deste século ocorreram em 1902, 1952 e 1960. Em 1952, a correnteza levou 300 casas.

O Centro Histórico abrange as duas margens do rio, estende-se desde a Ponte da Conceição (público civil, meados do século XIX) até a altura da Capela de Camamu (religioso, século XVII). Estão compreendidas sete ruas e duas praças. Seu acervo arquitetônico é fundamentalmente do século XIX e é composto por 92 imóveis. Dentre os monumentos mais relevantes estão a Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Camamu (religioso), iniciada no último quartel do século XVIII e concluída oitenta anos depois), o mercado e o Paço Municipal (público, início do século XIX), além de alguns sobrados, que representam o centro administrativo e comercial da Cidade.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Igreja Matriz: recentemente foram efetuados reparos.

Igreja de Nossa Senhora de Camamu: necessita de obras de conservação na cobertura e de reparos nos revestimentos de paredes.

Casario: no Centro Histórico, 30% necessitam de obras de restauração total; os outros apenas obras de conservação.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Não ocorre no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais crescimento que se note, pois a área central já se encontra estabilizada, existindo algumas ruínas. Há tendência de substituição de uso na área central, que corresponde ao centro comercial, de residencial para comercial e/ou uso misto.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

As transformações socioeconômicas e a falta de um plano diretor ameaçam desfigurar o Centro Histórico, que não é protegido por lei específica.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Existe perigo de descaracterização dos imóveis, por falta de um plano diretor e de um código de obras.

Nota-se perigo de incêndio por deficiência da rede de energia elétrica, em diversos imóveis.

Existe má conservação dos telhados com conseqüente perda dos forros e deterioração das esquadrias, ocorrendo por vezes processos erosivos nas alvenarias.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura Municipal: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria de Obras.

Governo do Estado: atua através da Secretaria de Educação e Turismo, e da CONDER.

O IPHAN atua na análise e fiscalização das intervenções no Conjunto Tombado.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação municipal específica. Existe Inventário de Proteção ao Acervo Cultural do Estado da Bahia – IPACBa - Governo do Estado, contendo levantamentos cadastrais básicos e levantamento fotográfico. Existe inventário do Acervo Cultural Básico – 1º Censo Cultural da Bahia – Governo do Estado - 1997.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem associações ligadas às irmandades religiosas, sem participação nas atividades comunitárias e/ou ligadas à preservação do Conjunto Urbano.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas: Em 2 de fevereiro e 15 de agosto são realizados festas em homenagem à Nossa Senhora de Camamu e São Roque. No domingo da semana-santa, a tradicional Feira dos Caxixis, famosa pela exposição e venda de cerâmica regional. Em junho, de 1º a 13, as quadrilhas. Em novembro, 9 e 10, emancipação política.

Foldlore: micareta, festa de São Jorge Preto Velho, festa dos Caboclos.

Musica: possui 3 bandas, fanfarra e filarmônica.

Artesanato: cerâmica de barro queimado, com pintura de pigmentos naturais.

Artesanato: cerâmica de barro queimado, pintada com tintura extraída de barro.

Em 08 dezembro são realizados os festejos em homenagem à Nossa Senhora da Conceição.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Salvador, 1093-T-83

(2) MUNICÍPIO:

Salvador

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7

a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL NO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador

(6) DATA:

19/07/1984

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP inscr. 86 fl. 29.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA:

2

0

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA:

2

0

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(N° e relação)

Capela de Nossa senora da Piedade-264-t-41;

Casa: à Avenida Frederico Pontes-101 - t-38;

à Rua Inácio Acioly nº4-252-t41;

à Rua 28 de setembro, nº8-637-T-61;

das sete Mortes - 126-T-41;

de Castro Alves - 126-T-38; dos Sete Candeeiros-124-Tt-38;

Pia e Órfãos de São Joaquim-081-T-38;

Catedral Basílica de Salvador 084-T-83;

Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo - 90-T38;

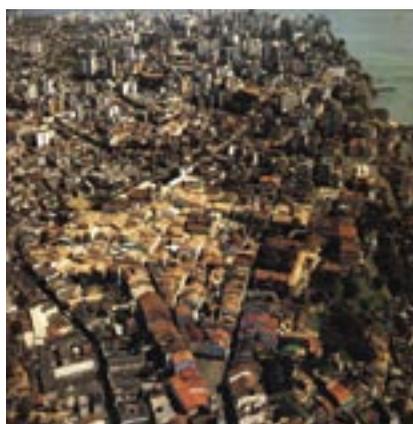
e Igreja de Santa Tereza-122-T-38;

e Igreja de São Francisco - 030-T-38;
Igreja da Barroquinha - 277-T-41;
da Ordem Terceira de São Francisco - 89-T-38;
da Rua do Passo - 122-T-38; de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão - 480-T-51;
de São Miguel - 089-T-38;
de São Pedro dos Clérigos - 273-T41;
do Pilar - 122-T-38; do Rosário - 122-T-38;
e Casa da Ordem Terceira de São Domingos - 083-T-38;
e Casa da Ordem Terceira do Carmo - 082-T-38;
Mosteiro de São Bento - 079-T-38;
Santa Casa de Misericórdia - 80-T-38; Matriz da Conceição da Praia - 122-T-38;
Oratório Público da Cruz do Pascoal - 122-T-38; Palacete Berquó - 119-T-38;
Palácio do Arcebispo - 122-T-38;
Palácio Ferrão - 120-T-38;
Palácio Saldanha -113-T-38;
Seminário São Damaso - 122-T-38;
Sobrado: à Praça Anchieta nº18-250-T-43;
à Praça Anchieta nº20-253-T-43;
à Praça 15 de novembro nº/17-256-T-43;
à Rua Inácio Acioly nº6-255-T-41;
à Rua Saldanha da Gama nº25-262-T-41;
Solar à Praça Anchieta nº8-988-T-78.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Vista parcial do Pelourinho



Vista aérea da Cidade de Salvador

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe a Lei de Uso do Solo (nº. 3.289/ 83) considerada como área de proteção rigorosa, preservação simples e preservação de paisagem, aquelas tombadas e delimitadas pelo IPHAN. Todas essas áreas assim como os imóveis tombados isoladamente obedecem a deliberações tomadas em conjunto pelo IPHAN, IPAC e PMS, por meio de Escritório Técnico conjunto.

Esta lei legisla e delimita também sobre áreas consideradas como “non aedificandi”; demolições em áreas tombadas, substituições de uso, entre outras.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS – RELACIONAR:

Existem bens tombados no sítio, mas não existe legislação específica no nível estadual.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS – RELACIONAR:

A lei nº 3.289 estabelece áreas consideradas como de preservação rigorosa que englobam áreas tombadas pelo IPHAN – capítulo II, art. 110, sub distritos da Sé, Passo, Santo Antônio e Pilar; áreas de preservação simples, capítulo II, inciso 1, subdistrito da Sé.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

10.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

2.000

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A cidade original surgiu no alto de uma elevação, por razões defensivas. Seu desenvolvimento deu-se em função da topografia acidentada do sítio, a partir do núcleo original, o Pelourinho. Com o crescimento da cidade, as baixadas foram ocupadas, acompanhando a linha da costa e do porto. Desta forma, houve uma expansão perpendicular à costa, sempre condicionada à topografia irregular do local.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área tombada corresponde ao núcleo original da Cidade, incluindo todos os principais edifícios públicos existentes até o século XIX.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1549
Fundação do município:	1549
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A cidade de Salvador situa-se na entrada da Baía de Todos os Santos, em região bastante acidentada e de extenso litoral. Seu Centro Histórico foi inscrito pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 02 de dezembro de 1985. A sua ocupação efetiva deveu-se à intenção do Governo português de criar uma administração centralizada para a Colônia, que escolheu para tanto um ponto mais ou menos equidistante das extremidades do território, com favoráveis condições de assentamento e defesa. Uma primitiva povoação já existia na Barra, fundada pelo primeiro donatário da Capitania, conhecida como Vila do Pereira, que não se desenvolvera devido aos constantes atritos com os indígenas e facilidades de atracação de navios inimigos em seu porto. Assim, em 1549, quando chega à Bahia, Tomé de Souza, primeiro Governador Geral, trouxe a recomendação de se escolher um novo ponto, mais para o interior da baía, com adequadas condições de defesa e portuárias e abastança de água. O sítio escolhido favoreceu a adoção do modelo de cidade, implantada em acrópole, destinando à Cidade Alta as funções administrativas e residenciais, e à Baixa, o porto.

As condições defensivas eram asseguradas pelo grande desnível entre os dois planos, situados na falha geológica, do lado do mar, e no seu oposto, pelo vale do Rio das Tripas, tendo sido inicialmente murada.

Segundo risco do Arquiteto Luiz Dias, a primeira capital do país desenvolveu-se no sentido longitudinal, paralelo ao mar, seguindo a linha de cumeada, numa trama de ruas praticamente ortogonal, adaptando-se à topografia do sítio. Os limites da Cidade foram rapidamente ultrapassados e dois pólos logo foram identificados: a Praça Administrativa, com o Senado e a Casa de Câmara, e o Terreiro de Jesus, onde se implantaram os jesuítas e o seu Colégio. A mancha tombada refere-se basicamente a este primeiro trecho ocupado da Cidade, além de alguns outros sítios, sendo a ampliação de uma anterior proteção de núcleos históricos (Processo nº 464-T-52).

A cidade de Salvador nasceu em 1549 como uma cidade-fortaleza, cuja arquitetura predominante era de taipa e palha. Os primeiros edifícios foram bastante simples, desprovidos de apuro arquitetônico e de sentido de perenidade. A primeira Sé, a de Nossa Senhora da Ajuda, a Capela de Nossa Senhora Conceição da Praia, assim como o Paço dos Governadores e a Casa de Câmara e Cadeia, foram feitos de barro moldado, taipa e palha. Do período inicial da colonização resta o traçado urbano do mestre de cantaria Luís Dias. A precariedade das edificações foi superada apenas após as sucessivas tentativas de invasão da Cidade por parte dos holandeses, entre 1599 e 1649.

Nessa época, a estabilidade política e a prosperidade econômica suscitaram o desenvolvimento de um padrão arquitetônico monumental, português. A arquitetura militar foi a primeira a se beneficiar; foram ampliadas e construídas várias fortalezas. Na segunda metade do século XVII, foi impulsionada a arquitetura religiosa. O auge da arquitetura civil, por sua vez, foi nos séculos XVIII e XIX.

No século XVIII, foi-se configurando uma imagem urbana que entremeava monumentalidade e singeleza, características das edificações distribuídas em lotes urbanos estreitos, ao longo de becos e ladeiras. Esse século foi o século do ouro, do apogeu econômico, do Barroco e do Rococó. Salvador transformou-se no maior porto do Atlântico Sul e extrapolou os limites de suas muralhas, ampliando seu território. Nunca se construiu tanta igreja, e Salvador era, então, um importante canteiro de obras.

Grande parte da configuração do Centro Histórico de Salvador data do século XVIII, conferindo à cidade uma atmosfera barroca, destacada a arquitetura religiosa, cujas torres sineiras são pontos de referência urbana.

O século XIX foi revolucionário com relação às idéias e transformador do ponto de vista social e urbano. Fatores políticos, como a chegada da família real em 1808, econômicos, fundação, em 1834, da primeira casa bancária, e sociais, Revolução dos Alfaiates de 1798, influenciaram o panorama urbano da cidade de Salvador.

O Centro Histórico de Salvador compreende as áreas dos subdistritos da Sé e Passo e são constituídos por edifícios dos séculos XVIII, XIX e XX, monumentos de arquitetura religiosa, civil e militar. A Igreja e Convento de

Nossa Senhora do Desterro (religioso, final do século XVII e início do XVIII) foi o primeiro convento de freiras construído na colônia. A Igreja e Convento de São Francisco – Ordem 3ª (religioso, 1686) tem sua fachada principal aberta para uma praça muito alongada, onde está localizado elemento típico das urbanizações franciscanas, o cruzeiro, que dá nome ao local. Sua fachada, em calcário lavrado com cunhais de arenito é única no país, lembrando o barroco plateresco da América Espanhola. Recuada em relação à fachada do restante do conjunto, possui adro gradeado e dinâmico frontão. Seu primitivo interior barroco foi substituído em 1827/28 por talha Neoclássica. O Cruzeiro de São Francisco (religioso, 1708/23) articula-se com o Terreiro de Jesus formando um dos mais interessantes espaços urbanos de Salvador, delimitado, em sua maior parte, por construções da metade do século XIX.

O Convento de Nossa Senhora do Carmo (religioso, começo do século XVII) foi construído fora dos muros da Cidade, em uma colina conhecida como Monte Calvário, situada ao norte da Cidade, e de grande importância para a sua defesa. O casario que hoje o envolve é de pequeno porte, e, na sua maioria, do século XIX. A Catedral Basílica, ex-Igreja do Colégio de Jesus (religioso, 1604) abre-se para uma ampla praça delimitada por sobrados do século XIX e importantes monumentos religiosos, como São Pedro dos Clérigos e São Francisco; este último, situado em um prolongamento do “Terreiro de Jesus”. Sobre os remanescentes do Colégio, incendiado em 1905, foi construída a ex-Faculdade de Medicina da Bahia, segundo modelo Neoclássico. Com a demolição da Igreja da Sé e de algumas quadras, em 1933, para criação da nova Praça da Sé, ficou a Igreja desambientada, exibindo uma extensa empena que era protegida pelas quadras vizinhas. A Igreja é o último remanescente do Colégio de Jesus. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos situa-se na antiga Rua das Portas do Carmo, numa praça de forma triangular, surgida com a demolição do cavaleiro e da porta que servia de defesa à cidade.

A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Palma (religioso, séculos XVII e XVIII) foram construídos sobre o “Monte das Palmas”, na 2ª linha de colinas do sítio da cidade do Salvador, em local onde acamparam as tropas luso-espanholas que realizaram o cerco à Cidade, ocupada pelos holandeses em 1625.

Situados no alto da ladeira do mesmo nome, a Igreja e Mosteiro de São Bento (religioso, séculos XVII, XVIII, XIX e XX) foram construídos fora dos muros da primitiva cidade do Salvador, em colina “a cavaleiro” de uma das portas da cidade. O monumento tem hoje a sua escala e ambiência prejudicadas por edifícios altos construídos em sua vizinhança. Foi preservada, contudo, uma pequena praça fronteira à Igreja.

A Igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão (religioso, Ca 1727) situa-se em Santo Antônio Além do Carmo, é um dos mais homogêneos conjuntos do século XIX de Salvador. Possui programa típico das sedes de Irmandades leigas: Igreja, consistório, casa dos santos, catacumba, de meados do século XVII e séculos XVIII e XIX.

Destaca-se, no que diz respeito à arquitetura civil, a Casa Natal de Gregório de Matos (século XVII e primeira metade do século XIX). O largo do Pelourinho (CA 1704), com seus sobrados do século XIX, é um dos mais interessantes espaços urbanísticos de Salvador. Resultou da demolição de cerca de dois terços do castelo, e conserva um dos melhores conjuntos de arquitetura do século XIX da cidade.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Sítio Histórico do Pelourinho vem sendo restaurado em sucessivas etapas, a partir de 1991, com obras de recuperação de suas edificações, adaptação aos usos comerciais e de serviços. As etapas concluídas encontram-se em bom estado de conservação. Foram executadas obras de infra-estrutura urbana colocando-o em condições de atender ao mercado turístico nacional e internacional.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Centro Histórico de Salvador, atualmente estabilizado, obedece ao planejamento de uso do solo e ocupação dos imóveis elaborado pelo CONDER e IPAC, ambos órgãos do Governo do Estado.

Os imóveis em ruínas, assim como os degradados, são recuperados, e para eles há ocupação prevista dentro da lista de prioridades e de acordo com metodologia prevista para a área.

Todas as alterações de uso no Sítio Histórico Urbano Nacional só poderão ser executadas mediante prévia consulta ao órgão técnico da PMS, ouvidos o IPHAN e o IPAC – Lei nº 3.289/83, Art 111.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não se aplica nas áreas correspondentes às etapas já concluídas. Todos os empreendimentos foram planejados e previstos pelo Governo, que mantém sistema de apoio e acompanhamento das atividades exercidas na área, através dos organismos ligados a eventos e à Secretaria de Planejamento.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os imóveis inclusos no Sítio Histórico Urbano Nacional vêm sendo objeto de serviços de conservação e manutenção, pela administração do Centro Histórico. Todavia as situações mais relevantes são as causadas pela presença de insetos xilófagos, que atacam as estruturas de telhados, e as infiltrações principalmente nas edificações ainda não beneficiadas por etapas de obra.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Governo do Estado da Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo; IPAC; BAHIATURSA; FUNDAÇÃO CULTURAL; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Cidade do Salvador - CONDER ; Secretaria de Planejamento

Prefeitura de Salvador: Secretaria de Educação e Cultura; Fundação Gregório de Mattos - FGM; Secretaria de Planejamento; Fundação Mário Leal Ferreira; SUCOM; SPJ; Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana – SEMIN; SURCAP; SUMAC; DESAL; Secretaria de Obras.

Legislação Municipal: - lei nº 2.403/72 - modificada pelas Leis nºs 2.682/75 e 2.744/75 – institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador ; Lei nº 3.289/83 - altera e dá nova redação e dispositivos à Lei nº 2.403/72 e dá outras providências.

Legislação Estadual: – decretos de tombamentos de Monumentos específicos: Decreto nº- 28.398 (10/ 11/81); Decreto nº- 30.483 (10/05/84); Decreto nº 33.252 (09/06/ 86); Decreto nº 2.457 (20/09/93); Decreto nº 3.731 (24/09/94).

Existe ação cooperada entre PMS, IPAC, IPHAN – nas ações de análise e fiscalização de intervenções no Sítio Histórico Urbano Nacional, por intermédio do ETELF.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Lei de uso do solo- PMS- nº 3289 /83, baseadas nas áreas tombadas pelo IPHAN.

Lei de preservação das áreas verdes do Município.

Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia – IPACBa - cadastros básicos, fotos históricos.

Inventário de bens Móveis – Patrocinado pela Fundação Vitae.

Inventário de bens Móveis – Patrocinado pela Arquidiocese de Salvador.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem em atividade no Sítio Histórico Urbano Nacional, inúmeras associações de bairro, civis, entidades corporativas e musicais que participam dos seminários que são promovidos, acrescentando opiniões e fazendo o papel de intermediários entre os programas do Governo e a comunidade.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A restauração do Liceu de Artes e Ofícios, com o apoio da Fundação Odebrecht.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O Sítio Histórico Urbano Nacional guarda tradições das mais diversas, visto estarem concentradas na área inúmeras Igrejas, sedes de Associações, entidades civis e históricas. Além disso, no Centro Histórico estão instaladas inúmeras lojas de arte e artesanato, aliados a uma série de eventos programados pelos órgãos do Governo ligados ao turismo, que visam manter constantes os atrativos e a visitação ao Centro Histórico, durante todos os dias do ano.

Festas principais: “Pelô – dia da Benção do São Francisco” (todas as terças-feiras), Carnaval no Pelourinho; São João no Pelourinho.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Barra Forte de Santo Antônio, Forte de Santa Maria, Igreja de Santo Antônio e Outeiro de Santo Antônio.

(2) MUNICÍPIO:

Salvador

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Forte de Santo Antônio da Barra, 101-T-38

(6) DATA:

24/5/38

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 87, fl. 16

LH insc. 47, fl. 09

Forte de Santa Maria, 101-T-38

24/05/38

LBA insc. 88, fl. 16

LH insc. 48, fl..10

Igreja de Santo Antônio, 122-T-38

17/06/38

LBA insc. 139, fl. 25

Outeiro de Santo Antônio, 464-T-52

14/07/59

LAEP insc. 19 a 27, fls.5-7

CARACTERÍSTICA DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não há

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Farol da Barra



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Os monumentos estão inscritos em área "non aedificandi" – PMS. Existe proteção municipal às áreas de praças e jardins e monumentos isolados neles inseridos – contidos no Estatuto da Fundação Gregório de Mattos, Órgão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – PMS.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Existência de monumentos acautelados pelo IPHAN formando conjunto visual com grande proximidade física entre eles.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

1.200

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

400

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade original surgiu no alto de uma elevação, por razões defensivas. Seu desenvolvimento deu-se em função da topografia acidentada do Sítio, a partir do núcleo original, o Pelourinho. Com o crescimento da cidade, as baixadas foram ocupadas, acompanhando a linha da costa e do porto. Desta forma houve uma expansão perpendicular à costa, sempre condicionada à topografia irregular do local.

O Conjunto Urbano do Monumento Nacional em questão ocupa espaço entre o outeiro da barra, onde se situa a Igreja de Santo Antonio, o Forte de Santa Maria e a entrada da barra, com o Forte Farol da Antiga Ponta do Padrão – a Fortaleza de Santo Antônio. Na falda do outeiro, o Revelin de São Diogo, vela, neste recanto, a restinga onde, segundo alguns historiadores, teria nascido a Vila Velha.

Por trás destas praias, dominadas pelos monumentos, encontra-se o Bairro da Barra, onde antigamente se localizavam as residências de veraneio com casas térreas e largos quentes. Hoje, estas foram substituídas por edifícios que se comprimem, ocupando trama de ruas, paralelas à costa e avançando para o vale, símbolo da cidade moderna.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbano de Monumento Nacional corresponde apenas a um pequeno trecho da urbe, sem ter relação com o seu centro histórico, articulando-se apenas com monumentos secundários, periféricos à vida de uma cidade.

O Conjunto Urbano de Monumento Nacional congrega três monumentos tombados individualmente, todos de relevante interesse Histórico Arquitetônico, sendo as fortalezas membros do sistema de defesa da cidade, sendo a mais antiga a Fortaleza de Santo Antônio, cujas muralhas datam do século XIV (1536), edificada possivelmente por Francisco Pereira Coutinho. A torre cilíndrica data possivelmente de 1839, e a muitos tem servido de guia ou salvação quando anoitece.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1549
Fundação do município:	1549
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1650-1720
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O conjunto da Barra é constituído pelo Forte de Santo Antônio da Barra, o Forte de Santa Maria e a Igreja de Santo Antônio da Barra, apresentando a arquitetura militar e a religiosa. O Forte de Santo Antônio, que teve sua primeira versão entre 1583 e 1587, tinha como função dificultar a entrada na barra e impedir, mediante fogo cruzado com o Forte de Mont Serrat, o desembarque no porto. O Forte de Santa Maria foi construído próximo ao Forte de Santo Antônio, no fim do século XVII, para defender o Porto de Vila Velha. A Igreja foi fundada no fim do século XVII, em Vila Velha, primeiro assentamento de Salvador com fins de colonização.

O Forte de Santo Antônio, da Barra (militar, século XVI) situa-se sobre um afloramento de gneiss na extremidade do Cabo de Santo Antônio, no local primitivamente conhecido como Ponta do Padrão, por ter sido aí plantado um marco assinalador da posse de terra pelo rei de Portugal, em 1501. Do seu terrapleno, situado em frente à Barra da Baía de Todos os Santos, domina-se grande extensão da mesma e do oceano. Em sua vizinhança imediata não existem construções.

O Forte de Santa Maria (militar, séculos XVII e XIX) situa-se na parte sul da cidade, em uma das extremidades da pequena enseada do Porto da Barra, conhecido primitivamente como Porto de Vila Velha. Está implantado diretamente sobre a rocha. Em sua vizinhança imediata não existem construções, mas em torno da enseada começam a surgir prédios de até seis pavimentos.

A Igreja de Santo Antônio da Barra (religioso, 1595-1600) está situada no alto de uma colina, de onde se domina a barra e extensa área da Baía de Todos os Santos. Na mesma época o padre Antônio Vieira refere-se a ela em informações enviadas ao padre geral da Companhia de Jesus. Segundo Luís Viana Filho, teria vindo da África, em 1752, uma imagem de São José, patrono de uma sociedade de traficantes de escravos, cuja "Irmandade" funcionava na igreja. Essa imagem, que não mais se encontra no templo, foi consignada em 1946 como existente na sacristia. Em 1984 a Igreja foi restaurada.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJ. URB. DE MON. NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Forte de Santo Antônio da Barra foi recentemente restaurado e nele instalado um Museu e um pequeno restaurante, encontrando-se em excelente estado de conservação. O Forte de Santa Maria encontra-se em bom estado de conservação, abrigando a sede da SOAMAR. A Igreja de Santo Antônio da Barra é ocupada com atividades religiosas, estando em bom estado de conservação. A área de entorno dos monumentos foi recentemente urbanizada, estando em ótimo estado de conservação.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A malha urbana está preenchida por estabelecimentos comerciais e construções do ramo hoteleiro e hospitalar (80%). As habitações representativas da ocupação colonial foram em sua maioria demolidas para dar lugar a edifícios, sendo poucas as de unidades domiciliares (apartamentos). Acontece a ocupação do pavimento térreo com uso comercial, e nos pavimentos superiores, o uso como habitação.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O desenvolvimento desta área deu-se com a ocupação da mesma por construções do tipo "veraneio", preferencialmente habitações de estrangeiros. Aconteceu a ocupação de grande área pelo Hospital Espanhol, em pequena encosta, que se mantém até hoje, sem grandes alterações.

Sucederam-se ocupações do ramo hoteleiro, com edificações verticais, ao longo da via que margeia o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, separando-o da malha urbana. Os projetos de intervenção nesta área são analisados de acordo com a legislação da PMS.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Na Igreja de Santo Antônio, o problema de maior monta refere-se à presença de insetos xilófagos, que atacam a estrutura dos telhados. Nos Monumentos situados ao nível do mar, ocorrem infiltrações decorrentes da proximidade deste, o que acarreta a deteriorização dos materiais de revestimento. A ferrugem ataca as esquadrias e corroe os elementos metálicos.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Governo do Estado da Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo: IPAC; BAHIA-TURSA; FUNDAÇÃO CULTURAL; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Cidade do Salvador - CONDER Secretaria de Planejamento.

Prefeitura de Salvador: Secretaria de Educação e Cultura – Fundação Gregório de Mattos - FGM; Secretaria de Planejamento; Fundação Mário Leal Ferreira; SUCOM; SPJ; Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana –SEMIN; SURCAP; SUMAC; DESAL e Secretaria de Obras.

Legislação Municipal: nº2.403/72 - modificada pelas leis 2.682/75 e 2.744/75 – institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador ; nº3.289/83 - altera e dá nova redação e dispositivos à Lei nº2.403/72 e dá outras providências.

Legislação Estadual – Decretos de tombamentos de monumentos específicos: Decreto nº- 28.398 (10/ 11/81); Decreto nº 30.483 (10/05/84); Decreto nº 33.252 (09/06/ 86); Decreto nº 2.457 (20/09/93); Decreto nº 3.731 (24/09/94).

Existe ação cooperada entre Estado, Município e União, IPHAN para análise e fiscalização de possíveis intervenções no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais por meio do ETELF.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe proteção municipal na área de encosta em torno da Igreja de Santo Antônio – Decreto nº 4524 – área *non aedificandi* – de domínio privado.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe associação dos amigos da barra, que opinam e cooperam com ações de preservação dos logradouros.

Existe Associação Brasileira de Amigos das Fortalezas – ABRAF – sede no Forte São Diogo.

Existe Associação de Amigos da Marinha – SOAMAR – sede no Forte de Santa Maria.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Houve recentemente participação do setor privado na ação de preservação e recuperação do Monumento ao Aniversário do Descobrimento do Brasil – Marco de Lioz e painel de azulejos, situados na enseada do Porto da Barra.

Trabalhos executados por meio de convênio entre a PMS – Fundação Gregório de Mattos/ Liceu de Artes e Ofícios - Shopping Barra.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As atividades de maior peso concentram-se no Posto do Instituto Mauá, localizado em imóvel no Porto da Barra, órgão ligado ao Governo do Estado, que concentra a produção artesanal de todo o Estado.

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais participa ativamente das festas populares que acontecem no Porto e no Farol da Barra.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Bonfim

(2) MUNICÍPIO:

Salvador

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7^a**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Basílica de Nosso Senhor do Bonfim 122-T-38

Casa na Rua Baixa do Bonfim ou Casa Marback 116-T-38

Casario dos Romeiros 464-T-52

(6) DATA:

17/06/38

18/06/38

14/07/59

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA,inscr.131, fl.23

LBA,inscr.141,fl.25

LAEP inscr. 19 a 27,
fls. 5-7**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(8) DENOMINAÇÃO:

Área de preservação rigorosa – Lei nº 3.289/83

(9) RESP. P/ TOMBAM.

PMS

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Basílica do Nosso Senhor do Bonfim e Casario dos Romeiros



Vista da Basílica do Nosso Senhor do Bonfim e Casario dos Romeiros

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está inscrito em área de preservação rigorosa – sub distrito da Penha – perímetro compreendendo: Praça Euzébio de Matos, Ladeira do Bonfim, Praça Teodósio Rodrigues de Farias, Praça Senhor do Bonfim, Rua Professor Santos Reis, trecho da Avenida Beira Mar, Praça Divina, Rua Benjamin Constant e Rua Teodósio Costa, até a citada Praça Euzébio de Matos, área tombada pelo IPHAN. Lei nº 3.289/83 - PMS.

Área da encosta arborizada da colina do Bonfim- considerada como área verde do Município – Lei nº 2.549-PMS, de 5 de junho de 1971.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Existência de monumentos acautelados pelo IPHAN formando conjunto visual com grande proximidade física entre eles.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

460

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

73

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade original surgiu no alto de uma elevação, por razões defensivas. Seu desenvolvimento deu-se em função da topografia acidentada do Sítio, a partir do núcleo original, o Pelourinho. Com o crescimento da Cidade, as baixadas foram ocupadas, acompanhando a linha da costa e do porto. Desta forma houve uma expansão perpendicular à costa, sempre condicionada à topografia irregular do local.

A colina do Bonfim, única existente na península de Itapagipe, domina toda a parte baixa da cidade do Salvador. Isolada nos quatros lados, tem sua fachada principal voltada para a Baía, sendo visível da Cidade Alta.

A praça situada à sua frente é delimitada em dois lados por casarios edificadas pelos romeiros, no século XIX.

A ocupação da área de entorno, inclusa no perímetro tombado, constitui-se de construções contemporâneas, com alguns edifícios de apartamentos.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais corresponde apenas a um pequeno trecho da Urbe, sem ter relação com o seu Centro Histórico, articulando-se apenas com monumentos secundários, periféricos à vida de uma cidade.

Tem como vizinhança imediata o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais da Boa Viagem/Monte Serrat e o da Penha, todos localizados na península de Itapagipe.

A Igreja do Bonfim constitui-se edifício de notável mérito arquitetônico, como Igreja de peregrinação e sede de uma das maiores tradições baianas. A planta da Igreja é do tipo que se tornou comum no século XVIII. Os pórticos em arcada ao longo da nave, é uma transição entre os avarandados do século XVII e os corredores laterais do século XVIII, em função da necessidade de abrigar grande número de peregrinos. Sua fachada foi modificada no século XX. Ostenta na fachada revestimento parcial de azulejos brancos portugueses de 1873, que contrastam com a pedra morena dos cunhais, portal, cercaduras e frontão. As torres em bulbo são do final do século. Mantém-se fiel ao protótipo que é a Igreja de Maragogipe e apresenta semelhança com a Igreja do Boqueirão. Possui teto pintado por Franco Velasco.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1549
Fundação do município:	1549
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A Igreja Basílica de Nosso Senhor do Bonfim (religioso, 1745/1772), isolada nos quatro lados, tem sua fachada voltada para a entrada da barra da Baía de Todos os Santos. A praça em sua frente é delimitada em dois lados por conjuntos de casas de romeiros, construídos pela Irmandade no século XIX. É uma Igreja de peregrinação e sede de uma das mais tradicionais devoções baianas, realizada no terceiro domingo do mês de janeiro. A planta desta Igreja é do tipo que se tornou comum no começo do século XVIII. Os pórticos em arcada ao longo da nave são uma transição entre os avarandados do século XVII e os corredores laterais típicos do século XVIII. A persistência desse elemento arcaico se deve à natureza especial da Igreja, e servia para abrigar o grande número de peregrinos durante a sua festa.

O Solar Marback (habitação, início do século XIX) situa-se em uma esquina, no sopé da ladeira que serve de acesso à Colina do Bonfim. Não se sabe quem levantou o solar nem a data de sua construção. Quando foi construído, o local era ermo e nas suas proximidades só existia a Igreja. Possui amplos jardins laterais, mas nenhum recuo frontal. Sua vizinhança é constituída de construções do século XX, de estrutura compatível com a altura do solar, mas sem mérito arquitetônico. No andar térreo, o cômodo atualmente utilizado como garagem, servia como galeria de distribuição de serviço e guarda de seges. A cozinha atual é nova, instalada antes do tombamento. Este tipo de sobrado surgiu na Bahia no século XVIII, mas difundiu-se especialmente no começo do século seguinte. Ele representa uma reestruturação funcional da casa colonial, passando a circulação, tradicionalmente central, à periférica, e o acesso ao piso nobre deslocando-se do saguão para a escadaria externa lateral. Este tipo de casa é a origem das casas de alpendre lateral, geralmente de ferro fundido, comum no final do século XIX e início do XX.

O Conjunto remete a relações entre arquitetura, economia e práticas religiosas sociais, principalmente do século XVIII, mas com reflexos nos dias atuais.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Recentemente a Igreja foi completamente restaurada com verba do Governo do Estado.

Foi implantado também, moderno sistema de iluminação que valoriza suas fachadas, assim como a urbanização do seu entorno, com estabelecimento de vias de acesso a pedestres e áreas de estacionamento para veículos e ônibus de turismo. No projeto incluiu-se também agenciamento de espaços para o comércio varejista de uso turístico.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

No Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, por força do logradouro ser tombado pelo IPHAN, com área de entorno protegida pela PMS, não tem ocorrido grandes alterações de uso do solo.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não ocorre.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A implantação da Igreja no alto da colina gerou a utilização de várias ladeiras como acesso ao Conjunto. Do lado esquerdo da Igreja, encontra-se balaustrada que encima muro de arrimo, contornando as duas vias principais de acesso e formando um belvedere natural. Este muro de contenção, por vezes, apresenta recalques, devido ao uso inadequado da área próxima a ele.

Quanto às casas dos romeiros e ao Solar Marback, estes encontram-se em estado razoável de conservação, necessitando apenas de pequenas obras de conservação nos revestimentos das paredes e esquadrias.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Governo do Estado da Bahia – Secretaria de Cultura e Turismo : IPAC.

BAHIATURSA; FUNDAÇÃO CULTURAL; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Cidade do Salvador - CONDER; Secretaria de Planejamento.

Prefeitura de Salvador – Secretaria de Educação e Cultura; Fundação Gregório de Mattos - FGM; Secretaria de Planejamento; Fundação Mário Leal Ferreira; SUCOM; SPJ; Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana –SEMIN; SURCAP; SUMAC; DESAL; Secretaria de Obras.

Legislação Municipal: Nº 2.403/72 - modificada pelas leis nº 2.682/75 e 2.744/75 – institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador ; nº 3.289/83 - altera e dá nova redação e dispositivos à Lei nº 2.403/72 e dá outras providências.

Legislação Estadual – decretos de tombamentos de monumentos específicos: Decreto nº 28.398 (10/11/81); Decreto nº 30.483 (10/05/84); Decreto nº 33.252 (09/06/86); Decreto nº 2.457 (20/09/93); Decreto nº 3.731 (24/09/94).

Obs: nenhum destes decretos refere-se ao Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais em questão.

Existe ação cooperada entre PMS, Estado e União (IPHAN) para análise de projetos e fiscalização das intervenções, por meio de convênio com o ETELF.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está inscrito em área de preservação rigorosa - Lei nº 3289/ 83 – PMS.

Dos imóveis que compõem o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, apenas a Igreja e o Solar Marback foram inventariados pelo IPACBa, dispondo assim de levantamento cadastral, fotográfico e histórico.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe conscientização e mobilização da comunidade, através da Irmandade do Senhor do Bonfim, que

atua na cobrança junto aos órgãos oficiais, da tomada de posições quanto à conservação dos seus bens patrimoniais, casas dos romeiros, Fonte do Senhor do Bonfim.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é bastante visitado, sendo a Igreja do Bonfim considerada sede de uma das mais tradicionais devoções baianas, que culmina, no terceiro domingo de janeiro, com a Festa do Bonfim, que inclui procissão com percurso entre a Igreja da Conceição da Praia até o Bonfim, lavagem das escadarias pelas "Baianas" e festa religiosa e profana durante sete dias.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Praça Cairú/Pilar Forte de São Marcelo, Igreja de Pilar, Alfândega

(2) MUNICÍPIO:

Salvador

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Forte de São Marcelo, 101-T-88

(6) DATA:

24/5/38

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 89, fl. 16;

LH insc. 49, fl. 10

Prédio à Praça Cairú (Alfândega), 331-T-42

25/10/66

LH insc. 388, fl. 62

Prédio à Praça Cairú nº 19, 717-T-63

30/07/69

LH, insc. 417, fl. 68.

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não existe.

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

Forte de São Marcelo



Vista aérea do Forte de São Marcelo e do Mercado Modelo

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Existência de monumentos acautelados pelo IPHAN formando conjunto visual com grande proximidade física entre eles.

MAPA DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

0

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

0

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade original surgiu no alto de uma elevação, por razões defensivas. Seu desenvolvimento deu-se em função da topografia acidentada do Sítio, a partir do núcleo original, o Pelourinho. Com o crescimento da Cidade, as baixadas foram ocupadas, acompanhando a linha da costa e do porto. Desta forma houve uma expansão perpendicular à costa, sempre condicionada à topografia irregular do local.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbano de Monumento Nacional corresponde apenas a um pequeno trecho da Urbe, conhecido como Cidade Baixa, próximo do seu Centro Histórico, articulando-se apenas com monumentos secundários, mas ligado a ele por ladeiras e por sistema de elevadores, no caso o Elevador Lacerda. Os monumentos históricos tombados individualmente, ainda que diferenciados, estão ligados ao fato de servirem ao comércio, Alfândega e casa à Praça Cairú, antigo Hotel Muller, sendo que estavam situados à beira mar. O Forte do Mar continua isolado, mantendo sua estratégia de implantação no mar, única no Brasil.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1549
Fundação do município:	1549
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Forte do Mar, São Marcelo ou Nossa Senhora do Pópulo (militar, 1650) localiza-se em um banco de areia no meio do ancoradouro do Porto de Salvador, em frente à parte mais antiga da cidade. Está hoje protegido da arrebentação das vagas pelo quebra-mar sul. De planta circular, sua construção afastada da costa deve-se ao receio de uma nova invasão holandesa e à ineficiência demonstrada em 1624 pelo antigo Forte da Ribeira. Sua função era impedir a entrada ao Porto cruzando fogo com os Fortes de São Fernando e a Fortaleza de São Paulo da Gamboa. Construção iniciada pelo engenheiro francês Felipe Guiton. Até 1728 estava ainda em construção, sofrendo grande reforma em 1812 e 1863.

O Forte serviu de prisão política, dele tendo evadido, em 1835, o chefe farroupilha Bento Gonçalves. Foi prisão coletiva dos implicados na Federação dos Guanais (1833), Sabinada (1838) e na insurreição dos Malês (1835). Recebeu obras da Prefeitura Municipal em 1965.

O Paço da Associação Comercial da Bahia (associativo e comercial, início do século XIX) situa-se na parte baixa da cidade, próximo ao porto. Foi construído no local do antigo Forte de São Fernando, entre o mar e a pequena praça Tamarindos, atual Conde dos Arcos. Posteriormente, foi criada sob aterro a Praça Riachuelo, destruída neste século em consequência das obras de ampliação do Porto. Sua vizinhança é constituída de edifícios comerciais.

A ex-Casa da Alfândega, atual Mercado Modelo (público, 1861), foi construída sobre o mar, defronte da antiga Alfândega, construída em 1550 por Tomé de Souza, na Cidade Alta, defronte à Casa dos Governadores. No fundo da rotunda existia uma ponte de madeira para atracação de embarcações, depois substituída por outra de ferro em forma de "T". Na pequena área, entre a antiga e a nova Alfândega construiu-se, de um lado, um pequeno pavilhão de dois pavimentos, destinado à guardamoria; do outro, a casa de máquinas dos guindastes. Em um determinado ponto da área existia o "Relógio do Sol". Sua vizinhança atual é formada pela Praça, um pequeno ancoradouro conhecido como rampa do Mercado, armazéns das Docas e altos edifícios comerciais. O corpo principal servia basicamente como depósito, enquanto que o pórtico semicircular servia para o desembarque e conferência das mercadorias que eram controladas do salão e varanda superior. Seu estilo Neoclássico difundido pela Missão Francesa e pela Academia Imperial de Belas Artes foi o Estilo oficial do Império e representou uma reação ao barroco do período colonial.

Em 1694, a Carta Régia de 15 de dezembro autorizava D. João de Lencastro a construir uma nova Alfândega, maior e mais próxima do mar. Em 1746, foram iniciadas as obras, no governo do Conde das Galveas, sendo o Edifício construído na ribeira da Cidade, sobre o aterro. Em 1861, como se tomara

pequena diante do aumento do comércio, foi decidida a construção da terceira Casa de Alfândega, atual Mercado Modelo, defronte da antiga. Com a ampliação do Porto e inauguração dos novos armazéns, em 1914, passaram para os mesmos todo o serviço de carga e descarga de mercadorias, sendo demolida a antiga Alfândega, a guardamoria e demais dependências, e o local transformado em uma praça. Durante a inspetoria do Sr. Antônio Linhoff de Brito, feita em 1918, e por iniciativa do mesmo, foram levantados recursos, junto ao comércio, para ajardinamento da praça. No ano de 1971, o Prédio foi convertido no novo Mercado Modelo, em consequência do incêndio do primitivo, ocorrido dois anos antes.

O Sobrado Azulejado da Praça Cairú está situado na parte baixa de Salvador, no Bairro do comércio, e serve de fundo à Praça Cairú, onde ainda subsistem muitos sobrados do século XIX, embora alterados. Em sua vizinhança encontra-se a antiga Alfândega e um dos pontos de referência visual da cidade, o Elevador Lacerda (público, final do século XIX)

O Conjunto é representativo de aspectos da arquitetura militar, comercial e civil, desde o início da colonização até meados do século XX. Reflete o crescimento da Cidade, nas sucessivas alfândegas construídas, e adaptações para mercado, assim como na organização da sociedade em associações, feita onde antes era um forte, indicando a importância dessa área na história de Salvador, como centro distribuidor, e como região de concentração de poderio militar, e suas transformações na história.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Forte do Mar – aguardando obras de restauração.

Alfândega – reformada após incêndio, tem estrutura interna composta de estrutura metálica. Em bom estado de conservação, sendo mantida pelos comerciantes. Funciona como Mercado Modelo (arte, artesanato, culinária).

Casa de nº 19 – encontra-se desocupada, estando em estado razoável de conservação.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A área que envolve o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é tipicamente comercial, sua ocupação é estabilizada e regulamentada por Lei de uso do Solo - PMS.

Não se registram alterações nesta fase.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não se aplica a este caso.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Forte do Mar – estando sem ocupação, a edificação sofre pela má conservação da sua estrutura, agravada pela ação de processos erosivos motivados pela sua instalação dentro do mar.

Alfândega – pretende-se, já com projeto aprovado pelo IPHAN, implantar gradil de fechamento da rotunda (obra da PMS), que visa proteger a estrutura da ação de vândalos, que utilizam o espaço durante a noite para moradia e dormida, pondo em risco a segurança da edificação.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Governo do Estado da Bahia – Secretaria de Cultura e Turismo – IPAC; BAHIATURSA; FUNDAÇÃO CULTURAL; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Cidade do Salvador - CONDER; Secretaria de Planejamento.

Prefeitura de Salvador – Secretaria de Educação e Cultura : Fundação Gregório de Mattos - FGM; Secretaria de Planejamento: Fundação Mário Leal Ferreira; SUCOM; SPJ; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana –SEMIN; SURCAP; SUMAC; DESAL; Secretaria de Obras.

Legislação Municipal: nº 2.403/72 - modificada pelas leis nº 2.682/75 e 2.744/75 – institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador; nº 3.289/83 - altera e dá nova redação e dispositivos à lei nº 2.403/72.

Legislação Estadual – decretos de tombamentos de Monumentos específicos: Decreto nº 28.1398 (10/11/81); Decreto nº 30.483 (10/05/84); Decreto nº 33.252 (09/06/ 86); Decreto nº 2.457 (20/09/93); Decreto nº 3.731 (24/09/94).

Existe ação cooperada entre Estado, Município e União (IPHAN) na análise e fiscalização de possíveis intervenções no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, por meio do ETELF.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Lei de Uso do Solo, que estabelece posturas de acordo com áreas tombadas pelo IPHAN.

Existe levantamento aéreo-fotogramétrico da área – base cartográfica SICAR/CONDER.

Existe Inventário de Proteção ao Acervo Cultural – IPACBa – com levantamento fotográfico, cadastral básico e histórico.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

No caso deste Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, não existe participação da comunidade, além das associações de comerciantes que ocupam os espaços do Mercado Modelo.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado não participa de projetos neste Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais em questão é um dos mais importantes pontos onde se pode encontrar manifestações culturais, desde produções de arte e artesanato até performances e apresentações de artistas populares. Todas essas expressões artísticas contam com o apoio das esferas governamentais, que as incentivam como forma de apoio ao turismo.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Mont Serrat/Boa Viagem

(2) MUNICÍPIO:

Salvador

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Fortaleza de Mont Serrat, 551-T-56

Igreja e Mosteiro de Nossa Senhora do

Mont Serrat, 79-T-38

Casaria do entorno, 464-T-52

Igreja da Boa Viagem, 122-T-38

Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem, 278-T-41

(6) DATA:

09/01/57

27/06/38

14/07/59

17/06/38

25/09/41

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 319 fl. 53.

LBA insc. 150 fl. 26.

LAEP insc. 19 a 27, fls. 5-7.

LBA insc. 137 fl. 24.

LH insc. 172, fl. 29;

LBA insc. 238A, fl. 53.

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Área de Preservação Rigorosa Lei nº 3289/ 83

(9) RESP. P/ TOMBAM.

PMS

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Vista da Igreja e do Mosteiro de N. Sª do Mont Serrat



Fortaleza de Mont Serrat

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A Igreja da Boa Viagem está inscrita em área de preservação rigorosa – PMS – cujo perímetro abrange os seguintes logradouros: Praça Adriano Gordilho, Rua Rio Paraguaçu, Rua Rio Almada e faixa marítima até atingir novamente a Praça Adriano Gordilho, Área Tombada pelo IPHAN.

Tem inserido no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, área *non aedificandi*, Decreto nº 4.524 – de domínio privado – coqueiral e arborização em Mont Serrat.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Existência de monumentos acautelados pelo IPHAN formando conjunto visual com grande proximidade física entre eles.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

500

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

120

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade original surgiu no alto de uma elevação, por razões defensivas. Seu desenvolvimento deu-se em função da topografia acidentada do Sítio, a partir do núcleo original, o Pelourinho. Com o crescimento da Cidade, as baixadas foram ocupadas, acompanhando a linha da costa e do Porto. Desta forma houve uma expansão perpendicular à costa, sempre condicionada à topografia irregular do local.

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais desenvolveu-se em uma ponta de terra, a partir da implantação do Forte do Mont Serrat, ou Forte de São Felipe, e seus componentes apresentam implantações muito especiais, estando relacionados entre si por estarem todos à beira mar, e interligados por uma única via principal de acesso – Rua da Boa Viagem que surgiu, paralela à costa, saindo da Praça Adriano Gordilho e chegando até a Ermida do Mont Serrat. Além das casas dos Romeiros, a malha urbana que forma o seu entorno não guarda exemplares de arquitetura colonial, estando regulamentada pela Lei de Uso do Solo da PMS e parâmetros do IPHAN, vizinhança de Monumentos Tombados.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais corresponde apenas a um pequeno trecho da urbe, sem ter relação de proximidade com o seu Centro Histórico, articulando-se apenas com monumentos secundários, periféricos à vida de uma cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1549
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

No século XVI a Fortaleza de Mont Serrat, juntamente com as fortalezas de Santo Antônio do Norte e do Sul, tinha a responsabilidade de impedir, mediante fogo cruzado, o desembarque de inimigos no Porto e nas praias vizinhas à cidade de Salvador. O Forte do Mont Serrat (militar século XVI / XVII) situa-se em um pequeno promontório na parte ocidental da península de Itapagipe, ou Tapagipe, como era primitivamente conhecida. Do seu terrapleno, a 18 metros sobre o mar, domina-se todo o Porto e a Barra da Baía de Todos os Santos. Ao lado direito da rampa de acesso, existe um quartel que deve datar do século XVIII. Destaca-se por sua implantação paisagística.

A duzentos metros do local onde se ergue o Forte está uma pequena Ermida, edificada sobre a rocha e protegida do mar por um parapeito. A Igreja e o Mosteiro de Nossa Senhora do Mont Serrat (religioso, 1650/1679) também fazem parte do Conjunto. A Igreja, atribuída ao arquiteto italiano Baccio de Filicaya, apresenta uma planta comum a muitas capelas rurais baianas, como Nossa Senhora da Ajuda (Cachoeira), São José do Genipapo (Castro Alves) e Santo Antônio dos Velasques (Itaparica), embora, neste caso, acrescida do Mosteirinho.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais encontra-se com seus monumentos tombados individualmente em bom estado. A ponta do Mont Serrat está, no momento, sendo palco da realização de obras de restauração total da Igreja e do casario, assim como de urbanização do seu entorno. Será construído também um píer de atracação, para viabilizar o projeto “Via Náutica”, obras da PMS e do Governo do Estado.

A Igreja da Boa Viagem e Hospício necessita de pequenas obras de conservação nos seus telhados.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O casario do entorno dos monumentos está estabilizado, sendo as intervenções propostas analisadas pelo ETELF.

As alterações deram-se nas proximidades da Boa Viagem com mudança parcial de uso residencial para comercial, com vistas ao atendimento ao fluxo turístico, e utilitários das praias.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não existe.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os agentes mais predominantes são os ataques por insetos xilófagos, assim como as instalações elétricas com redes deficitárias ou inadequadas.

No caso da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, nota-se a presença de iluminação por uso de rede com inúmeras lâmpadas afixadas às fachadas, processo este condenado por causar danos aos revestimentos, assim como por propiciar perigos de incêndios, no monumento.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Governo do Estado da Bahia – Secretaria de Cultura e Turismo: IPAC; BAHIAURSA; FUNDAÇÃO CULTURAL; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Cidade do Salvador - CONDER; Secretaria de Planejamento.

Prefeitura de Salvador - Secretaria de Educação e Cultura: Fundação Gregório de Mattos - FGM; Secretaria de Planejamento: Fundação Mário Leal Ferreira; SUCOM; SPJ; Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana – SEMIN: SURCAP; SUMAC; DESAL; Secretaria de Obras.

Legislação Municipal:

nº 2.403/72 - modificada pelas leis nº 2.682/75 e 2.744/75 – institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador.

nº 3.289/83 - altera e dá nova redação e dispositivos à Lei nº 2.403/72 e dá outras providências.

Legislação Estadual – decretos de tombamentos de Monumentos específicos:

Decreto nº 28.398 (10/11/81); Decreto nº 30.483 (10/05/84); Decreto nº 33.252 (09/06/ 86); Decreto nº 2.457 (20/09/93); Decreto nº 3.731 (24/09/94).

Existe ação cooperada entre o Estado, o Município e a União (IPHAN) na análise e fiscalização de possíveis intervenções no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, pelo ETELF.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A área onde se insere a maior parte do Conjunto Urbano Monumentos Nacionais é considerada área *non aedificandi* (grau de proteção 1) pelo Decreto Municipal nº 4.524, de 1º/11/1973.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não ocorre.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O grande detentor da mobilização cultural deste Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem – festas entre final de dezembro e início de janeiro.

Por situar-se o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais à beira-mar, recebe visitação turística nos períodos adequados aos banhos de mar.

A área do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é utilizada como área de lazer pelos frequentadores das praias do Mont Serrat e Boa Viagem, cuja assiduidade é maior nos finais de semana.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Penha, Igreja Nossa Senhora da Penha, antigo Palácio de Verão

(2) MUNICÍPIO:

Salvador

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Igreja Nossa Senhora da Penha e antigo Palácio
de Verão dos Arcebispos

(6) DATA:

25/09/41

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 242A, fl. 53

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não existe.

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS*Igreja Nossa Senhora da Penha*

Programa Monumenta

Penha - Página 1 de 6

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Existência de monumentos acautelados pelo IPHAN formando conjunto visual com grande proximidade física entre eles.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

120

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

48

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade original surgiu no alto de uma elevação, por razões defensivas. Seu desenvolvimento deu-se em função da topografia acidentada do Sítio, a partir do núcleo original, o Pelourinho. Com o crescimento da Cidade, as baixadas foram ocupadas, acompanhando a linha da costa e do Porto. Desta forma houve uma expansão perpendicular à costa, sempre condicionada à topografia irregular do local.

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais localiza-se à beira-mar, no extremo da península de Itapagipe. Sua ambiência é formada pela praia e casario, em sua maioria térreo, de uso residencial ou misto, que se distribui nas ruas de entorno, estando uma delas protegida por ala de frondosos tamarineiros.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais corresponde apenas a um pequeno trecho da urbe, sem ter relação com o seu Centro Histórico, articulando-se apenas com monumentos secundários, periféricos à vida da cidade.

Os monumentos tombados que compõem o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais são interligados entre si e têm em seu entorno habitações que, embora não tombadas, guardam proporções e características condizentes com o espaço do qual fazem parte, não prejudicando sua ambiência.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1549
Fundação do município:	1549
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1720-1780
Tipologia:	
Conjunto urbano inorgânico	
<input type="checkbox"/> Prioridade social	
<input type="checkbox"/> Prioridade regional	
<input type="checkbox"/> Prioridade por densidade cronológica	
<input type="checkbox"/> Prioridade por vazio cronológico	

O Conjunto, onde se encontram a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha (religioso, 1742) e o Palácio de Verão do Arcebispo (habitação, século XVIII), localiza-se à beira-mar, no extremo da península de Itapagipe. O Palácio se estrutura em torno de um saguão central, para onde convergem os demais cômodos. Sua ambiência é formada pela praia, casas de aspecto simples, em sua maioria residenciais, e frondosos tamarineiros. A Matriz foi reformada no final do século XX, sendo provavelmente desta época o segundo pavimento criado sobre as dependências do fundo. Sua terminação de torre, se for anterior ao século XIX, é excepcional, pois só naquele século se tornou comum.

A Igreja de Nossa Senhora da Penha de França e Senhor da Pedra de Itapagipe foi construída pelo Arcebispo D. José Botelho de Mattos, como capela privada de seu palácio de verão. O Palácio de Verão do arcebispo e sua capela são ligados por uma "loggia" com galeria superposta. Em 1759/60, criou-se a freguesia de Nossa Senhora da Penha, sendo 1º vigário o Pe. Manoel Azevedo, da Ordem de São Pedro. A Igreja foi elevada à categoria de matriz em 1760. No ano de 1767 é enterrado na capela D. José Botelho de Mattos. O Arcebispo lega, por testamento, a Igreja e o Palácio à Paróquia, com obrigações que esta recusa. O Palácio que deveria ser incorporado ao patrimônio da coroa é doado, por ordem real, aos Arcebispos, como casa de repouso. Em 1870, a Igreja sofreu uma reforma.

Ficou interditada durante o segundo quartel do século XX, para recuperação de todo o telhado, e foi em 1959 reaberta ao culto. Nesta oportunidade foi feita a restauração interna e colocada lápide de mármore comemorativa. De 1813 até 1966 o Palácio foi ocupado por diferentes corporações monásticas, como as Irmãs do Bom Pastor, Sacramentinas, Franciscanas da Imaculada Conceição e Ordem das Carmelitas Descalças.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Foi realizado recentemente (1998/1999) trabalho de reurbanização das praias da península de Itapagipe, com a criação de áreas de lazer, pavimentação das artérias, delimitação de áreas de estacionamento e limpeza das praias, o que veio a valorizar a área em questão.

Encontram-se atualmente em obras de restauração a Igreja e o Palácio, com o patrocínio do Governo do Estado por intermédio da Secretaria de Cultura e Turismo.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Com a execução das obras de reurbanização da península de Itapagipe, ocorreu uma nova valorização dos imóveis da área, inclusive os que compõem o entorno do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, levando alguns a serem convertidos em pontos comerciais, como apoio às atividades de lazer.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

As alterações efetuadas no Centro Histórico foram submetidas à apreciação da PMS, por meio da SUCOM, e do ETELF, convênio celebrado entre PMS, IPAC e o IPHAN.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Como agentes de degradação mais localizados, pode-se citar a presença de insetos xilófagos com ação combinada com processos de infiltração de água pelos telhados, o que causa o arruinamento do madeiramento e das alvenarias.

O Conjunto Monumental Tombado encontra-se em obras de conservação e restauração.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Governo do Estado da Bahia – Secretaria de Cultura e Turismo; IPAC; BAHIAURSA; FUNDAÇÃO CULTURAL; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Cidade do Salvador - CONDER; Secretaria de Planejamento.

Prefeitura de Salvador – Secretaria de Educação e Cultura; Fundação Gregório de Mattos - FGM ; Secretaria de Planejamento; Fundação Mário Leal Ferreira; SUCOM; SPJ; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEMIN; SURCAP; SUMAC; DESAL; Secretaria de Obras.

Legislação Municipal: Lei nº 2.403/72 - modificada pelas leis nº 2.682/75 e 2.744/75 – institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador ; Lei nº 3.289/83 - altera e dá nova redação e dispositivos à Lei nº 2.403/72 e dá outras providências.

Legislação Estadual – decretos de tombamentos de Monumentos específicos: Decreto nº - 28.398 (10/11/81); Decreto nº 30.483 (10/05/84); Decreto nº - 33.252 (09/06/ 86); Decreto nº 2.457 (20/09/93); Decreto nº - 3.731 (24/09/94).

Existe ação cooperada entre Estado, Município e UNIÃO (IPHAN) na análise e fiscalização das possíveis intervenções no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais através do ETELF.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Lei de Uso do Solo, que estabelece posturas de acordo com as áreas tombadas pelo IPHAN.

Existe levantamento aero-fotogramétrico da área – base cartográfica da SICAR/CONDER.

Existe Inventário de Proteção ao Acervo Cultural – IPACB^a - levantamento fotográfico, levantamento cadastral e histórico.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

No caso deste Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, não existe participação da comunidade, além dos ocupantes dos dois monumentos, entidade religiosa com comunicação pela da Diocese.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado não participa de projetos neste Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais faz parte do roteiro turístico municipal, sendo a Igreja muito procurada para atividades de cunho religioso, tais como casamentos, batizados.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais participa das comemorações da Festa da Ribeira.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Igreja do Pilar

(2) MUNICÍPIO:

Salvador

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Igreja do Pilar 122 – T –38

(6) DATA:

17/06/38

(7) LIVRO DE TOMBO:

insc. 129, fl23

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não existe.

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS*Igreja do Pilar*

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe legislação de proteção à encosta voltada para o mar - trecho correspondente ao Santo Antonio e outros - Área *non aedificandi* – área de preservação rigorosa - Lei nº 3.289/ 83.

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS – RELACIONAR

Não existe.

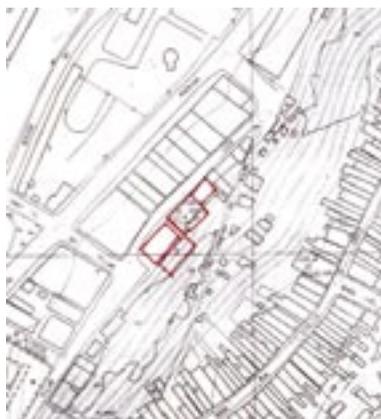
(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS – RELACIONAR

A Igreja integra a zona de proteção rigorosa (G.P.1) estabelecida pela Lei Municipal nº 2.403 de 23-8-72, e a encosta da montanha é considerada area *non aedificandi* (G.P.1) pelo Decreto municipal nº 4.524 de 01-11-1973.

(14) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Existência de monumentos acautelados pelo IPHAN formando conjunto visual com grande proximidade física entre eles.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

120

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

30

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade original surgiu no alto de uma elevação, por razões defensivas. Seu desenvolvimento deu-se em função da topografia acidentada do Sítio, a partir do núcleo original, o Pelourinho. Com o crescimento da Cidade, as baixadas foram ocupadas, acompanhando a linha da costa e do Porto. Desta forma houve uma expansão perpendicular à costa, sempre condicionada à topografia irregular do local.

O sítio tombado ocupa terreno da Cidade Baixa, na base da escarpa que corresponde ao Bairro do Santo Antônio Além do Carmo, com o qual tem ligação direta de ladeira homônima. Esta via de acesso, hoje em deplorável estado de conservação, abriga habitações de baixa qualidade, com população de baixo nível, o que prejudica a ambiência do monumento e vem causando prejuízos à sua conservação, pois atiram objetos e lixo sobre o telhado da Igreja.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais corresponde a um pequeno trecho da Urbe e, apesar de não estar incluída na área, apresenta relativa proximidade com o Centro Histórico do Pelourinho, faz parte do frontispício de Salvador, estando situado na base da escarpa, na altura do Casario do Carmo.

Edifício de notável mérito arquitetônico, da primeira metade do século XVIII. A Igreja é precedida de um amplo adro, à direita do qual se encontra, em cota mais elevada, o Cemitério da Irmandade, de feição Neoclássica. O portal e cercaduras de janelas da Igreja são de pedra de lioz talhadas em Lisboa. O teto da nave foi pintado por José Teófilo de Jesus (1837). Existem azulejos do período de 1750/1760 de diferentes oficinas portuguesas, distribuídos pela nave, capela-mor. Existem ainda azulejos nos corredores laterais à capela-mor e na sacristia, também do gosto Rococó; dentre a imaginária, destaca-se a imagem de Santa Luzia do (século XVIII). A Igreja é rica em alfaias, possuindo coroas, diademas, custódias e cálices.

O monumento é utilizado para culto religioso, sendo sede da Irmandade de Santa Luzia do Pilar.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Salvador foi fundada dentro do processo de estabelecimento da autoridade real Portuguesa no Brasil, após o fracasso da maior parte das capitanias hereditárias. Denominada e deliberada pelo Regimento de Almeirim, datado de dezembro de 1548, outorgado pelo Rei D. João III a Tomé de Souza, fundador e governador escolhido, a cidade de Salvador começou a 29 de março de 1549, quando a frota pioneira chegou a praia onde estava o que restava do estabelecimento do donatário Pereira Coutinho, sendo recebida pelo Caramuru Diogo Alvares. Foi núcleo da defesa da conquista do Brasil, tendo sido nela instaladas todas as instâncias superiores da administração da conquista, como o Tribunal da Relação, o Ouvidor Geral e outros. Com o desenvolvimento da agricultura de exportação da cana-de-açúcar, foram instalados no Recôncavo e áreas circunvizinhas um grande número de engenhos, que eram tributários de Salvador, justificando o rápido crescimento da Cidade. Esta riqueza logo atraiu a cobiça dos estrangeiros, que fizeram diversas tentativas contra a Cidade, incluindo um período de ocupação de um ano pelos holandeses (1624-1625). Como resposta, e considerando seu papel como centro do governo e Capitania Real, foi a Cidade mais fortificada pelos Portugueses no Período Colonial.

A Fonte de Santa Luzia, situada no pátio da Igreja, atrai grande número de fiéis na data da sua festa, realizada em 13 de dezembro. Esta devoção a Santa Luzia surgiu, inicialmente, na capela do Solar do Unhão.

Frei Agostinho de Santa Maria afirma que os fundadores da Igreja do Pilar foram Padre Pascoal Duran de Carvalho, João Heitor e Manoel Gomes. Em 1718, a Irmandade foi instituída e teve aprovação do seu compromisso em 1719. Em 1739, houve contribuição real para a edificação da capela-mor. Bazin acredita que a Igreja tivesse sido iniciada neste ano. Em 1756, houve decisão Municipal que autoriza desmontar a encosta para a construção do adro da Igreja; já em 1770, efetuou-se a construção do frontispício, segundo documento da Santa Casa de Misericórdia. Em 1799, as pedras que seriam usadas para lajear a Igreja, para as soleiras das portas e para a edificação do cemitério foram encomendadas diretamente do Reino. De 1834 a 1839, encomendaram-se os painéis, talhas, altares e pintura do forro a José Teófilo de Jesus. Em 1843, houve desabamento de terras da encosta, retardando o douramento da talha. Somente, em 1848, é que o douramento da telha foi concluído, por José Lino. E finalmente, em 1902, houve a construção de 2 altares em gesso.

Este é um Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais representativo de concepção arquitetônica combinada com a concepção urbanística. A Igreja do Pilar é uma das raras igrejas baianas a apresentar um alongamento da planta, que foi a preocupação dos arquitetos mineiros, possivelmente inspirados na Igreja de São Paulo de Braga (Portugal), no final do século XVII. Os corredores laterais foram suprimidos ao longo da nave, e reduzidos a estreitas ligações ao longo da capela-mor, que conduzem à sacristia transversal. Esta disposição é adotada também nas igrejas dos Conventos franciscanos do Nordeste. Sua fachada (1770) apresenta portas e janelas coroadas por frontões retilíneos e curvilíneos, sem entablamento, em lioz de Lisboa, com traços Neoclássicos. O frontão do corpo principal apresenta tratamento rococó dos mais requintados e comprova a não-aceitação na Bahia dos modelos que empolgavam Lisboa na época. A

terminação da torre se assemelha às coberturas “a mansard”, também notadas nas Igrejas dos Conventos do Carmo e Santana. O cemitério, sob a influência do Neoclássico, tomou a forma de um monumental pórtico enástilo.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Em 1946, o IPHAN realizou obras nos telhados, inclusive a remoção de pinturas inadequadas das paredes internas (óleo). Já em 1962, as obras foram nas paredes laterais, telhados, forros, talha, pintura das frentes e fachadas. E, em 1974, ainda o IPHAN realizou obras de conservação no monumento.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A área do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está estabelecida em zona predominantemente de uso comercial, estando o arruamento já definido e o casario do entorno já ocupado por lojas há mais de cinco anos.

Os Dois Monumentos tombados já têm seus usos definidos.

Obs: A Casa Nobre da Jequitaiá – em 1940, o Ministério da Guerra efetuou reformas, conservando a volumetria do edifício, modificando sua disposição interna. O monumento e seus anexos são utilizados como alojamento, serviços administrativos, entre outros.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Em área fronteira ao Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está estabelecida, há décadas, a maior feira livre fixa de Salvador, a Feira de São Joaquim, para onde convergem via marítima e rodoviária, fornecedores de gêneros de subsistência. Pela frente do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais circulam milhares de pessoas, tendo na via de circulação, que serve ao logradouro Avenida Frederico Pontes, um ponto de ônibus situado bem em frente ao adro do Monumento, que foi transformado em estacionamento explorado por empresa credenciada.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Construção em alvenaria de tijolos e pedra. O portal e cercaduras de fachada são de lioz e a estrutura da cobertura do cemitério é em longarinas de aço. Este encontra-se em péssimo estado de conservação, com presença de vegetação de porte e sofrendo agressões vindas das encostas e dos moradores da ladeira.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Governo do Estado da Bahia – Secretaria de Cultura e Turismo: IPAC

BAHIATURSA; FUNDAÇÃO CULTURAL; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Cidade do Salvador - CONDER; Secretaria de Planejamento.

Prefeitura de Salvador – Secretaria de Educação e Cultura; Fundação Gregório de Mattos - FGM; Secretaria de Planejamento; Fundação Mário Leal Ferreira; SUCOM; SPJ; Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana – SEMIN; SURCAP; SUMAC; Secretaria de Obras.

Legislação Municipal: nº 2.403/72 - modificada pelas Leis nº 2.682/75 e 2.744/75 – institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador; nº 3.289/83 - altera e dá nova redação e dispositivos à Lei nº 2.403/72 e dá outras providências.

Legislação Estadual – decretos de tombamentos de Monumentos específicos: Decreto nº 28.398 (10/11/81); Decreto nº 30.483 (10/05/84); Decreto nº 33.252 (09/06/ 86); Decreto nº 2.457 (20/09/93); Decreto nº 3.731 (24/09/94).

Obs. Nenhum destes decretos se refere ao Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais. Existe ação cooperada entre Estado, Município e União (IPHAN) na análise e fiscalização de possíveis intervenções no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, por meio do ETELF.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Código de Obras – legisla sobre o uso do solo urbano e estabelece posturas para as áreas tombadas, de acordo com as normas do IPHAN.

Existe levantamento aero-fotogramétrico do Município - base cartográfica da SICAR – CONDER.

Existe Inventário do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – IPACB^a - com levantamento cadastral, fotográfico, histórico.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Associações ligadas ao conjunto urbano do Santo Antônio e Carmo participam das reuniões e deliberações do Centro Histórico do Pelourinho.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais insere-se nas comemorações da Festa de Santa Luzia do Pilar.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

São Joaquim Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim e Casa à Avenida Pontes

(2) MUNICÍPIO:

Salvador

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Casa Pia e Colégio dos Órfãos de

São Joaquim, 81-T-38

Casa à Avenida Frederico Pontes, 101-T-38c9

(Casa Nobre da Jequitiaia)

(6) DATA:

28/03/41

14/06/38

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 230A fl. 51;

LH insc. 160 fl. 27.

LBA, insc. 120 fl. 21;

insc. 61 fl. 12.

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não existe.

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Vista do Colégio dos Órfãos de São Joaquim

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe legislação de proteção à encosta voltada para o mar, o trecho correspondente aos terrenos de fundo dos dois Monumentos e que constituem o seu entorno; área de preservação rigorosa - Lei nº 3.289/83.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Existência de monumentos acautelados pelo IPHAN formando conjunto visual com grande proximidade física entre eles.

Os dois Monumentos ocupam o terreno na base da escarpa, onde se localiza também o “banheiro dos Jesuítas”, construção primitiva também acautelada pelo IPHAN, inclusa na área da Casa de Órfãos.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

85

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

2

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade original surgiu no alto de uma elevação, por razões defensivas. Seu desenvolvimento deu-se em função da topografia acidentada do Sítio, a partir do núcleo original, o Pelourinho. Com o crescimento da Cidade, as baixadas foram ocupadas, acompanhando a linha da costa e do Porto. Desta forma houve uma expansão perpendicular à costa, sempre condicionada à topografia irregular do local.

Com a ocupação da Ponta do Mont Serrat e da Colina do Bonfim, a região de ligação entre estes e o Núcleo original da cidade foi também ocupado, ao longo do porto, acompanhando a linha da costa. À frente deste Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais localiza-se a maior feira livre da Cidade, estando próximo também ao Terminal Ferroviário e ao terminal do Ferry Boat, de onde saem as linhas de ligação com o Recôncavo e ilhas da Baía de Todos os Santos.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais corresponde a um pequeno trecho da Urbe e, apesar de não ter ligação de grande proximidade com o Centro Histórico do Pelourinho, faz parte do frontispício de Salvador, pois as duas edificações ocupam grande trecho longitudinal com imóveis de grande porte e de grande valor arquitetônico que abrigam dependências do Colégio e do Exército.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1549
Fundação do município:	1549
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico com monumento de singular importância

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Este Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais compreende a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim (religioso, público civil 1709/59) e a Casa à Avenida Frederico Pontes – ou Casa Nobre da Jequitaia (habitação, início do século XVIII). A Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, ex-Noviciado da Anunciada da Jequitaia (1704), está localizada na parte baixa de Salvador, no sopé da Montanha, à margem da avenida que leva à península de Itapagipe. Por ocasião da fundação do Noviciado da Jequitaia, o mar chegava até sua frente e a ligação com a Cidade se fazia por barco. Por força de sucessivos aterros o Monumento está hoje afastado do mar, tendo à sua frente uma pequena praça. Esta parte do Conjunto compreende Colégio, Capela e instalações de captação de água da encosta, transformadas em banheiro do Orfanato no século XIX.

A Casa à Avenida Frederico Pontes é o primeiro exemplo de casa com galerias laterais na Bahia. Ela apresenta uma reestruturação funcional da casa colonial. A circulação, tradicionalmente central, passa à periférica e o acesso ao pavimento nobre, em vez de se fazer através do saguão, passa a ser feito pelo jardim lateral. Este tipo de casa é a raiz das casas de alpendre lateral, usualmente de ferro fundido, que se difundiram nos últimos anos do séc. XIX. As origens dessa casa não são bem conhecidas, mas seus caracteres são da primeira metade do século XVIII. Em 1940, uma reforma realizada pelo Ministério da Guerra conservou a volumetria do edifício, mas modificou toda disposição interna. É interessante o fato do Conjunto, apesar de parcialmente destruído parte interna da Casa da Rua Frederico Pontes, apresentar várias características funcionais, como de obtenção de água e estruturação domiciliar.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

Os Imóveis em questão encontram-se em estado de conservação razoável, necessitando de obras de manutenção e conservação nos seus telhados e revestimentos de paredes, Igreja, Colégio e Banheiro. A Casa Nobre da Jequitaia encontra-se em bom estado.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:**

A área do Conjunto Urbano Monumentos Nacionais está estabelecida em zona predominantemente de uso comercial, estando o arruamento já definido e o casario do entorno já ocupado por lojas há mais de cinco anos. Os dois Monumentos tombados já têm seus usos definidos.

Obs.: Em 1940, o Ministério da Guerra efetuou reformas na Casa Nobre de Jequitaia conservando a volumetria do edifício, modificando sua disposição interna. O Monumento e seus anexos são utilizados como alojamento, serviços administrativos.

IDENT. DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Em área fronteira ao Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está estabelecida, há décadas, a maior feira livre fixa de Salvador, a Feira de São Joaquim, para onde convergem via marítima e rodoviária, fornecedores de gêneros de subsistência. Pela frente do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais circulam milhares de pessoas, tendo na via de circulação que serve ao logradouro – Avenida Frederico Pontes, um ponto de ônibus situado bem em frente ao adro do Monumento, que foi transformado em estacionamento explorado por empresa credenciada.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Casa de Órfãos – presença de insetos xilófagos, infiltrações ascendentes e descendentes. Banheiros dos Jesuítas – situada na base da escarpa, esta construção vem sendo sempre depredada e mal conservada, por encontrar-se afastada do núcleo principal do Monumento. Casa Nobre da Jequitaia – a edificação está sobre o domínio do Exército, e tem sua conservação garantida.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Governo do Estado da Bahia – Secretaria de Cultura e Turismo : IPAC:

BAHIATURSA; FUNDAÇÃO CULTURAL; Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da cidade do Salvador - CONDER; Secretaria de Planejamento

Prefeitura de Salvador – Secretaria de Educação e Cultura; Fundação Gregório de Mattos - FGM; Secretaria de Planejamento: Fundação Mário Leal Ferreira / SUCOM / SPJ

Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana –SEMIN: SURCAP

SUMAC/DESAL

Secretaria de Obras

Legislação Municipal: nº 2.403/72 - modificada pelas leis nº 2.682/75 e 2.744/75 – institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador: nº 3.289/83 - altera e dá nova redação e dispositivos à Lei nº 2.403/72 e dá outras providências

Legislação Estadual – decretos de tombamentos de Monumentos específicos:

Decreto nº 28.398 (10/11/81)

Decreto nº 30.483 (10/05/84)

Decreto nº 33.252 (09/06/86)

Decreto nº 2.457 (20/09/93)

Decreto nº 3.731 (24/09/94)

Obs. Nenhum destes decretos se refere ao Conjunto Urbano Monumentos Nacionais.

Existe ação cooperada entre Estado, Município e União (IPHAN) na análise e fiscalização de possíveis intervenções no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, por meio do ETELF.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Código de Obras – legisla sobre o uso do solo urbano e estabelece posturas para as áreas tombadas, de acordo com as normas do IPHAN.

Existe levantamento aero-fotogramétrico do Município - base cartográfica da SICAR – CONDER.

Existe Inventário do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – IPACB - com levantamento cadastral, fotográfico, histórico.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

No caso deste Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, não existe comunidade independente dos ocupantes dos dois monumentos.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Ocorre somente a festa religiosa referente ao patrono da Igreja de São Joaquim.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico Santo Amaro, Proc. 282-T; 287-T; 286-T.

(2) MUNICÍPIO:

Santo Amaro

(3) ESTADO:

BA

(4) SR IPHAN

7ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Paço Municipal

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação

Prédio central da Santa Casa da Misericórdia

Prédio à Rua da Matriz, nº 9

(6) DATA:

16/ 10/ 1941

25/ 09/ 1941

10/ 09/ 1962

16/ 09/ 1943

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 180 fl. 30

LBA insc. 241A fl.53;

LH insc. 175 fl 29

LH insc. 348 fl. 57

LH insc. 221 fl 37

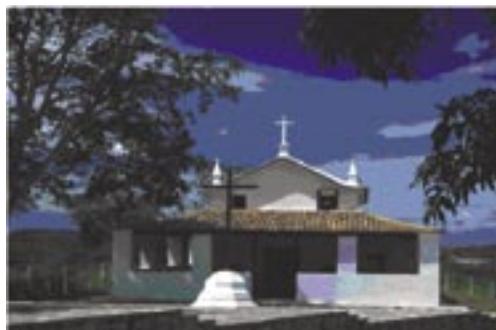
CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não existe.

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Capela de Nossa Senhora da Conceição do antigo Eng. Caieira



Igreja Matriz



Igreja Matriz da Nossa Senhora da Purificação



Prefeitura e Câmara Municipal

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe tombamento estadual de imóveis;

Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Humildes – 0011/80.

Solar Paraíso, Alto de Santa Luzia – 0005/84.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O Conjunto é constituído por quatro dos principais prédios tombados pelo IPHAN no município: dois religiosos, um público e um residencial, localizados ao redor da Praça da Purificação.

Os outros dois imóveis tombados pelo IPHAN no Município, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos e o Solar Araújo Pinho, estão fora da área demarcada com base na planta do IPAC, ficando um deles, o Solar Araújo Pinho a aproximadamente 650m da área que foi delimitada como Centro Histórico pelo IPAC, contudo, situa-se no prosseguimento da Avenida Viana Bandeira, um dos eixos de crescimento da Cidade, paralelo ao Rio Subaé. O outro, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos, fica fora dos limites da sede do Município.

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais proposto constitui o Centro Histórico, com monumento de maior expressividade na Cidade, pois reúne a Casa de Câmara (século XVIII), a Igreja de Nossa Senhora da Purificação (final do século XVII), Sobrado da esquina da praça com a Rua da Matriz (século XVIII) e o prédio principal da Santa Casa da Misericórdia (século XVIII a XIX).

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

500

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

100

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é formado pelo Núcleo Histórico da Cidade, em um grande espaço aberto no qual se articulam os dois principais prédios públicos de uma cidade colonial: a Igreja Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia. Esta Praça, em forma de um longo trapézio de bases estreitas, deu origem ou se originou em uma via paralela ao Rio Subaé, em uma área relativamente elevada e livre dos efeitos de eventuais inundações. A Cidade continuou seu crescimento seguindo essas linhas, com outras vias paralelas ao rio e transversais de ligação, acompanhando essas o relevo local.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A praça central, a Igreja Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia são os principais prédios públicos da cidade, formando o Centro Cívico da povoação, ao redor do qual ela se expandiu.

Cabe acrescentar que, em todas as ruas da sede da Cidade, se espalham exemplares de arquitetura dos séculos XVIII e XIX, com caracteres a serem preservados, pois fizeram parte do início e crescimento da Cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVII
Fundação do município:	1727
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico completo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A região de Santo Amaro foi originalmente ocupada pelos Caetés e depois pelos Potiguaras e Carijós. Sua origem é a mesma do município de São Francisco do Conde, do qual se desmembrou. Quando a Sesmaria ainda pertencia a D. Felipe de Sá, foram vendidas, em 1602, 400 braças em quadra a Gonçalo Alves, que as transferiu por venda aos Beneditinos, em 1607. Naquelas terras a Ordem edificou, em 1667, a Capela de Santo Amaro, ou São Mauro, que ainda se conserva na Cidade. No Engenho do Conde, os jesuítas construíram a Igreja de Nossa Senhora da Purificação.

Em 1678, este templo ruíu e os jesuítas não permitiram sua reconstrução, sendo a freguesia mudada provisoriamente para a Capela do Rosário, também jesuítica, às margens do Traripe. Seu vigário foi pouco depois assassinado e a sede da freguesia transferida para a Capela de Santo Amaro, em torno da qual já existia uma pequena povoação.

Em 1700 deu-se início à construção da atual Matriz de Nossa Senhora da Purificação (religioso início do século XVIII). Dom Pedro de Noronha, I Marquês de Angeja, indo visitar em 1716 as minas de salitre de Monte Alto, visitou Maragogipe e Santo Amaro e propôs à Coroa a elevação das duas povoações Vila. Devido à resistência das Câmaras de Jaguaribe e São Francisco, a medida só se efetivou no governo do Conde de Sabugosa. A Vila foi instalada em 15 de janeiro de 1727, e o Município compreendia as freguesias de Nossa Senhora da Purificação, São Domingos de Sabara, Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos, São Pedro de Traripe e Rio Fundo, desmembradas do Município de São Francisco do Conde. Sendo Presidente da Província o Dr. Francisco de Souza Paraizo, as Vilas de Santo Amaro e Cachoeira foram elevadas a Cidade em 1837. Em 1847, foi estabelecida a navegação regular a vapor entre a Cidade e a Capital. Em 1855, Santo Amaro foi acometida de uma epidemia de *cholera morbus*, proveniente de Cachoeira. Estima-se que metade da população urbana tenha morrido.

Santo Amaro teve papel destacado em movimentos como a Revolução dos Alfaiates, as Lutas de Independência e a Sabinada. Quando da Guerra do Paraguai, a Cidade enviou três batalhões de Voluntários da Pátria, num total de 1.290 homens e consideráveis recursos financeiros. A economia de Santo Amaro, desde o século XVI até meados do século XX, esteve primordialmente associada à cultura da cana. Em 1757, segundo a relação do Vigário José Nogueira da Silva, existiam 61 engenhos no Município. Por volta de 1870, ainda sobravam 31. Com um porto situado dentro do continente, em plena zona do massapê, Santo Amaro arrebatou de São Francisco do Conde a condição de entreposto regional e passou a ser o porto açucareiro por excelência do Recôncavo. Como observou Vilhena, em 1802, nesta Cidade terminavam duas estradas, a que em direção norte penetrava nos sertões até o Maranhão, e a que, em direção sul, demandava às Minas Gerais e Novas. O Município produzia também fumo e algodão.

A povoação, nascida em torno da capela de Santo Amaro, começou a se transferir, a partir de 1700, para o núcleo formado pela Praça Nossa Senhora da Purificação, onde estão localizadas a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação (religioso, final do século XVIII) e a Casa de Câmara e Cadeia (público civil, 1769). A Cidade desenvolveu-se acompanhando o rio e a estrada que, cruzando o mesmo, seguia paralela à sua margem. Sua tipologia é composta, por ser formada por duas matrizes lineares separadas pelo rio. Uma, situada na margem direita, é a estrada que partindo do porto de Conde dirige-se para Campinhos e Feira de Santana. A outra, a estrada do Sinimbu, situada na margem esquerda, demandava em direção a Jacuípe e Alagoinhas e serve atualmente como ligação com Santo Amaro/BR-324. O Centro Histórico compreende 27 ruas, a Praça de Nossa Senhora da Purificação, a ribeira direita do Subaé e 631 edifícios. O Centro Histórico apresenta traçado irregular, proveniente do século XVIII. Seu conjunto arquitetônico é formado por casas e sobrados de meados e final do século XVIII. Os edifícios mais relevantes, em número de 12, são de meados do século XVIII e início do seguinte.

Santo Amaro apresenta, em seu Conjunto, arquitetura representativa dos séculos XVIII e XIX.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Habitação – estado geral – de bom para mediano.

Igreja Matriz - razoável.

Casa de Câmara – sede da Prefeitura –razoável.

Casa de nº 9 – razoável.

Santa Casa da Misericórdia – estado de conservação bom.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A área em questão têm uso e ocupação estagnados. Como 70% tem uso residencial, nela não se apresentam grandes alterações.

Quanto aos imóveis de uso já definido, neles não podem haver alterações, sem que sejam consultadas as legislações vigentes (IPHAN, no caso de monumentos tombados e seus entornos).

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não há alterações.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os imóveis que compõem o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais estão em bom estado de conservação, notando-se apenas a necessidade de obras de conservação dos seus telhados.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação específica.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem entidades religiosas voltadas apenas para o funcionamento das igrejas.

Existem associações de moradores que se fazem presentes nos seminários e palestras, tendo força e interesse nos assuntos de preservação.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não ocorre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas: de Nossa Senhora da Purificação - festa especial de 23/01 a 02/20.

Bembê do Mercado – 09 a 13 no mercado relativos à libertação dos escravos.

Produção artesanal – ligada à cana-de-açúcar (aguardente, doces).

Ficha de Informações Básicas



Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Penedo

• *Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo*



Alagoas

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, 1201-T-86

(2) MUNICÍPIO:

Penedo

(3) ESTADO:

AL

(4) SR IPHAN

8^a**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo

(6) DATA:

30/10/1996

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH v. 2 insc. 541, fls. 026/ 029; LAEP insc. 113, fls. 077/ 080

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

169 / 95 de 18 de dezembro de 1995

(9) ÁREA (em ha):

27

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

**(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO
(Nº e relação)**

Convento dos Franciscanos ou Residência Maria dos Anjos e Cruzeiro de Pedra, 310-T-41

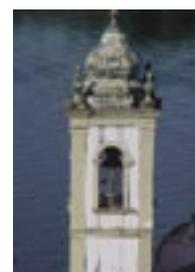
Igreja de Nossa Senhora da Corrente, 740-T-64

Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, 740-T-64

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA*Vista da cidade de Penedo*



Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos



Igreja de Nossa Senhora da Corrente



Convento dos Franciscanos ou Residência Maria dos Anjos e Cruzeiro de Pedra

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Conjunto é tombado em nível Estadual; coincide parcialmente com o Tombamento Federal, sendo sua área mais extensa.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe proteção municipal do Sítio, com coincidência total com a área tombada em nível Estadual e parcial com a Federal.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe proteção estadual individual dos Bens Imóveis inseridos no Sítio.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe proteção municipal individual de bens imóveis inseridos no Sítio.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



1. Convento dos Franciscanos ou Residência Maria dos Anjos e Cruzeiro de Pedra

2. Igreja de Nossa Senhora da Corrente

3. Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

4.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

800

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Todo o Centro Urbano foi tombado. A Cidade, assentada inicialmente sobre uma penedia, desenvolveu-se a partir de sua situação portuária, com as principais vias se desenvolvendo paralelamente ao rio ou radiamente em direção à praça central da Cidade, com o desenvolvimento condicionado pela topografia e acidentes geográficos, como a Lagoa do Catarinho.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
 (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
 (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área tombada engloba as principais edificações cívicas da Cidade, bem como representantes dos outros tipos de imóveis urbanos sem, contudo, englobar toda a área urbana atual.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1557
Fundação do município:	1630
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
 Prioridade regional
 Prioridade por densidade cronológica
 Prioridade por vazio cronológico

O povoamento e crescimento de Penedo datam dos primeiros anos da ocupação portuguesa na região norte, na primeira metade do século XVI, prosperando com o açúcar. Situado na entrada do Rio São Francisco, o povoado, localizado em torno de uma penedia, servia de importante ponto de apoio

militar na região. Os holandeses construíram o Forte Maurício no local, permanecendo ali até serem expulsos, em 1645. Como os batavos queimaram os arquivos da Vila, pouco se sabe sobre sua história administrativa/eclesiástica, acreditando-se que a freguesia teria sido criada em 1615, apesar de se saber que a povoação foi erguida em vila em 1636.

Na segunda metade do século XVIII, desenvolveu-se a criação de gado na região de Penedo devido à proximidade do Rio São Francisco. No século XIX, a indústria do açúcar renasceu na região. Em 1817, Aires do Casal notava que “até poucos anos há, as casas eram de pau-a-pique e mesquinhas; hoje tem muitas de pedra, com dois e três andares, bom risco, e portadas de uma casta de pedra de amolar”. Em 1842 foi elevada à categoria de Cidade. Porém, na segunda metade do século XIX, Penedo já vivia uma decadência, apesar de possuir alguns altos sobrados.

O Centro Histórico de Penedo possui 13 igrejas e 10 capelas, além do Paço Imperial e inúmeros sobrados e antigos edifícios administrativos. As lembranças dos colonizadores portugueses e dos missionários franciscanos são revividas nas marcas da arquitetura, nos conventos e templos construídos desde o século XVI até o século XIX.

Na sua totalidade, ele é composto pela Cadeia Pública (público civil, 1664), de arquitetura tipicamente colonial; o Oratório da Forca (público religioso, 1769) que se destinava às preces dos presos e dos condenados à forca; a Casa da Aposentadoria (público civil, 1781); o Paço Imperial (habitação, fins século XVIII), sobrado que foi transformado em Paço Imperial quando, em 14 de outubro de 1859, D. Pedro II esteve em Penedo, com destino à Cachoeira de Paulo Afonso. Existe, na sua fachada, uma placa comemorativa do primeiro centenário da visita imperial; o Teatro Sete de Setembro (1884, cultural), que foi propriedade da Imperial Sociedade Filarmônica Sete de Setembro, sendo o primeiro teatro construído em Alagoas; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Catedral Diocesana) (religioso, século XVIII), que passou por várias intervenções no século XIX; a Igreja de Nosso Senhor dos Pobres (religioso, século XVII). Também se destacam as Igrejas de Santo Antônio, de Santa Luzia, de São Benedito e a Bica da Torneira.

Especificamente tombados pelo IPHAN são a Residência Maria dos Anjos (Convento dos Franciscanos) (religioso, 1682); a Igreja de Nossa Senhora da Corrente (religioso, 1764); e a Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos (religioso, 1770). A residência Maria dos Anjos começou a ser construída em 1682, ficando pronta a Capela-mor e a Igreja da Ordem Terceira em 1689. Em 1694, estavam prontos os dormitórios dos religiosos e, no século XVIII, passou por uma série de intervenções.

A Igreja de São Gonçalo Garcia possui um conjunto de imagens representando os passos, como também a imagem mais antiga da Cidade denominada Ecce Homo, tombada pelo IPHAN; A Igreja de Nossa Senhora da Corrente possui paredes internas que apresentam um conjunto de azulejos policromados, raros hoje em dia.

Todo este Conjunto documenta basicamente manifestações religiosas e artísticas típicas do Nordeste do Brasil no século XVIII, mas também se estendem pelos séculos seguintes.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Conjunto Histórico Paisagístico de Penedo tem seu Sítio Urbano composto por construções de diversos períodos históricos que se integram harmoniosamente e se mantêm preservados.

O estado geral de conservação é bom, tendo havido intervenção de preservação nos Monumentos, com seus elementos integrados, a seguir relacionados: Igreja São Gonçalo Garcia, Igreja Nossa Senhora dos Anjos, Igreja Nossa Senhora da Corrente.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Na Área Tombada ocorre o crescimento ordenado, tendo como referência o Tombamento Federal e sua Legislação. Não existe abandono significativo de Imóvel. O solo é ocupado com uso residencial, comercial e comercial/residencial. Há tendência de substituição do uso residencial para comercial na orla ribeirinha.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

As indústrias poluentes existentes no município estão situadas fora dos limites estabelecidos em tombamento, não interferindo, portanto, na preservação do Sítio. O turismo é um fator relevante da economia local, com incentivo da Prefeitura e da comunidade penedense, que preserva as tradições culturais do Município.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O Conjunto de Arquiteturas, representado na parte mais central da Cidade por obras mais antigas e mais novas, encontra-se com as feições originais e seu estado de conservação, apesar de bom em alguns casos, em outros, existe o processo erosivo, infiltrações, ataques de insetos xilófagos e problemas nas diversas instalações.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A organização institucional da Prefeitura é feita pela da Secretaria de Cultura do município.

A organização institucional do Estado é feita pela da Secretaria de Estado de Cultura de Alagoas e de seu Conselho Estadual de Cultura por meio do tombamento, com sua legislação específica.

A fiscalização do Sítio é efetuada pelo município em cooperação com o 8ª SR e 10ª SubR - IPHAN sem, institucionalização.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe nenhuma legislação municipal específica para a preservação do Sítio Histórico.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

É muito bom o grau de conscientização e mobilização da comunidade, existindo associações com participação ativa, resultando no bom estado de preservação em que se encontra o Sítio.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe participação substancial do setor privado em apoio a projetos de preservação.

Existe grande participação do setor privado no interesse e organização do setor turístico.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As manifestações culturais são preservadas por meio de festas quase sempre de motivos religiosos com apresentações de grupos folclóricos, tais como: Dança de São Gonçalo, Coco Alagoano, Roda de Adulto. Devem ser ressaltadas as duas manifestações cantadas e dançadas, que são a Quadrilha e a Banda de Pífano. Folguedos Carnavalescos, Folguedos Natalinos.

Ficha de Informações Básicas



Sítios Históricos Urbanos Nacionais

- São Cristóvão* • Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão
- Laranjeiras* • Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Laranjeiras



Sergipe

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão, 785-T-67

(2) MUNICÍPIO:

São Cristóvão

(3) ESTADO:

SE

(4) SR IPHAN

8ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

12

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

15

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Convento e Igreja de Santa Cruz, 303-T-41;

Convento e Igreja do Carmo, 301-T-41;

Igreja da Misericórdia, 302-T-41;

Igreja da Ordem Terceira do Carmo, 304-T-41;

Igreja de Nossa Senhora do Amparo, 675-T-62;

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, 293-T-41;

Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, 292-T-41;

Sobrado à Rua Castro Alves, nº 2.306-T-42;

Sobrado à Praça da Matriz, 306-T-42;

Sobrado à Rua das Flores nº 20.309-T-42.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Igreja de Nossa Senhora do Amparo



Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Igreja da Misericórdia



Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias



Convento e Igreja do Carmo



Conjunto Franciscano

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe Tombamento Estadual do Sítio, com coincidência total, não havendo delimitação em nenhum dos dois.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe Tombamento Municipal.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe Bbens Imóveis com Tombamento Estadual individual.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe Bens Imóveis com Tombamento Municipal individual.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.650

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

350

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

No tombamento em nível Federal do Conjunto Urbano e Paisagístico da cidade de São Cristóvão, estado de Sergipe, já elevado à categoria de Monumento Histórico pelo Decreto-lei estadual nº 94, de 22 de julho de 1938, não ficou definida a limitação da área a ser protegida.

A proteção efetiva se faz em seu Centro Histórico, área central urbana que contém todos os monumentos cívicos e a maioria dos religiosos, como também os Conjuntos Arquitetônicos de pequeno porte, mais representativos, marco inicial do desenvolvimento da Cidade.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Devido ao extravio do processo e ao fato de não haver plantas atualizadas no Arquivo Noronha Santos e nem na 8ª SR, nem no município de São Cristóvão, não é possível preencher este campo. Como a data do tombamento é da década de 60, quando não era praxe se especificar cuidadosamente as áreas acauteladas, presumimos que o Conjunto acautelado corresponda à área da Cidade naquele ano, mas isso terá que ser confirmado quando concluído o inventário de bens imóveis de São Cristóvão.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1575
Fundação do município:	1590
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1650-1720
Datação genérica (final):	1720-1780

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os primeiros a chegar à Região foram os jesuítas, em 1575. Mas foi Cristóvão de Barros que iniciou a colonização da área, depois de vencer os índios caetés e erguer um forte, fundando a cidade de São Cristóvão. Os portugueses foram motivados por razões de Estado e de segurança: era necessário estabelecer comunicações entre Salvador e Olinda e afastar os franceses traficantes de pau-brasil.

Foram concedidas Sesmarias nas quais desenvolveu-se a pecuária. Porém, a invasão holandesa (1636) desorganizou econômica e socialmente a região, que foi ocupada e saqueada. O território tornou a povoar-se com a volta do domínio português (1645), desenvolvendo mais tarde a produção açucareira.

Os dois principais museus do Estado estão em São Cristóvão: o de Sergipe e o de Arte Sacra. O primeiro tem como principal peça artística um auto-retrato de Horácio Horta, além de pertences de Lampião. No segundo, concentra-se a história da Igreja em Sergipe.

A antiga Santa Casa de Misericórdia e Igreja anexa (público civil e religioso, início do século XVII) situam-se na grande praça da Cidade e são Bens Tombados principalmente por sua antiguidade. Os sobrados de São

Cristóvão (habitação, final do século XVII e início do século XVIII) são exemplos representativos das formas de morar do período colonial na região. O casario constitui importante documento histórico da Cidade.

A Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo (religioso, 1699) situa-se na Praça do Carmo. A construção foi provavelmente dirigida por religiosos carmelitas. Na Praça de São Francisco está a Igreja e Convento de Santa Cruz (religioso, 1693). Quando São Cristóvão era capital, funcionou no Convento a Assembléia Provincial, e no grande salão do pavimento superior da Ordem Terceira instalava-se a Tesouraria-Geral da Província.

Em 1896, ali estiveram aquarteladas as tropas do general Cláudio do Amaral Savaget, que dirigiam-se a Canudos. O Prédio esteve abandonado por longo período até que, em 1902, com a chegada de frades alemães, foi iniciada a restauração.

Com patrimônio constituído por casario e igrejas, sobretudo da passagem do século XVII para o XVIII, portanto já do período da predominância do açúcar, São Cristóvão é testemunha do processo de ocupação da região, iniciada com Missões Jesuíticas, depois com o gado e com as violentas guerras indígenas, e com o tecido social firmado no açúcar. Do período inicial, ficou o prédio da Santa Casa.

A instalação de dois importantes museus na Cidade evidenciam a preocupação com a memória de setores da sociedade local. Também a decadência da região pode ser observada, tendo em vista a datação final ficar no século XVIII.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado geral de conservação de seus bens imóveis tombados, individualmente, é bom, o mesmo não acontecendo com os demais imóveis de propriedade privada, componentes do Sítio, que, além da falta de conservação e manutenção, sofreram a descaracterização em suas feições originais. O Conjunto Arquitetônico da Praça São Francisco encontra-se em ótimo estado de conservação e totalmente íntegro.

Sofreram intervenção de preservação recentes os seguintes imóveis:

Convento Igreja de Santa Cruz, Convento Igreja do Carmo, Igreja da Misericórdia, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Sobrado da Rua Castro Alves nº 2.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Não ocorre o crescimento ordenado da Cidade; a legislação urbanística inserida no Plano Urbanístico da Cidade não está incluída na Lei Orgânica.

Existe uma tendência de uso e ocupação do solo indevida, como também de substituição de usos de origem nas edificações.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Existem alguns fatores no município, fora da área de tombamento, que não interferem na preservação, existindo uma preocupação com os danos ambientais. O turismo cultural é um item importante na Cidade, devendo ser mais incentivado e orientado para geração de renda e incentivo à preservação.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O Conjunto Urbano da Praça São Francisco constituído, na maioria, por edificações de grande porte e todos os monumentos com tombamento individual, encontra-se com as feições originais em ótimo estado de conservação.

O estado geral das demais edificações do Sítio varia de bom a péssimo, com processos erosivos, infiltrações, má conservação e com ataque de insetos xilófagos, chegando, em alguns casos, a atingir a estrutura portante dos Imóveis.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não existe, na organização institucional da Prefeitura Municipal, nenhuma legislação para operar a gestão do Sítio Tombado.

Existe, no âmbito do Estado, a legislação de proteção à Cidade Monumento – São Cristóvão.

A fiscalização para manutenção da preservação é feita pela 8ª SR IPHAN.

A organização institucional da Prefeitura é feita pela Secretaria Municipal de Cultura.

A organização institucional do Estado é feita pela Secretaria de Estado de Cultura de Sergipe e de seu Conselho Estadual de Cultura. O tombamento possui legislação específica.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe o Plano Urbanístico de São Cristóvão, com o Plano Diretor, lei do Uso do Solo e Posturas, datado de 1980. O documento é compatível com a Preservação, ofertando um bom grau de informação para a época, necessitando de revisão para atualização. Da 1ª etapa do Inventário dos Bens Móveis do Centro Histórico da Cidade, executado em 1999, faltam cartografia e outros cadastros para conclusão.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade local é pouco sensível à importância cultural da Cidade, existindo pouca doação para mobilização da preservação.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado ainda não se sensibilizou para o investimento nos projetos de preservação fora da sua propriedade. Há interesse no desenvolvimento e organização do setor turístico.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Existe um alto grau de vitalidade de manifestações culturais em festas religiosas, como a Procissão do Senhor dos Passos; manifestações folclóricas, como o grupo de Pastoril, Reisado; produção artesanal, principalmente na área de alimentos e bordados.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Laranjeiras, 1288-T-89

(2) MUNICÍPIO:

Laranjeiras

(3) ESTADO:

SE

(4) SR IPHAN

8ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Laranjeiras

(6) DATA:

18/06/1996

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA vol 2, insc. 604, fl. 27/ 28; LH vol. 2, insc. 538, fl. 24/ 26

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

Portaria N. 20 - 07 de Março de 1996 – Est. 14

(9) ÁREA (em ha):

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

14

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Igreja Matriz do Coração de Jesus, 294-T-41

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Vista da cidade de Laranjeiras – foto: Cristiano Mascaro – 2002



Igreja Matriz do Coração de Jesus – Foto: Cristiano Mascaro - 2002



Mercado e trapichos ao fundo – Foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe Tombamento Estadual da Cidade, que foi elevada à categoria de Cidade Monumento por Decreto Governamental nº 2.048, de 12 de março de 1971.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A Lei de Proteção Municipal existe dentro da Lei Orgânica do Município de Laranjeiras, havendo coincidência total com o Sítio.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Existe a proteção estadual de bens imóveis inseridos no Sítio. Todos os imóveis dentro do Sítio estão protegidos.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe Proteção Municipal

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.500

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

500

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Área Tombada compreende quase toda a área urbana da Cidade, que foi formada em um ponto de união de dois vales, sendo delimitada pelo Rio Cotinguiba. O desenvolvimento se dá em um eixo paralelo ao Rio, mas a partir de um espaço maior, formado por uma volta em um trecho do mesmo. O arruamento é irregular, típico das cidades coloniais brasileiras.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Apesar de alguns prédios estarem excluídos da área tombada, estes não são em número significativo. Desta forma, pode-se considerar o tombamento abrangente à toda a cidade, especialmente considerando a data da inscrição, 1996, a partir da qual não teria ocorrido um crescimento muito acentuado da povoação.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1575
Fundação do município:	1605
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1780-1820

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Laranjeiras, fundada em 1605, é a segunda cidade mais antiga de Sergipe. Em cada uma das colinas que circunda a cidade, há uma igreja. Lá encontram-se ainda o antigo teatro e a capela onde nasceu o filósofo João Ribeiro. As ruas irregulares, com sobrados e calçadas em pedras, são memórias da antiga vila canavieira. As igrejas, o estilo Barroco da arquitetura, a paisagem e as grutas fazem de Laranjeiras uma cidade de grande importância turística. Além disso, é local rico em motivos folclóricos de origem africana, como a Taieira, São Gonçalo, Reizado. No dia de Reis (6 de janeiro), a população comemora a Festa de São Benedito, levando às ruas desfiles, cantos e folguedos sob a forma de congada, chegança, caboclinhos, zabumba.

A Capela do Engenho de Jesus, Maria e José (religioso, 1769) tem forro pintado provavelmente pelo pintor baiano José Teófilo de Jesus, quando o engenho pertencia a Manuel Joaquim Fernandes de Barros. A Casa do Engenho Retiro e sua respectiva Capela de Santo Antônio (habitação e religioso, 1701) foi a primeira residência onde os Jesuítas se estabeleceram no fim do século XVII. A Igreja foi reformada, no final do século XIX, e há indicações que suas torres foram bastante alteradas.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba (religioso, 1734) teria pertencido, segundo o mapa de Barleus, aos capuchinhos, mas de acordo com Felisberto Freire, tal Igreja pertenceu à Companhia de Jesus. Os jesuítas lá teriam estabelecido, em 1731, sua residência, para então edificar a Igreja, que é de grande interesse arquitetônico e possui preciosos elementos decorativos.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Sua paisagem atual retrata o antigo fausto e a decadência. Os Sobrados, as Igrejas imponentes e os Casarios simples das classes menos favorecidas formam um Conjunto Arquitetônico representativo de um estilo de vida de uma época. Conservam em linhas gerais seu traçado original, calcado nos padrões do colonizador português, hoje em estado de conservação precário motivado pelos desgastes naturais do tempo e à ação do agente humano.

Restauração da Igreja Matriz Coração de Jesus, foi entregue à comunidade que a utiliza para celebrações religiosas.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O uso e a ocupação do solo é sedimentado no Plano Urbanístico de Laranjeiras e inserido na Lei Orgânica do Município, datada de 1990, aplicada na área de delimitação do tombamento. Não existe crescimento desordenado. Existe o abandono de imóveis por se tratar na sua maioria de espólio, como também em virtude da manutenção de conservação estar sempre acima do poder aquisitivo da população.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Existem várias indústrias dentro do município, mas fora da área de preservação e que não interferem na preservação, existindo uma preocupação com danos ambientais. O turismo é acompanhado de perto pela Prefeitura local, que preserva as ações, tradições folclóricas, costumes da cultura canavieira e do patrimônio histórico edificado.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O Conjunto Urbano da Praça Samuel Oliveira e o da Rua Direita, ambos formados por sobrados de função mista (residência/comércio), encontram-se com as feições originais, mas em sua maioria em precário estado de conservação, com processos erosivos, infiltrações, má conservação e apresentando ataques de insetos xilófagos. Chegando, em alguns casos, a atingir a estrutura portante dos Imóveis e problemas nas diversas instalações.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Laranjeiras define a gestão da Cultura e Turismo pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, especificamente operacionalizada pelo Departamento de Cultura e Turismo – DECTUR, onde está a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico – DIPHA, funcionalmente articulada com a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A fiscalização dá-se em articulação do DECTUR com o Departamento de Obras do Município.

Legislação : Lei nº 615, de 4 de novembro de 1998 – dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, no âmbito do Município de Laranjeiras.

Lei nº 2.069, de 28 de dezembro de 1976 – dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico do estado de Sergipe.

Lei Orgânica do Município de Laranjeiras.

Decreto nº 2.048 de, 12/03/71 – Eleva a cidade de Laranjeiras a Monumento Histórico.

Existência de ações cooperadas e sua institucionalização:

Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaaroba – Século XVIII (1743) – Convênio IPHAN / Prefeitura Municipal de Laranjeiras.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe o Plano Urbanístico de Laranjeiras com Plano Diretor, Lei do Uso do Solo e Posturas, datado de 1975. É compatível com a preservação, ofertando um bom grau de informação para época, mas necessitando urgentemente revisão com atualização.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade local é consciente da importância cultural da Cidade, mas não existe uma mobilização para atuação na área, talvez desestimulada pela falta de recursos financeiros.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado ainda não se sensibilizou para investir nos projetos de preservação fora de sua propriedade.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As crenças e tradições permanecem associadas, quase sempre, a motivos religiosos, como as festas de São Benedito, com apresentação de grupos folclóricos, como o Taieira, o Cacumbi e o São Gonçalo; a Festa de Bom Jesus dos Navegantes, Solenidade da Semana Santa, Solenidade do Mês de Maria; do Padroeiro da Cidade - Sagrado Coração de Jesus; Solenidade do Mês Doloroso, Festa Popular do Lambe Sujo em festas cívicas. Existem também os cultos afro-brasileiros, os terreiros regidos pelos padrões tradicionais do candomblé africano. São esses aspectos culturais que, somados à arquitetura, conferem à cidade um cunho característico, transformando-a "numa relíquia onde o presente se faz do passado."

Ficha de Informações Básicas



Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Corumbá

• *Conjunto Histórico,
Arquitetônico e Paisagístico de
Corumbá*



Mato Grosso do Sul

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá

(2) MUNICÍPIO:

Corumbá

(3) ESTADO:

MS

(4) SR IPHAN

18^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá

(6) DATA:

28/ 09/ 93

(7) LIVRO DE TOMBO:

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

33

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Rua do Comércio



Vista do Rio Paraguai e da Rua do Comércio - foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

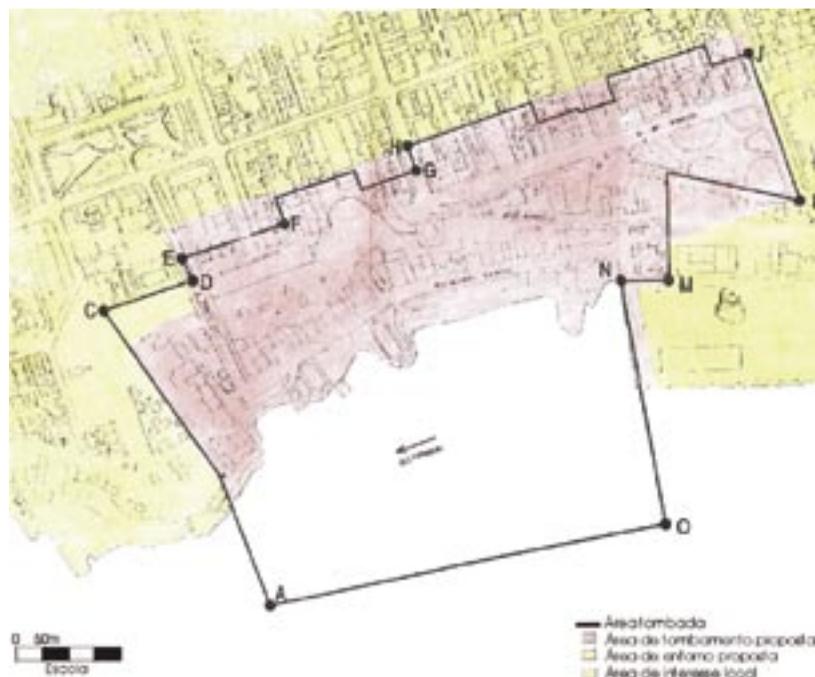
(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

500

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

100

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCRIVER:

O Sítio corresponde às áreas dos casarios do porto tradicional e da “rua de cima”, respectivamente Avenidas Manoel Cavassa e Marechal Rondon, com duas ladeiras e duas escadarias transversais. A Manoel Cavassa remonta às primeiras ocupações à margem do Rio Paraguai. A Marechal Rondon corresponde ao alinhamento das primeiras fortificações do século XVIII e da primeira rua da Cidade projetada após a Guerra do Paraguai, fazendo uma ligação da área portuária ou ribeirinha com a Cidade que se desenvolveu além.

A Cidade atual desenvolveu-se a partir do prospecto mandado desenhar em 1863, segundo um padrão reticulado ortogonal, dentro de um perímetro fortificado parcialmente construído, que hoje corresponde a cerca de 10% da área urbana, que, entretanto, repete a mesma malha ortogonal.

O Sítio constitui parte do centro atual de Corumbá e este, por sua vez, corresponde à área do entorno ao tombamento, pouco menor que aquela área projetada em meados do século XIX. Guarda uma relação de excentricidade com a Cidade pelo fato de estar à margem do Rio, mas de forte centralidade de uso e referência, local e regional.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico de Corumbá é inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Paisagístico, portanto guarda excepcional valor histórico e paisagístico. Representa a política colonial Pombalina de conquista territorial e interiorização por meio de uma rede de vilas, da qual fez parte destacada, devendo assinalar-se que, junto com Vila Bela da Santíssima Trindade e Casalvasco, constituíram as únicas urbes da fronteira oeste brasileira até o início do século XX.

Foi totalmente reconstruída após a Guerra do Paraguai (1863) e a área tombada circunscreve-se ao porto e primeira rua do perímetro fortificado sobre o platô da cidade alta, conformando um sítio urbano de alta representatividade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1778
Fundação do município:	1862
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A relação da coroa portuguesa na fronteira ocidental pontuou-se por uma firme determinação em criar na região de Mato Grosso um anteparo à penetração castelhana, o que resultou geralmente em choques entre os dois impérios coloniais, até princípios do século XIX. Foi a partir dessas pretensões que o povoamento

de Albuquerque, futura Corumbá, à margem do Rio Paraguai, foi criado. Por um século, a vila fortificada permaneceu como entreposto e posto de vigilância. A condição de posto avançado colonial implicou num duro aprendizado dos ciclos da terra e uma aculturação que se tradicionalizou, gerando os modos de vida típicos da região. Corumbá representa a parcela urbana da cultura pantaneira. Com a descoberta do ouro, as atenções oficiais voltaram-se para a preservação dos sítios auríferos detectados na região, assim como para garantir, posteriormente, o domínio sobre as rotas navegáveis vitais ao abastecimento regional.

O declínio da mineração levou a economia da região a uma estagnação que só iria ser vencida na metade do século XIX. A partir do tratado de 1857, entre Brasil e Paraguai, pela livre navegação de toda a rede hidroviária do Prata, a economia tomou um dinamismo caracterizado pelo princípio do estabelecimento das Grandes Casas Comerciais em Corumbá.

O Sítio Arquitetônico de Corumbá compreende construções que vão do século XIX, produzindo as suas manifestações mais ricas, segundo Manoel de Barros, em fins deste século e nas duas primeiras décadas do século XX. Os armazéns, prédios públicos e particulares construídos nesse período estão relacionados ao ciclo das Grandes Casas Comerciais que aí se instalaram no período, vinculadas à economia internacional. São dois os tipos característicos de arquitetura que conformam a área. A arquitetura de uso misto, comercial e residencial, do Casario do Porto, construído entre 1880 e 1910. De porte avantajado para os padrões interioranos, construído de alvenarias de pedras e estruturas metálicas importadas ou de madeira, semelhante às construções portuárias e comerciais usadas nos grandes centros da época, num certo gosto eclético nas poucas decorações aplicadas a um programa arquitetônico singelo. E, na rua de cima, atual Marechal Rondon, foi adotada arquitetura mais eclética, no programa, nas técnicas e na forma, quase toda do século XX.

Em seu período áureo, as casas comerciais representavam os interesses da navegação e funcionavam como casas bancárias, realizando tanto operações próprias, como também intermediando operações de grandes bancos internacionais. Como exemplo, pode ser citada a Casa Feliceno Simon (comércio, 1913), que representava, entre outros, o Handelsbank holandês, o Crédito Italiano da Itália e o Crédit Lyonnais francês.

Outras representavam a implantação de empreendimentos vinculados a grandes monopólios capitalistas internacionais. Era o caso da Cie de Caotchours du Matto Grosso (comércio, 1898), de origem belga, ligada à borracha, ou a Laranjeira Mendes & Cia (Comercial, c.1903), australiana, ligada à mineração.

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), Corumbá, embora devastada, ainda possuía a melhor localização portuária para a rearticulação do comércio fluvial da região. A partir de 1873, as casas comerciais multiplicam-se, sendo edificadas na sua maioria na Rua Delamare, o principal centro da parte alta da Cidade, assim como as residências dos mais bem sucedidos negociantes, na sua maioria estrangeiros. Os edifícios para estocagem e armazenagem de maior porte foram sendo construídos na Rua do Porto, às margens do Rio Paraguai, perto do Prédio da Alfândega. Foi nesse momento que passou a se caracterizar a paisagem urbana típica de Corumbá e de seu ciclo de comércio internacional.

As atividades comerciais de Corumbá eram desenvolvidas, e, sobretudo controladas, por um reduzido grupo de estrangeiros e brasileiros, vinculados a casas comerciais no exterior, que assumiram a posição de elite, por meio da concentração do poder econômico. Em decorrência, esse grupo mercantil foi responsável pela feição urbana que a Cidade começou a desenvolver, além de influenciar a administração e a política local e estadual.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX marcaram Corumbá, como um período de crescimento demográfico em função da alta rotatividade de negócios, gerando muito capital para os seus empreendedores. Essa classe, que reproduziu sua riqueza nos prédios públicos e privados que construiu, só teve seu poderio abalado em meados do século XX, com a conclusão da ligação rodoviária Campo Grande - Cuiabá. Esse declínio acarretou um processo de decadência em grandes proporções, indicado no progressivo abandono do Casario do Porto, expressão do momento de maior desenvolvimento da cidade.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

As áreas públicas estão em bom estado de conservação. Os imóveis estão em condições variáveis, desde os arruinados, ou abandonados, ou sub-utilizados, até aqueles em perfeitas condições de uso e revitalizados.

Têm sido feitos esforços governamentais de recuperação de imóveis e de logradouros, como é o caso do sobrado da Casa Wanderley Baiz e da recuperação parcial do Porto.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Porto de Corumbá está em processo de revitalização já há alguns anos, em função: inicialmente por reflexo da reativação dos transportes de minérios e gado, mas sucessivamente pelo crescimento do turismo ecológico ao Pantanal e também por um certo renascimento do comércio fluvial com a Bolívia e com o Paraguai. Além disso, a fronteira “seca” com a Bolívia, por meio da ferrovia e da rodovia e, mais recentemente, a construção do gasoduto Brasil - Bolívia e a instituição do Porto Seco e Zona de Livre Comércio de Corumbá trouxeram mais recursos e novas necessidades de desenvolvimento.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

As atividades correlatas às portuárias, particularmente os serviços ao turismo, não têm tido controle adequado, inclusive do uso do solo.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Como são poucas as unidades edificadas os arruinamentos ou abandonos e demais usos degradantes causam mais impacto. Ainda não há um controle adequado dessas intervenções ou falta de conservação.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

O Estado de Mato Grosso do Sul só tem ações pontuais pela Secretaria de Estado da Cultura, particularmente no Museu do Pantanal.

A Prefeitura Municipal já teve atuação mais acentuada, inclusive com a restauração da Casa Wanderley Baiz e recuperação parcial do Porto.

Não há fiscalização sistemática. O IPHAN não tem escritório ou representação local.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Só existe legislação do IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A população residente demonstra, esporadicamente, interesse na conservação do Casario do Porto, principalmente por constituir local de referência e cenário de diversas manifestações culturais de folclore.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Setor privado ainda com baixa capacidade de investimento na conservação do patrimônio. Os investimentos direcionam-se para o setor de turismo, mas sem planejamento, controle ou coordenação.

Não há registro de interesse de investimentos externos na preservação do Patrimônio Cultural.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Diversas festas tradicionais, sendo a mais conhecida a de São João. Artesanato rico e de alta qualidade ligado às etnias indígenas e aos pantaneiros.

Ficha de Informações Básicas

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Brasília

*• Conjunto Urbanístico de
Brasília*



Distrito Federal

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Urbanístico de Brasília

(2) MUNICÍPIO:

Brasília

(3) ESTADO:

DF

(4) SR IPHAN

14^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Urbanístico de Brasília

(6) DATA:

09/03/90

(7) LIVRO DE TOMBO:

Histórico

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

N° 314 de 08/10/1992

(9) ÁREA (em ha):

22.000

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Catedral Metropolitana – (672 – T – 62)

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista da Esplanada dos Ministérios, da Catedral e do Congresso.



Congresso Nacional – Foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Decreto nº 10.829 de 14/10/1987, do Governo do Distrito Federal – regulamenta o Artigo 38, da Lei nº 3.751, de 13/04/1960, que cria o Distrito Federal, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não se aplica.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Vila Planalto;

Escola Classe 308 Sul;

Catedral Metropolitana;

Árvore Buriti, em frente ao Palácio do Governo;

Memorial JK;

Museu da Cidade;

Igrejinha Nossa Senhora de Fátima.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não se aplica.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

300.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

75.000

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O sítio corresponde à área selecionada pela Comissão Organizadora do Concurso do Plano Piloto e que efetivamente inseriu o anteprojeto de Lúcio Costa (ver figura). Junto com a construção do Plano Piloto, várias outras áreas foram designadas para receber acampamentos, o aeroporto e diversos novos setores ou cidades-satélites. Portanto, desde o início, o Distrito Federal abriga várias partes urbanas, mais ou menos destacadas do Plano Piloto.

Dentro da área do Sítio Histórico Urbano Nacional foram consolidadas outras aglomerações (Cruzeiro, Vila Planalto, Candangolândia) e construídas outras, além do Plano Piloto projetado, tais como o Setor de Atividades Gráficas e o Setor Militar.

Hoje, o Sítio corresponde a aproximadamente 20% da área urbana e da população do Distrito Federal, cumprindo as funções urbanas de Capital e de Centro Político Administrativo, centralizando atividades produtivas de cerca de 700.000 pessoas. Estima-se que diariamente 500.000 pessoas vão dos bairros e das Cidades Satélites para o Plano Piloto, para trabalhar, consumir, para o lazer, Circulam pela Estação Rodoviária Urbana cerca de 400.000 pessoas por dia, uma hiperatividade que tende a ser controlada e reduzida com a melhoria dos sistemas de circulação e transporte coletivo.

Há, portanto, uma relação de centralidade em todas as escalas de representação e utilização do Plano Piloto, em parte devido às suas características e, em parte, ao processo de crescimento urbano descontrolado.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbanístico de Brasília é inscrito no Livro de Tombo Histórico, e sua representatividade remonta à estratégia político-territorial de interiorização do desenvolvimento nacional, associada ao projeto urbanístico que sintetiza o pensamento e o planejamento urbano modernistas, e, mais que tudo, uma realidade enquanto ato civilizatório, enquanto empreendimento, e que, por fim, foi muito além de quaisquer expectativas em suas propostas urbanas e de desenvolvimento do Brasil Central.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	195
Fundação do município:	1960
Datação genérica (origem):	1930-1960
Datação genérica (predominante):	1930-1960
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A idéia de monumentalidade prevalece no corpo central do Sítio Urbanístico de Brasília, construído a partir do Plano Piloto, traçado pelo urbanista Lúcio Costa para a Cidade, concretizando o pensamento urbanístico dos anos 50 e traduzindo os princípios da Carta de Atenas. Graças ao cruzamento ortogonal dos eixos principais, o Monumental e o Rodoviário, às duas asas residenciais e à disposição das super quadras ao longo deste último eixo, a linearidade passou a ser uma característica do Sítio. Nas edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, percebe-se a idéia de "cidade monumento". Brasília tornou-se um modelo exemplar de maneira modernista de organização do espaço.

Dentre as edificações que compõem seu conjunto, buscamos destacar três que representam as facetas mais significativas da história da Cidade e do que ela representa para o resto do país. Destacamos aqui o Conjunto Arquitetônico do Antigo Hospital Juscelino Kubitscheck (público civil, 1957), o Congresso Nacional (público civil, 1959) e a Catedral de Brasília (religioso 1970). O Conjunto Arquitetônico do Antigo Hospital Juscelino Kubitscheck, com sua arquitetura de autoria desconhecida, foi construído conforme as características da chamada "fase Pioneira". O Conjunto abriga hoje o Museu Vivo da Memória Candanga e o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. Tombado em 1985 pelo Governo do Distrito Federal, a partir de movimento popular liderado por pioneiros, criou-se o museu que busca preservar a contribuição dos migrantes que contribuíram para Cidade e história de Brasília.

Do mesmo período, os edifícios que constituem o Congresso Nacional foram projetados por Oscar Niemeyer como o vértice de ligação entre a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes.

Um dos marcos verticais do eixo monumental, o Congresso Nacional, sede do poder legislativo, representa a estruturação da Cidade como centro da burocracia federal e, junto com o Palácio do Planalto, o centro das decisões políticas do país.

A Catedral de Brasília, marco da religião “oficial” do país na nova Capital, teve seu altar-mor doado pelo próprio Papa Paulo VI. Considerada um dos projetos mais originais de Oscar Niemeyer, sua estrutura lembra mãos erguidas em prece. Sua pedra fundamental foi traçada em setembro de 1958. A primeira missa celebrada no seu interior foi em abril de 1963, mas sua sagração e entrega ao público só se deu em maio de 1970. Os painéis da parede externa do confessionário, que representam a via sacra, foram pintados por Di Cavalcanti.

A preocupação com a preservação de seu plano urbano e de suas principais obras arquitetônicas estava presente desde a sua fundação. Já em 1960, postulava-se que qualquer alteração do Plano Piloto dependeria de Lei Federal. Nas décadas de 60 e 70, com o boom imobiliário, houve o estabelecimento e a regulamentação das normas para construção, culminando, em 1967, com a formalização do Código de Obras Locais. Uma visão integrada da preservação e do desenvolvimento do Distrito Federal, tendo o Plano Piloto como ponto principal, resultou, em 1981, na criação de organizações de preservação e em um amplo inventário de Bens de todo o complexo natural e cultural do Distrito Federal, incluindo-se aí as antigas fazendas, os núcleos urbanos vernaculares e os acampamentos pioneiros da época da construção da Cidade. Em dezembro de 1987, por iniciativa do então governador José Aparecido de Oliveira, o Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília foi inscrito na lista do Patrimônio Mundial, sendo o primeiro monumento do século XX a alcançar esse status.

Inaugurada em pleno cerrado goiano em área demarcada pela “Missão Cruls” em 1891, “Meta-síntese” do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, Brasília foi o símbolo concreto da euforia desenvolvimentista dos anos JK. Apesar das denúncias dos altos custos de suas obras e dos escândalos ligados à sua construção, tornou-se, na segunda metade da década de 50, fator de mobilização política em torno das bandeiras de “integração nacional”. Divulgada como “cidade futurista” no começo dos anos 60, efetivou-se nas décadas posteriores como centro do poder administrativo nacional.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Bom. Não há registro de problemas agudos de conservação arquitetônica. O espaço urbano é conservado naqueles aspectos relevantes de constituição do Plano Piloto.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Brasília somente teve seu primeiro planejamento urbano e territorial em fins da década de 1970. Mesmo assim tratava muito mais de ordenar as futuras novas áreas de expansão do que da gestão da Cidade Construída. Nesse sentido, o projeto do Plano Piloto tem servido de base à gestão urbana, mais ou menos à mercê dos desígnios políticos de cada governo.

De toda forma, não há um crescimento descontrolado de áreas ou setores, mas as fortes pressões das demandas imobiliárias geraram ao longo desses 40 anos uma ocupação quase plena da área do Sítios Histórico Urbano Nacional.

Internamente ao Plano Piloto, existem diversos focos de invasões de áreas públicas, sempre por extravasamento de atividades comerciais nos setores específicos, assim como sobre outras áreas públicas para instalação de estacionamentos e outras atividades.

Há uma tendência à hiperatividade da área central do Plano Piloto, mesmo com a geração de centros secundários nas Cidades Satélites e outros setores. Estão sendo feitos, como em todas as grandes cidades, áreas altamente especializadas que poderão arrefecer essa hiperatividade, como grandes shoppings e outros centros de atividades.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Existe um controle estrito do uso do solo e das construções. Eventuais impactos ambientais negativos terão sido subestimados pela administração pública.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Não se aplica.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

O Governo do Distrito Federal tem autonomia político-administrativa e estrutura semelhante a dos Estados da Federação.

Há uma Secretaria da Cultura à qual estão subordinadas a Fundação Cultural do DF e o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF, que, entretanto, não têm autonomia ou função privativa de proteção de bens culturais.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.

Plano Diretor Local para a Região Administrativa de Brasília.

Cadastros; Normas Relativas às Atividades - NGR; Normas Gerais de Construção - NGC; Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não há levantamento confiável, mas os moradores em geral defendem a conservação dos gabaritos e áreas verdes, em oposição às demandas dos comerciantes e outros agentes.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Baixa participação em investimentos de preservação. Investimentos no setor hoteleiro se assemelham, mas sempre em áreas novas ou em renovações.

Faltam componentes de incentivo, como o Setor Cultural.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Dada a pouca idade da Cidade e a característica peculiar de agregação de contingentes populacionais de vários pontos do país, são incipientes tais manifestações. Pode-se citar, entretanto, a Festa dos Estados com a participação de Estados da Federação e Embaixadas. Também na Torre de TV é possível encontrar artesanato de vários pontos do País, pois a Cidade reúne em si a diversidade de hábitos e costumes regionais brasileiros.

Ficha de Informações Básicas



Sítios Históricos Urbanos Nacionais

- | | |
|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| <i>Goiás</i> | • <i>Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás</i> |
| <i>Pilar de Goiás</i> | • <i>Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás</i> |
| <i>Pirenópolis</i> | • <i>Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis</i> |



Goiás

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás

(2) MUNICÍPIO:

Goiás

(3) ESTADO:

GO

(4) SR IPHAN

14^a**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás

(6) DATA:

18/09/78

(7) LIVRO DE TOMBO:

Belas Artes, Arqueológico e Etnográfico, Histórico – Processo 345T-42 (18/09/78)

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

001 de 22/04/93 (Regional)

(9) ÁREA (em ha):

40,3 há entorno: 43,5 ha

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Igreja Nossa Senhora Abadia, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Igreja Santa Bárbara, Igreja de São Francisco, Imagem de Nossa Senhora do Rosário, Museu das Bandeiras, Museu Arte Sacra da Boa Morte, Palácio Conde dos Arcos, Praça Brasil Caiado, Quartel do XX, Rua da Fundação. (345-T-42)

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Vista aérea da cidade de Goiás-2000, em destaque Largo do Chafariz de Cauda e Museu das Bandeiras



Vista aérea da cidade de Goiás



Museu de Arte Sacra – foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Plano Diretor, Lei nº 206, de 1996, em seu Título III, adota proteção para a mesma área protegida pelo IPHAN, mais a área do Bairro Bacalhau.

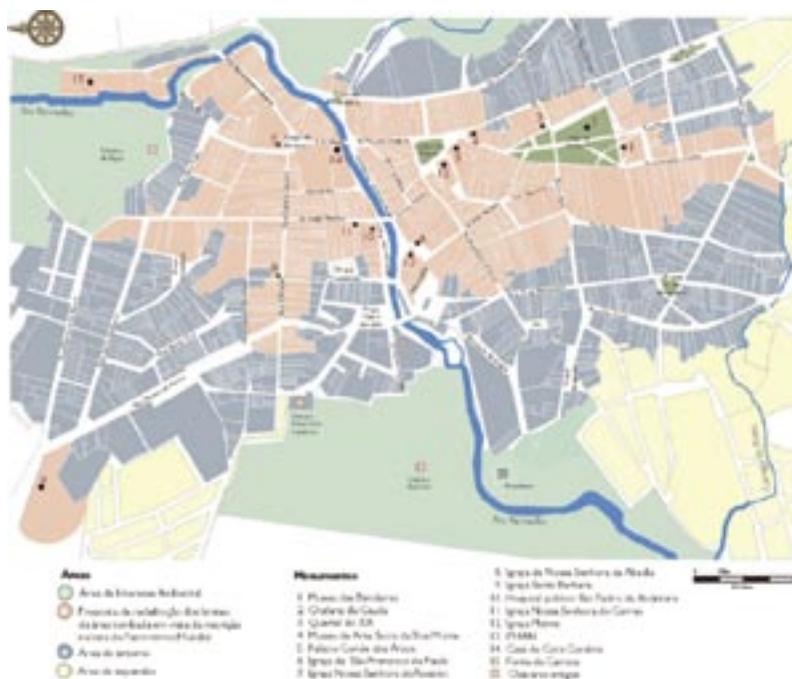
(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.750

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

550

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio corresponde acerca de 40% da área urbana atual, e de 55% da população e das unidades edificadas, pela centralidade e densidade conseqüente. As áreas de convergência e centralidade situam-se próximas à calha do Rio Vermelho, porém os vetores de crescimento atual afastam-se progressivamente em dois vetores principais, sudeste e oeste. A topografia favoreceu um desenvolvimento sem rupturas formais e adensamento, pois, além do lento e mimético crescimento das áreas conexas ao Sítio Histórico Urbano Nacional, as construções são em sua maioria térreas, com poucas edificações em altura, com um diferenciamento natural das áreas antigas e novas. Assim, é possível uma leitura das diversas fases do desenvolvimento da Cidade por meio das características dos espaços públicos e da arquitetura que se praticou em cada época.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Urbano sob proteção refere-se às áreas de tombamento e do entorno. A área tombada circunscreve-se às áreas urbanas e naturais internas que conformaram-se durante os períodos colonial e monárquico do Brasil, e a do entorno corresponde, aproximadamente, às áreas ampliadas de meados do século XIX até a mudança da capital para Goiânia, em 1937.

Parte da Área Tombada corresponde, pelas funções e atividades, ao Centro Urbano, também referido pela população local como centro histórico, e concentra a maior parte do comércio regional e dos serviços privados e públicos. Alguns poucos trechos de ruas chegam a ser predominantemente comerciais, mas em geral essas atividades estão bastante imbricadas às habitações. Assim, centro histórico refere-se mesmo ao Sítio Protegido e às áreas mais centrais e de atividades comuns são reconhecidas como comércio.

Destaque-se que Goiás tem se mantido excepcionalmente autêntica e os efeitos do moderno desenvolvimento socioeconômico brasileiro e regional foram absorvidos sem descaracterizações relevantes do seu patrimônio cultural, material e imaterial. Com uma trajetória que remonta ao início do século XVIII, conservando testemunhos materiais de 274 anos, Vila Boa de Goiás identifica-se na vida urbana tradicional, mas que se revitaliza e interage com o Conjunto Arquitetônico e Ambiente Natural Protegidos. É excepcional e única, por um lado, mas justamente por conservar as marcas da trajetória histórica, como em poucos lugares, ali é possível a leitura da marcha harmônica do tempo. A escala urbana acha-se admiravelmente mantida, mesmo nas áreas não protegidas. Em termos de arquitetura e urbanismo brasileiros, constitui-se verdadeiro milagre de conservação.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1726
Fundação do município:	1739
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1780-1820

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Sítio Histórico da cidade de Goiás está ligado à expansão do território colonial no século XVIII. Goiás foi fundada a partir do movimento bandeirante e teve sua ocupação efetivada a partir da mineração. O Conjunto, tombado em 1951, compreende diversos logradouros, a Igreja de Santa Bárbara, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja de São Francisco de Paula (religioso, 1761), a Praça Castelo Branco, a Praça Monsenhor Confúcio, o Largo do Chafariz, o Palácio Conde dos Arcos (público civil, 1766) entre outros. Segundo o IPHAN, o Sítio corresponde à parte mais antiga da Cidade, em ambas às margens do Rio Vermelho.

O Conjunto permite uma leitura das diversas fases do desenvolvimento da Cidade por meio da arquitetura que se praticou em cada época. Dentre os logradouros, destacamos o antigo Paço Municipal (público civil, 1766) e a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (religioso, 1797-1826). O antigo Paço Municipal abrigava, na sua origem, a Casa de Câmara e Cadeia, construída no reinado de D. José I, sendo o governador de Goiás o General João Manuel de Meneses. Construída de acordo com o projeto existente no Arquivo Colonial Português da Marinha e Ultramar, sua parte térrea era reservada à prisão. Funcionou como prisão até 1950, quando foi doada ao SPHAN que a transformou em Museu das Bandeiras. Trinta e um anos mais tarde começou a construção da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, que foi concluída em 1826. A princípio foi Capela Militar de Santo Antônio, passando depois para a Confraria dos Irmãos Pardos. Tendo desabado a Igreja de Sant'Ana, serviu de matriz provisória e atualmente é sede do Museu de Arte Sacra da Cidade. O período de construção da Igreja corresponde ao da descoberta de uma grande jazida de ouro na região chamada de Ouro Fino (1792), que daria um novo fôlego ao ciclo.

Fundada em 1727 pelo bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, com o nome de Arraial de Santana, Goiás, é historicamente conhecida como Vila Boa de Goiás. No primeiro momento, o Arraial não poderia ser mais que um aglomerado de construções rústicas, ainda que razoavelmente ordenadas pela divisão das datas minerais, usando materiais *in natura* nos espaços conquistados à natureza agreste. Rapidamente instalou-se a pequena urbs, com a construção da Capela de Santana, depois Matriz e atual Catedral. Adiante e em volta da Capela, as primeiras construções de melhor fatura, inclusive a do Anhanguera, que depois veio a ser a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Nos desdobramentos de outras atividades administrativas, religiosas, comerciais, de plantio, foram surgindo as ruas, minimamente alinhadas e assim por diante. A partir de 1739, foi sede da administração da nova Capitania Geral (1744), quando a região se desmembrou da Capitania de São Paulo, durante o apogeu do ciclo do ouro no Centro-oeste.

No fim do século XVIII, já decaíra bastante a mineração do ouro, mas a Vila sustentou-se em sua condição de capital, para qual convergiam gente e recursos e da qual replicavam ordenamentos reais, políticas regionais e todas as demais atividades e funções administrativas. Até meados do século XIX, a Vila-

Capital consolidou-se com algum adensamento e poucas expansões e qualificações de suas arquiteturas, sem maiores modificações da Urbe. A esse período corresponde a área que hoje é protegida pelo Tombamento.

Deve-se destacar que durante esse período histórico ocorreram grandes mudanças, regionais, nacionais e internacionais, capazes, mesmo por reflexos, de alterar as coisas estabelecidas. Grandes áreas ainda permaneciam incógnitas, grandes litígios ainda atormentavam as jovens nações americanas. Nesse contexto bastante complexo, Goiás sediou com sucesso a consolidação da geração de uma cultura simultaneamente global e particular.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado geral de conservação é bom e, nos dois últimos anos, um número significativo de Bens foi restaurado. Deve-se registrar que essas ações têm sido estimuladas no processo de candidatura da Cidade à Patrimônio Cultural da Humanidade.

A ação continuada de conservação de manifestações culturais, associada à conservação de monumentos e outros bens imóveis, levados a efeito desde a década de 1950, contribuiu para uma apropriação coletiva do patrimônio cultural e, portanto, mais participativa.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Desde 1980 a Cidade conta com legislação urbana, zoneamento, uso do solo e código de edificações, mas pouco observadas. Em 1996, foi elaborado o Plano Diretor, e sua implementação inicial tem orientado o crescimento e a preservação do Sítio Histórico Urbano Nacional, bem como tem sido fator de inibição de ocupações desordenadas.

Após a construção de Brasília (1960), a região Centro-Oeste tomou novo impulso desenvolvimentista e a cidade de Goiás, estagnada desde a época da mudança da capital goiana, voltou a se desenvolver, de forma lenta até meados dos anos 80 e mais célere nos últimos vinte anos. Essa nova fase consolidou a tendência de constituição da Cidade em um pólo regional relativamente especializado, como têm sido com todas as cidades médias brasileiras, cujos setores comerciais e de serviços são mais ou menos fortes e concorrentes. Os componentes diferenciadores de Goiás são a rede de ensino, a rede hospitalar e principalmente o patrimônio cultural. É a única cidade na região com cursos superiores e sua rede hospitalar atende pacientes de uma área razoavelmente grande. Na verdade, o status de antiga capital e as tradições ligadas às manifestações culturais asseguraram a permanência desses componentes.

Desde 1980, seguidos estudos têm sido feitos para a exploração, ou uso, das potencialidades de Goiás para o turismo. As intervenções nesse sentido foram cadenciadas pela baixa capacidade de investimentos públicos e privados, porém, desde 1998, com a candidatura da Cidade ao Patrimônio Mundial, houve

uma aceleração dos investimentos privados, internos e de investidores externos. Essa nova dinâmica deve se refletir no uso e ocupação do espaço urbano, adaptados às condicionantes da preservação do patrimônio cultural. O Sítio Histórico deverá ser fortalecido como espaço de referência, tanto no uso das áreas públicas como dos monumentos. No período, houve uma redução significativa de intervenções ou usos inadequados dos imóveis na área do Sítio Histórico Urbano Nacional e mesmo nas demais áreas da Cidade. Merece registro a grande e facilitada acessibilidade do sítio Histórico Urbano Nacional de Goiás como espaço de referência e apropriação cultural, tanto para a população local, como para outros usuários ou visitantes. Destaca-se o fato da Estação Rodoviária e o comércio estarem conjugados, apesar de sucessivas administrações municipais intentarem deslocar essa estação para outro local.

As tendências então são de desenvolvimento de pólo turístico: visitação, artesanato, festas religiosas e outras, e centro prestador de serviços públicos, nas áreas de saúde e educação, atividades que culminam por desenvolver o conjunto das atividades e funções urbanas.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

São fatores controlados pela Prefeitura, Estado e IPHAN. Desde o tombamento do Sítio Histórico Urbano Nacional de Goiás, registrou-se um incremento de atividades centrais de prestação de serviços à população local e regional, saúde e educação, e do comércio voltado para o turismo, incremento esse que foi mais impulsionado desde 1998 com a candidatura de Goiás como Patrimônio Mundial.

Entretanto, ainda não há um controle adequado do processo, tanto para planejamento do desenvolvimento sustentável, como para gestão urbana. No caso de incremento turístico, por exemplo, deve haver um investimento interno correspondente ao novo fluxo.

Registre-se a baixa geração de poupança pública interna e uma geração de renda ainda incompatível com os investimentos necessários, à par de que tem havido um aumento substancial de investimentos privados na conservação do patrimônio e das manifestações culturais.

Ainda persistem riscos de empreendimentos causadores de impacto ambiental, quais sejam: 1. A mineração por fiseagem ou desmonte foi controlada, mas não existem providências mais efetivas para evitar-se novos surtos de garimpeiros na região, cujo trabalho impacta toda a calha do Rio Vermelho e tributários; 2. O crescimento urbano nas calhas do Córrego Manoel Gomes e do próprio Rio Vermelho não tem sido acompanhado do conseqüente controle ambiental áreas verdes e saneamento, apesar das disposições do Plano Diretor.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A retirada de fiação aérea é um dos pontos a ser resolvido, porém as obras já estão sendo iniciadas.

Idem para o Saneamento Básico.

Há necessidade de recuperação do calçamento de pedra em diversos logradouros.

Há necessidade de restauração de Bens integrados e de alguns imóveis.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Existe o Plano Diretor desde 1996 e, portanto, instrumentos normativos suficientes para o controle primário, entretanto a fiscalização do Sítio Histórico só é feita em conjunto com o IPHAN.

O controle dos Bens culturais, pela Prefeitura, ainda é incipiente.

Outros instrumentos como incentivos e investimentos públicos ainda são apenas previstos.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Plano Diretor de 1996, na área tombada, foi elaborado respeitando a legislação federal de Tombamento.

O Inventário de Bens Imóveis já foi concluído pelo IPHAN, bem como o Inventário de Referências Culturais.

Existem fotos aéreas e aerofotocarta da área tombada.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Após quarenta anos dos primeiros tombamentos federais e vinte anos de proteção do Sítio Histórico Urbano Nacional, verifica-se uma gradual conscientização da comunidade em favor da preservação, que se traduz pela progressiva apropriação social dos espaços e manifestações culturais.

Atualmente, em função da candidatura a Patrimônio da Humanidade, é bastante significativa a participação civil que conta inclusive com uma ONG denominada "Movimento Pró Cidade de Goiás", responsável por todo o trabalho da candidatura da cidade.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Há manifesto interesse de empresas, principalmente do Estado de Goiás, na revitalização e uso turístico do patrimônio cultural. Todas as últimas restaurações tiveram participação do setor privado.

O setor privado local tem incrementado sua participação no processo de conservação e revitalização, principalmente com investimentos diretos na conservação de imóveis ou de novos equipamentos vinculados ao turismo.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Goiás já atravessou períodos de estagnação e decadência, mas vive agora um período de renascimento. Poucas cidades, tombadas ou não, terão tanta vitalidade e mantêm suas tradições como Goiás. Destacam-se diversos componentes, além do patrimônio edificado: artesanato, utilitário e evocativo; culinária; festas religiosas e civis; manifestações musicais; danças típicas tradicionais; cultos religiosos tradicionais; modos de uso dos espaços públicos e privados; entre outros.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás

(2) MUNICÍPIO:

Pilar de Goiás

(3) ESTADO:

GO

(4) SR IPHAN

14^a**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás

(6) DATA:

20/03/54

(7) LIVRO DE TOMBO:

Belas Artes – Perco. 458-T-52. (20/03/54)

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

28

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Casa da Princesa (Casa de Rótulas) 427-T-50- 20/03/54

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA*Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar*



Igreja de Nossa Senhora. Das Mercês



Casa de Enxaimel – Rua de Cadeia



Casa de Câmara e Cadeia em frente à Casa de Rótula



OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Igreja Nossa Senhora Rosário – Lei nº 8.915, de 13/10/80 – Inscr. 008 – LH, fl. 03.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

435

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

87

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade foi integralmente tombada em 1954. Naquele momento toda a área urbana se resumia aos remanescentes da Cidade do século XIX. Hoje existe crescimento urbano, dentro e fora da área originalmente tombada, alterando as relações visuais que o pequeno conjunto mantinha com a paisagem relativamente montanhosa que a cerca.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio corresponde à área central, colonial e histórica da Cidade. Entretanto, já não mais “conserva, integralmente, em suas edificações, civis e religiosas, as características setecentistas do antigo arraial da mineração”, conforme observação de Augusto da Silva Telles. (in “Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil”).

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1741
Fundação do município:	1833
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1930-1780

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Primitivamente um Quilombo, o povoado de Pilar, a partir da descoberta de ouro por bandeirantes paulistas, tornou-se sede da Intendência do Distrito de Pilar e um dos centros mais importantes do ciclo de mineração no Centro-Oeste. Seu conjunto representa o momento de ocupação e integração da região ao território colonial.

O núcleo urbano de Pilar de Goiás está constituído por um número reduzido de construções. O seu conjunto apresenta, com suas edificações homogêneas, segundo o Guia dos Bens Tombados, “as características das Vilas e Arraiais setecentistas da época da mineração”. Erguidas com material precário e mediante técnicas rudimentares, tais como adobe, taipa de pilão e pau-a-pique, algumas apresentam detalhes de requinte na fachada e no interior. Dentro deste diminuto conjunto, encontram-se, localizadas na Rua da Cadeia, duas residências que são consideradas, por Augusto Carlos da Silva Telles no seu “Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil”, como os melhores exemplares de antigas casas residenciais do acervo goiano.

Merece destaque a Casa com rótulas (habitação, século XVIII). Inteiramente autêntica quanto à planta e alçados, com pormenores de requinte, com janelas de rótulas e forro pintado, representa a época de fausto que a mineração propiciou à Cidade. Remanescente da época áurea de Pilar e permanecendo ainda hoje como residência, foi tombada em 1954 e restaurada em 1970 pela SPHAN.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Espaço Urbano está bastante comprometido pelas inserções de imóveis e pavimentação das ruas.

Das edificações remanescentes da Cidade colonial, aquelas mantidas pelo IPHAN estão em boas condições de conservação e uso. As particulares estão mantidas precariamente ou em arruinamento por abandono.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O crescimento de Pilar, ao longo das últimas duas décadas (1980/90), deu-se tanto na área tombada, parcelamentos e usos de áreas públicas, como nas áreas periféricas, inicialmente como reflexo de pequenos surtos ou ondas de garimpeiros (ouro e esmeraldas) e, depois, como resultante das novas estradas e investimentos agro-pastoris na região.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Ver item anterior.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Degradação de edificações residenciais remanescentes do século XVIII e XIX por abandono ou por incapacidade financeira.

Ação descaracterizadora do poder público municipal e estadual na construção e instalação de infraestruturas, embora absolutamente necessárias.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Prefeitura desaparelhada sob o enfoque da preservação.

Fiscalização do IPHAN prejudicada pela distância e isolamento, ainda que mantenha um funcionário na Cidade.

Não existem ações cooperadas.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não existe, apesar de algumas tentativas da Regional do IPHAN de estimular e esclarecer a comunidade.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Ainda se mantêm algumas festas religiosas (Festa de Nossa Senhora do Pilar, em dezembro, e Cavalhadas de Pilar) e pequena produção de artesanato utilitário.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis

(2) MUNICÍPIO:

Pirenópolis

(3) ESTADO:

GO

(4) SR IPHAN

14^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis

(6) DATA:

10/ 01/ 90

(7) LIVRO DE TOMBO:

Histórico Vl. 2 Fl. 13, Inscr. 530, Proc. 1181-T-41

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

17

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Igreja Matriz Nossa Senhora Rosário – 241-T-41 – 03/04/1941

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Cinema de Pirenópolis



Igreja Matriz Nossa Senhora. Rosário

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Cadeia Pública – Lei nº 8.915, 23/11/1983.

Teatro Pirenópolis – Lei nº 8.915, 23/11/1983.

Igreja do Bonfim – Lei nº 8.915, 23/11/1983.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
 (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
 (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.225

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

445

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio corresponde à área consolidada até fins do século XIX e permanece como parte da área mais vitalizada de comércio e prestação de serviços. Pirenópolis tem sua área de atividades secundárias e terciárias mais dilatada, em razão do afluxo recente de turismo e moradores de fim de semana, provenientes de Brasília, Anápolis e Goiânia. As unidades comerciais e de serviços localizam-se ao longo das ruas com maior fluxo, assim a área central é tentacular e imbricada com as áreas residenciais.

Existem pressões de adensamento interno à área com parcelamento dos antigos grandes lotes e construções em mais de um pavimento que, embora seja problemático, indicam vitalidade socioeconômica.

A tendência de crescimento se dá também ao longo e ao lado das vias principais, nos vetores Oeste-Sudoeste, Sudeste, Nordeste e Noroeste, nesta ordem de crescimento e adensamento. O Sítio ocupa cerca de 50% da área urbana e da população residente.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, REFERENCIANDO-SE À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Pirenópolis é inscrito no Livro do Tombo Histórico, constituindo um dos mais interessantes exemplos de urbanismo da rede de vilas do ciclo do ouro em Goiás, pela implantação na paisagem, pelo uso de técnicas e materiais adaptados nas edificações e na qualidade construtiva dessas.

É uma cidade que mantém admiravelmente modos sociais tradicionais e diferenciados. Destacam-se as tradições musicais e literárias, desenvolvidas desde fins do século XVIII e notadamente no século XIX.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1727
Fundação do município:	1832
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Pirenópolis, antigo povoado de Meia Ponte, já estava consolidado em 1750. A estrutura urbana básica estava configurada, incluindo-se a construção de cinco igrejas (Nossa Senhora do Rosário, dos Pretos, Bonfim, Carmo e Boa Morte da Lapa dos Pardos), que, com exceção da Igreja Matriz, marcavam os extremos do Município.

Fundada em 1727 como um acampamento de garimpeiros, cinco anos depois, com o auge da mineração, já era elevado à categoria de Distrito. Em 1736, era elevado à categoria de Arraial pela sua importância política e econômica, derivada, principalmente, da sua localização próxima ao entroncamento das estradas de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Com a decadência da mineração, cessou o processo de crescimento do Arraial, e só a partir de 1800 é que a economia foi reativada com base em culturas diversas, como, por exemplo, o algodão. Apesar da

estrutura urbana do Arraial pouco ter se alterado nesse período, ocorreu uma renovação em termos arquitetônicos. Com o decorrer do tempo, as antigas casas de adobe e pau-a-pique foram se deteriorando, resultando, já no século XIX, em reformas caracterizadas por construções de maior apuro técnico e requinte formal, apesar de ainda conservarem a tipologia tradicional da arquitetura colonial do Centro-Oeste. Dentro do perímetro que demarca a Cidade anterior a 1830, as alterações subseqüentes foram poucas e de pequena monta. Embora a Cidade se tenha expandido além desses limites ainda no século XIX, é no antigo núcleo histórico que irão se manter praticamente intactos até os dias atuais, tanto o traçado urbano quanto às características arquitetônicas de valor patrimonial e documental.

Entre 1892 e 1918, a Cidade, já chamada Pirenópolis, não sofreu qualquer alteração significativa. Nesse ano foi demolida a Cadeia Velha e construída uma nova sede, réplica da antiga, à beira do rio. No decorrer do século XIX, a Cidade vê sua economia ser mais uma vez abalada, com a abertura de novas estradas, que alteraram a antiga rota comercial. A principal atividade passou a ser a pecuária, mantendo-se assim até meados do século XX.

Destacamos aqui a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (religioso, 1763). Acredita-se que a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário seja a primeira grande construção religiosa de Goiás. Suas obras de acabamento só terminaram em 1763. Mas, já em 1732, nela eram registrados batizados. Embora até 1780, não existam registros de reforma, alguns traços estilísticos Neoclássicos em um de seus altares como também a pintura da capela-mor, que constatatadamente é do século XIX, levam a crer que houve intervenções nesse período. A Igreja, tombada em 1941, ainda permanece sendo utilizada como lugar religioso. A construção da Igreja é contemporânea à elevação do povoado à categoria de Distrito, momento do auge da mineração, quando a Cidade aumentava sua população com pessoas vindas de fora.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Regular no que se refere aos espaços e bens públicos. Bom em relação às arquiteturas. A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário recebeu completa restauração em 1999.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Pirenópolis constitui hoje um pequeno pólo em relação à extensa região agro-pastoril que a circunda, desde o Distrito Federal à leste, até as bordas da rodovia Belém-Brasília. Essa polaridade, entretanto não gera maiores pressões sobre o Sítio Histórico.

Mais importante é a relação de polaridade com o Distrito Federal. Pirenópolis é hoje bastante dependente do fluxo de moradores e turistas que provém de Brasília, a cada fim de semana e nas férias.

Existe um crescimento interno e externo do espaço urbano. Internamente sofre pressões para parcelamentos e novas construções e, externamente ao Sítio, há um acelerado crescimento de novas áreas ou loteamentos.

Deve ser confirmada a tendência de crescimento nos vetores já indicados.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Há dois componentes de crescimento econômico importantes: a) turismo de fim de semana, de pessoas que moram fora de Pirenópolis e de outros visitantes.; e b) exploração da pedra de Pirenópolis, ainda muito predatória e que, à par do impacto econômico positivo, tem gerado problemas ao meio ambiente, na medida em que devasta as encostas próximas dos mananciais formadores do Rio das Almas, com aumento de riscos de cheias e outras conseqüências sobre o centro de Pirenópolis.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O problema mais relevante em relação aos espaços e arquiteturas de Pirenópolis refere-se à recuperação do entorno da Matriz de Nossa Senhora do Rosário, principalmente com a restituição do Largo das Cavalhadas e retirada das construções espúrias das casas e residências paroquiais.

A implantação de infra-estruturas adequadas à Cidade é também uma condição necessária ao seu desenvolvimento sustentado, principalmente a se confirmar a opção pelo desenvolvimento turístico.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Leis de Zoneamento, Uso do Solo e Código de Edificações.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Sociedade dos Amigos de Pirenópolis -SOAP, com atividades de preservação das manifestações culturais e do patrimônio histórico.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há poupança interna suficiente para investimentos que não sejam nos imóveis próprios.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A cidade mantém as festas vinculadas às tradições religiosas. É conhecida nacionalmente pela realização da Festa do Divino Espírito Santo, onde se incluem as Cavalhadas, dança das Pastorinhas e outras atrações com duração de 12 dias.

Apresenta modo de vida tradicional ligado aos costumes, a tradições culturais ligadas à música, ao teatro e artesanato divinificado, incluindo trabalho em barro, prata e madeira. Abriga também renomados ateliês de móveis e artes plásticas.

Ficha de Informações Básicas

Sítios Históricos Urbanos Nacionais



Cuiabá

• *Conjunto Arquitetônico,
Urbanístico e Paisagístico de
Cuiabá*

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Vila Bela da Santíssima Trindade

• *Centro Histórico
(Ruínas da Igreja
Matriz e Palácio dos
Capitães Gerais)*



Mato Grosso

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá

(2) MUNICÍPIO:

Cuiabá

(3) ESTADO:

MT

(4) SR IPHAN

14^a**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá

(6) DATA:

24/ 03/ 93

(7) LIVRO DE TOMBO:

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

47

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito





Conjunto Urbano



Vista do Conjunto Urbano



Parte do Conjunto Urbano



Parte do Conjunto Urbano

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



A - Av. Getúlio Vargas, B - Rua Joaquim Murtinho, C - Rua Antônio Maria, D - Rua 13 do Junho, E - Av. Generosa F - Pç. da República, G - Pç. Alencastro, H - Largo da Boa Morte, I - Igreja de N. Sra. do Bom Despacho, J - Pç. Ipiranga, K - Travessa 21 de Abril, L - Rua 7 de Setembro, M - Rua 27 de Dezembro, 1 - Rua do Barão de Melgaço- antiga Rua Linda do Campo, 2 - Rua Pedro Celestino - antiga Rua de Cima, 3 - Rua Ricardo Franco- antiga Rua do MeioRua, 4 - Galdino Pimentel - antiga Rua de Baixo, 5 - Av. Tenente Coronel Duarte- antiga Av. da Prainha

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

15.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

330

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado circunscreve-se ao tecido urbano consolidado até o final do período colonial, ainda íntegro, e hoje é uma parte da área central de Cuiabá (cerca de 10% do centro urbano). É foco referencial, e, ainda mantém-se ativo com atividades comerciais e de serviços, alguns especializados ou adaptados aos condicionantes do Sítio Histórico.

Os espaços públicos do Sítio são intensamente utilizados pela população, para manifestações tradicionais e outras atividades, além da circulação quotidiana.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA A SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá é inscrito nos Livros do Tombo de Belas Artes, Histórico e Paisagístico e refere-se a Vila e a cidade colonial e insere-se na atual área central de Cuiabá.

Foi o Arraial pioneiro das novas minas dos sertões do Mato Grosso, abertas as primeiras áreas de mineração no ano de 1718.

O Sítio se caracteriza pela integridade do tecido urbano, arruamento, com a soma de arquiteturas de todos os períodos.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1719
Fundação do município:	1727
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

No ano de 1727, o Arraial do Cuiabá ou “Minas Novas” recebeu o título de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, instalando-se ali terminais burocráticos e arrecadadores. O local havia se tornado um centro irradiador de garimpeiros e um núcleo administrativo das novas frentes de mineração na região. Nos anos subseqüentes, o espaço de poder foi consolidado no quadrilátero do Largo da Matriz, onde foram implantados o Pelourinho, as Casas de Câmara e Cadeia e a residência dos Ouvidores/Juizes de Fora.

Segundo Carlos Alberto Rosa, as obras públicas na vila de Cuiabá eram realizadas por meio da contratação de serviços, feita pelo Senado da Câmara, sendo os senhores de escravos urbanos aqueles que arrematavam as obras, colocando seus escravos para executá-los, muitos deles trabalhadores qualificados.

Sua fase mineradora foi curta, embora intensa, não cobrindo totalmente uma década, de 1722 a 1730. Mas, mesmo a partir daí, outras lavras foram exploradas em seu termo, dando continuidade à marca da mineração. Durante todo o período minerador, Cuiabá teve um desempenho econômico superior ao da Vila Bela da Santíssima Trindade, apesar desta ser a capital de província. Vila Bela deixara de ser a capital praticamente desde os últimos anos de 1790, quando entrou em processo de decadência. Cuiabá tornou-se o pólo mais importante, no mínimo, desde 1807. De 1807 a 1821, ao Espaço Urbano foram acrescentadas novas construções, como a Santa Casa de Misericórdia, um espaço para exercícios militares, o Campo d'Ourique, em torno do qual residências foram construídas. Em 1818, Cuiabá foi elevada à categoria de cidade. Em 1835, Capital da Província. Após a Guerra do Paraguai, com a abertura do Rio Paraguai à navegação, o espaço urbano ganhou novo dinamismo, com equipamentos de ferro, jardins com chafarizes e coretos. Não se pode ignorar sua importância logística na ocupação da Amazônia meridional, desde o período colonial até hoje.

A região era de fronteira do Império Português, e colonizá-la significava barrar o avanço castelhano, apesar das negociações entre as coroas portuguesa e espanhola em relação aos tratados de limites e de posse, sobretudo a partir de 1750, que buscavam um acordo amigável para ambas as partes. As atenções oficiais voltaram-se, de início, para o norte de Mato Grosso no afã de preservar os sítios auríferos descobertos na região, assim como para garantir, posteriormente, o domínio sobre as rotas navegáveis vitais ao abastecimento regional.

A instauração de um centro no Arraial de Cuiabá foi marco pioneiro em todo o vasto território que constitui hoje o Centro-Oeste. Referencial para a expansão posterior de outras vilas, a normatização das ruas e dos espaços urbanos foi estabelecida já em 1727, e a Vila assumiu uma função centralizadora e irradiadora para a região.

Os edifícios destacados são representantes desse momento de origem e ocupação da Cidade e da Região. O Sítio nos dias atuais, segundo a ficha do IPHAN, refere-se a uma pequena área, que se mantém na forma original, visto que, nas décadas de 60 e 70 do século XX, a idéia de modernização foi desculpa para a demolição de vários edifícios. Nesse Conjunto restante, estão as ruas mais antigas da Cidade e os equipamentos que documentam os momentos marcantes de Cuiabá, desde o período colonial até as primeiras décadas do século XX. O Conjunto contempla tanto edificações da elite quanto típicas pequenas casas das camadas subalternas.

Destas construções devem ser ressaltadas também a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (religioso, possivelmente dos anos 1730) e a Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho (religiosa, existente já em 1726). Juntas, constituíram-se, nos primórdios da ocupação de Cuiabá, em balizas de atração e posterior expansão do povoado, como também fizeram parte da formatação do núcleo administrativo que a Vila se tornou.

A presença lusitana se fez desde os primeiros momentos da ocupação. Engendrando, na vida urbana de Cuiabá, o Estado e a Igreja metropolitana, como também os militares, os burocratas, os comerciantes e os colonos lavradores/mineiros, todos orbitando à volta do Núcleo Urbano.

Sua urbanização foi lenta, mas crescente na Colônia, no Império e na República Velha. A partir, porém, da "marcha para o Oeste" da quadra estadonovista, passou a apresentar elevadíssimas taxas de urbanização, superiores às do Estado, da Região e do País, às quais corresponderam reflexos graves sobre o espaço urbano, particularmente no que se refere à preservação arquitetônica e urbanística.

Cuiabá é uma das mais centrais capitais de estado brasileiro. Sua localização tem, inclusive, capitalizado turisticamente o fato de sediar o Centro Geodésico da América do Sul.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Bom em relação à conservação dos espaços e edificações públicas. Regular ou muito diferenciado em relação às edificações particulares.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Sítio é parte da área central de Cuiabá, cujo crescimento se fez concêntrico à área central, que resulta em consideráveis pressões de uso e transformação. Fora da Área Tombada, houve uma forte verticalização, já arrefecida porque a estrutura viária e demais infra-estruturas não comportavam mais adensamentos, permanecendo o Sítio Tombado e a Área do Entorno com gabaritos compatíveis com a proteção.

Com as características de edificações antigas e dos gabaritos reduzidos, o Sítio tem uma vitalidade comercial e de outras atividades de serviços e usos públicos tradicionais e adaptadas, em processo de nova valorização.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Dentro da Área de Proteção ainda não há um planejamento adequado e há sempre que controlar pontualmente as intervenções descaracterizadoras, mas não existem vetores de desenvolvimento que ameacem a integridade do Sítio.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os principais problemas de conservação dos edifícios são a falta de manutenção, ataque de insetos e fungos e riscos de incêndios.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não existe legislação Municipal específica, mas a Prefeitura atua em conjunto com o IPHAN.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Plano Diretor e cartografia básica.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

População residente apóia a preservação, com algumas ONGs, como o Muxirum Cuiabano.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Incipiente.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Artesanato vinculado a tradições cuiabanas – instrumentos musicais, utilitários: cerâmicas, redes, entre outros e das etnias indígenas do Mato Grosso.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico Ruínas da Igreja Matriz e Palácio dos Capitães Gerais

(2) MUNICÍPIO:

Vila Bela da Santíssima Trindade

(3) ESTADO:

MT

(4) SR IPHAN

1**4****a****CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Proc. 877-T-73 (13/06/88)

(6) DATA:

13/06/88

(7) LIVRO DE TOMBO:

Histórico

Centro Histórico

(Ruínas da Igreja Matriz e Palácio dos Capitães Gerais)

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não existe.

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS*Ruínas da Igreja Matriz e Palácio dos Capitães Gerais*

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

No processo de avanço territorial da colônia portuguesa na América do Sul, no início do século XVIII, várias vilas foram fundadas com o propósito específico de alargar, consolidar fronteiras. É o caso de Vila Bela da Santíssima Trindade, mandada erigir, vila e capital da nova Capitania de Mato Grosso, próxima aos descobertos de ouro mais ocidentais do território. Permaneceu como baluarte e capital por um século, quando Cuiabá efetivou-se capital. Abandonado o local pelos administradores e pequena corte, ficou a população negra de escravos e forros e é hoje a cultura de seus descendentes que predomina.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

60

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

300

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto da Ruína da Matriz com o Palácio de Governo, reconstruído em parte, integra uma grande praça, exatamente como projetado no século XVIII, que ainda permanece como Marco Cultural e centro focal da Cidade.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, REFERENCIANDO-SE À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Inscrito no Livro do Tombo Histórico, permanece como local de referência histórica pelos testemunhos da ruína, do casarão do antigo Palácio de Governo, pelo traçado urbano remanescente e, principalmente, pela cultura social que resistiu e permanece.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVIII
Fundação do município:	1752
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Originalmente um acampamento de garimpeiros denominado Pouso Alegre, Vila Bela da Santíssima Trindade só se destacaria como núcleo administrativo e urbano a partir de sua institucionalização como anteparo à penetração castelhana, na luta pela delimitação dos limites coloniais portugueses. Além das riquezas minerais da região, sua posição geográfica, à margem do Rio Guaporé, permitia a indispensável comunicação e o auxílio mútuo com o Pará. Sua fundação, erigida com o propósito de ser a sede do governo, da então recente capitania de Cuiabá e Mato Grosso, esteve vinculada a esses objetivos.

O Conjunto Tombado, composto pelo Palácio dos Capitães Gerais (público civil e militar, 1752) e das ruínas da Igreja Matriz (religioso, 1754), está diretamente ligado ao momento original da ocupação. As duas edificações foram mandadas construir por Antônio Rollin de Moura Tavares, primeiro governador da capitania.

O Palácio foi a primeira edificação regular construída na Vila. Foi concebido em tão vastas proporções, que as suas obras foram várias vezes interrompidas por falta de recursos. A primeira dessas interrupções foi em 1754, quando o grande edifício, destinado à residência dos governadores, já se encontrava com cinco compartimentos construídos, sendo que dois deles estavam ocupados pelo próprio governador e os outros três restantes pelos oficiais da Câmara que ali funcionava. Segundo Ernani da Silva Bruno, o Palácio foi restaurado pela Comissão Rondon em 1907, para que nele fosse instalado uma estação telegráfica. Nesse momento a Cidade possuía apenas sessenta casas. Aparentemente a construção em etapas do Palácio se deveu também ao investimento dos honorários públicos na construção de outras obras, visto que no momento da primeira interrupção principiou-se a construção da Igreja Matriz da Vila.

No decorrer dos últimos decênios do século XVIII, e nos dois primeiros do século XIX, a decadência do ciclo da mineração, que havia sido à base da ocupação de todo o Centro-Oeste, assim como a subsequente consolidação das fronteiras, retirando a importância estratégica do local, e o isolamento, devido à dificuldade de transporte que integrasse a região ao restante do Império, intensificou o processo de despovoamento, que se refletiu na falta de preservação e na deterioração dos prédios públicos e privados de Vila Bela.

Em seu livro "Notícias Sobre a Província de Mato Grosso", Joaquim Ferreira Moutinho diz que em 1868 era tal o abandono na cidade de Vila Bela que "as igrejas quase que eram só freqüentadas por nuvens de morcegos". A partir das fotografias que ilustram a "Enciclopédia dos Municípios", pode-se constatar que a Igreja Matriz já se encontrava em ruínas na década de 50 do século XX.

O esplendor de Vila Bela da Santíssima Trindade terminou com a deposição do último Capitão Geral (1822), quando a província passou a ser governada por duas juntas governativas provisórias. Uma situada na própria, Vila, nesse momento ela já havia sido elevada à cidade com o nome de Mato Grosso

(1818); e outra na cidade de Cuiabá. Sua decadência e conseqüente despovoamento acentuou-se ainda mais quando, em 1835, a sede da capital foi transferida para Cuiabá.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Ruína da Matriz em mau estado. Palácio reconstruído e com poucos testemunhos remanescentes.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Não há ocupação desordenada no perímetro do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais. O perímetro urbano ainda permite adensamento (lotes vagos).

O crescimento atual é mais acentuado no outro lado do Rio Guaporé, área mais alta e segura contra as enchentes.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Dificuldades de recursos para conservação. Não há poupança ou geração de renda pública ou privada suficiente para desenvolver ações continuadas.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Ruína ainda em processo de degradação. As edificações no perímetro do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais não têm controle.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não existe.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não existe.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festividades religiosas tradicionais e peculiares pelo sincretismo com a cultura negra.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Thales de *O povoamento da cidade do Salvador*. Itapuã, Salvador, 1969;

BARROS, Manoel da Silva, "A Trajetória Histórica do Grande Comerciante dos Portos em Corumbá", in: CORREIA, Valmir Batista (Org.), *O Casario do Porto de Corumbá*, Corumbá, Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul, 1980, pp. 60-62;

BENEVIDES, Maria Victoria, "Os anos JK", in: CROPANI, Elisabeth De Fiore (ed), *Nosso Século (1945/1960) – II*, Vol. – 8, São Paulo, Nova Cultura, 1980, pp 96-97;

BRUNO, Ernani Silva, *História do Brasil*. São Paulo, Editora Cultrix, 1966;

CARRAZZONI, Maria Elisa, *Guia dos Bens Tombados*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1980;

DERENJE, Jussara da Silveira, "Arquitetura Eclética no Pará", in FABRIS, Annateresa (org.), *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Nobel/Edusp, 1987, pp. 146-174;

Ficha do IPHAN.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1957.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural Da Bahia – IPACB. Salvador, 1999 [CD-ROM].

JANCSÓ, István, *Cronologia de história do Brasil colonial, 1500-1831* | orientador, István Jancsó, Departamento de História FFLCH-USP, 1994;

LOPES, Antônio Alcântara: *Subsídios para a história da cidade*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultural, 1957;

ROSA, Carlos Alberto, "Vila Real de Bom Jesus de Cuiabá", Tese de Doutorado FFLCH, São Paulo, 1986; Ficha do IPHAN.

SENNA, Francisco. *A cidade do Salvador: uma breve regressão histórica*. Site da emtrusa;

TELLES, Augusto Carlos da Silva, *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. 2a edição, Rio de Janeiro, FENAME/SEAC, 1980.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho e outros, *Natividade*, in série: *Oito Vertentes e Dois Movimentos de Síntese da Arquitetura Brasileira – Folheto I*, Goiás, Universidade Católica de Goiás, 1985.

CRÉDITOS

Gerenciamento do Preenchimento das fichas

Arq. Marco Antônio de Faria Galvão
 Colaboração: Arq. Vera Braun Galvão
 Estagiários: Susana Curi
 Vítor Guerra

Pesquisa e Preenchimento de dados do Arquivo Central do Iphan

Arq. Maria da Graça Soto Queiroz
 Estagiários: João Queiroz Krause
 Leonardo Bungarten de Freitas

Pesquisa e Preenchimento de dados Estaduais

AM – Fernando Magno Rezende
 PA – Juliano Pamplona Ximenes Ponte
 MA/PI – Adriana Martins Tavares
 CE/RN – Maria Beatriz Cruz Rufino / Sabina Studart Fontenele
 PE/PB – Kalina Magliavasca
 SE/AL – Arabela Alves R. Mendonça
 BA – Nadir Gomes Franco Lima
 MG – Edeweiss Herrmann
 RJ/ES – Maria da Graça Soto Queiroz
 SP – Paula Cristina Motta
 PR – Jussara Valentini
 SC – Ivana Lucy Szcuk
 RS – Luzia dos Santos Abreu
 GO/MS/MT/DF – Suzana Curi

Agradecimentos

□

Sér □

Luis Antonio B. Custódio, Marcelo Brito, Maristela dos Santos, Marta Maria Silva Chagas, Mauro Pazzini, Patrícia Maria Costa Alves, Paula Ferguson, Salma Saddi Paiva, Stella Regina Soares de Brito, Theodoro Joels.

Facilitador do Grupo de Trabalho do Relatório Final – Método AHP

Lauro Lage Filho

Equipe técnica

Jurema Machado – UCG - Programa Monumenta
 Cyro Corrêa Lyra – GT IPHAN
 Istvan Jancso
 Pedro Puntoni
 Norberto Guarinelo
 João Paulo Garrido Pimenta

Coordenação técnica do Dossiê

Jurema Machado – UCG - Programa Monumenta

Diretrizes para concepção do banco de dados e supervisão da seleção de Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Cyro Corrêa Lyra – GT IPHAN

Dados históricos e referencial teórico para categorização - Anexo I

Istvan Jancso
 Pedro Puntoni
 Norberto Guarinelo
 João Paulo Garrido Pimenta
 Maria Luiza Ferreira de Oliveira □
 Fábio Joly

Revisão

Ecilene Lopes e Mônica Rebouças

Capa

Diamantina - MG

Ministério da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira
 Ministro

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Antônio Augusto Arantes
 Presidente

Programa MONUMENTA
Luiz Fernando de Almeida
 Coordenador Nacional

